

**SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

ISABEL CRISTINA MARTINES

**AS RELAÇÕES ENTRE AS ORGANIZAÇÕES NÃO
GOVERNAMENTAIS E O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ NO
CAMPO ESPORTIVO**



**CURITIBA
2009**

ISABEL CRISTINA MARTINES

**AS RELAÇÕES ENTRE AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
E O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ NO CAMPO ESPORTIVO**

Dissertação de Mestrado defendida como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Física, no Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Biológicas
Departamento de Educação Física



TERMO DE APROVAÇÃO

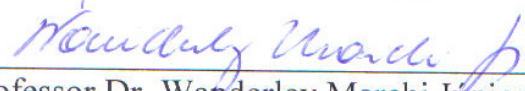
ISABEL CRISTINA MARTINES

“As Relações Entre as Organizações Não Governamentais eo Governo do Estado do Paraná no Campo Esportivo”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física – Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa Sociologia para o Esporte e o Lazer, do Departamento de Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:


Professor Dr. Fernando Marinho Mezzadri (Orientador)
Departamento de Educação Física / UFPR


Professor Dr. Marco Paulo Stigger


Professor Dr. Wanderley Marchi Junior


Professora Dra. Cristina Carta Cardoso de Medeiros

Curitiba, 26 de Março de 2009

Campus Jardim Botânico-CEP: 80.215-370 – Curitiba/PR
Telefone: (41) 3362-8745 Fax (41) 3360-4336
email: mestrado_edf@ufpr.br danieldias@ufpr.br

www.edf.ufpr.br

*Este trabalho é dedicado às pessoas que
acordam todos os dias com o desejo
de fazer um mundo melhor.*

AGRADECIMENTOS

Lá se vão sete anos desde que ingressei no Curso de Educação Física da Universidade Federal do Paraná e foi nesta instituição que nos dois últimos anos trilhei de maneira ainda mais intensa a minha formação acadêmica, profissional e humana. Neste período, pessoas muito importantes estiveram presentes na minha vida, fazendo parte desta caminhada e, diante da imensidão de tudo o que recebi e aprendi com elas, a única coisa que posso fazer nesse momento é oferecer os meus maiores agradecimentos àqueles que, de alguma forma, colaboraram para que essa etapa fosse concretizada.

Primeiramente, agradeço aos meus amados pais, Antonio e Creuza, que me ensinaram o valor dos estudos e do trabalho, que fizeram das suas vidas um constante esforço para garantir as condições que tornaram possíveis a realização de todos os meus sonhos. Com vocês, quero dividir a alegria deste momento.

À minha irmã Márcia por seu auxílio na transcrição das entrevistas e por sua presença em minha vida.

Ao meu orientador, Fernando Marinho Mezzadri, pela confiança depositada em mim, pela parceria, por todas as importantes oportunidades acadêmicas proporcionadas e, acima de tudo, por me contagiar com a sua inabalável dedicação pelo estudo das políticas públicas.

Ao professor Wanderley Marchi Júnior, agradeço pelas importantes críticas e sugestões decisivas na realização deste trabalho. Registro aqui minha profunda admiração e todo o meu respeito por sua competência e dedicação docente, da qual eu tenho o privilégio de desfrutar desde o período da graduação.

À professora Cristina Carta Cardoso de Medeiros, pelas inúmeras leituras de um projeto ainda mal elaborado e precisas críticas e sugestões, que se tornaram essenciais para o meu amadurecimento. Obrigada por sua constante presença amiga, doçura e encanto, que afloram para os que estão ao seu redor.

Ao professor Marco Paulo Stigger, pelas valiosas contribuições durante o processo de qualificação, fundamentais para o desenvolvimento do estudo.

Aos professores Fernando Renato Cavichioli, Simone Rechia, Doralice Lange de Souza, Maria Regina Ferreira da Costa, Letícia Godoy e André Capraro, por todos os ensinamentos que auxiliaram na minha formação.

Aqueles que não posso agradecer nomeadamente, mas que devo muito pelo enorme auxílio na concretização deste estudo: aos coordenadores e coordenadoras dos Centros Regionais de Esporte e Lazer da Paraná Esporte, pela prestativa ajuda com o preenchimento dos questionários e às pessoas que me concederam preciosas entrevistas, sem as quais esse trabalho seria inviável.

Ao Daniel Dias, secretário do Programa de Pós Graduação por responder prontamente aos inúmeros e-mails repletos de dúvidas. E à Andréa Jacoski,

secretária do Comitê de Ética em Pesquisas do Setor de Ciências da Saúde, sempre muito prestativa e atenciosa.

Com carinho, também manifesto minha gratidão os amigos do CEPELS, dos projetos de pesquisa e da turma de mestrado, por todos os momentos de estudos e discussões acadêmicas, por me proporcionarem a alegria das suas companhias durante as viagens, congressos e claro, inúmeras horas de “catarse coletiva”. Agradeço a todos por nosso crescimento conjunto, especialmente a Ana Letícia Ferreira, Bárbara Schaustek de Almeida, Fernanda Santos da Costa, Fernando César Borges, Leôncio de Almeida Reis, Marcelo de Oliveira, Pedro Bevilaqua Pupo Ferreira Alves, Renato Beschizza Valentin, Saulo Esteves de Camargo Prestes e Tatiana Sviesk Moreira. Certamente faltaram alguns, mas peço que me perdoem e sintam-se contemplados aqui.

Às amigas Alessandra, Celma, Daniele Elizângela e Ketty, que compartilharam comigo momentos muito felizes desde o início da minha vida profissional e sempre torceram por mim. Tenham a certeza de que permanecem nos meus pensamentos.

Às amigas Cátia, Carina, Bia, Elo e Mara, a quem amo de coração e considero verdadeiras irmãs, por estarem sempre comigo ao longo de todos esses anos, por compreenderem os momentos em que não pude estar tão presente em suas vidas e, sobretudo, pela confiança de que o sentimento sincero, de amizade verdadeira, vai durar para sempre.

A Deus, os meus mais profundos agradecimentos, por todas as conquistas, pelo amanhecer de cada dia, pela vida... por tudo!

Curitiba, no carnaval de 2009.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao Serginho, preciso oferecer um agradecimento muito especial, por estar presente em cada um dos dias desta caminhada, por ter me amparado e encorajado nas horas mais difíceis e me presenteado com todos os momentos felizes que vivenciamos. Não poderia deixar de expressar minha gratidão, também, pelo incondicional companheirismo, leituras, críticas e preciosas sugestões, pelo auxílio na composição minuciosa das figuras que ilustram este trabalho, inúmeras horas de transcrição das entrevistas e por estar sempre disposto a escutar atentamente minhas reflexões. Deixo aqui registrado meus sinceros agradecimentos, repletos de amor e admiração, com a certeza de que a concretização desta etapa foi mais um passo à frente e que prosseguiremos, como diz a música, *working on a dream*.

*Sy yo no me ocupo de mi, quien lo hará?
Y si me ocupo solo de mi, qué soy?
Y si no es ahora, cuándo?*

Hilel

RESUMO

Este trabalho tem sua problemática central circunscrita nas relações estabelecidas entre as Organizações Não Governamentais (ONGs) e o Governo do Estado do Paraná no que se refere ao desenvolvimento de projetos socioesportivos. Considerando o entrelaçamento entre o campo político, o campo esportivo e o campo das ONGs e com vistas às disputas que passam a existir entre os agentes inseridos na interseção desses espaços, buscamos evidenciar a lógica de funcionamento e os mecanismos sociais e legais que regulam as parcerias entre as ONGs a atual gestão do Governo do Paraná, especificamente as ações da Paraná Esporte. Para a consecução do objetivo proposto, o estudo tem sua base metodológica fundamentada na pesquisa qualitativa, utilizando como instrumentos para coleta de dados a análise de documentos, a entrevista semi-estruturada e o questionário. A instrumentalização para a interpretação das informações obtidas está fundamentada nas abordagens sociológicas de Pierre Bourdieu e Norbert Elias. No primeiro capítulo, apresentamos determinados aspectos concernentes às teorias desenvolvidas por esses autores e o modo como suas categorias analíticas podem contribuir com as questões presentes em nosso estudo. No capítulo seguinte, discutimos o surgimento e a estrutura do campo formado pelas ONGs, abordando a sua definição, regulamentação, relações de interdependências com o Estado, além de informações sobre as áreas de atuação do setor não governamental. No terceiro capítulo, evidenciamos a relação da Paraná Esporte com as ONGs implantadas no estado, destacando o Programa Rexona Ades Esporte Cidadão, realizado em parceria com o Governo do Paraná desde 1997. Ainda nesse capítulo, chamamos a atenção para a centralização das parcerias e discutimos o distanciamento de certas ONGs do poder público estadual, apresentando especificamente o Centro Integrado de Assistência Gerador de Movimento para a Cidadania (Ciagym) e a Associação Maringaense de Handebol (AMH). A análise das informações obtidas nos indicou que as relações estabelecidas entre as ONGs e o governo paranaense está fundamentada em uma teia de interdependências mútuas em que cada um dos parceiros exerce uma força compulsiva sobre o outro. Os agentes sociais, inseridos tanto nas ONGs quanto na Paraná Esporte, estão constantemente em busca de adquirir um conjunto de capitais e, nesse movimento, todas as suas ações são orientadas por interesses específicos ao campo em que estão inseridos, observando que tais objetivos são mutáveis, de acordo com as diferentes configurações. Nesse sentido, a aproximação entre o governo estadual e as ONGs está pautada por ações que sejam capazes de garantir benefícios aos agentes inseridos nessas instituições e a realização de projetos socioesportivos é uma das estratégias que pode conferir certo prestígio a esses agentes. Sendo assim, entendemos que os mecanismos legais que regulamentam as parcerias estão, de alguma forma, submetidos aos mecanismos que definem as regras do jogo social realizado nesse espaço de interseção.

Palavras-chave: Organizações Não Governamentais. Governo do Paraná. Esporte.

ABSTRACT

This research aims to discuss the relations and the development of social and sportive projects by Non-Governmental Organizations (NGOs) and by the Paraná Government. Considering the approach among the political, the sports and the NGOs fields and the disputes existent between the agents inserted in the intersection of these spaces, this study intends to show the operation logic and the social and legal mechanisms that regulate the partnerships between NGOs that offer social and sportive projects and the current management of the Paraná Government, specifically the actions of the Paraná Esporte. To achieve this objective, this study used a qualitative research methodology that encompassed analysis of documents, semi-structured interviews and questionnaires as instruments for data collection. The tools to interpret the data are based on Pierre Bourdieu and Norbert Elias's sociological theories. The first chapter presents some aspects related to the theories developed by these authors and how their analytical categories can substantiate this study. The following chapter shows the discussion about the emergence and the structure of the NGOs, presenting their definition, rules, relations of interdependence with the state and the information about their action areas on non-governmental sectors. The third chapter shows the relationships between Paraná Esporte and NGOs implanted in the state, in special those between the program Rexona Ades Esporte Cidadão developed in partnership with the Government of Paraná since 1997. This chapter also shows the centralization of partnerships and discusses the aloofness of some NGOs to the public power, showing specifically the Centro Integrado de Assistência Gerador de Movimento para a Cidadania (CIAGYM) and the Associação Maringaense de Handebol (AMH). The analysis of these data indicates that the relationships between the NGOs and the government of Paraná are based on a web of mutual interdependence, in which each partner exerts a compelling power over the other. The social agents, included those in the NGOs and in the Paraná Esporte are constantly striving to acquire a suite of capital and, in this movement, all their actions are guided by specific interests in the field that they are part of, noting that the objectives change according to different configurations. Accordingly, the the rapprochement between the government and NGOs are based on actions that guarantee benefits to the agents included in these institutions. Thus, the use of sports and the implementation of projects that have a social nature are strategies that can give prestige to these agents. Therefore, it's possible to believe that the legal mechanisms that regulate partnerships are subjected to the mechanisms that define the rules of the social game played on this space of intersection.

Key Words: Non-Governmental Organizations. Government of Paraná. Sport.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	- INTERSEÇÃO ENTRE O CAMPO POLÍTICO, O CAMPO ESPORTIVO E O CAMPO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	25
FIGURA 2	- MODELOS DE INTERPRETAÇÃO DA SOCIEDADE.....	45
FIGURA 3	- MODELOS DE JOGOS DE INTERPENETRAÇÃO DE UM NÍVEL.....	67
FIGURA 4	- MODELOS DE JOGOS DE INTERPENETRAÇÃO DE DOIS NÍVEIS.....	70
FIGURA 5	- LOGOTIPOS DE ONGS QUE DESENVOLVEM PROJETOS ESPORTIVOS.....	129
FIGURA 6	- MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DE ONGS QUE DESENVOLVEM PROJETOS ESPORTIVOS.....	130
FIGURA 7	- LOCALIZAÇÃO DOS CENTROS DE ESPORTE E LAZER DA PARANÁ ESPORTE.....	163
FIGURA 8	- DISPUTAS ESPECÍFICAS AO ESPAÇO DE INTERSEÇÃO ENTRE OS CAMPOS POLÍTICO, ESPORTIVO E DAS ONGs.....	188

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	- FUNDAÇÕES E ASSOCIAÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL.....	115
GRÁFICO 2	- INFORMAÇÕES SOBRE AS FASFIL REFERENTE AO ANO DE 2002.....	116
GRÁFICO 3	- INFORMAÇÕES SOBRE AS FASFIL REFERENTE AO ANO DE 2005.....	117

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- CLASSIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS FASFIL REFERENTE AO ANO DE 2002.....	111
TABELA 2	- CLASSIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS FASFIL REFERENTE AO ANO DE 2005.....	112
TABELA 3	- BALANÇO FINANCEIRO DO CENTRO REXONA ADES DO VOLEIBOL REFERENTE AO ANO DE 2005.....	156

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	- PROGRAMAS SOCIOESPORTIVOS DESENVOLVIDOS PELO INSTITUTO COMPARTILHAR.....	153
QUADRO 2	- ATRIBUIÇÃO DE CADA PARCEIRO PARA A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA REXONA ADES ESPORTE CIDADÃO.....	154
QUADRO 3	- NÚCLEOS DO PROJETO REXONA ADES ESPORTE CIDADÃO NO ESTADO DO PARANÁ.....	157

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE 1	-	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	204
APÊNDICE 2	-	QUESTIONÁRIO PARA OS CENTROS REGIONAIS DE ESPORTE E LAZER.....	205
ANEXO 1	-	CARTA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	211
ANEXO 2	-	AUTORIZAÇÃO DA PARANÁ ESPORTE AOS CENTROS REGIONAIS DE ESPORTE E LAZER.....	212

LISTA DE SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
AMH	Associação Maringaense de Handebol
CBAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CCE	Centro de Capacitação Esportiva
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CEP	Comitê de Ética em Pesquisas
CIAGYM	Centro Integrado de Assistência Gerador de Movimento para a Cidadania
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CRAV	Centro Rexona Ades de Voleibol
CREL	Centro Regional de Esporte e Lazer
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FIA	Fundo para a Infância e Adolescência
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPD	Federação Paranaense Desportiva
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GR	Ginástica Rítmica
IAS	Instituto Ayrton Senna
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Instituto Compartilhar
IEE	Instituto Esporte Educação
IGK	Instituto Guga Kuerten
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM	Instituto Passe de Mágica
LAP	Liga Atlética Paranaense
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social

OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSFL	Organização Sem Fins Lucrativos
PPP	Parceria Público Privada
PRES	Paraná Esporte
SEED	Secretaria de Estado de Educação
SEET	Secretaria de Estado de Esporte e Turismo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SESP	Secretaria de Esportes e Lazer
SMEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAMINHO METODOLÓGICO	30
1 O REFERENCIAL DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA: SUBSÍDIOS ANALÍTICOS	37
1.1 PIERRE BOURDIEU E A SOCIOLOGIA REFLEXIVA	38
1.1.1 O campo esportivo	51
1.1.2 O campo político	56
1.2 NORBERT ELIAS E A SOCIOLOGIA CONFIGURACIONAL	60
2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	72
2.1 SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	75
2.2 ASPECTOS JURÍDICOS, MECANISMOS LEGAIS E DEFINIÇÃO DAS ONGs ESPORTIVAS	86
2.3 DIFERENTES TERMOS PARA NOMEAR AS ONGS: NEM TUDO É SINÔNIMO	93
2.4 O GOVERNO E AS ONGs: TEIAS DE RELAÇÕES E INTERDEPENDÊNCIAS	97
2.5 QUANTAS ONGs EXISTEM NO BRASIL E QUAIS TÊM A PREFERÊNCIA?	107
3 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O CAMPO ESPORTIVO NO PARANÁ	122
3.1 AS “ONGs ESPORTIVAS”	123
3.2 O ESTADO DO PARANÁ: HISTÓRIA POLÍTICA E ESTRUTURA ESPORTIVA	131
3.3 A PARANÁ ESPORTE E AS ONGs	138
3.3.1 Programa Rexona Ades Esporte Cidadão: uma parceria com mais de uma década	140
3.3.2 A centralização dos convênios	161
3.3.3 As parcerias locais: o caso do Ciagym e da Associação Maringaense de Handebol	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	191
APÊNDICES	203
ANEXOS	210

INTRODUÇÃO

É infinitamente mais fácil tomar posição a favor ou contra uma idéia, um valor, uma pessoa, uma instituição ou uma situação, do que analisar em que consistem na verdade, a sua complexidade.

Pierre Bourdieu, 1998(a), p. 35.

O esporte tornou-se um dos maiores fenômenos sociais e, inquestionavelmente, um dos mais expressivos acontecimentos culturais da contemporaneidade. O imenso espaço ocupado na mídia mundial, o investimento de grandes quantidades de verbas, as evidentes inter-relações do esporte com a política e a economia de muitos países e os milhares de pessoas que vivem e se envolvem com os fatos esportivos são alguns dos indicadores desta afirmação.

Nesse contexto, que poderíamos chamar de contínua consolidação e expansão, é possível perceber que, principalmente nos últimos anos, novas formas de organização, oferta e demanda do esporte surgiram em nosso país e, com isso, diversas instituições, tanto do setor público quanto do setor privado, têm passado a envolver-se mais intensamente com as questões esportivas. Exemplo disso é que, além dos órgãos públicos – como o ministério, as secretarias, as autarquias e demais instâncias governamentais responsáveis pela oferta do esporte a todos como um direito social – um grande número de empresas privadas, clubes sociais, instituições do *Sistema S* (Sesi, Sesc) e associações de moradores – apenas para citar alguns – tem passado a incorporar o esporte no conjunto de suas ações.

A partir dessa conjuntura, parece-nos razoável chamar a atenção para um tipo muito particular de instituição que se destacou consideravelmente nas últimas duas décadas e que, desde então, tem passado a exercer um papel significativo na elaboração e na oferta de programas no âmbito esportivo: as chamadas Organizações Não Governamentais¹, ou simplesmente ONGs, como são comumente conhecidas.

¹ A grafia dessa expressão tem se apresentado de diferentes maneiras nos textos de língua portuguesa. No Dicionário Houaiss consta sua escrita sem hífen (não governamental), modo utilizado, por exemplo, no trabalho de Landim (1993). Por sua vez, de acordo com o Dicionário Aurélio, a composição da palavra é separada pelo hífen (não-governamental). Este modo de escrita pode ser verificado nos trabalhos de Lima (2002) e Tavares (1999). Levando em consideração que

Mas afinal, o que são as ONGs e por que elas podem ser consideradas significativas instituições do campo esportivo? Conforme esclarecem as pesquisas de Leilah Landim (1993) e Ricardo Tavares (1999), o termo ONG foi empregado pela primeira vez na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), elaborada em 1946, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Na época, foi utilizado para referir-se às instituições que desenvolviam trabalhos de caráter social e filantrópico e que não pertenciam ao governo, sem maiores esclarecimentos. Depois disso, pouca (ou nenhuma) coisa mudou sobre o seu entendimento e apesar do termo ser bastante conhecido, sua definição ainda é pouco específica e admite muitas interpretações.

Atualmente, as ONGs podem ser definidas como instituições criadas para desenvolver ações e realizar serviços voltados ao interesse público, com perfis e perspectivas de atuação nas mais diversas áreas, que declaram trabalhar em prol da cidadania, do respeito aos direitos humanos e do desenvolvimento social.

Legalmente falando, o termo “Organização Não Governamental” inexistente, ou seja, não há nenhum dispositivo nas leis brasileiras que se refira diretamente a ele. O Código Civil Brasileiro de 2002, que versa sobre a definição das pessoas jurídicas estabelecidas no país, classifica-as exclusivamente como de direito público ou de direito privado. As pessoas jurídicas de direito público são aquelas que pertencem ao Estado ou são criadas pelos governos. Por sua vez, as pessoas jurídicas de direito privado são as instituições criadas por indivíduos da sociedade civil e podem ser constituídas como sociedade, associação, fundação, organização religiosa ou partido político.

Diante desse entendimento, torna-se possível compreender que o tipo de instituição que se convencionou chamar de Organização Não Governamental, juridicamente trata-se de uma pessoa privada – não poderia ser pública, pois, obviamente, não faz parte do governo – que pode estar organizada como uma associação ou fundação, já que não poderia ser organização religiosa ou partido político por não ter objetivos confessionais ou eleitorais, e não poderia estar organizada como uma sociedade, pela ausência da finalidade lucrativa. O termo ONG, então, é uma espécie de “nome fantasia” para designar uma pessoa jurídica de direito privado que está instituída como uma associação ou fundação.

as duas maneiras estão ortograficamente corretas, optamos pela não utilização do hífen ao longo do trabalho apenas por uma preferência pessoal.

Contudo, a definição legal é muito generalizante e não esclarece a diferença entre uma ONG e qualquer outra pessoa privada sem fins lucrativos. A legislação não aponta, por exemplo, nenhuma distinção entre uma pequena ONG que busca alfabetizar idosos e desenvolve seus trabalhos somente por meio do voluntariado, de um grande clube social e recreativo que possua centenas de associados mensalistas e funcionários remunerados, já que ambos estão registrados na categoria “associação privada sem fins lucrativos”, mesmo o clube não sendo, reconhecidamente, uma Organização Não Governamental.

Nesses termos, é inegável que a expressão ONG ainda é bastante controversa e, ao buscar compreender seu significado, necessitamos encontrar outros aspectos característicos. Quando falamos das ONGs, o que impera é a generalidade das leis, a inexistência de conceituações mais precisas e uma visível incipiência de estudos, o que dificulta o entendimento e, muitas vezes, faz com que as discussões acerca do tema sejam pautadas essencialmente no senso comum.

Apesar das controvérsias e mesmo que pese sobre as ONGs a falta de regulamentos jurídicos específicos e definições, a sua inserção e participação em diversos setores da sociedade é indiscutível. De acordo com Leilah Landim (1993, p. 13), “há ‘ONG’ para todos os gostos: ecologia, mulheres, negros, direitos humanos, índios, meninos de rua, portadores do vírus da AIDS, etc.”. De fato, a já se popularizou nos meios de comunicação e parece até estar na moda participar de alguma ONG, promover campanhas e eventos beneficentes, fazer doações, prestar serviço voluntário, entre tantas outras atividades sociais promovidas no âmbito não governamental.

Com efeito, é possível afirmar que as ONGs, mesmo que tenham surgido apenas no final dos anos 1960, já ocupam um notável espaço no cenário nacional no que se refere à elaboração de programas sociais, defesa de interesses e oferta de serviços nos mais variados setores. Segundo a pesquisa ² realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005 existia no Brasil mais de 338 mil associações e fundações privadas sem fins lucrativos atuando em diferentes áreas, como assistência social, proteção ao meio ambiente, habitação, saúde, educação, entre outras, empregando um contingente de 1,7 milhão de trabalhadores assalariados (IBGE, 2008).

² No Capítulo 2, esclarecemos quais os critérios utilizados pelo IBGE para a realização da pesquisa, bem como os tipos de instituições que foram considerados para efeitos do estudo.

Conforme já chamamos a atenção no início do texto e, ainda buscando responder à questão feita anteriormente, em relação ao esporte, a participação das ONGs também tem se destacado. Basta prestar um pouco de atenção para percebermos que não é raro aparecer em programas televisivos³ alguma ONG que desenvolva ações vinculadas ao esporte em comunidades pobres de diversas regiões do país. Algumas vezes, as “ONGs esportivas”, por assim dizer, são criadas por atletas profissionais, como o tenista Gustavo Kuerten, os tetracampeões mundiais da seleção brasileira de futebol Raí, Leonardo, Bebeto e Jorginho, as ex-jogadoras de basquete Paula, Janeth e Hortência, o ex-jogador e técnico da seleção brasileira de vôlei, Bernardinho, entre tantos outros exemplos, pois a lista de esportistas famosos, interessados em envolver-se com as questões sociais, parece continuar a crescer num ritmo acelerado.

Outras vezes, essas instituições são fundadas por pessoas desconhecidas da mídia e que nunca foram atletas profissionais, mas que também buscam desenvolver projetos sociais relacionados ao esporte. O que ambas têm em comum é que, em praticamente todas as iniciativas, os objetivos propagados estão fortemente relacionados à inclusão social por meio das atividades esportivas.

Nos últimos anos, essa ideia parece ter sido disseminada por todo o país e, cada vez mais, surgem ONGs com a finalidade de fazer do esporte um meio para reverter a situação de milhares de crianças e jovens que se encontram em situação de risco social⁴. Uma das justificativas da utilização do esporte nos programas sociais que se propõem a garantir os direitos da infância e da juventude é a sua possível força no processo de sociabilização e inclusão social. Ao esporte, atribuem-se mecanismos que possibilitam às crianças várias experiências pelas quais elas interiorizam valores que poderiam ser classificados como positivos.

Do mesmo modo que as Organizações Não Governamentais atuantes em outras áreas, aquelas que trabalham com o esporte divulgam que seus projetos são

³ O programa “Ação”, apresentado pelo jornalista Sérgio Groisman e transmitido pela Rede Globo de Televisão e pelo Canal Futura, é um exemplo de atração televisiva voltada exclusivamente a divulgar iniciativas de ONGs, trabalhos voluntários e projetos sociais.

⁴ Quando nos referimos à “criança em risco social”, estamos falando da população infanto-juvenil que dispõe de pouco ou nenhum acesso aos serviços de habitação, saúde, alimentação, educação, lazer, etc. e que convive diariamente com a presença das drogas, da violência, da marginalidade e da exploração, seja nas ruas ou em suas próprias casas. Em trabalhos anteriores, já discutimos a questão dos qualificativos surgidos ao longo da história brasileira para designar a infância e a adolescência submetida a situações de risco, para maiores detalhes ver Martines (2005), Martines e Costa (2006).

idealizados e administrados de maneira autônoma e existem com o intuito de auxiliar o desenvolvimento da sociedade, ampliando a prestação de serviços e ofertando programas em localidades onde o poder público não chega ou presta atendimento de forma deficitária. Incorporando tal discurso, boa parte das pessoas que apoia o trabalho das ONGs entende que elas são instituições independentes, prestadoras dos serviços necessários à sociedade que não estão sendo garantidos pelo Estado – devido à falta de recursos – nem pelas empresas privadas – facilmente relacionadas à busca pelo lucro.

Em alguma medida, tal entendimento está correto, mas há que ser devidamente considerado que podem existir interesses bastante distintos – e até antagônicos – entre os milhares de Organizações Não Governamentais estabelecidas no país. Além disso, as ONGs não possuem plena autonomia financeira para a realização dos objetivos aos quais se propõem como muitos supõem e, mesmo as instituições criadas por ilustres atletas, precisam procurar doações, financiamentos, investir em parcerias e patrocínios que garantam a sustentabilidade dos seus projetos.

Na busca por parceiros que possam contribuir com a efetivação de seus ideais, não raras vezes, as ONGs se aproximam do poder público, por visualizarem nos governos (federal, estadual ou municipal) uma boa chance de obter recursos. A partir dessa conduta, uma importante parte da verba de que as ONGs dispõem passa a estar fortemente condicionada ao financiamento público e, nesse sentido, é possível dizer que elas têm certa dependência funcional em relação ao governo.

Por outro lado, é imprescindível perceber que os governos não estão em posição de domínio sobre as ONGs. Em diferentes momentos, as Organizações Não Governamentais têm desempenhado um papel de protagonismo na elaboração das propostas referentes ao esporte e, cada vez mais, têm influenciado as decisões políticas. De algum modo, podemos dizer que as ONGs não ficam à mercê dos benefícios concedidos pelo poder público, mas que exercem certa influência sobre os agentes políticos, principalmente se considerarmos a visibilidade e importância atribuída aos seus representantes.

Já no âmbito governamental, as parcerias com as ONGs são elencadas como possíveis facilitadoras e até necessárias para o desenvolvimento de determinadas áreas, entre elas o esporte. Os governos vêm buscando se aproximar das ONGs por acreditar que tais parcerias podem ampliar a realização de suas ações, ou ainda, por

visualizarem nessa situação uma possibilidade de dividir com o setor privado alguns de seus encargos na oferta do esporte, fato que, para muitos, caracteriza um processo histórico de repasse das obrigações estatais ao setor privado.

Como podemos observar, o quadro apresentado até aqui nos fornece alguns elementos que justificam afirmar que, pautada em uma pluralidade de possíveis objetivos, forma-se uma multiplicidade de relações em torno do esporte, a partir dos interesses de instituições aparentemente distintas como o governo e as ONGs. É neste emaranhado de relações que o nosso trabalho está situado.

Evidentemente, o tema é demasiado amplo e permitiria uma série de análises por diferentes perspectivas. Nesse sentido, um esforço para compreendê-lo requer de nossa parte uma delimitação e uma instrumentalização que possibilite o estudo mais aprofundado de determinado aspecto.

Em busca de discussões que nos fornecessem possibilidades de entendimento dessas questões, relativamente recentes, mas nem por isso menos intensas, encontramos nos trabalhos dos sociólogos Norbert Elias (1897-1990) e Pierre Bourdieu (1930-2002) profícuas oportunidades para analisar as relações das quais estamos falando. Desse modo, os referenciais sociológicos apresentados pelos autores indicaram uma instrumentalização analítica e nos permitiram dirigir um “olhar sociológico” ao estudo.

Conforme será possível acompanhar de maneira mais detalhada ao longo da pesquisa, de acordo com Norbert Elias (1999), todas as instituições sociais são formadas por indivíduos e, sendo assim, quando nos referimos às ONGs ou ao governo, estamos falando das pessoas que ocupam uma determinada posição nessas organizações, formando entre si teias de interdependências numa determinada configuração.

Para o autor, quanto maior for o grau de interdependência entre os indivíduos, menos será possível explicar as propriedades de cada um deles apenas em função das propriedades da unidade que eles compõem, ou ainda, torna-se mais difícil compreender esta unidade por meio do estudo dos seres humanos isoladamente. Então, para entendermos as ações das pessoas que compõem o governo ou as ONGs, precisamos conhecer o tipo de interdependência que formam umas com as outras, a estrutura das organizações, as disputas pelo poder existentes entre elas, enfim, as configurações que os indivíduos formam uns com os outros.

No entendimento de Pierre Bourdieu, em todas as relações humanas a disputa está presente e, portanto, os indivíduos (agentes sociais) estão sempre em busca de obter algum tipo de conquista, não existindo ato desinteressado. Ainda de acordo com o sociólogo, as disputas acontecem em espaços específicos chamados de campos, onde os agentes sociais estão inseridos.

De maneira abreviada, um campo é o espaço social em que diferentes agentes, portadores de certo *habitus*, estão constantemente competindo dentro de uma lógica própria e em torno de um objeto específico de disputa. Todas as ações que acontecem no interior de um campo são reguladas por determinados mecanismos sociais – que na maioria das vezes estão ocultos – e objetivam adquirir certo tipo de capital (econômico, simbólico, político, etc.). Além disso, campos distintos podem se aproximar, estabelecendo aí novas lutas e novos objetos de disputa (BOURDIEU, 2002).

Com vistas a essa abordagem, é possível dizer que, ao se envolverem com as questões do esporte, os diversos agentes sociais, tanto das ONGs quanto do governo, estão buscando adquirir um conjunto de referências (capitais), capaz de lhes conceder algum benefício. Ao estabelecer parcerias com determinada ONG e não com outra, ao destinar recursos a uma e não a outra, o governo está certamente desenvolvendo uma tarefa seletiva, dentro de uma lógica própria e a partir de interesses, fundamentalmente relativos ao campo político, que levam ao funcionamento de certas ONGs e à sobrevivência de alguns projetos. Os agentes das ONGs, por sua vez, também estão inseridos em um determinado campo e estão constantemente lutando em busca de consolidações e parcerias que sejam mais vantajosas para eles. E, para além das concorrências que acontecem *no interior* do campo político e do campo das Organizações Não Governamentais e as lutas travadas *entre* eles, precisamos observar que as disputas também perpassam outro espaço: o campo do esporte.

Conforme buscamos ilustrar com a FIGURA 1, estamos falando fundamentalmente das relações concorrenciais que acontecem quando o campo político, o campo esportivo e o campo das Organizações Não Governamentais se aproximam.

FIGURA 1 - INTERSEÇÃO ENTRE O CAMPO POLÍTICO, O CAMPO ESPORTIVO E O CAMPO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS



FONTE: Martines (2009)

Ainda que cada um desses campos tenha sua própria história e lógica de funcionamento, seus interesses, agentes sociais e *habitus*, é possível dizer que a partir da aproximação entre eles derivam novos interesses decorrentes. Assim, a área de interseção, indicada pela cor mais escura na figura, representa o espaço em que se localizam as disputas que perpassam os campos em questão.

Contudo, ainda não nos parece que nas relações entre as ONGs e o governo esteja evidente qual a lógica de funcionamento, os mecanismos sociais e, de certa forma, até mesmo os mecanismos legais que definem o estabelecimento (ou não) das parcerias que se referem ao esporte.

Considerando a interseção desses três campos, especificamente no Estado do Paraná, as relações de interdependência e as disputas que passam a existir entre os agentes inseridos nesses espaços sociais, interessa-nos saber: qual é a lógica de funcionamento e quais os mecanismos sociais e legais que regulam as parcerias entre as ONGs que trabalham com a oferta de esporte e a atual gestão do Governo do Paraná?

Como uma forma de “delimitação territorial” para aprofundamento das análises, optamos por dirigir o foco do estudo especificamente para o Estado do Paraná, por entender que, mesmo estando articulado com as políticas de âmbito nacional, cada estado pode apresentar sua própria cronologia, seu conjunto de regras e lógicas específicas para a realização de suas parcerias.

O objetivo geral do estudo é analisar as relações estabelecidas entre o Governo Estadual do Paraná, particularmente no que se refere a Paraná Esporte (PRES), por ser esta a autarquia⁵ governamental responsável pela elaboração e oferta das políticas de esporte no estado, e as Organizações Não Governamentais, que buscam trabalhar com o esporte, analisando a lógica e os mecanismos que regulam essas parcerias.

Já os objetivos específicos estão relacionados a verificar as diretrizes legais que orientam as parcerias entre a Paraná Esporte e as Organizações Não Governamentais; analisar, com base nas perspectivas teóricas adotadas, as relações que se estabelecem entre essas instituições e evidenciar os conflitos e objetos de interesse dos agentes sociais inseridos nesse espaço.

A partir desses esforços, poderemos gerar subsídios para compreender os interesses que permeiam as relações entre determinado governo (setor público) e as ONGs (setor privado). Esse entendimento auxilia a avaliar as condições que vêm sendo oferecidas para que o direito às práticas esportivas se efetive, podendo até mesmo nos ajudar a refletir sobre a maneira como os projetos esportivos são mantidos ou por que são interrompidos. Além disso, é possível colaborar para a discussão e a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento do esporte no Paraná.

É oportuno destacar que a pesquisa não se dedica a analisar os papéis que desempenham as ONGs ou as possíveis consequências sociais de sua atuação, e sim busca compreender as posições que tais organizações e seus agentes ocupam,

⁵ Uma autarquia é uma entidade auxiliar da administração pública estatal, autônoma e descentralizada. Seu patrimônio e receita são próprios, porém, tutelados pelo Estado. O Decreto-Lei n. 200 de 1967, no seu art. 5º, inciso I, define autarquia como "serviço autônomo criado por lei, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram para seu melhor funcionamento gestão administrativa e financeira descentralizada". A entidade autárquica Paraná Esporte é vinculada à Secretaria Estadual de Educação (SEED).

sobretudo em relação ao campo político e ao campo esportivo, entendendo que as diferentes posições definem-se por meio das relações de disputas entre os agentes dos campos em questão.

Também nos parece relevante esclarecer que a escolha por esse objeto de estudo não se deu de maneira desproposita ou aleatória. A opção por investigar especificamente um tema relacionado às Organizações Não Governamentais perpassa por um envolvimento bastante particular com o tema, fato que tem motivado, há alguns anos, a realização de nossas pesquisas acadêmicas. É oportuno falar aqui um pouco da trajetória que, indiscutivelmente, nos aproximou do tema da pesquisa.

Durante os dois primeiros anos do Curso de Educação Física na Universidade Federal do Paraná (UFPR), realizamos um estágio numa instituição de abrigo e atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua e extrema carência econômica. Tratava-se de uma associação público-privada, que era parcialmente financiada pelo governo estadual. Vivenciar essa experiência nos chamou a atenção para os trabalhos de “caráter social” voltados a atender uma determinada parcela da sociedade para a qual os direitos sociais parecem não existir, mas, também, despertou a vontade de buscar compreender esse setor ainda tão desconhecido das pesquisas científicas.

Mais tarde, participamos por dois anos de outro estágio, dessa vez em um projeto esportivo desenvolvido por uma ONG e financiado por uma grande multinacional do setor automobilístico e pelo Ministério do Esporte. Nesse momento, a vontade de estudar as ONGs se consolidou, particularmente aquelas em que o esporte é considerado o objeto principal de trabalho. A partir daí, as dúvidas e os questionamentos sobre o tema foram ficando cada vez mais efervescentes.

O fruto dessa inquietação foi a monografia intitulada “Projetos sócio esportivos da cidade de Curitiba destinados às crianças em situação de risco social”, apresentada em 2005, para a conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFPR. Esse trabalho revela um mapeamento dos projetos de esporte desenvolvidos na capital paranaense pela Secretaria Municipal de Esporte (SMEL) e também por ONGs. Nele, surgiram as primeiras pistas de que o estudo dos programas esportivos desenvolvidos pelo setor público e pelo setor privado está de alguma maneira bastante próximo. Mas a preocupação com o assunto não foi extinta, ao contrário, viu-se ainda mais ampliada. A pesquisa que ora se apresenta

pode ser considerada, então, o fruto dessa inquietação acadêmica somado à inclinação e o entusiasmo pessoal pelo assunto.

Com vistas à trajetória exposta até aqui, não há como negar que a escolha pelo objeto que se apresenta neste trabalho foi permeada por certo envolvimento com o tema. Todavia, cabe alertar que o interesse e até mesmo a proximidade com o assunto não foram impeditivos para que buscássemos constantemente estratégias para que o desenvolvimento da pesquisa e a crítica ao contexto observado não fossem impregnadas por impressões pessoais e até passionais.

A pesquisa que ora se apresenta está dividida, basicamente, em três capítulos. No primeiro deles, denominado “O referencial de análise sociológica: subsídios analíticos”, abordamos o instrumental teórico adotado para o desenvolvimento do trabalho. A finalidade desse capítulo é discutir determinadas categorias da Sociologia Reflexiva, de Pierre Bourdieu, e certos conceitos da Sociologia Configuracional, de Norbert Elias. Como já afirmamos em diversas ocasiões até aqui, esses referenciais sociológicos são empregados ao longo do trabalho como “ferramentas” de análise dos dados obtidos.

No segundo capítulo, intitulado “Estrutura e funcionamento das Organizações Não Governamentais”, procuramos trazer à tona o modo como o campo formado pelas ONGs vem se constituindo, buscando explicitar a maneira como os agentes inseridos nessas associações e fundações privadas sem fins lucrativos travaram uma série de lutas nos últimos anos para conquistar um espaço específico. Além disso, apresentamos os aspectos jurídicos que definem as ONGs, as relações e interdependências que existem entre o Estado e as Organizações Não Governamentais e alguns dados sobre a presença e a atuação das ONGs no Brasil e, mais particularmente, no Paraná.

No último capítulo, “As Organizações Não Governamentais e o campo esportivo no Paraná”, apresentamos os projetos sociais desenvolvidos por “ONGs esportivas” e buscamos evidenciar as relações entre a Paraná Esporte e as Organizações Não Governamentais, destacando o Programa REXONA Ades Esporte Cidadão, por ser considerado a maior parceria do Governo do Estado no âmbito esportivo. Ainda nesse capítulo, chamamos a atenção para a centralização das parcerias e analisamos, a partir das perspectivas sociológicas, as relações entre os campos do esporte, da política e das ONGs, num esforço para descrever as suas

lógicas, os tipos de capital disputados pelos agentes que estão aí inseridos e os mecanismos que regulam as relações estabelecidas nesse espaço.

Um pouco mais acercado o problema da pesquisa e antes de iniciar os capítulos já apresentados, nas laudas que seguem buscamos demonstrar o “caminho metodológico” trilhado com o decorrer do trabalho, principalmente por considerarmos que o esclarecimento a respeito do delineamento metodológico que foi sendo (re)construído é de fundamental importância para uma compreensão mais abrangente de como a pesquisa se efetivou.

O CAMINHO METODOLÓGICO

Falar em “caminho metodológico” pode até soar um tanto redundante se observarmos que a metodologia é formada pela palavra *méthodos*, derivada do grego, que significa justamente o *caminho* pelo qual se chega a determinado resultado e a palavra *logos*, que se refere ao conhecimento (RICHARDSON, 2008). Contudo, se observarmos que normalmente a opção metodológica não está completamente delineada quando se inicia um estudo, ou ainda, que pode sofrer alterações à medida que as informações vão surgindo, o processo de busca pelo método e pela metodologia⁶ mais adequados vão sendo estabelecidos com o caminhar da pesquisa e, conseqüentemente, tal processo também é parte integrante e fundamental do trabalho e de seus desdobramentos.

A partir desse entendimento, buscamos indicar os elementos metodológicos, caracterizar a pesquisa, apresentar os instrumentos que compuseram a investigação e as alterações que precisaram ser realizadas no transcurso do trabalho e, portanto, o caminho trilhado durante o processo de busca por uma metodologia que respondesse aos nossos anseios.

A *priori*, cabe dizer que como parte do trâmite legal exigido pelo Programa de Pós Graduação no qual estamos inseridos, após a aprovação na disciplina Metodologia de Pesquisa Científica, encaminhamos o projeto deste estudo para pareceristas *ad hoc*⁷ e, posteriormente, ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), do Setor de Ciências da Saúde da UFPR. A pesquisa foi considerada adequada aos padrões éticos e sua realização foi autorizada pelo CEP, conforme o documento no ANEXO 1.

⁶ Segundo Roberto Richardson (2008, p. 22), o método e a metodologia não devem ser confundidos já que o método (*méthodos*) é o caminho para se chegar a determinado fim e a metodologia (*méthodos* + *logos*) são os procedimentos e regras utilizados por determinado método. Para esclarecer, o autor apresenta que “o método científico é o caminho da ciência para chegar a um objetivo. A metodologia são as regras estabelecidas para o método científico, por exemplo: a necessidade de observar, a necessidade de formular hipóteses, a elaboração de instrumentos, etc.”.

⁷ A expressão *ad hoc* é derivada do latim e significa “com este objetivo”. Pode ser entendido como algo utilizado para a resolução de um problema específico e imediato, portanto não planejado. Os consultores *ad hoc* que avaliam os projetos de pesquisa não são pareceristas permanentes do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR, e sim professores escolhidos em determinado momento para realizar a avaliação de um projeto específico.

Quanto a sua caracterização, o estudo pode ser considerado um trabalho essencialmente qualitativo, cujo objetivo é dialogar com algumas referências sociológicas para a análise do problema de pesquisa já apresentado. De acordo com Marina Marconi e Eva Lakatos (2007, p. 269), “o método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados”. Por sua vez, na definição de Roberto Richardson (2008, p. 90), “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características [...] em lugar da produção de medidas quantitativas”. Num esforço de síntese, a pesquisa qualitativa pode ser descrita como aquela que busca apresentar análises críticas em relação à situação observada.

Em virtude disso, não significa que a pesquisa qualitativa desconsidere a utilização de dados quantitativos, mas que deva buscar, fundamentalmente, compreender, interpretar e explicar um problema, sem ter como foco principal os resultados mensuráveis. Em nossa pesquisa, mesmo não tendo sido empregados instrumentos estatísticos, fizemos uso de dados numéricos, tabelas, relatórios orçamentários e outras informações quantificáveis, por se tratarem de elementos que trazem consigo subsídios bastante relevantes para o entendimento do problema ao qual buscamos compreender.

Para Roberto Richardson (2008, p. 90), as pesquisas qualitativas apresentam, por um lado, uma importante preocupação com o pensamento e com a análise crítica e, por outro, têm sido vistas “com desconfiança por investigadores das ciências exatas e da natureza”, principalmente por serem “questionadas em termos de validade e confiabilidade, particularmente quando comparadas com metodologias utilizadas pela pesquisa quantitativa”.

É evidente que os diferentes tipos de pesquisa apresentam distintas características e metodologias bastante variadas. Em pesquisas qualitativas, a validade – credibilidade ou confiabilidade, como alguns autores preferem – não pode ser garantida por um conjunto de técnicas e métodos idênticos àqueles utilizados nas pesquisas quantitativas. Apenas para ilustrar, a validade das informações coletadas em pesquisas de natureza qualitativa não pode estar relacionada ao número de pessoas entrevistadas, mas sim à autenticidade das informações e expressividade dos sujeitos escolhidos para compor a pesquisa. Ao contrário, a

pesquisa quantitativa necessita uma amostra de sujeitos suficientemente ampla para permitir resultados estatisticamente significativos.

Em resumo, o que vai assegurar confiabilidade às pesquisas qualitativas é o vínculo entre os dados – que, conforme já discutimos, podem ser quantitativos – e, sobretudo, a constante busca por estratégias de análise. Nesse sentido, Roberto Richardson (2008, p. 94) chama a atenção para o fato de que a validade da pesquisa qualitativa pode ser reconceituada “em termos de uma prática reflexiva”, ou seja, a legitimidade está na descrição de uma situação baseada na reflexão e crítica dessa situação.

É preciso destacar, então, que esse tipo de pesquisa necessita de instrumentos ou “ferramentas” de análises que nos permitam uma reflexão dos fatos observados. Sendo assim, podemos dizer que buscar compreender o contexto estudado à luz de alguns referenciais pode colocar os dados obtidos em um patamar reflexivo e crítico, condição fundamental nas pesquisas qualitativas.

Conforme Wanderley Marchi Júnior (2006a, p. 30), “para termos respostas efetivamente consistentes para as nossas angústias, dúvidas ou discordâncias sociais, faz-se necessário uma instrumentalização, no sentido acadêmico, teórica e reflexiva para alcançarmos a racionalidade desejada”. Nessa dimensão, os referenciais sociológicos aos quais nos referimos anteriormente podem ser, de certa maneira, compreendidos como o instrumental de análise que optamos por utilizar para compreender o fenômeno estudado.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, o estudo teve seu delineamento inicialmente formado pela análise de documentos e entrevista, por considerarmos que seriam os mais adequados para responder ao problema em questão. Com o decorrer das investigações, o questionário teve de ser acrescentado como um meio de obter novas informações e complementar os demais instrumentos de pesquisa.

A análise documental esteve fundamentalmente relacionada à busca por textos, projetos, relatórios de atividades e orçamentos produzidos pelo governo e por ONGs, relacionados à problemática do nosso estudo. Além dos documentos citados, uma série de consultas à área jurídica nos foi de fundamental importância para compreender a definição das ONGs e o modo como elas se aproximam legalmente do poder público.

Com a finalidade de compreender como o assunto estava sendo retratado no cenário paranaense, buscamos matérias divulgadas em jornais sobre as

Organizações Não Governamentais. Encontramos na Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná um total de 110 matérias jornalísticas, publicadas no período compreendido entre março de 1996 a dezembro de 2007, referindo-se diretamente o tema. Também localizamos quatro suplementos especiais (três publicados junto ao Jornal Gazeta do Povo e um junto ao Jornal do Estado) dedicados inteiramente à questão. As matérias, que foram publicadas nos jornais Folha de Londrina, Jornal de Londrina, Gazeta do Povo, Estado do Paraná, Folha do Paraná e Jornal do Estado, abordavam, em sua grande maioria, os diversos serviços prestados pelas ONGs.

As entrevistas, por sua vez, foram utilizadas com o intuito de trazer à tona aquilo que não está contemplado nas fontes escritas e, mais do que isso, recuperar as perspectivas e experiências dos sujeitos que estão diretamente envolvidos com o problema da pesquisa.

Optamos pelo tipo de entrevista semiestruturada, também chamada de despadronizada, assistemática, antropológica ou livre. De acordo com Eva Marconi e Marina Lakatos (2007, p. 279), nesse tipo de entrevista o pesquisador “tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada” e isso se torna “uma forma de poder explorar mais amplamente a questão”.

Ainda sobre a entrevista semiestruturada, optamos pela modalidade focalizada, pois ela nos possibilita utilizar uma espécie de roteiro, ajudando manter as interações dirigidas às perguntas específicas ao nosso objeto de estudo, ao mesmo tempo em que pode abrir espaço para que as perspectivas dos sujeitos entrevistados se manifestem.

Os planos das entrevistas foram elaborados por meio de questões norteadoras, mas não rígidas, com a finalidade de estabelecer um diálogo com os entrevistados e permitir o aprofundamento sobre algum ponto levantado. Os roteiros foram compostos por perguntas específicas para os entrevistados, já que cada um deles tem suas características particulares e está inserido em um contexto bastante singular. Contudo, o assunto das parcerias/relações entre o governo e as ONGs esteve presente em todos eles.

Quanto à escolha dos sujeitos pesquisados, entendemos que uma boa seleção de participantes é aquela que nos possibilita abranger a complexidade das relações que se estabelecem em torno do problema. Nessa ótica, para o tema da

pesquisa ser explorado de maneira mais ampla, as entrevistas foram realizadas com agentes sociais inseridos em diferentes espaços: Paraná Esporte (PRES) e Organizações Não Governamentais.

No que se refere à autarquia governamental, foram entrevistados dois agentes responsáveis pelo planejamento e execução das políticas públicas de esporte. Um deles desempenha a função de técnico esportivo e pertence ao quadro de funcionários da instituição há mais de vinte anos. Por ter ocupado diversos cargos na PRES, acompanhado a implantação e o término de muitos projetos ao longo de diferentes gestões governamentais, entendemos que as informações fornecidas por ele podem nos servir como importantes subsídios para a análise. O outro entrevistado do setor governamental foi escolhido para compor a pesquisa por ocupar a coordenação técnica e administrativa do Campus Avançado da Paraná Esporte,⁸ cargo que recentemente passou a ser chamado de “prefeito da sede da Paraná Esporte”. Atualmente, além de incluir a sede administrativa da PRES, o Campus é o espaço onde estão implantados vários projetos que acontecem por meio de parcerias/convênios entre o governo e outras instituições.

No âmbito das ONGs, três entrevistados compuseram a pesquisa, representando cada um deles uma instituição diferente. Optamos por entrevistar a coordenadora do Programa Rexona Ades Esporte Cidadão, por ocupar um cargo de direção no projeto que, sem sombra de dúvidas, pode ser considerado a maior e mais duradoura parceria Governo - ONG no campo esportivo do Paraná.

Entretanto, não somente os agentes das ONGs que têm parcerias com a PRES é que são importantes para a análise. Compreender como se dão essas relações também inclui buscar detectar por que determinadas ONGs não se aproximam do governo. A partir dessa premissa, entrevistamos a coordenadora do Centro Integrado de Assistência Gerador de Movimento para a Cidadania (CIAGYM), localizado na cidade de Maringá. A ONG, que tem o reconhecimento de Utilidade Pública Federal e atende mais de 600 crianças e adolescentes, nunca estabeleceu nenhuma parceria com a Paraná Esporte, em dez anos de existência. Completando a relação, entrevistamos o vice-presidente da Associação Maringaense de Handebol (AMH), uma associação privada sem fins lucrativos, que

⁸ O Campus Avançado é uma unidade da Paraná Esporte e está localizada no bairro Capão da Imbuia, em Curitiba, no espaço onde anteriormente instalou-se a Universidade do Esporte (UE) e, mais tarde, o Centro de Capacitação Esportiva (CCE).

desenvolve o Projeto Pró-Handebol Social e que também nunca teve nenhum tipo de parceria com o Governo do Estado.

A abordagem aos cinco entrevistados foi feita por meio de um contato inicial, realizado pessoalmente, por telefone ou e-mail, no qual buscamos fazer com que eles percebessem a importância da sua colaboração para o andamento da pesquisa e sua possível contribuição para um melhor entendimento e desenvolvimento das políticas esportivas. Em seguida, verificamos a predisposição em participar do estudo e a disponibilidade dessas pessoas em agendar uma data para a realização da entrevista.

No momento da efetivação da entrevista, apresentamos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme o modelo no APÊNDICE 1, para que os entrevistados pudessem conhecer mais detalhadamente os objetivos do trabalho e estar cientes das condições e implicações de sua participação na pesquisa.⁹

As entrevistas foram registradas em um gravador digital e posteriormente transcritas *verbatim*, ou seja, na íntegra e respeitando fielmente o que os entrevistados disseram. Os materiais procedentes dessas etapas tornaram-se documentos integrantes da análise.

No decorrer da pesquisa, percebemos que somente por meio da análise de documentos e das entrevistas seria difícil conseguir dados sobre os 399 municípios paranaenses e sentimos a necessidade de encontrar outros meios de obter informações. Nesse momento, o questionário foi agregado aos instrumentos de coleta de dados, numa tentativa de conhecer as diversas regiões do estado e acrescentar mais elementos ao estudo.

Ao mesmo tempo, verificamos que a Paraná Esporte dispõe de 16 Centros Regionais de Esporte e Lazer (CRELs), distribuídos pelo estado, além do que está situado na capital (Sede da Paraná Esporte). Cada um dos CRELs é responsável pelo desenvolvimento dos programas e projetos de esporte e lazer do governo estadual nos municípios da sua região, devendo funcionar como um braço da PRES em sua cidade-sede e nas cidades ao seu redor.

⁹ Os TCLEs preenchidos e assinados pelos entrevistados não foram anexados à pesquisa, caso contrário as informações contidas no documento inviabilizariam o anonimato dos participantes. Ao longo do estudo, os entrevistados serão identificados pelo cargo que ocupam – ou ocupavam no momento da entrevista – e pelo nome da instituição em que estão inseridos.

A partir daí, entendemos que seria bastante fecundo buscar informações específicas de cada região junto aos CRELs e elaboramos o questionário que se encontra no APÊNDICE 2, constituído por questões abertas e fechadas, que visaram, principalmente, diagnosticar possíveis parcerias.

Depois da elaboração do questionário, submetemos-o à análise da presidência da Paraná Esporte e solicitamos autorização para enviá-lo aos coordenadores dos CRELs (conforme o documento no ANEXO 2) por compreender que eles seriam os agentes mais indicados para fornecer os dados referentes à sua própria região. Tivemos o retorno de sete questionários preenchidos, que também passaram a figurar como documentos para a análise.

Apresentado o caminho metodológico que percorremos para a elaboração da pesquisa, passamos agora aos capítulos que compõe o trabalho.

CAPÍTULO 1

O REFERENCIAL DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA: SUBSÍDIOS ANALÍTICOS

Quando nos propomos a estudar determinado assunto, é preciso compreender que será necessário investigar, refletir e discutir sobre nossas pesquisas de forma científica e desprendida de crenças pessoais. Para a concretização dessa tarefa, acreditamos que a escolha de uma “instrumentação teórica” pode nos permitir analisar o objeto a ser estudado, ultrapassando as convicções passionais impostas pelo senso comum. Nesta perspectiva, destacamos a importância do referencial teórico como um subsídio fundamental na interpretação dos dados e no entendimento mais aprofundado do fenômeno que nos instiga.

Em busca de referências que nos permitissem analisar as possíveis relações estabelecidas entre as Organizações Não Governamentais e o Governo do Estado do Paraná no âmbito esportivo, encontramos nas Ciências Sociais, e mais especificamente na Sociologia, a chance de compreender o problema que nos propomos a estudar. Podemos dizer que optamos por dirigir, de certa forma, um “olhar sociológico” para o nosso objeto de estudo e, desta maneira, localizamos nos trabalhos desenvolvidos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) e pelo sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990), algumas categorias interpretativas com as quais dialogamos ao longo do trabalho.

A fecundidade da utilização dos conceitos desses autores nas pesquisas sociológicas referentes ao esporte vem sendo discutida, nos últimos anos, entre os pesquisadores da área, que têm se apropriado sistematicamente das teorias formuladas por eles e empregado seus referenciais teóricos na interpretação de diferentes objetos de estudo. Uma indicação dessa afirmativa é dada pelo historiador Ademir Gebara, ao enfatizar que o emprego da Sociologia Configuracional, de Norbert Elias, e a Sociologia Reflexiva, elaborada por Pierre Bourdieu, na interpretação do esporte enquanto fenômeno em construção, têm sido “referências e responsáveis pelo avanço que temos observado nas produções acerca da temática nos últimos anos” (GEBARA, 2000, citado por MARCHI JR., 2002, p. 82).

Diante de tais considerações e tendo em vista que os conceitos elaborados por Norbert Elias e Pierre Bourdieu podem nos auxiliar no decorrer da pesquisa,

buscamos apresentar, nos dois subcapítulos que seguem, ainda que de maneira introdutória, alguns aspectos concernentes à trajetória pessoal e acadêmica dos dois autores, as teorias sociológicas desenvolvidas por eles e o modo como suas categorias analíticas podem contribuir com as questões presentes em nosso estudo. Mesmo tendo em mente que “todo recorte seria sempre arbitrário podendo amputar a obra de temas importantes” (VASCONCELLOS, 2002, p. 78), o texto está deste modo organizado, sobretudo, por entendermos que as etapas mencionadas são inerentes à apropriação das teorias elaboradas pelos autores e a utilização adequada de seus conceitos.

Com base nisso, acreditamos que será possível ampliar o entendimento das questões colocadas aqui, assim como apresentar nosso objeto de estudo de maneira menos descritiva e mais analítica.

1.1 PIERRE BOURDIEU E A SOCIOLOGIA REFLEXIVA

Pierre Bourdieu nasceu em 1º de agosto de 1930, em Denguin, um pequeno vilarejo rural situado nos Pirineus Atlânticos, ao Sudoeste da França e morreu em 23 de janeiro de 2002, em Paris. Procedente de uma família de origem camponesa e bastante humilde, passou alguns anos de sua infância e adolescência como aluno interno no Liceu de Pau (1941 a 1947) e no Liceu Louis-le-Grand (1948 a 1951), em Paris¹⁰.

Seria desnecessário observar a origem humilde e o período de estudos no internato na vida de Bourdieu se essas experiências não tivessem desempenhado um papel fundamental em sua vida acadêmica e, portanto, na elaboração de sua teoria social já que, de fato, cada etapa de sua vida está relacionada com o desenvolvimento de seu pensamento.

Em *Esboço de auto-análise*,¹¹ Bourdieu afirma que a formação de suas disposições em relação ao mundo social está necessariamente associada a sua

¹⁰ Os dados referentes à biografia de Pierre Bourdieu que utilizamos para compor este texto, foram extraídos principalmente de Ortiz (1994), Wacquant (2002) e Bourdieu (2002, 2005).

¹¹ O livro *Esboço de auto-análise* não é propriamente uma autobiografia, como reforça o autor, mas um esforço para reunir alguns elementos de uma auto-análise que Bourdieu aplica a si mesmo,

posição de origem. Dito de outra forma, a sua percepção em relação ao campo sociológico se deve muito a sua trajetória social e escolar. Em suas palavras, a experiência no internato durante a infância:

desempenhou um papel determinante na formação de minhas disposições; principalmente pelo fato de me inclinar a uma visão realista (flaubertiana) e combativa das relações sociais, a qual, já presente desde a educação de minha infância, contrasta com a visão irênica, moralizante e neutralizada que acaba sendo encorajada, parece-me, pela experiência protegida da existência burguesa (BOURDIEU, 2005, p. 115).

A partir da vivência no mundo violento e rude do internato, que classifica como “terrível escola de realismo social” (BOURDIEU, 2005, p. 115), o autor desenvolve o que chamou de *habitus clivado*, ou seja, o efeito durável da relação contraditória entre uma baixa extração social e uma elevada consagração escolar. Sem medo de estarmos equivocados, podemos dizer que essas experiências se manifestam no estilo de sua pesquisa, no tipo de objetos que lhe interessam e na maneira de abordá-los, caracterizada pelo constante combate à reprodução social.

Ao deixar o Liceu Louis-le-Grand, em 1951, ingressou na Faculdade de Letras, da École Normale Supérieure e, em 1954, graduou-se em Filosofia, assumindo a função de professor no Liceu de Moulins, onde lecionou até 1955. Após esse período, Bourdieu prestou serviço militar, entre 1955 e 1958, durante a Guerra da Argélia¹² - época em que as relações entre a França e a Argélia eram bastante conturbadas - e, depois disso, tornou-se professor assistente na Faculdade de Letras de Argel de 1958 a 1960.

Durante o tempo em que esteve na Argélia, iniciou suas pesquisas tendo como cenário a sociedade cabila (ou kabila, argelina). Esses estudos deram origem, posteriormente, aos seus primeiros livros: *Sociologie de l'Algérie* (Sociologia da Argélia), *Travail et travailleurs en Algérie* (Trabalho e trabalhadores na Argélia) e *Le*

tornando-se “ao mesmo tempo sujeito e objeto da análise” (BOURDIEU, 2005, p. 96). Deste modo, o sociólogo aplica a si próprio - como havia feito anteriormente com tantos outros objetos de estudo - o método que desenvolveu durante toda sua vida, analisando a filosofia e a sociologia no momento de seu ingresso como agente no campo acadêmico e sua trajetória pessoal, levando em conta o caráter específico das posições ocupadas por ele.

¹² A Guerra da Argélia (1954 - 1962) foi um movimento de luta pela independência da Argélia, que pertencia então ao território francês. Caracterizou-se por ataques de guerrilha e atos de violência contra civis - perpetrados tanto pelo exército e colonos franceses (os “*pied-noirs*”) quanto pela Frente de Libertação Nacional (*Front de Libération Nationale* - FLN) e outros grupos argelinos pró-independência.

déracinement, la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie (O desenraizamento, a crise da agricultura na Argélia).

Além da trajetória social e escolar que o conduziu até ali e que o “singularizava de maneira extremamente forte” (BOURDIEU, 2005, p. 68), o período em que viveu na Argélia também é considerado pelo autor como fundamental na construção de sua percepção do campo sociológico. Mais do que isso, a experiência vivida durante a Guerra fez com que sua visão de filósofo se visse transformada pela visão de etnólogo e de sociólogo, visto que durante todo o período em que prestou serviço militar, Bourdieu se dedicou a realizar pesquisas de campo e levantar dados empíricos para compreender a sociedade argelina, na tentativa de alertar os franceses o que de fato se passava na Argélia. De acordo com o próprio Bourdieu, isso o levou “a uma posição bastante crítica da sociologia e dos sociólogos [...] e, ainda mais, talvez, a uma representação bastante desencantada, ou realista, das tomadas de posição individuais ou coletivas dos intelectuais” (*Idem*).

Quando retornou à França, em 1960, deu continuidade às pesquisas e iniciou uma trajetória acadêmica marcada por intensa e rigorosa produtividade. Atuou como assistente de seu orientador, Raymond Aron, na Faculdade de Letras de Paris (1960-1961) e, em seguida, lecionou como professor efetivo na Faculdade de Letras de Lille (1961-1964). Em 1964, tornou-se diretor de estudos na École Pratique d'Hautes Études - atualmente École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Já no ano de 1975, criou e passou a dirigir a revista *Actes de la recherche en sciences sociales* e, quatro anos depois, lançou o livro *La distinction* (A distinção), considerado pela Associação Internacional de Sociologia um dos dez livros de sociologia mais importantes do Século XX.

Em 1981, foi eleito professor titular da cadeira de Sociologia do Collège de France - anteriormente ocupada por Émile Durkheim - e em 1982 proferiu sua aula inaugural nessa Instituição, cujo conteúdo é publicado no livro *Leçon sur la leçon* (Lições da aula).

Mas as atividades de Pierre Bourdieu não ficaram restritas à França. Na década de 1970, atuou como docente nas Universidades de Harvard e de Chicago, além da Universidade de Berlim, onde foi consagrado Doutor *honoris causa*, em 1989. O sociólogo recebeu o mesmo título, em 1996, na Universidade Johann Wolfgang Goethe, de Frankfurt, e na Universidade de Atenas.

O Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), condecorou Bourdieu, em 1993, com a medalha de ouro que concede anualmente a personalidades que tenham contribuído significativamente para o desenvolvimento de pesquisas capazes de promover o conhecimento e que tragam benefícios sociais, culturais e econômicos. É importante observar que essa foi a primeira vez, desde a sua fundação em 1939, que o CNRS ofereceu tal distinção a um sociólogo.

Ao longo de sua trajetória acadêmica, engajou-se em diferentes causas como as lutas sociais contra o neoliberalismo, a defesa da autonomia intelectual, as causas dos desabrigados, desempregados e imigrantes ilegais. Dedicou-se a uma diversidade de objetos de estudos referentes à educação, cultura, arte, literatura, mídia, política, esporte, entre tantos outros. Mantendo sempre uma grande preocupação em aliar um rigoroso trabalho de campo a diferentes instrumentos metodológicos, tornou-se um autor particularmente original no que diz respeito a sua maneira de entender o mundo social. Neste sentido, Renato Ortiz (1994, p. 8) afirma que “Pierre Bourdieu é um exemplo deste tipo de autor, difícil de ser situado em relação a uma ‘escola’, pois que se apresenta como um pensador profundamente original”. A socióloga Maria Andréa Loyola vai além, e afirma que Bourdieu “construiu uma verdadeira escola, com raiz na sociologia e na etnologia francesas, mas que atravessou o Atlântico e ganhou o resto do mundo” (BOURDIEU, 2002, p. 91).

Com um perfil acadêmico considerado rigoroso e combativo, o sociólogo que sempre detestou “banciar o intelectual que diz grandes frases” (BOURDIEU, 2002, p. 21), tornou-se um dos maiores pensadores do seu tempo, um dos autores mais lidos e “o mais citado cientista social do mundo” (WACQUANT, 2002, p. 96).

Deixou uma extensa obra que compreende mais de 30 livros, além de uma enormidade de ensaios, entrevistas, artigos e conferências publicadas em diversas línguas que constituem referências valiosas para os sociólogos, mas que não foram elaboradas somente para esses já que, no prólogo do livro *Questões de Sociologia*, o próprio autor reafirma que “a sociologia não valeria nem uma hora de esforço se fosse um saber de especialista reservado para especialista”.

Para ele, o trabalho do sociólogo - enquanto profissional inserido num campo científico - é justamente ver os fatos que os leigos não enxergam e produzir conhecimento acerca do mundo social para tornar visíveis os fenômenos que os outros não vêem e explicitar suas conseqüências ocultas, pois:

Um sociólogo que cala, ou ele não vê, não enxerga, não é competente, ou vê e se acomoda. Uma das funções que me dou ao tomar a palavra é estimular outras pessoas, que podem saber mais do que eu, a também tomarem a palavra (BOURDIEU, 2002, p. 24).

No entendimento de Pierre Bourdieu, que dedicou toda sua carreira no projeto de construção de uma sociologia crítica e reflexiva, o sociólogo deve ser um “intelectual coletivo” e a sociologia deve ser considerada uma “arma de combate”, como no título do filme que retrata um pouco de sua vida¹³. Logo, o papel fundamental dos intelectuais - sociólogos, filósofos, escritores, poetas de vanguarda, artistas, historiadores, economistas, antropólogos, para citar apenas alguns exemplos aos quais ele já fez alusão - é lutar para “tornar visível o invisível” ou revelar os fundamentos da dominação que estão ocultos.

A característica combativa presente em toda a Sociologia Reflexiva de Bourdieu, fez sua teoria reconhecida no mundo todo e, com efeito, também a tornou alvo de severas críticas, sobretudo no interior do campo universitário. Sobre tal questão, nas palavras de Maria Andréa Loyola, um “impetuoso descobridor de temas, idéias e autores não poderia deixar de suscitar controvérsias” (BOURDIEU, 2002, p. 90).

A propósito de ser considerado um rebelde intelectual, Bourdieu (2005) afirma sempre ter sido um problema para a forma dominante de vida intelectual, já que suas escolhas teóricas sempre se orientaram, desde muito cedo, longe do “intelectualismo” e dos movimentos intelectuais da moda, situando-se numa espécie de “antiacademismo”, atingindo diretamente a vaidade das coisas universitárias, por isso considera que:

uma parcela apreciável das reações negativas ou hostis por mim suscitadas [...] deriva tanto de meus propósitos e de meus escritos (o que acaba tendo efeito, ainda mais quando atinge certos interesses intelectuais) como da existência do grupo que formei e de suas particularidades (BOURDIEU, 2005, p. 53).

Em entrevista concedida à Maria Andréa Loyola, ao ser questionado sobre a tendência de sua obra ser caracterizada como uma interpretação pessimista da realidade e nos últimos anos ter passado do pessimismo para a utopia, Bourdieu

¹³ Nos referimos ao documentário *La Sociologie est un sport de combat*, produzido pelo francês Pierre Carles, em 2001. Neste filme, o cinegrafista acompanha Pierre Bourdieu em palestras, durante entrevista para uma estação de rádio, em debates, encontro com estudantes e em alguns momentos da vida acadêmica do sociólogo.

descarta de imediato essa classificação. Para ele, não é o caso de se falar em otimismo ou pessimismo em suas pesquisas, já que tais características pertencem ao plano pessoal e não devem, portanto, interferir no trabalho científico. O sociólogo afirma que as mudanças perceptíveis em seus trabalhos se devem ao fato de que “certas coisas mudam o tempo todo” e, igualmente, “os conhecimentos se refinam, tornam-se mais precisos, corrigem-se e se sistematizam” (BOURDIEU, 2002, p. 16). Além disso, também atribui as transformações observadas em seus trabalhos ao desacordo com determinadas “tendências” instaladas nas Ciências Sociais:

[...] tenho a tendência de ir contra a maré, contra a corrente. Quando todos os intelectuais eram marxistas, eu era mais weberiano, porque eles me irritavam e para irritá-los. E também para defender a autonomia da pesquisa contra modismos. Muitos desses marxistas precoces tornaram-se muitos conservadores e me denunciavam, hoje em dia, como o último dos marxistas, o que nunca fui e nem serei. Esse espírito de contradição está ligado, sem dúvida, à minha trajetória social, às minhas origens sociais e mesmo regionais. Acho que as pessoas do sudoeste da França são um pouco como os irlandeses, que, no mundo anglo-saxão, são subversivos, coléricos, descontentes, fizeram revoluções na literatura (BOURDIEU, 2002, p. 17).

Por diversas vezes tachado como reprodutivista, funcionalista e até reducionista, o sociólogo francês sempre se mostrou avesso a rotular seu trabalho e esclarece:

Se eu tivesse que caracterizar meu trabalho em duas palavras, ou seja, como se faz muito hoje em dia, se tivesse que lhe aplicar um rótulo, eu falaria de *constructivist structuralism* ou de *structuralist constructivism*, tomando a palavra “estruturalismo” num sentido daquele que lhe é dado pela tradição saussuriana e lévi-straussiana (BOURDIEU, 1990, p. 149).

A construção teórica de Bourdieu tem sua matriz influenciada por autores como Émile Durkheim, Max Weber, Claude Levi-Strauss e Karl Marx, buscando em relação a este último, apresentar uma crítica da tendência de reduzir o campo social somente ao campo econômico. Sobre essas influências, adverte que:

Desde o começo de meu trabalho, pareceu-me que seria possível fazer com que a sociologia progredisse decisivamente se conseguisse reunir os conhecimentos, na aparência antagônicos ou, em todo caso, dispersos, desta disciplina; se, em outras palavras, conseguisse integrar, sem recorrer a conciliações retóricas ou a compromissos ecléticos, as tradições simbolizadas pelos nomes dos “pais fundadores”: Marx, Durkheim, Weber, e a superar as oposições, epistemologicamente fictícias mas socialmente reais, entre os “teóricos” e os “empiristas” (BOURDIEU, 1994, p. 38).

A afirmação acima revela um outro aspecto bastante presente em seus trabalhos: o sociólogo sempre se mostrou radicalmente avesso aos dualismos da ciência. Nas palavras de Moacir Palmeira:

Os trabalhos de Bourdieu viriam não propriamente preencher a lacuna entre a “teoria vazia” e o “empirismo cego”, mas subverter esse quadro. Desde seus primeiros trabalhos, Bourdieu jogou muito forte em termos teóricos e sempre esteve refletido em uma base empírica. Parece-me que o modo de articular teoria e pesquisa empírica talvez tenha sido a grande virada que ele provocou na sociologia francesa e, com o correr do tempo, nas ciências sociais por toda a parte (BOURDIEU, 2002, 58).

Diante das considerações exposta até aqui, é legítimo dizer que Bourdieu buscou superar aquilo que considerava como limite epistemológico dos autores clássicos e, a partir desse esforço, desenvolveu uma abordagem teórica com características bastante próprias. À medida que construiu sua discussão sociológica, o autor privilegiou, ao longo de toda sua vida, a tarefa de entender a constituição e desvendar os mecanismos (fundamentos ocultos) da reprodução da sociedade, que legitimam as diversas formas de dominação. Nesta perspectiva, dedicou boa parte dos seus trabalhos à identificação dos mecanismos geradores e mantenedores das leis sociais.

Para empreender essa tarefa, desenvolveu conceitos específicos e retirou os fatores econômicos do centro das análises sociais, afirmando que a sociedade não pode ser compreendida tal como no modelo clássico da pirâmide, no qual as classes sociais estão localizadas de forma estanque e regidas unicamente por fatores econômicos.

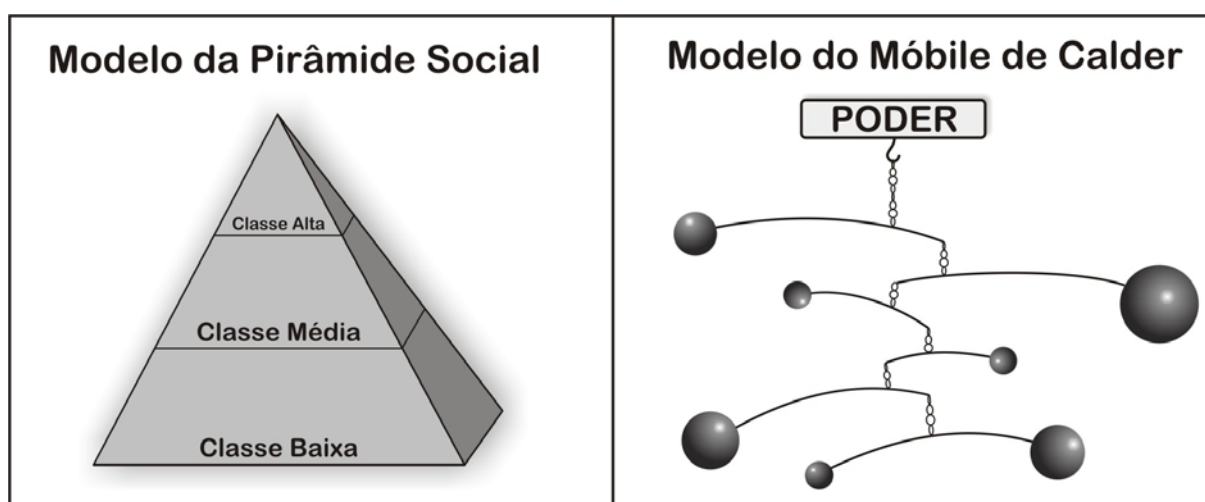
Segundo o autor, cada uma das estruturas sociais tem sua relativa autonomia, história e modo de funcionamento e uma interpretação da sociedade se aproxima mais de um *móBILE de Calder*¹⁴ do que da pirâmide social. Tal como no móBILE, no entendimento da sociedade para Bourdieu, o movimento de uma

¹⁴ A origem latina do termo *móBILE* remete à idéia de "móbil", movimento. Nas artes visuais, a noção é empregada para nomear esculturas, em geral abstratas, compostas de materiais leves, suspensos no espaço por meio de fios. O termo surge em 1932, quando Marcel Duchamp usa a palavra para fazer referência a algumas esculturas de Alexander Calder (1898 - 1976), considerado por muitos críticos de arte como o maior escultor moderno norte-americano. O livro *Calder no Brasil*, organizado por Roberta Saraiva traz alguns textos que mostram a influência do artista em nosso país e extratos de sua autobiografia. Informações disponíveis nos sites: <<http://www.mac.usp.br/projetos/percursos/calder.html>> e <<http://www.itaucultural.org.br>>. Acesso em: 05/05/2008.

estrutura vai influenciar o movimento das outras e, a partir do modelo em questão, é possível compreender que existem movimentos intra-estruturas e movimentos inter-estruturas.

Prosseguindo com a analogia, é fundamental notar que o móbile necessita estar fixado em algo que assegure a sua sustentação. A análise que Bourdieu desenvolve, nos oferece subsídios para que se possa compreender que, de fato, o que “sustenta” as peças que compõem o móbile, ou melhor dizendo, o elemento que perpassa todas as estruturas da sociedade é o poder, presente em todas as relações. A FIGURA 2 nos permite visualizar os dois modelos de compreensão da sociedade mencionados.

FIGURA 2 - MODELOS DE INTERPRETAÇÃO DA SOCIEDADE



FONTE: Martines (2009)

A partir desse entendimento de sociedade, emerge o modo com que Bourdieu compreende as ações dos indivíduos. Como esclarece Renato Ortiz (1994), a problemática teórica do autor está centrada essencialmente sobre a questão da mediação entre o agente social e a sociedade. Bourdieu considera um problema metodológico a discussão que oscila entre os pólos antagônicos do objetivismo - relações objetivas que estruturam as práticas individuais - e a fenomenologia - que parte da experiência primeira do indivíduo.

A fim de resolver essa problemática, sua discussão explicita outro tipo de abordagem epistemológica chamada de “conhecimento praxiológico”, que busca articular dialeticamente o agente social e a estrutura social, ultrapassando o embate

objetivismo/subjetivismo, ser individual/ser social. E, conforme aponta Bourdieu, a condição para a constituição dessa “teoria da prática” é a “construção de uma ciência experimental da dialética da interioridade e da exterioridade, isto é, da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 1994, p. 60).

As estruturas sociais, que constituem um tipo particular de meio e que podem ser apreendidas sob a forma de regularidades associadas a um meio estruturado, produzem um sistema de disposições chamado de *habitus*¹⁵ que são, por sua vez, incorporados de forma durável nos agentes sociais. Para Bourdieu (1994, p. 65), “a prática pode, assim, ser definida como produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*”, ou seja, ela é estabelecida através das disposições e dos acontecimentos.

O conceito de *habitus*, de acordo com Maria Vasconcellos (2002), é inicialmente trabalhado por Bourdieu durante os estudos das relações sociais e econômicas que o autor desenvolve na Argélia e no Béarn, sua região de origem. Como aponta Afrânio Catani (2002), aparece pela primeira vez no livro *A reprodução*, mas não foi elaborado originalmente por Bourdieu, já que recupera uma antiga noção filosófica, que teve origem na idéia de Aristóteles e na Escolástica, que enfatizava a existência de um aprendizado passado.¹⁶ Contudo, Bourdieu reinterpreta a noção de *habitus*, para transcender a oposição entre objetivismo e subjetivismo, definindo-o como um:

sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, o princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e

¹⁵ Convém esclarecer que, embora seja possível certa aproximação, o conceito de *habitus* tem diferenças essenciais do que conhecemos por hábito. Enquanto o hábito é compreendido como a maneira usual de se fazer algo, ação ou uso repetido regularmente e de modo mecânico, o *habitus* está relacionado à história individual e pressupõe a aquisição de certos capitais.

¹⁶ A origem do *habitus* está localizada “na noção aristotélica de *hexis*, elaborada na sua doutrina sobre a virtude, significando um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta os nossos sentimentos e desejos numa situação e, como tal, a nossa conduta. No século treze, o termo foi traduzido para o Latim como *habitus* (particípio passado do verbo *habere*, ter ou possuir) por Tomás de Aquino”. Antes de ser desenvolvido por Bourdieu, o conceito de *habitus* também figurou nos escritos de autores como Émile Durkheim, Marcel Mauss, Max Weber, Thorstein Veblen, Edmund Husserl, Alfred Schutz e Norbert Elias (WACQUANT, 1991, p. 35).

coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1994, p. 61).

O conceito de *habitus* que ele desenvolve ao longo de toda sua obra “corresponde a uma matriz determinada pela posição social do indivíduo que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações” (VASCONCELLOS, 2002, p. 79). Para Löic Wacquant:

O *habitus* é uma noção **mediadora** que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar a “interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de **disposições** duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente (WACQUANT, 1991, p. 36, grifos no original).

Löic Wacquant (1991) esclarece que o *habitus* é, ao mesmo tempo, social (já que as categorias de juízo e de ação são adquiridas por todos aqueles que foram submetidos aos condicionamentos sociais) e individual (pois cada uma das pessoas, tendo uma trajetória e uma posição única, internaliza uma combinação singular de esquemas). Do mesmo modo, o *habitus* é, simultaneamente, estruturado (por meios sociais passados) e estruturante (das ações presentes).

Simplificando, podemos dizer que o *habitus* é uma espécie de senso prático (esquemas de percepção, pensamento e ação) do que fazer em cada situação. Os esquemas que constituem o *habitus* são perceptíveis nos vários domínios da prática e podem ser verificados, por exemplo, na escolha de uma música, de uma roupa, de um esporte, no consumo de determinados produtos que fundamentam diferentes estilos de vida, mas também nas escolhas políticas, matrimoniais, etc.

Os *habitus* se estruturam no interior de mundos sociais particulares aos quais Bourdieu chama de “campos”. Como nos apresenta Wanderley Marchi Júnior (2004, p. 54), “Bourdieu estabelece a teoria dos campos considerando o ator social em função das relações objetivas que regem a estruturação da sociedade, ou seja, uma relação dialética entre situação e *habitus*”. Isso significa dizer que “os conceitos de *habitus* e campo são relacionais no sentido de que só podem funcionar um em relação ao outro” (BOURDIEU, 2002, p. 68). Em outras palavras, a relação do campo com o *habitus* se estrutura através de uma relação de condicionamento: se cada campo tem seu funcionamento estabelecido através de seu *habitus*, também o *habitus* é estruturado pelo campo.

Conhecer os campos (estruturas) e as disposições (*habitus*) dos agentes sociais é condição imprescindível para compreender as especificidades contidas na realidade social. Em função disso, torna-se indispensável explorarmos o conceito de campo que, juntamente com o *habitus*, é um dos conceitos-chave da teoria *bourdieusiana*¹⁷.

Para Renato Ortiz (1994, p. 19), o campo pode ser definido “como o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”. De um modo sintetizado, um campo pode ser descrito como o espaço onde se manifestam as relações de poder.

Ainda de acordo com esse autor, dizer que um campo está definido pela luta em torno de um interesse específico, implica afirmar que ele é estruturado através da distribuição desigual de poder, o que invariavelmente vai determinar a posição que um agente social ocupa (ORTIZ, 1994). Vale lembrarmos a imagem do móbile, representado na FIGURA 2, em que o poder aparece como um elemento presente em todas as estruturas.

No interior do campo, os agentes sociais estão constantemente lutando para conquistarem determinado conjunto de referências necessárias para estarem inseridos, adquirirem prestígio e entenderem o “jogo social” que acontece dentro do espaço em que estão inseridos. Esse conjunto de referências é chamado por Bourdieu de *capital*, que pode ser econômico, social, simbólico, físico, político e cultural.

É possível dizer que a diferença de forças entre os agentes sociais de um mesmo campo é o resultado dos diferentes capitais acumulados que foram conquistados em lutas anteriores. Segundo Bourdieu (1994), a diferença de capitais gera os dois pólos opostos que regem o campo: o pólo dos dominantes e o pólo dos dominados. No primeiro pólo, estão inseridos os agentes que possuem mais capital e, no segundo, aqueles que se definem pela ausência ou escassez do capital específico em questão, geralmente os mais “novatos” no campo. Tal divisão faz com que surja entre os dominantes a ortodoxia, que é a busca pela manutenção da ordem no campo para conservar intacto o capital adquirido. E, entre os dominados, a

¹⁷ Temos observado a utilização de diferentes termos para se referir à teoria elaborada por Pierre Bourdieu. Enquanto alguns pesquisadores a qualificam como *bourdiana*, outros preferem o emprego do termo *bourdieusiana*. Posto que ainda não exista um consenso e, tampouco o sociólogo tenha se referido ao tema, consideramos que ambas as palavras estão corretas.

heterodoxia que procura, por meio de estratégias, modificar a situação estabelecida no campo para acumular capital e inverter a “balança de poder”.

Nessa constante oscilação, os agentes sociais inseridos em um campo estão continuamente procurando um meio de adquirir capital e, assim, todas as realizações pressupõem necessariamente uma gama de interesses, que podem ser os mais diversos (BOURDIEU, 1994). Com isso, não são possíveis os discursos desinteressados e ingênuos, já que não existe neutralidade nas realizações. Dessa premissa, emerge a idéia de que as ações efetivadas em um campo (espaço social de atuação, movimentação e disputas) sempre objetivam adquirir determinado capital, específico ao campo em questão.

A sociedade pode ser entendida, então, como o espaço onde são travadas lutas em diferentes campos: político, esportivo, jornalístico, científico, etc. Contudo, um campo só existe quando há um espaço social que possua determinada lógica: a garantia de funcionamento do campo reside no fato de que ele necessita de objetos de disputa específicos (capitais) e de “jogadores” (agentes sociais) portadores de disposições (*habitus*) compatíveis, que reconheçam e legitimem as “regras” do jogo social realizado nesse campo.

Ainda que cada campo tenha seu objeto específico de disputa, estrutura e história própria, de acordo com Pierre Bourdieu, existem leis gerais que regem todos os campos. Tratam-se de mecanismos denominados “normas de funcionamento invariantes”, que sugerem uma tendência para os campos funcionarem de maneira universal, possibilitando transferir as características perceptíveis de um campo para outro. Por exemplo, ainda que o campo da alta costura e o campo jornalístico sejam espaços bastante específicos e distintos, existem certas características que lhes são comum: o princípio da polarização, as lutas em torno de um objeto de disputa, a presença de agentes sociais portadores de um mesmo *habitus*.

Outro princípio que rege os campos é a “relativa autonomia” que estes possuem em relação às transformações econômicas, políticas e sociais. Também a título de exemplificação, podemos citar o campo econômico. Neste espaço social, existe uma estrutura própria, autônoma e a disputa por um objeto específico, que é percebido pelos agentes que integram o campo. No entanto, não há como negar que determinadas mudanças no campo político, podem trazer modificações na estrutura e no funcionamento do campo econômico e, inclusive, nas posições que alguns agentes ocupam em seu interior: trocas de cargo, demissões, contratações, etc.

Mais do que isso, o encontro entre o campo econômico e o campo político traz consigo novas características e lutas travadas em torno dos interesses próprios resultantes dessa união. Isso nos ajuda a compreender o entrelaçamento, ou a interseção, entre campos distintos.

Com o intuito de compreender as questões referentes às características da abordagem sociológica das quais falamos até aqui, vamos tomar como exemplo a análise que Bourdieu (1990) faz sobre o campo da produção cultural – que pode também ser especificado como campo artístico, campo literário ou campo científico.

Para o autor, o campo da produção cultural é um espaço absolutamente particular (autônomo) em que pesam as lutas de agentes específicos: pesquisadores, cientistas, artistas, etc. Ainda assim, é possível observar algumas homologias entre esse campo e o campo político. De acordo com Bourdieu (1990), cada um dos campos mencionados compreende uma forma estrutural e funcional inteiramente específica e, se é possível falar em homologias (normas de funcionamento invariantes) entre o campo da produção cultural e o campo político, podemos afirmar que existem aí traços estruturalmente equivalentes, mas não idênticos. Em outras palavras, o campo da produção cultural é um espaço em que pesam as questões de poder, capital e lutas travadas entre os agentes inseridos nesse campo, tal como no campo político. Entretanto, todos os conceitos comuns se apresentam de forma absolutamente específica em cada um deles. Para Bourdieu existe no campo cultural:

uma espécie muito particular de capital, que é simultaneamente o instrumento e o alvo das lutas de concorrência no interior do campo, a saber, o capital simbólico como capital de reconhecimento ou consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores, ao preço de um trabalho e de estratégias específicas (BOURDIEU, 1990, p. 170).

As estratégias específicas às quais Bourdieu faz referência podem ser observadas na publicação (ou não) dos trabalhos de determinado autor, na rotulação de uma obra que é como o “insulto científico”, na desqualificação e não aceitação de uma determinada corrente ou grupo com a finalidade de excluí-los do jogo, principalmente com os agentes sociais que estão há menos tempo inseridos no campo. Aqui é possível perceber claramente que sobre os agentes “novatos” no campo as forças pesam com mais intensidade.

Retomando a comparação entre o campo da produção cultural com o campo político, nesse último, também pesam as questões de poder e as estratégias de disputa, no entanto, as lutas são travadas em torno de um objeto que é específico: os agentes políticos não disputam capital simbólico para ter mais acesso aos meios de publicação de livros ou divulgação de obras artísticas, e sim para conquistar capital político e adquirir outras conquistas como o voto, a reeleição, determinados cargos, etc. As especificidades contidas nos dois campos nos ajudam a compreender a autonomia de cada um deles. Contudo, o fato de ambos estarem sujeitos, por exemplo, às mudanças econômicas, nos remete a pensar na relatividade desta autonomia.

Pierre Bourdieu se dedicou a estudar diversos campos, entre eles o campo político, religioso, econômico, cultural, esportivo, jornalístico. Dentre os estudos empreendidos pelo sociólogo, dois nos interessam particularmente, por estarem bastante relacionados ao nosso objeto de estudo: as análises acerca dos campos esportivo e político. Falaremos agora um pouco mais sobre cada um deles.

1.1.1 O campo esportivo

Compreendendo o esporte como “um conceito moderno polissêmico e um fenômeno social complexo” (LINHALES, 2006, p. 24) e, portanto, possível de várias manifestações, sentidos e significados, é prudente esclarecer, já de início, que este tópico não tem a pretensão de buscar uma conceituação para o esporte, e sim, apresentar alguns subsídios que nos ajudem a compreender as relações que se estabelecem no espaço das práticas esportivas.

Para Pierre Bourdieu (1990), as manifestações esportivas ocupam um universo específico de práticas sociais denominado campo esportivo, onde estão os agentes portadores de certos *habitus* que se relacionam e disputam objetos de interesse. Compreender o fenômeno esportivo por esse viés significa, necessariamente, perceber que os agentes sociais (como os atletas, dirigentes, empresários, técnicos, jornalistas, comentaristas, políticos, patrocinadores, torcedores, etc.) inseridos nas instituições (como as federações e confederações, clubes, escolas, ONGs, secretarias, ministério, empresas, emissoras de televisão, etc.) que compõem o campo esportivo estão constantemente agindo em função da aquisição de certos capitais.

O campo do esporte - a exemplo dos demais, haja vista as normas de funcionamento invariantes - é regido por uma lógica de ofertas e consumos, isto é:

As práticas esportivas passíveis de serem registradas pela pesquisa estatística podem ser descritas como a resultante da relação entre uma oferta e uma procura, ou, mais precisamente, entre o espaço dos produtos oferecidos num dado momento e o espaço das disposições (associadas à posição ocupada no espaço social e passíveis de se exprimirem em outros tipos de consumo em relação com o outro espaço de oferta) (BOURDIEU, 1990, p. 211).

Nessa abordagem, o esporte moderno¹⁸ acompanha as lógicas do sistema mercantil, sendo constituído por meio da oferta e do consumo de produtos esportivos. Dentre esses produtos podemos citar, por exemplo, os mais variados artigos como as vestimentas, os equipamentos e uma infinidade de artefatos relacionados ao esporte e, também, os espetáculos, comentários, transmissões televisionadas, notícias e discursos.

Ainda que o campo esportivo seja constituído por um espaço relativamente autônomo de práticas, agentes e interesses específicos, não está fechado em si. Ao contrário, tendo em vista o lugar de centralidade que os esportes vêm ocupando no modo de organização da sociedade moderna e considerando-se que o esporte traz consigo “um universo de significações capazes de mobilizar indivíduos de todos os lugares, extratos sociais, sexos, idades e posições ideológicas” (STIGGER, 2002, p. 2), é possível afirmar que os produtos esportivos têm despertado uma pluralidade de interesses nos mais variados setores.

Um forte indício dessa afirmativa pode ser visualizado na maneira com que o esporte é abordado pelos agentes inseridos no campo televisivo¹⁹. No contexto sócio-cultural contemporâneo, os produtos relacionados ao esporte não têm sido ofertados pela mídia com o único intuito de incentivar e favorecer a prática de modalidades, pois o fenômeno esportivo claramente assumiu uma característica

¹⁸ Ao utilizar o qualificativo “moderno”, estamos nos referindo ao esporte “que começa a surgir no século XVIII, tendo sido *inventado* na Inglaterra, quando diversos jogos e passatempos populares sofreram profundas transformações, a ponto de se considerar uma *ruptura* com o que existia até aquele momento nas atividades físico-competitivas” (STIGGER, 2005, p. 11).

¹⁹ A respeito da lógica do campo televisivo, dos agentes que o compõe e dos tipos de capital que se disputam nesse espaço, ver Bourdieu (1997b). Neste trabalho, intitulado *Sobre a televisão*, o sociólogo estabelece uma análise sobre a constituição do campo jornalístico, trazendo à tona a lógica dos conflitos estabelecidos neste campo e denunciando a maneira como as informações são manipuladas no meio televisivo.

mercadológica, garantindo uma indústria que movimenta um expressivo montante de capital econômico. Não surpreendentemente, o esporte parece-nos estar mais fortemente associado a um número considerável de potenciais *consumidores* dos espetáculos esportivos do que, efetivamente, *praticantes* de esportes.

A respeito da relação estabelecida entre o campo televisivo e o campo esportivo, é possível perceber que os produtos relacionados a determinadas modalidades e atletas, comentários, propagandas, entrevistas, “mesas redondas”, enfim, tudo o que é produzido no âmbito midiático, busca estimular uma determinada forma de “consumo esportivo” e oferecer aos expectadores (consumidores) não apenas um jeito de visualizar o esporte, mas também, maneiras de se portar diante dele e consumi-lo. As manifestações do esporte, nesse sentido, são utilizadas pela mídia num ciclo de produção e satisfação de demandas, o que impõe a lógica de funcionamento ao campo e garante aos seus agentes obter lucros financeiros e simbólicos.

Inseridas nesse contexto, algumas das afirmações relativas ao esporte, bastante recorrentes no meio televisivo, refletem-se na maneira como as pessoas incorporam os *habitus* esportivos (sistema de disposições duráveis). Exemplos disso podem ser percebidos na associação direta entre o esporte e a saúde (beleza, educação, inclusão social, etc.), a “necessidade” da utilização de determinados produtos para a prática esportiva (mesmo no âmbito amador), a formação de estilos de vida, a idolatria de certos atletas ou o amor incondicional ao time, entre tantas outras declarações - advindas da maneira com que o esporte é abordado pela mídia - que se reproduzem na sociedade.

Para além das inter-relações que se estabelecem entre os campos televisivo e esportivo, também os agentes inseridos no campo político têm buscado se aproximar do esporte em busca de determinados interesses. Para Marco Paulo Stigger (2002, p. 2), os “sinais da aceitação da imagem positiva que o esporte tem transmitido” podem também ser percebidos “pelo interesse que muitos políticos têm em associar suas candidaturas ao esporte em geral, assim como aos clubes esportivos populares”.

De fato, não são incomuns os momentos em que os agentes políticos (tanto os candidatos, como aqueles que já ocupam um cargo político) procuram vincular seus nomes à imagem do esporte ou de atletas. Por considerar que tal estratégia pode ser capaz de lhes conferir certos benefícios, sobretudo o capital simbólico, os

políticos buscam frequentemente situações como serem fotografados ao lado de atletas, participar das tradicionais recepções aos esportistas que retornam às suas cidades após um grande evento (Olimpíadas, Copa do Mundo de Futebol, Jogos Panamericanos, etc.), estar presente em inaugurações de ginásios e quadras, além é claro, dos discursos e propostas em que o esporte é divulgado como um excelente meio de combater os problemas sociais.

Mas as relações entre os campos político e esportivo não param por aí e se mostram bem mais complexas do que as situações citadas acima. Um exemplo bastante contundente das intrincadas relações estabelecidas entre o esporte e a política é a chamada “Bancada da Bola” que reúne senadores e deputados federais (independente do partido político a que pertençam) ligados, fundamentalmente, aos clubes e federações de futebol. Os congressistas pertencentes a esse grupo buscam movimentar-se, fazer alianças e pressões na escolha de ministros, secretários, na aprovação (ou não) de leis, decretos e liberação de verbas que defendam seus próprios objetivos em relação ao esporte.

Mapeadas essas questões iniciais, é visível que o esporte tem despertado enorme interesse nos mais variados espaços sociais. Contudo, se por um lado o esporte passa a ser visto, cada vez mais, como um importante local de (re)produção da cultura e de disputas econômicas, políticas e sociais, por outro, as discussões em torno do esporte, apesar de terem se tornado um assunto corrente em diferentes esferas da sociedade, ainda são permeadas pela passionalidade, pelo senso comum ou por conclusões aligeiradas. E apesar do esporte ter assumido dimensões e significados de um fenômeno talvez único, percebemos que “ainda hoje, encontramos certas restrições ou resistências na apreciação do esporte como um objeto de estudo científico e de relevância no universo acadêmico” (MARCHI JR., 2005, p. 121).

Como nos afirma Eric Dunning (2001, p. 102), uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento de melhores formas de prática dos esportes, “repousa numa pesquisa mais aprofundada baseada no conhecimento e na compreensão dos processos sociais complexos que estão implícitos no esporte e em sua relação com as estruturas sociais mais amplas e seu desenvolvimento”. Portanto, a possibilidade de uma leitura crítica do esporte pode contribuir significativamente para esse campo.

Com base nessas premissas, as análises de Bourdieu sobre o campo esportivo são bastante pertinentes já que:

sua forma de abordar a constituição do campo esportivo, seja pelo processo de espetacularização dos esportes, pela incidência dos mecanismos estruturais da sociedade capitalista ou pela formação de *habitus* esportivos sociais, oferece possibilidades concretas de reflexão, análise e entendimento da realidade e das interdependências que se estabelecem no conjunto das relações existentes no desenvolvimento do esporte moderno (MARCHI JR., 2004, p. 43).

No texto *Programa para uma sociologia do esporte*, Bourdieu (1990, p. 207) nos afirma que “de um lado existem pessoas que conhecem muito bem o esporte em sua forma prática, mas que não sabem falar dele, e, de outro, pessoas que conhecem muito mal o esporte na prática e que poderiam falar dele, mas não se dignam a fazê-lo, ou o fazem a torto e a direito”.

Bourdieu (1990) afirma que parte dos obstáculos para a sociologia do esporte se deve ao fato de que os sociólogos do esporte sofrem uma dupla dominação: tanto no universo da sociologia, quanto no universo do esporte. Assim, a sociologia do esporte é desdenhada pelos sociólogos e desprezada pelos esportistas.

De acordo com o autor, isso acontece porque a lógica da divisão social do trabalho tende a reproduzir-se também na divisão do trabalho científico. Sendo assim, temos pessoas que conhecem muito bem o esporte na sua parte prática, mas não sabem falar sobre ele e, por outro lado, pessoas que conhecem muito mal o esporte na sua parte prática e que poderiam falar dele, mas não o fazem, ou quando o fazem, não tem seriedade.

Para que uma sociologia do esporte possa se constituir é preciso, antes de tudo, perceber que não se pode falar de um esporte em particular, ou independente do conjunto das práticas esportivas. É preciso pensar o espaço das práticas esportivas como um sistema, relacionar o espaço da prática esportiva com o espaço social que se manifesta nele, para evitar o erro de estabelecer uma relação direta entre um esporte e um grupo:

não se pode compreender diretamente os fenômenos esportivos num dado ambiente social, colocando-os em relação direta com as condições econômicas e sociais das sociedades correspondentes: a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica (Bourdieu, 1983, p.137).

De acordo com Bourdieu (1990) o trabalho do sociólogo deverá estabelecer as relações que fazem com que um esporte tenha afinidades com uma determinada classe social, ou seja, a correspondência que se estabelece entre as práticas esportivas e o espaço das posições sociais. É nessa relação que se definem as propriedades de cada prática esportiva.

Para um entendimento mais aprofundado das questões esportivas, a prioridade é a construção da estrutura do espaço das práticas esportivas, pois, não há como entender as transformações a não ser a partir do conhecimento da estrutura observada em certo momento, que é a resultante entre uma oferta (produzida por toda história anterior) e uma demanda. Assim, os usos sociais que podem ser feitos do esporte são marcados a cada momento pelo uso dominante que é feito dele e o sentido social que lhe é atribuído pode mudar.

Buscando finalizar esse tópico e dar sequência ao próximo, no qual buscaremos compreender algumas características constitutivas do campo político, nos resta reafirmar que utilizar a abordagem de Bourdieu para compreender esse “complexo e polissêmico fenômeno”, pode ser uma maneira de conhecer a estrutura, mapear os agentes e os interesses bastante plurais que cercam o campo esportivo. Certamente tal entendimento pode nos ajudar a evidenciar os interesses que motivam os agentes inseridos em diferentes espaços (como, especificamente neste trabalho, as ONGs e o Governo) a aproximarem-se do esporte.

1.1.2 O campo político

Penso que uma das razões importantes de se querer compreender o mundo é ter interesse político no mundo. Isso nos tira da indiferença, deixamos de ser espectadores.

Bourdieu, 2002, p. 37

Buscar compreender as parcerias que acontecem envolvendo o governo significa pensar nas relações de disputas que acontecem no interior do campo político, espaço social por onde transitam os agentes que estão inseridos nas diversas instituições governamentais (ministérios, secretarias, autarquias, etc.).

Este tópico busca trazer à discussão alguns dos aspectos fundamentais que têm caracterizado a construção do campo político, como um espaço social de disputas que visam a aquisição de determinado conjunto de referências. Para isso, utilizaremos as análises que Pierre Bourdieu (1998b) nos proporciona sobre os *Elementos para uma teoria do campo político*.

Segundo o autor, o campo político se apresenta como um espaço de lutas que conferem a ele sua estrutura em um dado momento. O relacionamento entre os mandantes (eleitores), mandatários (políticos) e a relação destes últimos com suas organizações (partidos) consiste na lógica que garante ao campo o seu funcionamento: a lei da oferta e da procura.

A oferta, por um lado, se dá por meio de “produtos” como os programas, as análises, os comentários e os diversos acontecimentos políticos produzidos, normalmente, no âmbito dos mandatários, haja vista que os meios de produção política concentram-se em suas mãos. Por outro lado, os “consumidores” são os eleitores, os cidadãos comuns que devem escolher entre o que lhes é ofertado.

Para Bourdieu (1998b), a relação entre os detentores dos meios de produção política, também entendidos como os vendedores profissionais dos serviços políticos (homens políticos, jornalistas políticos, etc.) e os clientes (eleitores, cidadãos), é regida por uma lógica oligopolística²⁰. O que implica afirmar que o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres, já que é regido por um processo que envolve os consumidores, contribuindo para garantir a hegemonia de certos produtos e profissionais políticos.

Contudo, por mais monolítico que o campo político possa parecer, não deixa de ser um lugar de defrontações entre diferentes interesses. A balança de poder no campo em questão está constantemente movimentando-se e os “pesos” que fazem a balança oscilar entre os pólos dos mandantes e dos mandatários, são os instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política, principalmente o tempo livre e o capital cultural.

Não restam dúvidas de que quanto mais desfavorecidos econômica e culturalmente são os cidadãos mais se distanciam da política e tornam-se agentes politicamente passivos. De um lado da balança, quanto mais afastados os consumidores estão do lugar de produção, mais chances de mal-entendidos e

²⁰ O oligopólio é uma forma de mercado caracterizada como a prática em que a oferta de um produto ou serviço, que tem vários compradores, é controlada por pequeno grupo de vendedores.

escolhas equivocadas e, conseqüentemente, do outro lado da balança aumenta a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo.

O “político avisado”, aquele que tem o privilégio de investir no jogo, consegue dominar o sentido das suas tomadas de posição, pois compreende as tomadas de posição e as atitudes dos seus concorrentes. O entendimento do jogo permite a esses políticos escolher as posições convenientes e evitar as comprometedoras. Por sua vez, quem não investe no jogo é reduzido à indiferença e à apatia do apolitismo e corre o risco de ser excluído do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, como as vantagens materiais ou simbólicas (*Idem*). Isso pode explicar, em partes, porque muitas pessoas afirmam “não gostar de política”: quem não joga, não pode compreender e não vê interesse em participar do jogo.

Bourdieu (1998b) explica que a condição para entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo político é possuir uma competência específica, ou o *habitus* (modo de pensamento e de ação) que é exigido no interior do campo. A formação do *habitus* político pressupõe uma preparação especial que inclui a aquisição de um *corpus* de saberes (teorias, conceitos, etc.), o domínio de certa linguagem e retórica (a do tribuno, a do debater). Em função disso, o direito à entrada no campo é maior para os agentes formados em escolas especializadas, que têm mais “peso” em detrimento, por exemplo, dos simples militantes.

Seguindo tal lógica, podemos inferir que os indivíduos que, desde muito cedo, incorporam disposições relativas ao campo, terão mais chances de adentrá-lo com sucesso. Exemplo disso são as “tradicionais famílias” da política no Brasil que, há várias gerações, detém o monopólio governamental em diversas regiões do país. Fato que, certamente, não tem relação alguma com a hereditariedade e sim com as disposições que se incorporam (individual e socialmente) e determinam certas ações, gostos, preferências, etc. Não obstante, pertencer a uma família que tradicionalmente vem acumulando poder no campo político facilita a entrada e a permanência nesse espaço.

De acordo com Bourdieu (1998b), ainda que seja bastante específico, o campo político não é fechado em si e sua autonomia é contrabalanceada em diferentes graus pelo fato de o desfecho das disputas internas dependerem da força que os agentes desta luta mobilizam fora do campo. As vontades dos agentes políticos, para serem validadas, precisam ser reconhecidas no exterior do círculo dos profissionais: os mandatários precisam fazer com que os mandantes

reconheçam e legitimem suas propostas por meio do voto, ou seja, para vencer as lutas internas é preciso ser reconhecido externamente. Isso porque o objeto de disputa no campo em questão é o capital político, uma forma de capital simbólico ou crédito firmado na crença e no reconhecimento.

Quem está sujeito ao capital simbólico dá crédito a quem o exerce e, portanto, o poder simbólico só existe porque quem está subordinado crê na sua existência. O agente político adquire o seu capital simbólico da confiança (representação, crença, honra) que um grupo deposita nele. Daí toda a prudência dos políticos em conservar intacta a sua imagem pública.

Bourdieu (1998b) especifica, ainda, que existem duas espécies de capital político. Um deles é o “capital pessoal de notoriedade”, que está ligado à popularidade (ser conhecido e reconhecido), ter um nome, uma boa reputação. Este capital é decorrente de outros capitais acumulados em lutas anteriores e pode desaparecer com a pessoa do portador. O outro é o “capital delegado da autoridade política”, produto de um capital detido e controlado pela instituição (partido). Neste caso, é o partido que acumula o capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade por meio da ação de seus quadros. Consagrando oficialmente determinado candidato, o partido marca a transmissão de um capital político e, obviamente, aquele que é investido do capital submete-se ao partido e perde o poder em caso de ruptura com a instituição.

Para “delegar” o capital político é preciso materializá-lo em instituições permanentes como as “máquinas” políticas, postos, cargos, o que acaba por garantir certa independência da sanção eleitoral e permite que se mantenham duradouramente os detentores dos postos mantendo-se os postos.

Parece oportuno citar o exemplo de partidos políticos que costumeiramente auferem o controle de algum ministério, secretaria ou órgão de grande importância e delegam o cargo a algum agente de seu quadro de filiados (certamente àqueles com maior potencial de poder). Neste caso, os partidos mais antigos e com maior capital político estão mais fortemente determinados nas suas estratégias de defender suas “conquistas” junto aos demais jogadores e dependem pouco dos seus mandantes.

De acordo com Bourdieu (1998b) existem certas “sutilezas” (relações de conflito ou de concorrência) no campo político que só percebem os “iniciados”. O que faz com que essa “cultura propriamente política” permaneça inacessível à maioria das pessoas é a complexidade de relações que constituem o campo político

(muito mais do que a complexidade de linguagem), pois, para compreender os discursos políticos que são oferecidos no mercado é preciso analisar todo o processo da produção ideológica realizado pelos profissionais.

Também cabe aqui, mencionar situações que ocorrem frequentemente no campo político e que, na maioria das vezes, não são percebidas como estratégias do jogo político aos olhos dos “não iniciados”. A demora no trâmite de determinados projetos, as trocas de partidos, as alianças partidárias, sobretudo em períodos pré-eleitorais, os pronunciamentos ou até o silêncio acerca de um fato e os motivos de início ou interrupção de certos programas são alguns exemplos de “sutilezas” que compõe a cultura política e que são percebidas apenas pelos políticos “iniciados”.

Os conceitos tratados neste capítulo são instrumentais e objetivam descrever as lógicas e práticas do campo político, dos agentes que estão inseridos neste espaço e os tipos de capital que disputam para que possam nos orientar em nossas análises. Após a incursão ao modelo de abordagem sociológica elaborado por Pierre Bourdieu, partimos para a apresentação de determinados conceitos propostos por Norbert Elias que podem nos auxiliar no entendimento das questões que suscitamos nesse trabalho.

1.2 NORBERT ELIAS E A SOCIOLOGIA CONFIGURACIONAL

Norbert Elias nasceu em 1897, em Breslau, região que hoje é Wrocław (Polônia), mas que naquela época pertencia à Alemanha. Aos 18 anos, após terminar seus estudos secundários, serviu ao exército alemão na Primeira Guerra Mundial, desempenhando serviços de telegrafia. Em 1917, quando retornou à sua cidade de origem, realizou atendimentos de enfermagem, completando o serviço militar e, depois disso, trabalhou como operário em uma fábrica.²¹

Elias estudou medicina, filosofia e psicologia nas Universidades de Breslau, Freiburg e Heidelberg e, em 1925, apresentou sua tese sob a orientação de Alfred Weber. Esse trabalho referia-se à sociedade de corte francesa dos Séculos XVII e

²¹ Os dados referentes à biografia de Norbert Elias foram extraídos principalmente de Carvalho e Brandão (2005) e Mônica Martins (2000).

XVIII e foi publicado pela primeira vez somente em 1969, mais de 35 anos após sua conclusão, com o título de *A sociedade de corte*.

Em 1930, foi convidado por Karl Mannheim para trabalhar como seu assistente na Universidade de Frankfurt ensinando sociologia e, três anos mais tarde, apresentou a essa instituição sua tese de *habilitation*. Entretanto, não pode permanecer trabalhando em Frankfurt, pois, como era procedente de família judaica, teve de fugir da Alemanha nazista, exilando-se na França, em 1933, e em seguida na Inglaterra, em 1935, onde se naturalizou, conseguindo estudar e pesquisar graças a uma bolsa para refugiados judeus.

Já no ano de 1939, o autor publicou aquela que é considerada sua obra mais importante, *Über den Prozess der Zivilisation*²², mas que na ocasião recebeu pouca atenção por parte da comunidade científica. É possível dizer, então, que Norbert Elias teve sua obra reconhecida tardiamente, já que foi somente a partir da década de 1970 que o sociólogo teve publicamente seu trabalho acadêmico valorizado. Isso se deve, principalmente, ao fato de que quando sua obra foi acolhida por grandes setores da intelectualidade, inicialmente sua análise do processo social foi mal compreendida e até mesmo rejeitada, tomada como uma forma de *darwinismo* social. Com leituras posteriores, essa idéia foi deixada de lado e seus escritos foram entendidos a partir de uma outra perspectiva de pensamento sobre o processo social.

Na década de 1980, tornou-se um dos maiores expoentes da sociologia alemã. Além da Universidade de Leicester, na Inglaterra, levou suas ideias para Ghana, França, Estados Unidos e tornou-se professor convidado de universidades alemãs e holandesas, até se fixar em Amsterdã, onde faleceu em 1990, aos 93 anos de idade, deixando uma vasta obra, em que diversos temas são discutidos, entre eles, a sociologia, a formação do Estado, o tempo, o medo da morte, o esporte e o lazer.

Avesso tanto ao “absolutismo filosófico”, quanto ao “relativismo sociológico” (ELIAS, 1999, p. 57), o autor buscou chamar a atenção para o trabalho do sociólogo enquanto um “destruidor de mitos” e foi um dos precursores da Sociologia

²² O livro, primeiro trabalho de Norbert Elias a chegar ao Brasil, foi traduzido para o português sob o título de *O processo civilizador*. Tendo sua primeira edição brasileira em 1990, a obra foi dividida em dois volumes: o primeiro tem como tema central a discussão sobre o que Elias chama de *Uma história dos costumes*, e o segundo, a exposição de idéias do autor sobre a *Formação do Estado e civilização*.

Figuracional, ou Configuracional, como preferem alguns autores. Conforme nos aponta Mônica Martins (2000), os princípios da Sociologia Figuracional influenciaram vários pensadores da atualidade, entre eles: Eric Dunning, Richard Kilminster, Jonathan Fletcher, Mike Featherstone, Stephen Mennell, Roger Chartier e Johan Goulsblom.

O sentido figuracional é utilizado pelo autor para explicar as redes de interdependência entre os indivíduos e a distribuição de poder entre eles. De acordo com Elias (1999), uma configuração é o espaço social formado por teias de interdependências entre as pessoas. Essas teias são orientadas por forças compulsivas que são exercidas entre, sobre e pelas pessoas. Com isso, a interdependência dos indivíduos é uma condição prévia para que formem uma configuração. Elias (1999, p. 13) esclarece que os conceitos como família, universidade, escola, indústria, entre inúmeros outros, “referem-se essencialmente a grupos de seres humanos interdependentes, a configurações específicas que as pessoas formam umas com as outras”.

As configurações não são estáticas e encontram-se em contínuo processo de constituição e transformação, não podendo ser planejada ou prevista porque está sendo construída e redimensionada a todo o momento. E, conforme o sociólogo apresenta, o poder é o elemento fundamental de qualquer configuração e percorre todas as relações humanas de forma multidimensional. Portanto, em todas as relações existirá um equilíbrio de poder, que poderá ser estável ou instável. É imprescindível notar que o equilíbrio de poder não é uma ocorrência extraordinária, pois não se encontra unicamente nas grandes disputas travadas entre os Estados, por exemplo, e sim uma ocorrência cotidiana, um elemento integral de todas as relações humanas, sendo pelo menos bipolar e, frequentemente, multipolar.

De acordo com Elias (1999), nas relações entre pais e filhos, a criança tem poder sobre os pais e não só os pais sobre a criança. De modo semelhante, na relação entre um escravo e o seu senhor, o senhor tem poder sobre o escravo, mas o escravo também tem poder sobre o senhor, na medida em que desempenha uma função da qual o senhor é dependente. Obviamente, nos dois exemplos, o potencial de poder está distribuído muito desigualmente, mas eles nos ajudam a compreender que “sejam grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio de poder está sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre as pessoas” (ELIAS, 1999, p. 81).

O poder ao qual Elias se refere é uma característica das relações humanas e não pode ser visto como uma propriedade pessoal: os homens não nascem dotados de poder, mas disputam potenciais de poder em todas as relações que estabelecem socialmente.

Outro aspecto que subsidia a teoria *eliasiana* é a reorientação da compreensão do termo sociedade, no sentido de afirmar que o indivíduo e a sociedade são indissociáveis. Em *A sociedade dos indivíduos*, Elias (1994) deixa claro que a sociedade é formada por indivíduos e que são eles que constituem a sociedade, não sendo possível considerar os dois termos separadamente, pois não há sociedade sem indivíduos e, igualmente, não há indivíduos sem sociedade e, ao contrário do modo como usualmente falamos, entre esses indivíduos estamos nós próprios.

Sobre esse assunto, já nas primeiras linhas de *Introdução à Sociologia*, Elias (1999) esclarece que:

para compreendermos de que trata a sociologia, temos que nos distanciar de nós mesmos, temos que nos considerar seres humanos entre os outros. Na verdade, a sociologia trata dos problemas da sociedade e a sociedade é formada por nós e pelos outros. Aquele que estuda e pensa a sociedade é ele próprio um dos seus membros. Ao pensarmos-nos na sociedade contemporânea, é difícil fugir ao sentimento de estarmos a encarar seres humanos como se fossem meros objectos, separados de nós por um fosso intransponível. [...] A sociedade que é muitas vezes colocada em oposição ao indivíduo, é inteiramente formada por indivíduos, sendo nós próprios um ser entre os outros (ELIAS, 1999, p. 13).

Se “o tema central da sociologia é a ‘sociedade’, e as sociedades, no fim das contas, não são mais do que unidades compósitas em que os seres humanos individuais são as partes componentes” (ELIAS, 1999, p. 77), quanto mais integradas estiverem essas partes componentes, ou quanto maior for o grau de interdependência funcional entre elas, menos será possível explicar as propriedades de cada um dos componentes apenas em função das propriedades da unidade que eles compõem.

Do mesmo modo, as propriedades da unidade não poderão ser compreendidas apenas se observarmos as propriedades de cada uma das partes que compõem essa unidade. Em outras palavras, o indivíduo não pode ser compreendido estudando-se a sociedade, assim como uma configuração de seres humanos interdependentes não pode ser compreendida por meio do estudo dos seres humanos isoladamente.

Seguindo esse raciocínio, Elias busca superar a dicotomia entre os holistas, que compreendem a sociedade como um todo, e os atomistas, defensores da idéia de que para se compreender o todo é preciso primeiro entender cada uma das partes. O autor defende a idéia de que é “necessário não só explorar uma unidade compósita em termos de suas partes componentes, como também explorar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros, de modo a formarem uma unidade” (ELIAS, 1999, p. 78).

Isso pressupõe que “só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, em resumo das configurações que formam uns com os outros” (*Ibidem*, p. 79). Nesse caso, o conceito de configuração pode ser empregado “como instrumento conceitual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o ‘indivíduo’ e a ‘sociedade’ fossem antagônicos e diferentes” (*Ibidem*, p. 141).

A partir daí o sociólogo desenvolve o que chama de *modelos de jogos de competição*, com a finalidade de que os complexos processos de interpenetração entre as pessoas (configurações) possam ser “temporariamente isolados e focados de perto” (*Ibidem*, p. 79) e se torne mais fácil identificar os graus de interdependência entre os indivíduos, assim como a organização, as estruturas e as disputas pelo poder travadas por esses indivíduos.

Na análise do autor, esse modelo interpretativo pode ser empregado “como se fosse um tipo de experiência mental”, com a finalidade de compreender como se entrelaçam as ações individuais dos homens em uma determinada configuração (ELIAS, 1999, p. 79). Para ele, os modelos de interpretação se assemelham aos jogos reais, como o xadrez ou o futebol, representando uma competição realizada segundo algumas regras e podem se tornar “úteis para o treino da imaginação sociológica” (*Idem*). De acordo com Wanderley Marchi Jr. (2004, p. 74), esse modelo de análise pode ser compreendido como um “processo interpretativo e explicativo das interdependências funcionais na sociedade”.

O primeiro modelo identificado por Elias é chamado de “*modelo de competição sem regras*” e diz respeito a uma “competição primária”. O modelo representa uma competição real e mortal entre dois grupos e se refere a uma situação básica que encontramos todas as vezes que os indivíduos se relacionam uns com os outros.

A título de exemplo, Elias (1999) nos diz que quando duas tribos rivais partem à caça de alimentos que garantam a sobrevivência de seus membros, os concorrentes desempenham uma função recíproca: as ações de um grupo não podem ser explicadas isoladamente, já que se baseiam nas ações que o outro grupo poderá realizar (como as estratégias de ataque). Então, os rivais desempenham uma função recíproca, também chamada de interdependência funcional. Disso deriva o entendimento de que a interdependência dos indivíduos devido à sua hostilidade não é menor do que a interdependência de um grupo de amigos, aliados.

Exercitando o que Elias chamou de “imaginação sociológica”, podemos pensar em uma competição primária no confronto estabelecido entre policiais e traficantes durante a entrada da força militar nas favelas. A situação se apresenta como um “caso de fronteira”. Nela, “um dos lados tem como fim privar o outro, não só de suas funções sociais como também de sua própria vida” e, “neste conflito de vida ou morte, cada um dos lados está constantemente a planejar um próximo ataque vivendo num estado de alerta permanente, antecipando-se às movimentações que o outro grupo poderá fazer” (ELIAS, 1999, p. 86).

Neste exemplo, os recursos de poder - que representam a força relativa de cada um dos jogadores - estão representados, principalmente, pelas armas e munições que cada grupo possui para enfraquecer o outro. Se as ações de um dos grupos - policiais ou traficantes - fossem estudadas isoladamente, perderia-se todo o sentido, já que a interpenetração de ambos os lados estabelece uma interdependência funcional dos movimentos de cada um deles. Tal situação, mesmo se tratando de uma competição sem normas, se torna socialmente regulada, pois, de acordo Elias (1999, p. 82), “a competição primária pode servir como advertência de que é perfeitamente possível estruturar as relações sociais entre os indivíduos, mesmo que estas se desenrolem sem regras”. O autor prossegue, afirmando que “mesmo uma situação que aparece às pessoas nela envolvidas como o cúmulo da desordem faz parte de uma ordem social” (*Idem*).

O segundo modelo de jogo apresentado por Elias diz respeito aos “*processos de interpenetração com normas*” e suas subdivisões. Assim como no modelo inicial, os modelos de jogos de competição com regras são “experiências intelectuais simplificadoras” (ELIAS, 1999, p. 87), que nos auxiliam a compreender o caráter das relações entre as pessoas interdependentes e, ao mesmo tempo, explicitam o modo

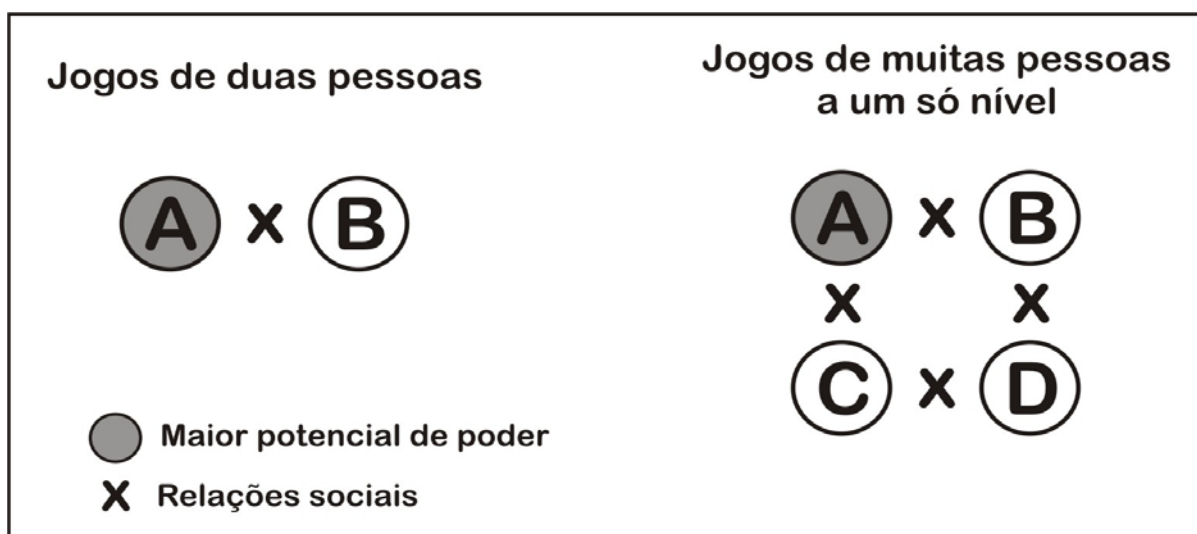
como a teia de relações humanas (configuração) se modifica quando a distribuição de poder é alterada.

A primeira abordagem de jogos com regras se refere aos “*jogos de duas pessoas*”. Nesse modelo, o fator que determina o tipo de configuração é a proporção de poder que os jogadores possuem. Por exemplo, em um jogo de A contra B, se A tiver mais força que B, ele vai exercer esse poder sobre B, determinando as jogadas deste e também o curso do jogo. Isso não quer dizer que os movimentos de B não exerçam certo grau de poder sobre os movimentos de A, ao contrário, levando-se em consideração a interpenetração de jogadas das duas pessoas, o jogador A também tem de se orientar levando em consideração as jogadas anteriores de B. Nesse tipo de jogo os participantes têm que exercer sempre um controle mútuo e apesar das relações estarem caracterizadas pelo desequilíbrio, a desigualdade de forças entre os jogadores pode diminuir e o potencial de poder se inverter.

No modelo seguinte, temos os “*jogos de muitas pessoas a um só nível*”, quando um jogador pode realizar simultaneamente um número limitado de relações independentes. Neste caso, o jogador A pode jogar simultaneamente contra vários adversários mais fracos (B, C, D), separadamente ou contra todos ao mesmo tempo. Podemos dizer que esse modelo é, então, uma série de jogos para duas pessoas e que, em cada um dos jogos, o jogador A tem um maior potencial de poder, o que faz com que ele tenha certa superioridade sobre cada um dos adversários, controlando suas jogadas e o decurso do jogo. Decerto que neste modelo, ainda que pese a desigualdade de potencial de poder, todos os jogadores são interdependentes, já que as ações anteriores realizadas por ambos os lados subsidiam as ações futuras. Assim como no modelo anterior, o potencial de poder pode se inverter.

Na FIGURA 3, buscamos representar graficamente os dois modelos de jogos de competição com regras. A imagem reflete um esforço para promover o entendimento dos modelos de competição e sua finalidade essencial é facilitar a compreensão sobre as posições ocupadas pelos jogadores. Contudo, é indispensável compreender que os jogos não são estáticos, ao contrário, estão em constante movimento e a ilustração é apenas um exemplo de como os modelos podem ser compreendidos em determinado momento.

FIGURA 3 - MODELOS DE JOGOS DE INTERPENETRAÇÃO DE UM NÍVEL



FONTE: Martines (2009)

NOTA: Cada letra pode representar uma única pessoa, um grupo formado por várias pessoas, estruturas, ou ainda, organizações sociais.

Na sequência, Elias (1999) apresenta os “*jogos multipessoais a vários níveis*”. Este modelo refere-se a um jogo estabelecido entre muitos indivíduos, em que o número de jogadores está crescendo constantemente. Essa situação exige planejamento para uma série de jogadas e aumenta a pressão sobre os jogadores para que mudem a sua organização, pois torna-se cada vez mais difícil ao jogador entender o decurso do jogo e decidir a jogada que deverá seguir. Diante de tal situação, “à medida que cresce o número de jogadores, o jogador individual não só começa a achar o jogo cada vez mais opaco e incontrolável como também se torna consciente da sua impossibilidade em compreendê-lo e controlá-lo” (ELIAS, 1999, p. 92). A incompreensão do jogo faz com que ele torne-se progressivamente desorganizado e seu funcionamento deteriorado.

Surge, então, “uma pressão crescente que se exerce no grupo de jogadores com vista à sua reorganização” (*Ibidem*, p. 93) e que leva o grupo de jogadores à fragmentação, dividindo-o numa série de outros grupos: se desenvolve um jogo de dois níveis a partir de um grupo de nível único. O novo jogo pode se estabelecer como um “*modelo de dois níveis do tipo oligárquico*”, ou ainda, como um “*modelo de dois níveis do tipo democrático crescentemente simplificado*”.

No “*modelo de jogo de dois níveis do tipo oligárquico*”, o aumento no número de jogadores ocasiona um aumento da pressão exercida sobre eles. Quando isto

acontece, “um grupo em que os indivíduos jogam com os outros a um mesmo nível, pode converter-se num grupo de jogadores de *dois níveis*” (ELIAS, 1999, p. 93), formando uma desintegração entre o primeiro e o segundo nível. Entretanto, apesar de não jogarem diretamente entre si, todos os jogadores mantêm-se ligados uns aos outros, já que os dois níveis são mutuamente interdependentes.

Neste modelo, a disputa por potenciais de poder é travada pelos jogadores que formam um segundo grupo, composto por jogadores “especiais” que coordenam o jogo – como os representantes, diretores, líderes. No nível superior, onde estão os que jogam diretamente uns contra os outros, a distribuição de poder é desproporcional entre os jogadores, assim como também é desigual a diferença de poder entre esse nível e o primeiro.

Quanto maior a diferença de poder entre o primeiro nível e o segundo, mais os jogadores do nível privilegiado têm possibilidades de compreender a configuração do jogo, a posição dos jogadores e planejar seus movimentos. Do mesmo modo, quanto menos potencial de poder tiver o nível mais baixo, mais limitada será sua visão do jogo e sua possibilidade de controlar os outros jogadores e o decorrer do jogo.

Para facilitar o entendimento das características desse modelo e perceber que o “exercício intelectual” proposto por Elias não é apenas uma construção teórica e sim uma ferramenta de análise possível de ser aplicada para a reflexão de algumas questões, torna-se fundamental imaginar uma situação em que as disputas pelo poder se aproximem de um *jogo de dois níveis do tipo oligárquico*.

Vamos tomar como exemplo uma empresa qualquer, formada, de um lado, por uma equipe administrativa (supervisores, gerentes, diretores) e, de outro, pelos empregados que desempenham funções variadas. Nesta circunstância é possível dizer que os funcionários formam o primeiro nível e os administradores o segundo nível, observando que ambos são mutuamente interligados e as ações de um nível determinam as ações que acontecem no outro.

Entre os indivíduos que compõem o segundo nível, ocorrem alianças e rivalidades e, mesmo entre eles, alguns jogadores são dotados de maior potencial de poder, basta observar, por exemplo, que um diretor tem um “peso” maior nas decisões que um gerente de recursos humanos. Os funcionários, por sua vez, não participam direta e ativamente das disputas e não podem controlar o

desenvolvimento do jogo tendo, portanto, pouco ou nenhum poder sobre as escolhas que são tomadas na empresa.

Partindo para o último modelo apresentado por Elias, temos o “*jogo a dois níveis do tipo democrático crescentemente simplificado*” que, como no modelo anterior, representa um jogo que acontece em dois níveis. Porém, aqui, “a força dos jogadores de nível mais baixo vai crescendo, lentamente mas de um modo nítido, relativamente à força dos jogadores de nível mais alto” (ELIAS, 1999, p. 96).

Ao diminuir a desigualdade de poder entre os diferentes níveis, o equilíbrio de poder torna-se mais flexível e a dependência do nível mais alto em relação ao nível mais baixo torna-se mais forte. À medida que cresce a influência dos jogadores do nível mais baixo, o jogo torna-se mais complexo para o nível superior e aumenta a vigilância para manter os jogadores do primeiro nível sob controle.

Tomando novamente como exemplo a configuração estabelecida em uma empresa, podemos imaginar que conforme os empregados conquistem potencial de poder, por meio de lutas travadas anteriormente, mais eles conseguirão diminuir o desequilíbrio de poder em relação ao nível superior.

O potencial de poder do qual estamos falando pode ser conquistado por competência técnica, intelectual, engajamento político - como a participação nas entidades representativas de classe, etc. Com isso, é possível dizer que se torna mais claro para os jogadores do primeiro nível (funcionários) o decurso do jogo e a posição ocupada pelos jogadores, ficando mais fácil buscar estratégias para orientar suas jogadas.

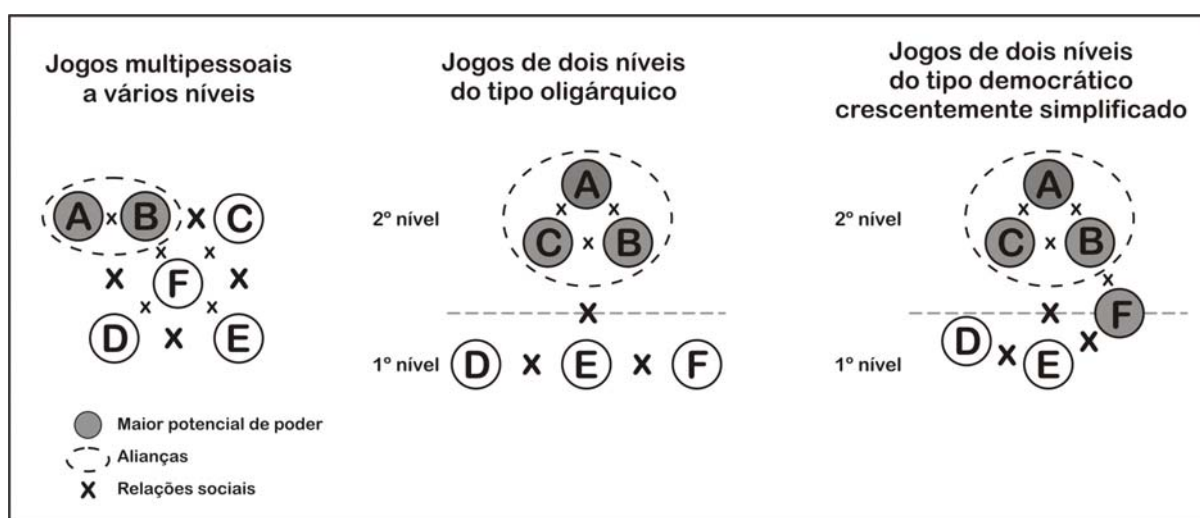
Um funcionário que investiu na sua qualificação pode ser promovido, conquistando uma posição no nível superior e, desta forma, alterar a configuração estabelecida anteriormente. Do mesmo modo, um grupo organizado de funcionários pode ser capaz de reivindicar seus direitos, tomar decisões e enfraquecer o potencial de poder que, antes, pertencia exclusivamente ao nível superior, pois:

Se diminuirmos as diferenças de poder entre os dois níveis, a dependência do nível mais alto em relação ao mais baixo tornar-se-á mais forte – e sendo mais forte, todos os participantes têm dela maior consciência. Torna-se mais evidente. Se as diferenças de poder continuarem a diminuir, mudam as funções dos jogadores de nível mais alto e, por fim, mudam os próprios jogadores. Enquanto as diferenças de poder forem grandes, parecerá às pessoas de nível superior que todo o jogo e, particularmente, os jogadores de nível inferior estão lá para os beneficiarem. À medida que o equilíbrio de poder se altera, muda este estado de coisas. Cada vez mais parece a todos os participantes que os jogadores de nível mais alto estão no jogo para

benefício dos jogadores de nível mais baixo. Os primeiros tornam-se gradualmente, de uma forma mais aberta e precisa, funcionários, porta-vozes ou representantes um ou outro grupo de nível mais baixo (ELIAS, 1999, p. 97).

Os modelos de jogos de dois níveis estão representados na FIGURA 4 e podem auxiliar a compreender mais facilmente a complexa trama de relações. Tal como na figura anterior, as posições ocupadas pelos jogadores, ou grupo de jogadores, pode mudar de acordo com o decorrer do jogo.

FIGURA 4 - MODELOS DE JOGOS DE INTERPENETRAÇÃO DE DOIS NÍVEIS



FONTE: Martines (2009)

NOTA: Cada letra pode representar uma única pessoa, um grupo formado por várias pessoas, estruturas ou ainda organizações sociais.

Após a exposição dos modelos de interpretação propostos por Elias é possível relacionar as análises apresentadas até aqui com os objetivos do nosso estudo. Especificamente com vistas ao problema de pesquisa já apresentado aqui, ao buscar compreender como e por qual motivo se formam as parcerias estabelecidas para o desenvolvimento de programas esportivos, é preciso analisar as teias de interdependência estabelecidas entre as instituições - governo e ONGs - que nos propomos a estudar.

Cabe destacar que quando falamos em instituições, estamos falando dos indivíduos que formam essas instituições já que não podemos pensar que determinada instituição seja “algo vivo” e separado das pessoas, para Elias isso seria uma linguagem reducionista. Com isso, queremos dizer que quando mencionamos o governo ou uma Organização Não Governamental, estamos nos

referindo às pessoas que compõe essa instituição. Da mesma maneira, quando falamos em interdependências e na disputa pelo poder, estamos fazendo alusão às diferentes formas de competição que são travadas entre e por essas pessoas.

Os *modelos dos jogos de competição* podem nos servir como um importante subsídio para mapear as posições dos jogadores, assim como as tensões e conflitos inerentes a essa teia de interdependência. E, nesta direção, Wanderley Marchi Jr. aponta que:

o modelo oferece uma proposta e ajuda a interpretar a sociedade pela interdependência de pessoas como participantes de um jogo específico. As forças coercitivas são analisadas, superando, em última instância, o reducionismo pretérito das metodologias unilineares pautadas na relação causa-efeito (MARCHI JR., 2004, p. 77).

Os modelos também podem auxiliar a nossa “imaginação sociológica” e, porque não dizer, o nosso senso investigativo, já que nos ajuda a compreender as intenções subjacentes às ações dos indivíduos e, ao mesmo tempo, torna as relações e as lutas dos jogadores mais transparentes.

Essas são algumas das considerações iniciais que nos permitem perceber que, ao dirigir nossa atenção para as parcerias/competições que vêm ocorrendo em torno do esporte, é apropriado buscarmos algum tipo de orientação nas teorias sociológicas e, especialmente, as contribuições dos estudos de Norbert Elias e Pierre Bourdieu podem contribuir à compreensão do problema.

No próximo capítulo abordaremos a constituição do campo das Organizações Não Governamentais, bem como determinadas questões sobre a sua definição, regulamentação e relações com o poder público. À medida que considerarmos pertinente à compreensão, as abordagens teóricas e conceitos apresentados neste primeiro capítulo serão trazidos à tona e correlacionados com os dados empíricos que compõem o estudo.

CAPÍTULO 2

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Muito tem se falado ultimamente sobre voluntariado, responsabilidade social, sustentabilidade, filantropia e valores humanos. Essas são algumas das expressões que aparecem com bastante frequência na mídia e que buscam chamar a atenção das pessoas para a solução de problemas ligados à educação, saúde, questões de gênero e etnia, preservação do meio ambiente, combate à fome e à miséria, proteção de grupos minoritários, auxílio às vítimas de violência, inclusão social de crianças e adolescentes marginalizados, dependentes químicos, entre tantas outras causas. Quase sempre, esses termos estão ligados à imagem de instituições que desenvolvem projetos e ações de ordem social e que são genericamente conhecidas por Organizações Não Governamentais, ou simplesmente pelo acrônimo ONG.

De um modo bastante generalizado, a sigla ONG é utilizada para designar as organizações que não pertencem ao governo e que prestam serviços de caráter social, sem fins lucrativos. Contudo, o entendimento do que vem a ser uma ONG ainda é muito abrangente e não existe uma definição clara sobre o exato significado do termo. De acordo com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG),²³ a sigla “corresponde a uma expressão que admite muitas interpretações”, já que “a definição textual (ou seja, aquilo que não é do governo) é tão ampla que abrange qualquer organização de natureza não-estatal”. Talvez por isso, diversas instituições com objetivos e atuações bastante distintas como sindicatos, grupos de escoteiros, associações de moradores, igrejas, creches, asilos, grupos de proteção aos direitos humanos e uma diversidade de entidades são reconhecidas, indiscriminadamente, sob a nomenclatura de Organizações Não Governamentais.

²³ A ABONG foi fundada em 1991 e tem por objetivo “representar e promover o intercâmbio entre as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos que buscam a ampliação da cidadania”. Para maiores detalhes, ver: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 12/07/2008.

A inexistência de uma conceituação mais precisa, além de tornar o termo “ONG” bastante confuso, tem causado grandes controvérsias até mesmo entre legisladores, pesquisadores e profissionais que estão envolvidos com o assunto. Não é para menos que a antropóloga Leilah Landim, professora da UFRJ e uma das mais experientes e atuantes pesquisadoras do assunto no Brasil, aponta que “ONG não está no dicionário” e, não obstante, “são designadas por um estranho nome que define por negação, no qual podem, em princípio, caber muitas coisas” (LANDIM, 1993, p. 17).

Também para Ricardo Tavares (1999, p. 18), a dificuldade em definir uma Organização Não Governamental “começa pela própria expressão ‘não-governamental’ que define pela negação”. Segundo o autor, nesse caso pode-se interpretar que as ONGs são contrárias ou totalmente independentes do governo, fato que para ele não pode ser afirmado, haja vista a intrincada rede de relações estabelecidas entre as ONGs e os governos no cenário atual.

Como se percebe, diversos são os entraves que impedem uma análise mais consistente a respeito do tema, pois, indiscutivelmente, ainda dispomos de poucos dados para desvendar a constituição do setor não governamental. E, se não bastasse a escassez de informações, alguns trabalhos sobre as ONGs “as tratam quase como ‘entidades divinas’ salvadoras do caos em que se encontra nosso planeta; outros procuram mesmo denegrir a imagem do segmento, com textos extremamente mordazes” (LIMA, 2002, p. 80).

Nesse sentido, ao objetivar compreender as relações que se estabelecem entre as ONGs e o Governo do Paraná, em nosso caso especificamente no tocante às questões esportivas, torna-se imperioso buscar esclarecimentos e definições concernentes ao setor não governamental. É com esse propósito que procuramos, ao longo deste capítulo, sistematizar determinados aspectos conceituais que possam caracterizar o campo formado pelas Organizações Não Governamentais e doravante nos auxiliem a lidar mais objetivamente com a problematização da pesquisa.

Não seria excesso de prudência esclarecer, desde já, que consideramos bastante arriscada a tentativa de buscar analisar a estrutura de um campo que ainda não está completamente consolidado e, mais do que isso, vem sofrendo profundas transformações nos últimos anos e adquirindo significados distintos cotidianamente. Todavia, entendemos que diante dos dilemas e desafios que o tema desperta, tal

esforço é uma condição *sine qua non* para entendermos como estão configuradas as Organizações Não Governamentais, o que as diferencia e/ou aproxima do setor governamental e, sobretudo, aparece como uma pré-condição para entendermos quais motivos podem levar as ONGs a se envolverem com o esporte.

Para construir a reflexão proposta, o presente capítulo está dividido em cinco partes. Num primeiro momento, abordamos o surgimento das ONGs, destacando as possíveis causas para o aparecimento de um setor organizado da sociedade disposto a contribuir com o desenvolvimento social e o modo como o espaço ocupado por tais instituições consolidou-se como um campo específico, com estruturas, disputas e agentes sociais bastante particulares. No segundo subcapítulo, apresentamos as características jurídicas que regulamentam as ONGs no cenário nacional, os mecanismos legais que orientam as parcerias entre esse tipo de instituição e o poder público e, ainda, e os critérios que utilizamos para delimitar as instituições às quais o trabalho se refere. Na sequência, discutimos os termos que repetidamente são confundidos ou empregados como sinônimos de ONG, como é o caso de organização sem fins lucrativos, organização social, organização da sociedade civil e Terceiro Setor.

Posteriormente, analisamos as inter-relações estabelecidas entre o Estado e as ONGs, apresentando certas questões concernentes à situação social brasileira e o modo como os governos vêm buscando “dividir o peso” de suas atribuições, transferindo ao setor privado algumas de suas obrigações. Neste mesmo tópico esclarecemos a definição das Parcerias Público Privadas (PPPs), evidenciando as maneiras legais com que as Organizações Não Governamentais podem se aproximar do governo (federal, estadual e municipal) a partir da obtenção de certificações, destacando, também, algumas controvérsias que a aproximação entre as ONGs e o poder público poder suscitar.

Por fim, expomos os dados estatísticos sobre o segmento no Brasil, utilizando fundamentalmente as pesquisas do IBGE (2004, 2008) para apresentar um retrato sobre as instituições privadas sem fins lucrativos estabelecidas no Brasil e as principais áreas em que atuam. Neste último subcapítulo realizamos algumas reflexões sobre os motivos que levam determinadas ONGs a ocupar um espaço privilegiado no interior do campo, a partir da inserção em setores considerados mais importantes socialmente.

2.1 SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Com vistas à primeira etapa a qual nos propomos, partimos em busca de referências acerca do surgimento das Organizações Não Governamentais. Encontramos nos trabalhos de Leilah Landim (1993), Rubem Fernandes (1997), Maria da Glória Gohn (1997) e Ricardo Tavares (1999), que a expressão em inglês *Non-Governmental Organization* (NGO) foi empregada pela primeira vez em documentos da Organização das Nações Unidas (ONU),²⁴ mais precisamente no Artigo 71 da Carta das Nações Unidas, elaborado em 1946.

Ricardo Tavares esclarece que, na época, a ONU não estabeleceu exatamente o que seria uma ONG, deixando a cargo do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) regular e instituir uma definição para as Organizações Não Governamentais. Por sua vez, o ECOSOC, a partir da Resolução 2/3, de 21 de junho de 1946, definiu-as em uma única nota de rodapé como sendo “todas aquelas não estabelecidas por acordo intergovernamental” (TAVARES, 1999, p.17).

A (in)definição inicial perdurou por cinquenta anos, até a Resolução 31, de 25 de julho de 1996, quando o Conselho expandiu a definição de ONG, “passando a englobar também as organizações não estabelecidas por entidade governamental” (*Ibidem*, p. 18). O que, de fato, não alterou em nada o entendimento sobre as ONGs, tampouco dirimiu a ambiguidade sobre o assunto. Sandra Faleiros Lima (2002, p. 65), chama a atenção para o fato de que o contexto originalmente amplo do surgimento do termo pode explicar “a desajeitada generalidade da expressão” que se apresenta ainda nos dias de hoje.²⁵

Apesar de estar assente que a palavra ONG passou a existir com o início das atividades da ONU, não é consenso entre os pesquisadores o período em que

²⁴ A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada em 1945 na Califórnia, por 51 países, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, com objetivos de manter a paz e a segurança do mundo, fomentar relações cordiais entre as nações e o progresso social. Atualmente, sua sede é na cidade de Nova Iorque e a Organização conta com 192 Estados Membros, unidos em torno de um tratado internacional (conhecido como Carta da ONU) que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional. Para maiores detalhes: <<http://www.un.org>> e <<http://www.onu-brasil.org.br>>. Acesso em: 16/06/2008.

²⁵ Para se ter uma ideia da contradição existente, dentro do próprio sistema das Nações Unidas não existe um pleno acordo sobre o que caracteriza uma ONG. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) explicita o caráter não lucrativo como elemento fundamental para que se reconheça uma ONG. Já para o ECOSOC, órgão coordenador do trabalho econômico e social das Nações Unidas, esse princípio nunca foi objeto de suas resoluções.

surgiram as instituições que atualmente chamamos de Organizações Não Governamentais. Para Ricardo Tavares (1999), apesar do termo ter aparecido somente no final dos anos 1940, as ONGs não constituem um fenômeno novo, sendo possível encontrar organizações desse tipo instituídas desde os meados do Século XVI. O autor afirma que as ONGs não foram propriamente inventadas no século passado, mas passaram a ter um maior destaque e uma participação mais ativa na sociedade principalmente com o fim da Guerra Fria e o início das atividades da ONU.

Num sentido inverso, Nanci Carvalho (1995) propõe que foi somente por volta dos anos de 1970 que surgiram, nos países altamente industrializados, grupos de pessoas que buscavam responder a determinadas demandas da sociedade que não eram atendidas pelos órgãos estatais e privados. Caminhando nesta direção, indivíduos motivados por sentimentos humanitários e orientados por uma filantropia voluntária, buscavam suprir as necessidades das camadas sociais mais excluídas, por considerar que o poder estatal era incapaz de atender as maiorias que necessitavam de auxílio. Nessa perspectiva, as organizações populares – que eram então chamadas de *grassroots*²⁶ – se configuraram como a base que passou a criar políticas alternativas às burocracias do Estado.

A autora ressalta, ainda, que os grupos surgidos no contexto norte-americano adotavam o modelo das organizações filantrópicas européias, como a Cruz Vermelha, as associações religiosas e missionárias, que reuniam diferentes profissionais, orientados por normas da ONU e que trabalhavam em favor do bem-estar social. Entretanto, mesmo tendo origem eurocêntrica e seguindo basicamente o padrão das que existiam no início do Século XX, foi somente a partir das *grassroots* americanas que essas organizações se caracterizaram como um fenômeno relevante para a análise política, por articularem uma nova forma de associação que passou inclusive a ter caráter internacional (CARVALHO, 1995).

Observando as diferentes interpretações para o surgimento das Organizações Não Governamentais, entendemos que comparar as ONGs constituídas nos dias atuais com as instituições existentes no Século XVI, como na exposição de Ricardo Tavares (1999), pode ser uma análise precipitada e até mesmo anacrônica. Ainda que já existisse, há bastante tempo, pessoas dispostas a ajudar os menos

²⁶ O termo inglês *grassroots*, nesse contexto, pode ser entendido como a classe menos favorecida da sociedade, ou ainda, que tem sua origem no povo (nossa tradução).

favorecidos²⁷, não é provável que o grupo formado por elas fosse semelhante às Organizações Não Governamentais da atualidade. Tal entendimento deriva, primeiramente, do fato de que as instituições de épocas anteriores não tinham as características organizacionais e estruturais das ONGs contemporâneas, haja vista que se antes eram organizações informais, fundadas essencialmente sobre os princípios da filantropia e do voluntariado, hoje se tratam de instituições crescentemente profissionalizadas. Além disso, seria inapropriado desconsiderar que a maioria dos grupos de caridade existentes em séculos anteriores era majoritariamente ligada à Igreja, em períodos nos quais a Religião e o Estado não eram completamente separados.

Para além das contradições que o período de surgimento das ONGs suscita, Sandra Lima (2002) nos apresenta que não existe uma maneira única de se compreender os motivos para o fortalecimento desse tipo particular de organizações. A autora infere que o aparecimento das ONGs pode ser compreendido a partir de três eixos teóricos explicativos:

Num primeiro enfoque, as organizações não-lucrativas alçam-se como um contraponto à ineficiência do Estado na função de prestador de serviços a cidadãos exigentes e insatisfeitos. Dessa maneira as atividades desenvolvidas por organizações não-governamentais representam nichos de mercado ante a ineficiência do Poder Público, em particular no que respeita à atenção a grupos sociais marginalizados ou mais indefesos na sociedade capitalista. Um segundo enfoque ressalta as vantagens comparativas das ONGs ao legitimar a qualidade do serviço que elas oferecem, em particular por o fazerem sem fins lucrativos, o que se tornou a base de sua confiabilidade diante dos potenciais clientes e da sociedade de um modo geral. O terceiro eixo destaca as razões ideológicas como elementos motivadores para a ação das organizações não-governamentais e das organizações de voluntariado. Nesse caso, a ação busca fundamentalmente transmitir os valores da organização à sociedade (LIMA, 2002, p. 16).

No que se refere ao surgimento das ONGs no contexto brasileiro, o trabalho de Leilah Landim (1993) se propõe a analisar os processos por meio dos quais as “organizações de apoio” ou os “grupos e movimentos populares”, que durante a maior parte de sua história não tiveram um nome que as reconhecesse conjuntamente, se transformaram em ONGs.

²⁷ No Brasil é possível encontrar registros de organizações caritativas instituídas já na época da Colônia, no final dos anos 1500 e meados dos anos 1600. Para maiores detalhes, consultar as coletâneas de pesquisas organizadas pelos historiadores Marcos Cezar de Freitas (1997) e Mary Del Priori (1998).

Conforme argumenta a autora, uma “pré-história” das Organizações Não Governamentais no Brasil, situa-se na segunda metade da década de 1960, quando agentes cristãos de presença discreta, mas ativa na sociedade, ocupam o papel principal na realização de trabalhos sociais. A partir do movimento iniciado por eles, determinadas formas de organização, criadas no final dessa década e particularmente ao longo da década seguinte, foram progressivamente adquirindo autonomia e estabelecendo um conjunto de instituições e agentes especializados.

Já nos anos finais de 1980, os grupos e movimentos populares estavam um pouco mais consolidados e:

esporadicamente, as “ONGs” já começam a ver sua existência registrada na grande imprensa, sobretudo através das seções especializadas em política nacional. Começam então a aparecer para o público, de forma pontual, determinadas entidades civis “militantes”, de caráter não partidário, ligadas a movimentos sindicais ou outros movimentos sociais diversos. [...] Nesses contextos, no entanto, nem sempre recebiam o nome de “ONGs”, indicando um não reconhecimento de um fenômeno social com caráter institucional e identidade específica (LANDIM, 1993, p. 16, aspas no original).

Destaque-se aqui que, embora os grupos estabelecidos nesse período já esboçassem indícios de estarem adquirindo reconhecimento social sob o nome de Organizações Não Governamentais, tal compreensão era muito vaga. Ainda não existia entre tais organizações – mesmo que desenvolvessem trabalhos semelhantes – a “representação de pertencimento a um universo particular”, fazendo prevalecer em cada uma delas uma identidade institucional individualizada (*Ibidem*, p. 7).

Segundo a autora, isso tinha uma razão de ser. Para os agentes dos grupos populares, as organizações existiam essencialmente a serviço de setores excluídos da população e, portanto, seria mais legítimo que elas não se destacassem e permanecessem subordinadas a uma necessidade externa. Consequentemente, a “invisibilidade social, o ‘não fazer nome’, era uma qualidade cultivada em organizações que – assim como seus agentes – não existiriam para si, mas para os outros. À maneira das instituições de caridade” (*Ibidem*, p. 8).

Nesse ponto, as análises de Leilah Landim (1993) convergem com as afirmações de Nanci Carvalho (1995), pois ambas apontam que as ONGs surgiram principalmente devido ao voluntariado e ao filantropismo de indivíduos preocupados com as questões sociais que não eram atendidas pelo Estado.

Contudo, ao pensarmos no surgimento das ONGs no Brasil, são muitos os aspectos que dever ser considerados, sendo imprescindível observar a conjuntura estabelecida no país nesse período. Em meados da década de 1980, o cenário público brasileiro foi marcado por uma série de transformações de ordem política, social e econômica. A recessão financeira (causada principalmente pela alta desordenada da inflação), o fortalecimento dos partidos de oposição, as mobilizações operárias, os movimentos de greve, as manifestações e reivindicações contra o regime militar,²⁸ entre outras ações populares, pressionavam o governo, cada vez mais, para a diminuição do controle ditatorial.

Com o início da abertura política, diversos segmentos organizados com interesses distintos começaram a existir,²⁹ ou tornam-se mais evidentes, exigindo mudanças no ordenamento jurídico, político e social do país. Na maioria das vezes, as organizações eram formadas por pessoas que pertenciam aos partidos políticos (fundamentalmente aqueles relacionados à esquerda) e aos movimentos sindicais e sociais que durante as décadas anteriores foram considerados ilegais.

É esse o panorama que nos leva a supor que para além do “filantropismo” e do “sentimento humanitário” existentes entre os indivíduos que compunham as organizações surgidas nesse período, suas ações estavam fortemente relacionadas a uma série de interesses, particularmente políticos e econômicos.

Isso fica ainda mais evidente se considerarmos que a partir dos anos 1990 os agentes inseridos nessas organizações passam a dedicar-se paulatinamente a afirmar sua institucionalização e construir uma identidade comum, vincular à mídia suas atividades, estabelecer redes de entidades, reuniões, congressos e publicações em que investimentos pessoais e institucionais buscam ocupar e

²⁸ Podemos definir a Ditadura Militar como sendo o período da política em que os militares governaram o Brasil. Esta época vai de 1964 a 1985 e caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura e controle sobre a imprensa, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar.

²⁹ Entre as diversas organizações surgidas nesse contexto, é possível mencionar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), que surgiu em 1985, reunindo militantes e profissionais de projetos de educação social engajados na modificação da legislação da infância (GREGORI e SILVA, 2000). Também nesse período surge o Movimento dos Sem Terra (MST), caracterizado como “um movimento com preocupação orgânica, com objetivos e linha política definidos”, que teve seu primeiro encontro realizado em 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná (Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 19/12/2008). Nesta mesma década surgem, ainda, novos partidos e um grande número de sindicatos, além da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, como uma organização sindical “cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora” (Disponível em <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: 19/12/2008).

consolidar novas posições, em busca de conferir prestígio e representatividade institucional às ONGs e seus agentes.³⁰

Como Leilah Landim (1993) destaca, o fato é que as organizações passaram a investir na adoção de um nome, no estabelecimento de uma legitimidade e na autonomia de um campo específico. Mesmo que o termo já fosse conhecido em algumas instâncias é a partir daí que as ONGs começam a fazer parte do vocabulário brasileiro e são descobertas pela mídia e por grande parte da população.

Nesse contexto, “em poucos anos essas organizações consagraram-se no país, enquanto entidades de marcas específicas e originais”, lutando constantemente pela construção de “um nome coletivo, através do qual se reconhecem, produzem e reafirmam essa identidade: ONG” (LANDIM, 1993, p. 8).

A partir do movimento iniciado na década de 1990, caracterizado por uma série de lutas travadas por/entre agentes específicos em busca de determinadas conquistas (reconhecimento, legitimidade, autonomia), as Organizações Não Governamentais foram se consolidando como um campo bastante característico, com suas relações de força e monopólios, suas estratégias, interesses e lucros, passando então a se constituir em:

instâncias onde se produzem retóricas, problemáticas e práticas sociais específicas, ocupando uma determinada posição com relação a outros campos com os quais se relacionam de modo privilegiado – como o religioso, o acadêmico e sobretudo o político – e com referência aos quais constroem suas marcas distintivas (LANDIM, 1993, p. 9).

Segundo a análise de Leilah Landim (1993), utilizar o conceito de campo, proposto pelo sociólogo Pierre Bourdieu, para buscar compreender esse conjunto específico de organizações parece frutífero. Contudo, ressalta a autora, é preciso observar que a estrutura das ONGs é bastante recente e, obviamente, “as instituições não têm o peso e a visibilidade que podem ter em outros campos” (*Idem*).

Ainda que pese o recente surgimento das ONGs no país, a garantia de funcionamento de um campo, conforme já explicitamos no Capítulo 1, reside na

³⁰ Como exemplo da mobilização em torno da afirmação e reconhecimento da identidade das ONGs, em agosto de 1991 cria-se no Rio de Janeiro a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), logo após a realização do Primeiro Encontro de ONGs e Agências das Nações Unidas. Já em 1992, é realizado o Fórum Global Internacional que também ficou conhecido como ECO-92, em que centenas de entidades não governamentais estavam presentes.

existência de objetos de disputa específicos e de agentes sociais portadores de *habitus* compatíveis, que reconheçam e legitimem as regras do “jogo social” realizado nesse campo. Com base em tal entendimento é que afirmamos que as Organizações Não Governamentais e seus agentes constituem um universo capaz de privilegiar o entendimento a partir da abordagem de Pierre Bourdieu.

Compreendendo que esse autor “inscreve seus pressupostos teóricos em um modelo de análise que envolve agentes sociais, estruturas e disposições num constante processo de interação”, como destaca Wanderley Marchi Jr. (2002, p. 85), podemos identificar os conceitos instrumentais da abordagem *bourdieusiana* na consolidação do campo formado pelas ONGs. Mais do que isso, nos parece razoável afirmar que as categorias interpretativas desenvolvidas pelo sociólogo formam um quadro teórico aplicável no que se refere às análises das Organizações Não Governamentais e suas relações com outros espaços sociais, como é o caso aqui dos campos político e esportivo.

O próprio Pierre Bourdieu, apesar de não se propor diretamente a estudar as Organizações Não Governamentais, privilegiou o tema, de algum modo, em suas análises. Em entrevista concedida à socióloga brasileira Maria Andréa Loyola, ele afirma que nos países onde o neoliberalismo está num estágio avançado, como é o caso do Brasil, assistimos à passagem do público para o privado:

De um lado, temos o FMI, que enfraquece os Estados (que, às vezes, mal se constituíram), impõe restrições orçamentárias, joga na rua os desempregados (aqui podemos tomar como exemplo do Brasil onde se registra aumento do desemprego, da distância entre ricos e pobres, a concentração da riqueza); paralelamente, ocorre o desenvolvimento de organizações humanitárias, de ONGs que suplementam o Estado, preenchem funções que anteriormente pertenciam ao Estado, à mão esquerda do Estado. A escola, a saúde e a educação passam a depender cada vez mais de instituições humanitárias não-governamentais (BOURDIEU, 2002, p. 29, as informações dos parênteses são do original).

Ainda de acordo com o sociólogo francês, “o setor humanitário que não é o Estado é composto de instâncias privadas, orientadas por interesses privados, por pessoas que visam o lucro privado e que sabem muito bem se servir de subvenções mundiais para fazer valer seus interesses” (*Ibidem*, p. 30). Contudo, Bourdieu esclarece que fala de uma maneira generalizada, pois não conhece bem a situação brasileira nesse ponto.

Ao referir-se aos “interesses” que movem o setor não governamental, Pierre Bourdieu mais uma vez afirma com veemência a ideia de que todas as ações realizadas pelos agentes no interior de um campo buscam algum tipo de lucro. Esta análise nos fornece elementos por meio dos quais podemos questionar os possíveis interesses de um setor que, aparentemente, tem apenas a finalidade de colaborar com a resolução dos problemas sociais aos quais se propõe.

Evidentemente, seria muito ingênuo acreditar que as ONGs têm apenas um único objetivo que é suprir determinadas demandas da sociedade. Para exemplificar, podemos arriscar dizer que mesmo as ONGs que têm no desenvolvimento social seu principal interesse, necessitam adquirir capitais, prioritariamente o capital econômico, para a concretização de seus projetos. E aí já teríamos uma série de possíveis interesses em jogo como, por exemplo, as alianças que uma ONG deve realizar para garantir o capital econômico necessário, as estratégias para acumular capital simbólico suficiente para estar inserida e ser reconhecida como uma instituição legítima no interior do campo, as lutas que tem por finalidade adquirir capital social e relacionar-se convenientemente com outros agentes, apenas para citar algumas questões que, já de início, se apresentam diante de nós.

Por outro lado, também seria demasiado imprudente afirmar de antemão quais são os interesses que movem as ações dos agentes inseridos nas ONGs. Mais do que isso, sem conhecer o modo como está estruturado e como funciona o campo das Organizações Não Governamentais, é quase impossível um pleno entendimento dessas instituições e a maneira com que se relacionam com outros campos.

A partir das considerações expostas até aqui, torna-se fundamental identificar os aspectos centrais que distinguem o campo em questão: sua estrutura, normas de funcionamento, agentes sociais que o compõe e suas disposições, assim como o tipo de capital específico em disputa. É com esta perspectiva que partimos agora em busca dos elementos constitutivos desse espaço social tão peculiar e ainda tão pouco estudado como é o campo das Organizações Não Governamentais.

De início, poderíamos dizer que uma das primeiras características a ser compreendida de um campo refere-se a sua especificidade e autonomia diante de outros campos, já que essa é uma das “regras” que asseguram a sua existência. No Brasil, as ONGs vêm, há alguns anos, buscando ocupar um espaço específico e, para Leilah Landim (1993, p. 9), “não é à toa que a autonomia é uma das palavras-

chave no discurso das ONGs”, principalmente se observarmos que, em diferentes momentos, tem sido tensa a luta pela legitimidade do campo formado por esse tipo de instituições e seus agentes, sendo necessária uma permanente construção de sua independência e legitimidade, por meio de muitas disputas.

Ainda com relação à autonomia das ONGs, Sandra Lima (2002, p. 5) assinala que apesar delas serem “aparentemente” independentes do Governo, estão “estritamente ligadas a outras formas institucionais, como o campo dos movimentos sociais, igrejas, universidades, agências das Nações Unidas, agências de cooperação internacional, órgãos governamentais de áreas específicas (meio ambiente, saúde, educação, promoção social), entre outros”.

Num sentido inverso, ao analisar que as Organizações Não Governamentais se constituem de maneira absolutamente contrária às burocracias estatais, Nanci Carvalho (1995) considera que elas podem ser classificadas como “antiestatistas”. Na opinião da autora, mesmo que as ONGs se associem “às iniciativas dos governos, dos partidos políticos, dos sindicatos e das associações de interesse (as corporativas e não corporativas), não se submetem aos critérios e às lealdades comuns a esses tipos clássicos de organização da cidadania” (CARVALHO, 1995, p. 14). Por conseguinte, conclui que mesmo próximas a órgãos governamentais, as ONGs continuam independentes e autônomas e o fazem por adotar formas participativas de democracia e horizontalidade na sua forma de organização interna.

Sobre os diferentes pontos de vista apresentados em relação à autonomia do campo em questão, acreditamos que muito embora as ONGs e seus agentes sociais estabeleçam um determinado campo muito particular, caracterizado por lutas específicas em busca de um objeto de disputa próprio, não podemos negar que sua autonomia é relativa, tal como acontece nos demais campos. Portanto, nos parece equivocado dizer que as ONGs são absolutamente autônomas como afirma Nanci Carvalho (1995). Em outras palavras, ainda que as ONGs tenham sua própria história, estrutura e mesmo que se constituam num sentido aparentemente inverso aos órgãos estatais, certamente também estão submetidas às transformações de ordem política, econômica e social ou às “normas de funcionamento invariantes” comuns a todos os campos, como sugere Pierre Bourdieu. Mais do que isso, muitas vezes a sobrevivência de algumas ONGs está exclusivamente vinculada aos financiamentos estatais.

Nesse sentido, é possível dizer que o campo das ONGs existe no binômio autonomia/dependência com outros campos e instituições com as quais se relacionam e em torno das quais gravitam, como é o caso das universidades, igrejas, partidos políticos e, inclusive, órgãos governamentais.

Não obstante, outra afirmação de Nanci Carvalho (1995) requer uma análise mais cautelosa, principalmente por se tratar de um discurso que constantemente aparece até mesmo no meio acadêmico. A autora nos apresenta que as ONGs se constituem como organizações comunitárias ou de base, formadas a partir dos interesses comuns de um grupo e, portanto, livres da hierarquização e da burocracia. Entretanto, se as evidências apresentadas por Leilah Landim (1993, p. 149) estiverem corretas, o processo de estruturação e de busca por uma legitimidade no campo das Organizações Não Governamentais também foi permeado pela criação ou consolidação de hierarquia de poderes entre seus agentes. Além disso, é possível perceber, indiscutivelmente, a crescente burocratização na composição dessas organizações.

A assertiva de tal afirmação se torna mais evidente se considerarmos, como apontam Elisabete Borba, Lenyr Borsa e Roldite Andreatta (2001), que as ONGs se constituem atualmente de modo muito semelhante às empresas privadas, com diretores, empregados assalariados de diferentes funções, etc. Sendo assim, mesmo que a horizontalidade³¹ possa figurar no discurso das ONGs como um de seus princípios fundamentais, não há como negar que no interior do campo formado por tais organizações o princípio da polarização - dominantes e dominados - está sempre presente, mesmo que a posição ocupada pelos agentes possa oscilar.

Portanto, é pertinente destacar que existem, também no interior de uma ONG, os líderes e os liderados, ou o pólo dos dominantes e o pólo dos dominados, como afirma Pierre Bourdieu,³² o funcionamento burocrático e hierárquico e tantos outros aspectos igualmente característicos aos demais setores, sejam públicos ou privados. Deste modo, torna-se um discurso fantasioso acreditar que em todas as ONGs as

³¹ A horizontalidade, entendida aqui como uma categoria da Administração, é caracterizada pela existência de poucos níveis hierárquicos e por buscar compartilhar as tomadas de decisões com todos os membros do grupo.

³² É importante observar que para Pierre Bourdieu o acúmulo de diferentes tipos de capitais (social, cultural, simbólico, etc.) é capaz de desequilibrar a balança de poder para um dos pólos. Sendo assim, os diferentes pólos do campo não são estabelecidos exclusivamente por características econômicas.

decisões são sempre tomadas coletivamente e que não existe a hierarquização de funções ou a desigual distribuição de poder.

Além da compreensão de que os diferentes agentes ocupam pólos distintos no interior de uma Organização Não Governamental, como a discussão até aqui nos sugere, outro aspecto importante deve ser considerado. Não é possível visualizarmos as ONGs de maneira homogênea, como se todas ocupassem posições semelhantes no interior do campo. A esse respeito, Leilah Landim (1993) chama a atenção para o fato de que as posições ocupadas por diferentes Organizações Não Governamentais são fontes de distinções e desigualdades no interior do campo. Para melhor exemplificar, podemos citar a diferença existente entre as ONGs que detém certo prestígio por possuírem representantes advindos de outros espaços como, destacadamente, os campos televisivo e esportivo e, por outro lado, pequenas instituições que não possuem capital simbólico e social suficientes para se alçarem como importantes organizações ou que desenvolvem atividades em áreas menos valorizadas na sociedade.³³

Sintetizando o que foi exposto até aqui, discutimos a questão da autonomia relativa das ONGs perante outros campos (fato que permite às Organizações Não Governamentais serem um espaço social particular, mas que está submetido a determinadas normas comuns a todos os outros campos), o princípio da polarização no interior das instituições (agentes mais ou menos dotados de capital acumulado) e o modo como as diferentes ONGs ocupam posições distintas no interior do campo, levando-se em consideração que a posição ocupada é definida por meio de estratégias e ações inerentes às lutas travadas anteriormente.

O esclarecimento de tais princípios, ainda que fundamental, por si só não garante um pleno entendimento sobre as ONGs. E, muito embora a discussão inicial tenha nos fornecido alguns subsídios para compreender a estrutura do campo formado pelas ONGs, evidentemente, outras questões precisam ser trazidas à tona.

Reconhecendo tal necessidade, partimos agora para o segundo item deste capítulo, com vistas a elucidar aspectos característicos das Organizações Não Governamentais, particularmente ao que se refere a sua definição e regulamentação jurídica. Nas páginas que se seguem, buscamos oferecer elementos que podem

³³ Entre os fatores distintivos das ONGs, na última subdivisão deste capítulo trataremos da questão do poder simbólico que determinadas organizações detém, a partir da inserção em setores considerados importantes, ou a marginalização daquelas instituições que optam por áreas menos prestigiadas socialmente.

ampliar a compreensão acerca desse tipo de instituição, que já apresenta uma expressiva participação em diversos setores da sociedade, mas que ainda demonstra inúmeras contradições que necessitam ser melhor investigadas.

2.2 ASPECTOS JURÍDICOS, MECANISMOS LEGAIS E DEFINIÇÃO DAS ONGs ESPORTIVAS

Quando falamos na existência de um campo formado por ONGs, uma série de dúvidas e questionamentos paira sobre a temática e a maioria das informações das quais dispomos parecem estar envoltas em uma tênue “cortina” que nos impossibilita conhecer e analisar a fundo o setor não governamental. Mesmo que as pesquisas sobre o assunto tenham aumentado significativamente nos últimos anos, ainda são incipientes e, conforme já expomos no início do capítulo, não temos uma definição clara sobre o que é uma ONG, tampouco podemos dimensionar a sua inserção nos diferentes espaços sociais em que atua.

Em busca de encontrar alguns aspectos que possam caracterizar e situar as Organizações Não Governamentais no cenário brasileiro, a segunda etapa deste capítulo busca esclarecer o que são as ONGs, privilegiando o entendimento das definições legais das quais dispomos e, também, apresentar os critérios que utilizamos para caracterizar as instituições que dizem respeito ao nosso objeto de estudo.

Ricardo Tavares (1999, p. 20) destaca que, dentre as problemáticas que ainda não são bem definidas quando falamos em Organizações Não Governamentais, a falta de um estatuto jurídico internacional que as regule é um dos pontos importantes que tem causado controvérsias a respeito da definição de ONG. Nas palavras do autor:

Sem um estatuto internacional que as trate de maneira uniforme, as ONGs dependem da legislação de cada Estado em que se constituem. Tais legislações são particularmente variadas, refletindo tradições históricas, hábitos administrativos, sistemas políticos e outros fatores. Algumas legislações estimulam a criação de organizações não-governamentais, outras restringem; algumas estabelecem diferenças de tratamento entre entidades nacionais e estrangeiras, outras as colocam em igualdade de condições; algumas se referem especificamente às organizações não-

governamentais, outras se inserem em dispositivos de caráter mais genérico (TAVARES, 1999, p. 21).

Do ponto de vista jurídico, o termo ONG não está presente nas leis brasileiras e, portanto, não tem nenhum valor legal. De acordo com o Art. 40 do Código Civil Brasileiro em vigor,³⁴ as pessoas jurídicas podem ser estabelecidas de duas maneiras: de direito público (interno ou externo) e de direito privado. As *pessoas jurídicas de direito público interno* são: I - a União, II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, III – os Municípios, IV - as autarquias, inclusive as associações públicas. Já as *pessoas jurídicas de direito público externo* são os Estados estrangeiros considerados reciprocamente e organismos regidos pelo direito internacional público, como a ONU, a União Européia, o Mercosul, etc. Por sua vez, conforme indica o Art. 44 da mesma lei, as *pessoas jurídicas de direito privado*, são: I - as associações, II – as sociedades, III – as fundações, IV – as organizações religiosas e V - os partidos políticos (os itens IV e V foram incluídos pela Lei n. 10.825, de 22 dezembro de 2003).

De fato, o novo Código Civil não traz nada de específico no que se refere à regulamentação das ONGs.³⁵ E, sem uma categoria que as contemple nomeadamente, elas são enquadradas na categoria de pessoa jurídica de direito privado, já que não podem ser consideradas pessoas jurídicas de direito público pois, obviamente, não são criadas pelo governo.

Não obstante, se a lei brasileira admite que as pessoas jurídicas privadas estejam organizadas somente como sociedade, associação ou fundação³⁶ (além de igrejas e partidos políticos, incluídos posteriormente), quando falamos das ONGs,

³⁴ Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que revogou o antigo Código Civil, Lei n. 3.071 de 1º de janeiro de 1916.

³⁵ Antes do novo Código Civil entrar em vigor em 2002, o Código Civil de 1916, em seu Art. 16, apontava que as pessoas jurídicas de direito privado eram: I - as sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações; II - as sociedades mercantis e III - os partidos políticos.

³⁶ De acordo com o Código Civil brasileiro em vigência, uma sociedade é formada por um conjunto de pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e partilham entre si os resultados (Art. 981). As associações constituem-se pela união de pessoas que se agrupam para a realização de objetivos comuns sem finalidade lucrativa (Art. 53). Já as fundações não se originam de uma aglomeração de pessoas, mas de um acervo de bens, doados por meio de autorização legal por seu instituidor que especifica o fim a que se destina e, se quiser, a maneira de administrá-la. Uma fundação só pode ser constituída para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência e deve ser velada pelo Ministério Público do estado onde está situada (Art. 62).

estamos fazendo alusão a uma pessoa jurídica de direito privado que pode estar organizada como associação ou fundação, já que por não ter finalidades lucrativas não pode organizar-se como sociedade.

Entretanto, conhecer a definição jurídica não encerra os possíveis mal entendidos em relação às ONGs. Como o termo não existe nos textos legais, não há dispositivo jurídico que diferencie uma ONG de qualquer outra associação/fundação privada sem fins lucrativos. Assim, diversas instituições podem ter exatamente as mesmas características jurídicas e não serem consideradas ONGs. Um exemplo disso são os clubes sociais e esportivos que são organizados juridicamente como associações privadas sem fins lucrativos e, além disso, podem dedicar-se a questões sociais, exatamente tal como as ONGs. Mas, então, porque os clubes sociais e esportivos não são considerados ONGs? E qual é, especificamente, o tipo de instituição a que este trabalho se refere?

Considerando as possíveis confusões que a indefinição do termo ONG pode causar e tendo em vista que ainda não dispomos de nenhuma conceituação específica, buscamos algumas características para delimitar objetivamente as Organizações Não Governamentais, particularmente aquelas que têm no esporte a sua área de atuação. A seguir, apresentamos os critérios que utilizamos para caracterizar as “ONGs esportivas” e delimitar o tipo de instituição que faz parte do nosso trabalho:

1. Estar devidamente registrada como uma pessoa jurídica de direito privado, ou seja, não pertencer ao Estado (conforme estabelece o Art. 40 do Código Civil Brasileiro);
2. Ser legalmente instituída como associação ou fundação (conforme estabelece o Art. 44 do Código Civil Brasileiro);
3. Não ter fins lucrativos, isto é, não existir em função da geração de lucros (conforme estabelece a Lei n. 9.532, Art.12 § 3º, alterado pela Lei n. 9.718, Art. 10 e Lei Complementar n. 104);
4. Ter o esporte como principal área de atuação;

5. Ser constituída com o objetivo de realizar atividades esportivas com indivíduos que não sejam seus fundadores e/ou associados;

6. Realizar programas e projetos esportivos que busquem promover a inclusão social, a educação, a profissionalização, a saúde, entre outros objetivos que tenham a finalidade de auxiliar o desenvolvimento social, humano e cultural de seus beneficiários.

A partir desses critérios, torna-se mais fácil responder às questões apresentadas anteriormente. Em linhas gerais, podemos dizer que a principal diferença entre um clube social e esportivo e uma ONG pode ser compreendida por meio do item 5, ou seja, a diferença está no *objetivo* da sua constituição. Um clube é criado com a finalidade de congregiar sócios e promover atividades esportivas, recreativas, culturais, entre tantas outras, voltadas a esse público. Portanto, mesmo que em alguns casos realize trabalhos de caráter social/comunitário, como por exemplo, arrecadar alimentos e agasalhos entre os seus associados, essa não é a sua atividade principal, tampouco a motivação de sua criação. As ONGs, ao contrário, já nascem com o objetivo de prestar serviços para suprir determinadas demandas sociais (alfabetização, combate à desnutrição, cuidados com pessoas portadoras de doenças transmissíveis, oferta de projetos esportivos, proteção ao meio ambiente, etc.) e atender a um público alvo (crianças abandonadas, portadores do vírus da AIDS, idosos desamparados, etc.) que não são os seus associados.

Essa mesma característica também nos permite excluir do entendimento de “ONG esportivas” outras instituições como as federações e confederações que, embora preencham os itens 1 a 4, são fundadas primordialmente para atender as demandas de seus associados (atletas federados) e defender seus interesses e de sua modalidade esportiva. Essas questões nos chamam a atenção para a necessidade de considerar - para além da regulamentação jurídica - determinadas características bastante particulares ao buscarmos diferenciar uma Organização Não Governamental de outras instituições e evitar possíveis confusões acerca do assunto.

Prosseguindo com a análise e buscando responder, em partes, ao problema central já apresentado, buscamos elucidar os aspectos legais que regulamentam as parcerias entre as ONGs e o governo, lembrando mais uma vez que as

Organizações Não Governamentais são instituições surgidas há pouco tempo e, deste modo, não é estranho que os mecanismos legais que orientam esse tipo de entidade e suas parcerias com o poder público também sejam bastante recentes e, justamente por isso, ainda estejam em processo de constituição.

Na esfera administrativa, a parceria entre o governos e as ONGs trata-se de um “convênio”, que pode ser celebrado entre pessoas jurídicas de direito público (secretarias, autarquias e demais órgãos), ou ainda, entre elas e as pessoas jurídicas de direito privado, com o intuito de alcançar os objetivos relacionados ao interesse comum de ambas as partes. A celebração dos convênios pode ter por objeto diferentes atividades, obras, serviços, utilização de bens, etc., desde que tenha por finalidade o interesse público.

Dentre os mecanismos legais que orientam os convênios, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu Art. 2 algumas questões pertinentes às licitações e contratos “entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo”.

Ao tratar desses “vínculos”, a lei esclarece, em seu Art. 116, que para a realização do convênio, a entidade privada deverá apresentar, antecipadamente, um plano de trabalho que comprove a sua capacidade de realizar o objeto em questão e à administração pública cabe divulgar publicamente os convênios firmados:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

[...]

§ 2º Assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.

Outro fundamento jurídico que orienta a realização das parcerias é a Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, que regulamenta a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). A partir dessa certificação, a instituição está habilitada a

firmar parceria e receber verbas do governo (federal, estadual ou municipal) por meio do Termo de Parceria, estabelecido em seu Art. 9 como “o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público”.

Ainda que a Lei n. 8.666 e a Lei n. 9.790 esclareçam determinadas questões referentes à aproximação entre o governo e as iniciativas privadas, ainda deixam muitos aspectos sem especificação, como por exemplo, de que maneira o poder público vai “escolher” as ONGs com as quais firmar convênios ou para as quais vai repassar verbas.

Com vistas a tal dificuldade, nos últimos anos o poder público vem buscando tornar mais rígidas as regras de assinatura de convênios de repasses de recursos voluntários pela União, fundamentalmente depois da denúncia, ocorrida no final de 2006, de que ONGs ligadas a agentes políticos estariam sendo beneficiadas irregularmente com verbas do governo federal.

Recentemente, algumas medidas vêm sendo colocadas em prática para regularizar a forma de seleção das ONGs que recebem dinheiro público na esfera federal. Nesse movimento, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão criou um Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) e lançou o Portal dos Convênios,³⁷ com o intuito de regulamentar, fiscalizar e dar publicidade aos convênios e contratos de repasse realizados entre o governo federal e as entidades privadas.

Também foi aprovado o Decreto n. 6.170, de 25 de julho 2007 (alterado pelo decreto n. 6.329, de 2007 e pelos decretos n. 6.428, 6.497 e 6.619, de 2008) que estabelece uma série de normas relativas à transferência de recursos da União por meio de convênios e contrato de repasse de verba.

O Decreto n. 6.170, que “dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse” proíbe, em seu Art. 2º, que sejam beneficiadas com o recebimento de verbas federais, as instituições privadas sem fins lucrativos que tenham dirigentes inseridos em qualquer órgão ou entidade da administração pública, bem como seus parentes em

³⁷ Mais informações em: <<http://www.convenios.gov.br>>. Acesso em: 30/01/2009.

linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau (Redação dada pelo Decreto n. 6.619, de 2008). Também é vetada a realização de convênio às entidades que tenham dirigentes inseridos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (bem como seus cônjuges e parentes até o segundo grau) e funcionários vinculados ao órgão público cedente.

Conforme esclarece o Art. 3º, as entidades interessadas em firmar convênios ou receber verbas do governo federal ficam obrigadas a realizar cadastro prévio no SICONV, no qual são exigidos, entre outros documentos: cópia do estatuto social atualizado da entidade; relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); declaração do dirigente da entidade informando se os dirigentes relacionados ocupam cargo ou emprego público na administração pública federal e prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Com o intuito de que os convênios sejam de conhecimento público, o Decreto n. 6.170 aponta, ainda, que a escolha das ONGs deva ser realizada por meio de um edital de concursos de projetos:

Art. 4º A celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos poderá ser precedida de chamamento público, a critério do órgão ou entidade concedente, visando à seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste.

Parágrafo único. Deverá ser dada publicidade ao chamamento público, especialmente por intermédio da divulgação na primeira página do sítio oficial do órgão ou entidade concedente, bem como no Portal dos Convênios.

Art. 5º O chamamento público deverá estabelecer critérios objetivos visando à aferição da qualificação técnica e capacidade operacional do conveniente para a gestão do convênio.

Contudo, embora a Lei n. 6.170 estabeleça uma série de medidas que tem a finalidade de oferecer maior transparência às relações de aproximação entre os setores público e privado, tal determinação refere-se aos convênios celebrados pela União e não estabelece normas específicas para aqueles firmados pelos estados e municípios, que ficam sujeitos a (in)existência de regulamentações específicas.

Um pouco mais especificado os mecanismos legais que orientam as parcerias entre as ONGs e o poder público, nas próximas laudas, discutiremos algumas expressões que são usualmente empregadas como sinônimos para referir-se às ONG e que também podem trazer certa dificuldade ao entendimento do setor não governamental.

2.3 DIFERENTES TERMOS PARA NOMEAR AS ONGS: NEM TUDO É SINÔNIMO

Uma questão que precisa ser considerada quando buscamos ampliar o entendimento sobre as ONGs são os diversos termos com os quais nos deparamos frequentemente. Organização sem fins lucrativos (OSFL), organização social (OS), organização da sociedade civil (OSC) e Terceiro Setor são algumas das palavras comumente utilizadas para designar as associações/fundações sem fins lucrativos que não pertencem ao governo e, não raras vezes, são confundidas ou empregadas com o mesmo significado de ONG.

O termo organização sem fins lucrativos (OSFL) - que pode aparecer ainda como associação ou entidade sem fins lucrativos - se refere a todas as organizações privadas, juridicamente estabelecidas como associações ou fundações, que não têm fins de acumulação de renda. Nesse tipo de organização, o excedente financeiro (lucro) deve ser investido integralmente na manutenção dos objetivos a que se propõem o seu estatuto e os seus dirigentes não podem ser remunerados, receber bonificações ou vantagens.

Todas as OSFL são privilegiadas por certos benefícios fiscais e tributários, já que conforme o artigo 150 da Constituição Federal “é vetado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...] VI - instituir impostos sobre: [...] c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei”.

Ao classificar determinada entidade como “sem fins lucrativos”, as leis brasileiras (Lei n. 9.532, de 1997, Art.12 § 3º, alterado pela Lei n. 9.718, de 1998, Art. 10 e Lei Complementar n. 104, de 2001) exigem que ela não apresente *superávit* nas suas contas, ou seja, não tenha excedente financeiro. Caso apresente lucro, obrigatoriamente a instituição deverá investi-lo integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais. É importante observar que uma entidade sem finalidades lucrativas não está proibida de vender produtos, cobrar mensalidades e taxas ou exercer qualquer outra atividade que gere renda, apenas está impedida de acumular o lucro obtido, caso contrário, fica sujeita a perder os benefícios fiscais que lhe são concedidos. Sendo assim, alguns hospitais e universidades privadas, condomínios de imóveis, clubes sociais e esportivos, entre

outras entidades que cobram pela prestação de serviços, mas que declaram não visar ao lucro, pertencem a essa categoria.

Ainda que as ONGs sejam, obrigatoriamente, “organizações sem fins lucrativos”, outras formas de instituições que não são consideradas ONGs como cartórios, partidos políticos, condomínios de edifícios, sindicatos, determinadas universidades privadas e hospitais também estão enquadradas nessa categoria.

Quanto às palavras organização social (OS) e organização da sociedade civil (OSC), algumas pessoas têm preferido utilizar esses termos por considerá-los mais corretos do que a sigla ONG, haja vista o caráter bastante controverso do termo. No entanto, adotar tal procedimento não nos parece muito esclarecedor, uma vez que utilizar a expressão “organização social” pode ser ainda mais abrangente e trazer à tona instituições como a escola, a família, a universidade e tantas outras que não deixam de ser organizações sociais, mas que estão longe de se aproximarem daquilo que entendemos por ONGs. Além disso, “sociedade civil” pode referir-se à totalidade de organizações e instituições civis estabelecidas na esfera não governamental ou não estatal (as empresas privadas, por exemplo, também são organizadas pela sociedade civil), sendo um conceito bastante amplo, com uma infinidade de definições e, certamente, passível de análise sob muitos aspectos.³⁸

Por sua vez, o termo “Terceiro Setor” foi importado dos Estados Unidos (*Third Sector*) e introduzido no Brasil na década de 1980, para se referir ao conjunto de instituições que surgiam com o intuito de suprir as carências sociais não atendidas pelo poder público. De um modo geral, podemos dizer que o Terceiro Setor³⁹ abrange o segmento das organizações privadas e sem fins lucrativos que não fazem parte do Primeiro Setor (Estado) e também não estão inseridas no Segundo Setor (Mercado).

A busca, bastante recente, para caracterizar o termo em questão, faz com que se torne comum ouvirmos muitas especulações a respeito do Terceiro Setor. Uma delas é de que ele não é público e nem privado. Tal afirmação é errônea, pois, considerando que só existem dois tipos de pessoas jurídicas no Brasil (pública ou privada), mesmo as instituições pertencentes ao Terceiro Setor devem assumir uma

³⁸ Para detalhes mais aprofundados sobre as definições de *sociedade civil* ver, por exemplo, *Ensaio sobre a História da Sociedade Civil* de Adam Ferguson e *Elementos da Filosofia do Direito* de Georg Hegel.

³⁹ Não confundir o Terceiro Setor com o Setor Terciário da economia, que abrange a comercialização e distribuição dos produtos e a oferta de serviços para o consumidor final.

das qualificações legais e, de fato, assumem a característica de privadas, embora não lucrativas e, portanto, não pertencentes ao setor do Mercado. Podemos dizer que se tratam de instituições privadas que desenvolvem atividades de interesse público. Outro equívoco é afirmar que o Terceiro Setor é a junção do setor estatal e do setor privado. As instituições do Terceiro Setor são formalmente constituídas e geridas de forma autônoma e não estão legalmente ligadas ao Estado nem às empresas.

Ainda não é possível realizar uma análise precisa sobre os números que giram em torno do Terceiro Setor no Brasil. Apesar disso, os veículos de comunicação afirmam que:

nada apresenta um crescimento tão vigoroso quanto o Terceiro Setor. São Organizações Não Governamentais (ONGs), associações de moradores, entidades filantrópicas, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e mais uma gama de siglas e referências ligadas a praticamente todos os setores da sociedade que construíram nestes vinte e tantos anos uma formidável estrutura que movimenta, em números estimados, um contingente entre 1,5 milhão a dois milhões de pessoas no país (JORNAL DO ESTADO, 17/06/2005, p. 2).

Aqui surge um ponto nevrálgico no que se refere ao tema: mesmo que alguns pesquisadores afirmem que as ONGs estão inseridas no Terceiro Setor, um olhar mais cuidadoso nos faz perceber que os dois termos não podem ser sinônimos. Além das ONGs, o chamado Terceiro Setor abarca diversas outras formas de organizações, como as instituições do *Sistema S* (Sesi, Sesc, Senai, etc.), universidades privadas que se intitulam como não lucrativas, partidos políticos, sindicatos, federações e demais formas de associações sem fins lucrativos que não pertencem ao setor público.

Segundo a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), o Terceiro Setor é um “conceito homogeneizador” para se referir às plurais e heterogêneas organizações sociais sem fins lucrativos.⁴⁰ Ainda de acordo com a ABONG, é importante “afirmar a identidade própria e campo político dos diferentes grupos de organizações da sociedade civil, assinalando suas diferenças e convergências”, portanto:

a inclusão das ONGs no universo chamado de “terceiro setor” implica problemas de ordem conceitual, política e de identidade. A expressão

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 12/07/2008.

“terceiro setor” tem sido constantemente utilizada para referir-se às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos de uma forma geral, abrigando segmentos com identidades diversas, como entidades filantrópicas, institutos empresariais e até ONGs. [...] A expressão terceiro setor nos traz uma idéia de indiferenciação, unidade, convergência, consenso. Contudo, sabemos que, na realidade, a sociedade civil organizada no Brasil é extremamente diversa, plural e heterogênea, construída ao longo de séculos e marcada por processos brutais de exclusão, concentração de renda e violação de direitos. As organizações naturalmente expressam os conflitos e contradições existentes em nossa sociedade.⁴¹

Em entrevista concedida à Revista do Terceiro Setor, em 21/02/2002, Leilah Landim afirma que o termo Terceiro Setor “é uma abstração” que “pode esconder mais do que revelar no sentido de que pensa como um conjunto uniforme uma diversidade enorme de organizações”.⁴² Sandra Lima (2002) vai um pouco além e chama a atenção para outra importante contradição que cerca a área em questão. Quando as pessoas falam do Terceiro Setor estão quase sempre buscando referir-se às organizações e movimentos sociais guiados por valores humanitários e progressistas. Contudo, alerta a autora, “também podem ser considerados parte do terceiro setor organizações e movimentos conservadores, radicais ou fundamentalistas que muitas vezes utilizam a violência e pregam a intolerância, por exemplo grupos racistas como os neonazistas ou neofacistas” (LIMA, 2002, p. 39).

Ainda que pesem severas críticas sobre a sua generalidade e ambiguidade, o Terceiro Setor “já tem sido caracterizado como um novo setor da economia, o da ‘economia social’, sendo o setor que mais cresceu, mais movimentou recursos, mais gerou emprego, bem como foi o mais lucrativo nos últimos 20 anos” (*Ibidem*, p. 38). Atualmente, já é possível perceber a existência de cursos (inclusive nos níveis de pós graduação *lato senso*), encontros, conferências, institutos, grupos de pesquisas e revistas especializadas que se dedicam a estudar especificamente o assunto.⁴³

Mais acercado a distinção entre esses termos, ainda nos resta destacar que o “nome” utilizado para designar uma instituição não define, necessariamente, a sua forma de organização jurídica, nem mesmo indica se ela é, ou não, uma ONG. Vejamos alguns exemplos: a Fundação Cultural de Curitiba é um órgão municipal vinculado à Secretaria de Cultura de Curitiba, já a Fundação Educar é uma ONG (associação privada sem fins lucrativos) criada pelo grupo D’Paschoal para dar

⁴¹ Idem.

⁴² Disponível em: <<http://www.rets.org.br>>. Acesso em: 15/06/2008.

⁴³ Ver por exemplo os sites: <<http://www.nits.ufpr.br>>, <<http://www.terceirosetor.org.br>>, <<http://rits.org.br>> <<http://www.rets.org.br>> e <<http://www.setor3.com.br>>. Acesso em: 15/06/2008.

suporte a programas de estímulo à leitura e à educação. Nesse caso, a utilização da palavra “fundação” não representa a categoria jurídica (pública ou privada) a que pertence a entidade.

O mesmo acontece com o Instituto Ambiental do Paraná e o Instituto Ambiental Ecosul, embora ambos sejam designados pelo nome “instituto” e se dediquem às questões do meio ambiente, são entidades completamente distintas quanto à forma organizacional. Enquanto o Instituto Ambiental do Paraná é uma autarquia governamental vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, o Instituto Ambiental Ecosul é uma associação privada sem fins lucrativos (ONG) que busca promover a preservação ambiental em Santa Catarina.

Até esse momento, buscamos esclarecer o que são as ONGs, o que as caracteriza, os fatores que diferenciam uma ONG de outros tipos de instituições e o modo como elas são regulamentadas. No próximo tópico, falaremos sobre as parcerias estabelecidas entre os setores público e privado (particularmente no que diz respeito às Organizações Não Governamentais), para o desenvolvimento de políticas sociais e a maneira como se formam as teias de relações e interdependências mútuas entre diferentes instituições. A partir daí, buscaremos perceber de que modo as instituições não lucrativas do setor privado que se dedicam primordialmente ao trabalho social podem se aproximar legalmente do poder público e quais as possíveis consequências dessa relação.

2.4 O GOVERNO E AS ONGS: TEIAS DE RELAÇÕES E INTERDEPENDÊNCIAS

Uma ONG não vive sem o poder público, não adianta.
Coordenadora de ONG entrevistada

Antes de buscarmos analisar as relações que se estabelecem entre as ONGs e os governos, acreditamos ser bastante pertinente analisar, mesmo que rapidamente, o contexto histórico e social brasileiro estabelecido ao longo dos anos, fundamentalmente as questões concernentes à enorme desigualdade social estabelecida no país e a dificuldade do poder público em atender a todas as necessidades da população. A partir desse entendimento, discutiremos as parcerias

que se formam entre o governo e as ONGs, os dispositivos legais que regulamentam essa relação e as controvérsias que permeiam tal aproximação.

No Brasil, de acordo com Edson Passeti (1998), com a Proclamação da República, efetivada no ano de 1889, esperava-se um regime político democrático orientado para dar garantias ao indivíduo, num território amplo e de natureza abundante e generosa. Nesse período, como nos mostra Pedro Calmon (2002, p. 11), por toda parte “alardeavam-se os indícios de uma prosperidade espontânea, de uma riqueza múltipla, de uma civilização penetrante e expansiva”. Rompia-se com a Monarquia e com a Igreja e até mesmo o nome do país havia mudado: agora, Estados Unidos do Brasil, união de estados autônomos. Anunciava-se uma nova nação, que se propunha a rivalizar com as grandes potências internacionais, assumindo um papel diretivo na América do Sul, pois, a República recém instalada era anunciada como a nova era do progresso e da ordem.

No entanto, a euforia com a chegada do Novo Regime durou pouco. Logo em 1922, “todas as excitações do desencanto, todas as impaciências da desilusão tomavam conta do país e já não tínhamos mais republicanos de qualquer modo contentes com a República que aí estava” (CALMON, 2002, p. 207). Veio um século no qual a sociedade não teve plenamente seus direitos atendidos, não desfrutou do prometido desenvolvimento político e econômico do país e, conforme José Antonio Segatto (1999), a história brasileira caracterizou-se por ter sido marcadamente excludente e autoritária. Um processo histórico no qual a restrição aos direitos de cidadania e a limitação da democracia tem sido uma constante.

De fato, atualmente, apesar do país estar entre as 10 maiores economias do mundo,⁴⁴ mantém uma das mais altas taxas de desigualdade social. De acordo com Vilma Barban (1999), no Brasil existem mais de 32 milhões de pessoas excluídas dos direitos mais elementares. Cerca de 40% dos brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza, não dispondo de recursos mínimos para sobrevivência digna, ficando à margem da quantidade de bens e produtos gerados.

Os dados oficialmente apresentados pelo governo brasileiro à Conferência Mundial de Desenvolvimento Social, em 1995, apontavam que, dos 156,3 milhões de brasileiros, cerca de 16,6 milhões eram indigentes e 32 milhões defrontavam-se diariamente com o problema da fome. Esses números do Instituto de Pesquisas

⁴⁴ Dados de 2007 referentes ao Produto Interno Bruto (PIB).

Econômicas (IPEA) são de 1990. Informações mais atualizadas constataam que 42 milhões de pessoas, ou seja, quase 27% da população, não têm renda suficiente para atender demandas básicas de alimentação, moradia, escola, saúde, etc. (BARBAN, 1999).

Diante dessa realidade social marcada por profundas contradições e por uma acentuada desigualdade, as demandas de toda ordem são cada vez maiores e mais urgentes. Nesse sentido, Norberto Bobbio aponta que:

Como pode o governo responder se as demandas que provêm de uma sociedade livre e emancipada são sempre mais numerosas, sempre mais urgentes, sempre mais onerosas? [...] A quantidade e a rapidez destas demandas, no entanto, são de tal ordem que nenhum sistema político, por mais eficiente que seja, pode a elas responder adequadamente. Daí derivam a assim chamada 'sobrecarga' e a necessidade de o sistema político fazer drásticas opções. Mas uma opção exclui a outra. E as opções não-satisfatórias criam descontentamento (BOBBIO, 2000, p. 48).

Com o intuito de diminuir essa "sobrecarga", como nos apresenta Ceci Juruá (2004 p. 3), há bastante tempo o Estado brasileiro vem buscando se unir - talvez um termo mais correto fosse "transferir" - às iniciativas privadas. Já no período imperial "ferrovias e portos foram construídos com base em um sistema de parceria público-privada que assegurava retorno atraente ao capital privado, nacional ou estrangeiro, investido nessas atividades" (*Idem*). Neste contexto, é preciso perceber que não é recente a preocupação do Estado em "dividir o fardo" das suas tradicionais obrigações de ordem social (educação, saúde, habitação, etc.) e estrutural (construção e manutenção de obras, rodovias, ferrovias, etc.), buscando repassar algumas de suas funções às iniciativas privadas.

Essa opinião é compartilhada por Luis Fernando Veronez (2005). No entendimento do autor, nos últimos anos o país tem passado por um constante processo de "privatização do público", pois:

Entre as opções disponíveis aos governos que se instalaram nas estruturas de poder após 1988, a escolhida orientou-se no sentido estabelecido pelas políticas de cunho neoliberal propostas pelo Consenso de Washington, centradas na crescente desresponsabilização social do Estado, na privatização de empresas estatais e na desregulamentação econômica, sendo implementadas como a única saída para a crise então instalada no modelo de acumulação proposto pelo *welfare State* (VERONEZ, 2005, p. 64).

A partir dessa conjuntura, as chamadas privatizações e terceirizações têm sido empregadas recorrentemente pelo poder público com o discurso de reduzir despesas, obter maior eficiência e gerar recursos. Contudo, para Pierre Bourdieu, essas são estratégias da “conversão coletiva à visão neoliberal” (BOURDIEU, 1997a, p. 215) que visam minimizar o papel do Estado ou do setor público que, assim, transfere responsabilidades ao setor privado. Este, por sua vez, visualiza nas “parcerias” uma boa chance para obter lucros.

Quando falamos do setor privado, se estivermos nos referindo às empresas que buscam estratégias de ganhos financeiros, não há aí nenhuma novidade, pois como é sabido, tais instituições são criadas precisamente com essa finalidade. Todavia, outro tipo de parceria - ou transferência (?) - tem sido estabelecida entre o poder público e instituições que, conforme já esclarecemos, também pertencem ao setor privado, mas ao contrário das empresas, legalmente não buscam obter nenhum tipo de lucro financeiro: as ONGs.

Nos últimos anos, o tipo de parceria “Governo-ONG” tem tomado proporções inimagináveis, que nos conduzem a uma trama de relações que possibilitam diferentes análises e interpretações por distintas perspectivas. Em nosso entendimento, já de início, é indispensável perceber em que áreas as instituições não lucrativas estão atuando e porque é necessário que elas prestem determinados serviços que historicamente são de obrigação estatal.

Para Pierre Bourdieu, o Estado pode ser compreendido como tendo uma mão direita e uma mão esquerda. A mão esquerda é composta pelos “trabalhadores sociais” (professores, assistentes sociais, educadores, etc.) que constituem “o conjunto dos agentes dos ministérios ditos *gastadores*” (BOURDIEU, 1998a, p. 10). A mão esquerda se opõe à mão direita do Estado que, por sua vez, é formada pelos “burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados e dos gabinetes ministeriais” (*Idem*).

Segundo o autor, estamos assistindo a demissão ou a retirada do Estado no que diz respeito à oferta e à garantia de alguns serviços, sobretudo, referentes à mão esquerda, principalmente nas áreas de educação e saúde:

Passamos, assim, de uma política de Estado que visa agir sobre as próprias estruturas da distribuição para uma política que visa simplesmente corrigir os efeitos da distribuição desigual dos recursos de capital econômico e cultural, isto é, para uma caridade de Estado destinada, como nos bons

velhos tempos da filantropia religiosa, aos “pobres merecedores”. (BOURDIEU, 1997a, p. 218-219).

Deste modo, prossegue o sociólogo, a depreciação da coisa pública tem como objetivo liquidar as conquistas do *welfare state* (Estado de Bem Estar Social) e o enaltecimento do setor privado. E, nesse movimento, instituições como as ONGs passam a fazer parte da prestação dos serviços nas áreas sociais e vêm se tornando, cada vez mais, grandes prestadoras dos serviços relacionados à mão esquerda.

Temos aí uma dinâmica paradoxalmente instigante: se por um lado, as ONGs passam a desempenhar certos serviços necessários à população que são negligenciados pelo governo, por outro, para a execução dessas tarefas, recebem importantes quantias de verbas públicas, pois, não há dúvidas de que os governos tornaram-se um dos maiores “patrocinadores” das ONGs. A título de exemplo, a reportagem de Kátia Chagas chama a atenção sobre o dinheiro destinado pelo Governo do Paraná para as ONGs:

Segundo o líder da oposição, Valdir Rossoni (PSDB), de 2003 até 2006, o governo teria aumentado o repasse para organizações não-governamentais (ONGs) em 214%, saltando de R\$ 41 milhões para R\$ 384 milhões. Os números foram contestados pelo líder do governo, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), que divulgou relatório mostrando que o valor total foi de R\$ 320 milhões (GAZETA DO POVO, 25/10/2007, p. 12).

Os governos (independentemente de estarem em âmbito federal, estadual ou municipal) investem grandes quantidades de verba nessas “parcerias”, tendo em vista que as funções desempenhadas por Organizações Não Governamentais podem preencher algumas de suas obrigações. As ONGs, por sua vez, precisam das verbas que o governo pode lhe oferecer para manter-se e sustentar seus projetos. Podemos dizer, então, que esse movimento revela uma complexa teia de dependências mútuas, estabelecidas no conjunto das relações entre os governos e as ONGs, já que ambos os “parceiros” são funcionalmente dependentes.

Conforme Norbert Elias (1999) nos alerta, quanto maior for o grau de interdependência funcional entre duas unidades, menos será possível explicar as propriedades dessa relação apenas em função das propriedades de cada uma das partes. Portanto, compreender o dinâmico processo de relações resultante do entrelaçamento entre tais instituições, requer analisar a configuração que estas partes formam, observando que tal relação não é estática.

Ainda tendo em vista a abordagem apresentada por Elias (1999), interpretar o relacionamento estabelecido entre as ONGs e os governos requer, primeiramente, observar que as instituições em questão não são “entidades com vida própria”, ou seja, elas são formadas pelos indivíduos que as compõe e a configuração que eles formam entre si encontra-se em contínuo processo de constituição e transformação.

A partir dessa interpretação, não se pode atribuir à aproximação entre governos e ONGs um único motivo ou interesse. Supor isso seria desconsiderar que as relações estabelecidas entre essas formas de organização são mutáveis e, deste modo, transformadas à medida que a configuração entre os indivíduos que as compõem modifica-se. Exemplos bastante evidentes do que acabamos de dizer podem ser percebidos no aumento ou decréscimo na quantidade de parcerias firmadas ou nos diversos serviços e áreas de atuação que se tornam alvo dessas relações em diferentes gestões governamentais.

Quanto aos aspectos jurídicos que regulamentam essas parcerias, o convênio entre as ONGs e o poder público não se trata, como muitas pessoas confundem, daquilo que legalmente é denominado de Parceria Público Privada - consolidada entre a Administração Pública e as grandes empresas privadas.

A Parceria Pública Privada (PPP), regulamentada pela Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, é o nome com que atualmente se designa o contrato administrativo firmado entre o poder público (no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e o setor privado. As PPPs podem ser estabelecidas em duas modalidades de concessão: patrocinada ou administrativa.

A concessão patrocinada é definida no parágrafo 2º do Art. 1º da “Lei das PPPs”, como “a concessão de serviços públicos ou de obras públicas [...] quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado”. Um exemplo desse tipo de parceria é a concessão de estradas para a iniciativa privada. Neste caso, a empresa investe seu próprio capital na reforma e manutenção de uma rodovia pública já existente e, em contrapartida, cobra tarifas (pedágio) dos usuários.

Já a concessão administrativa, como indica o Art. 2º da lei, tem por objeto “a prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens”. Em outras palavras, ela funciona como uma concessão dos serviços públicos, observando-se que a lei, em seu Art. 4º, inciso III, só proíbe a delegação “das

funções de regulação, jurisdicional, poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado”. Neste caso, se o objeto do contrato for a prestação de serviço, pode haver terceirização de obras e serviços administrativos ou públicos, especialmente serviços sociais do Estado, que não admitem instituição de tarifa aos usuários, como por exemplo, o atendimento à saúde pública.

De certo modo, nas PPPs acontece o mesmo tipo de terceirização que ocorre com as ONGs, porém com regime jurídico diverso. Nas duas formas de “parceria” pode-se delegar a uma entidade privada a execução de serviços públicos não exclusivos do Estado. A diferença entre as PPPs e o repasse de verba do poder público às Organizações Não Governamentais é que, no caso das ONGs, a entidade tem que ser associação ou fundação sem fins lucrativos e, na concessão administrativa firmada por meio das PPPs, essa exigência não existe e o parceiro privado pode atuar com objetivo de lucro.

Além disso, a Lei n. 11.079 apresenta duas regras que, em linhas gerais, diferenciam muito claramente as PPPs das parcerias entre as ONGs e o setor público: a primeira delas é que apenas projetos de valor superior a 20 milhões de reais podem ser objeto de PPPs e, a segunda, diz que a empresa participante tem de colocar pelo menos 20% em recursos próprios. Obviamente, por se tratarem de organizações sem fins lucrativos, as ONGs não dispõem (ou não podem dispor, legalmente) de dinheiro acumulado para investir nesse tipo de parceria que beneficia, normalmente, apenas as grandes empresas.

Apesar do Brasil ser um dos poucos países da América Latina a já ter estabelecido um referencial jurídico e regulatório para as parcerias entre os setores público e privado, a “Lei das PPPs” ainda apresenta muitas discordâncias. Uma das maiores contradições deriva do fato de que, se por um lado, o Governo afirma não ter recursos para execução direta das atividades a serem objeto de PPP, contraditoriamente, assume, na posição de parceiro público, o compromisso de pagar contribuição ao parceiro privado, além de empenhar o orçamento público para oferecer garantias às empresas. Por isso é que muitos juristas apontam que a lei apresenta fortes traços de inconstitucionalidade e que funciona como um subterfúgio para desonerar o Estado de suas obrigações.

Um pouco mais esclarecida as questões das PPPs, instituídas pela Lei n. 11.079 e que, efetivamente, não dizem respeito às parcerias estabelecidas entre as ONGs e os governos, vamos buscar esclarecer de que maneiras esse tipo de

instituição que não tem objetivos de lucro pode se aproximar do poder público e o que regulamenta tal situação.

Para estabelecer convênios ou receber verbas públicas, uma Organização Não Governamental precisa, primeiramente, comprovar que o trabalho desenvolvido por ela traz algum tipo de benefício para a sociedade e para isso é necessário adquirir determinadas “certificações” que são conferidas pelo poder público.

Existem três títulos que as ONGs podem pleitear junto ao Governo. O mais antigo deles, instituído pela Lei n. 91, de 28 de agosto de 1935, é o reconhecimento de Utilidade Pública Federal, concedido pelo Ministério da Justiça, observando que os estados e os municípios dispõem de leis próprias para a qualificação das entidades em Utilidade Pública Estadual ou Utilidade Pública Municipal. A obtenção e a manutenção do *status* de Utilidade Pública dependem da comprovação de que a entidade realiza atividades de cunho social com exclusividade ou predominância de gratuidade. No âmbito das relações com o setor público, este título permite que a instituição receba verbas governamentais.

Outro título que pode ser obtido por uma ONG é o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CBAS),⁴⁵ anteriormente denominado Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, que é dado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).⁴⁶ De acordo com o site oficial do Conselho, “considera-se entidade beneficente de assistência social, para os fins da concessão ou renovação do Certificado, a Instituição dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos” e que atue em uma ou mais das seguintes áreas:

A proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência e à velhice;
O amparo às crianças e adolescentes carentes;
Ações de prevenção, habilitação, reabilitação e integração à vida comunitária de pessoas portadoras de deficiência;
Promover, gratuitamente, assistência educacional ou de saúde;
Promover a integração ao mercado de trabalho;
Promover o atendimento e o assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e a defesa e garantia dos seus direitos.⁴⁷

⁴⁵ Para requerer a concessão ou renovação do CBAS é pré-requisito que a entidade já tenha recebido o título de Utilidade Pública Federal.

⁴⁶ O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é o órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, instituído em 1993 pela Lei Orgânica de Assistência Social (Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993). O Conselho é formado por 18 membros, sendo que metade do grupo é formada por pessoas indicadas pelo governo e a outra metade é composta por representantes da sociedade civil.

⁴⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em: 19/09/2008.

Por fim, uma ONG pode pleitear o certificado de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que é emitido pelo Ministério da Justiça para qualificar as organizações privadas sem fins lucrativos. A Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, regulamenta a qualificação das pessoas jurídicas de direito privado em OSCIPs.

Conforme o Art. 3º da “Lei das OSCIPs”, a qualificação somente é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos e que cumpram, por meio de execução direta de projetos, programas e planos de ações, pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I - promoção da assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Não podem receber a qualificação de OSCIP, mesmo que se dediquem à promoção das atividades descritas acima, as sociedades comerciais, sindicatos, instituições religiosas, organizações partidárias, empresas que comercializam planos de saúde, instituições hospitalares privadas, cooperativas e fundações públicas. Aqui, se faz necessário uma observação: toda OSCIP é uma Organização Não Governamental, no entanto, nem toda ONG é uma OSCIP, já que nem todas recebem a certificação.

Os três certificados (Utilidade Pública, CBAS e OSCIP) funcionam como “documentos declaratórios” de reconhecimento do poder público de que a instituição é uma entidade beneficente que presta serviços sociais de utilidade pública. Com as certificações as instituições recebem imunidades tributárias, ficam habilitadas a

firmar parceria e receber verbas públicas e podem, no caso das OSCIPs, remunerar seus diretores sem perder as isenções fiscais.

A série de benefícios concedidos às Organizações Não Governamentais, principalmente na questão concernente ao recebimento de dinheiro público, em alguns momentos tem causado controvérsias e conflagrado discussões a respeito da confiabilidade das ONGs e a veracidade dos serviços prestados por elas.

No final do ano de 2006, eclodiu o episódio que ficou conhecido como a “farra das ONGs”, que resultou na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar repasses de verbas do governo federal para determinadas Organizações Não Governamentais. A partir desse acontecimento, algumas matérias publicadas em jornais paranaenses colocam em xeque a honestidade dessas entidades:

ONGs eram usadas para desviar dinheiro recolhido com doações (GAZETA DO POVO, 24/11/2006, p. 4).

ONGs fajutas enganam fácil políticos (GAZETA DO POVO, 26/11/2006, p. 7).

Farra das ONGs chega aos municípios: denúncia protocolada junto ao TCE levanta a suspeita de que “fenômeno” se alastra no PR (O ESTADO DO PARANÁ, 18/10/2007, p. 3).

TCE aperta o cerco nas contas das ONGs: repasses dos municípios paranaenses para o terceiro setor começaram a ser controladas há apenas dois anos (O ESTADO DO PARANÁ, 20/01/2007, p. 7).

Repasse a ONGs cresceu 214%, acusa oposição (GAZETA DO POVO, 25/10/ 2007, p. 12).

Em meio aos conturbados acontecimentos, surge popularmente o termo que ficou conhecido como “pilantropia” em referência pejorativa à palavra filantropia e as ONGs passam a ser vistas por muitas pessoas como um meio de escoamento do dinheiro público, ou ainda, com uma fonte de renda para seus dirigentes.

Sobre esse aspecto, acreditamos que é preciso fiscalizar atentamente e de maneira democrática o emprego do dinheiro público (não apenas no âmbito das ONGs). Contudo, é necessário destacar que já existem determinados critérios de regulação e fiscalização sobre os recursos públicos que as ONGs recebem como, por exemplo, a minuciosa prestação de contas que as instituições devem apresentar todos os anos para manter suas certificações. Assim, entendemos que a criminalização e a generalização negativa que têm marcado a referência às ONGs -

principalmente nos comentários jornalísticos - são análises, algumas vezes, bastante superficiais e reducionistas, haja vista o papel de destaque que muitas dessas instituições vêm desempenhando junto à sociedade. Não obstante, há que se considerar que existem milhares de organizações no Brasil, genericamente chamadas de ONGs, com perfis bastante diferenciados de ações, atividades, projetos e fontes de financiamento e, de forma geral, não conhecemos o trabalho desempenhado pelas ONGs, as áreas em que atuam e quais seus objetivos.

Buscando reduzir essa carência de informações, no próximo tópico buscaremos expor o atual panorama brasileiro em relação às Organizações Não Governamentais, principalmente no que diz respeito ao número de instituições existentes e as áreas em que prestam serviços.

2.5 QUANTAS ONGS EXISTEM NO BRASIL E QUAIS TÊM A PREFERÊNCIA?

O título deste tópico se refere a uma pergunta bastante difícil de ser respondida. Mesmo com o crescente interesse de diversos segmentos em estudar o tema, quando se fala em ONGs, a dificuldade não consiste apenas em conceituá-las, saber como e por que elas surgem ou defini-las juridicamente. Também é bastante complicado precisar quantas Organizações Não Governamentais existem no país, quem são os agentes que atuam nesse campo, qual é o porte de seus recursos e de onde eles vêm.

Os estudos que podemos considerar como sendo os principais levantamentos realizados em âmbito nacional com a finalidade de apresentar um retrato mais abrangente do setor não governamental e sem fins lucrativos no Brasil são as duas pesquisas, divulgadas em 2004 e 2008, elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE).⁴⁸

⁴⁸ Outra investigação sobre a área não governamental no Brasil é o estudo intitulado *Mapa do Terceiro Setor*, uma iniciativa do Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que reúne um conjunto de Organizações Não Governamentais brasileiras (para mais

A primeira edição da pesquisa, publicada em 2004, teve como principal intuito identificar o perfil das instituições privadas sem fins lucrativos, denominadas então como Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL), referente ao ano de 2002 e o seu crescimento entre os anos de 1996 e 2002. A segunda edição, divulgada em 2008, buscou apresentar o crescimento das FASFIL entre os anos de 2002 e 2005. Ambas as edições buscaram detalhar, entre outras questões, quantas FASFIL existem, onde estão localizadas, qual a idade, o porte e quantos assalariados empregam.

É importante destacar que nas mais de 300 páginas que compõem os dois levantamentos do IBGE (2004, 2008) a palavra ONG não é citada nenhuma vez, há apenas a utilização do termo FASFIL. Apesar disso, muitos estudos e reportagens de jornais se remetem às pesquisas como uma quantificação para o número de ONGs. Apenas para citar um exemplo, a Gazeta do Povo de 17/09/2007, fazendo alusão à pesquisa divulgada em 2004, afirma que “segundo o IBGE, existem 275 mil ONGs em todo o Brasil”. O que, de fato, não podemos dizer que seja errôneo. Entretanto, quando nos referirmos às instituições da área esportiva, iremos esclarecer os motivos pelos quais acreditamos não ser possível utilizar as duas expressões - FASFIL e ONG - como sinônimas.

Para a realização do estudo, foram utilizados os dados contidos no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE)⁴⁹ do IBGE, com o objetivo de ampliar a divulgação de informações e estimular “o debate público sobre as características do setor privado não-lucrativo, permitindo uma maior compreensão desse universo” (IBGE, 2004, p. 11).

De acordo com a pesquisa, conhecer o perfil das FASFIL que atuam no Brasil é bastante importante já que, com a redemocratização do país na década de 1980 e, particularmente, a partir da década de 1990, as organizações da sociedade civil

detalhes ver: <<http://www.mapadoterceirosetor.org.br>>. Acesso em: 15/06/2008). Entretanto, por se tratar de um cadastramento espontâneo das ONGs, não se mostra tão abrangente quanto a pesquisa desenvolvida pelo IBGE (possui apenas 3.301 organizações cadastradas), por isso é preciso “ter clareza que ele reúne um conjunto expressivo de organizações brasileiras, mas não a sua totalidade” (MARIANO e ARRUDA, 2005, p. 3).

⁴⁹ O CEMPRE cobre o universo das organizações inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda que declararam ao Ministério do Trabalho e Emprego, no ano de referência, exercer atividade econômica no território nacional. O Cadastro abrange tanto entidades empresariais, como órgãos da administração pública e instituições privadas sem fins lucrativos (IBGE, 2004).

ganham maior evidência e passam a fazer parte efetivamente do cenário político e organizacional brasileiro. Com isso, começam a crescer no país:

diversos tipos de arranjos entre o Estado e organizações da sociedade na implementação e na co-gestão de políticas públicas, particularmente, as de caráter social. Assim, a avaliação e a qualificação desses arranjos requer, dentre outros subsídios para a análise, um melhor conhecimento do papel que os diversos atores não-governamentais vêm desempenhando no País (IBGE, 2004, p.10).

Com o intuito de conhecer a pluralidade dessas organizações, avaliar suas perspectivas e áreas de atuação, a pesquisa parte, primeiramente, em busca de critérios que possam caracterizar as FASFIL. Entre todas as instituições registradas como entidades sem fins lucrativos em uma das 14 categorias⁵⁰ do CEMPRE, o estudo considerou para fins de análise as entidades que atendiam simultaneamente a cinco critérios:

- (i) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado;
- (ii) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podem até gerá-los desde que aplicados nas atividades fins;
- (iii) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- (iv) auto-administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades;
- (v) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

O confronto entre as 14 categorias de entidades sem fins lucrativos existentes no CEMPRE e os cinco critérios de definição apresentados acima, revelou que apesar de certas entidades serem formalmente consideradas como sem fins lucrativos, não se enquadram simultaneamente aos critérios de privadas, institucionalizadas, auto-administradas e voluntárias. Este é o caso, por exemplo, dos cartórios, cooperativas, condomínios em edifícios, partidos políticos, entidades sindicais e as instituições pertencentes ao *Sistema S* (Senai, Sesi, Senac, Sesc, etc.), que não foram consideradas para efeitos do estudo.

⁵⁰ De acordo com o IBGE (2004), as 14 categorias de entidades sem fins lucrativos do CEMPRE são: Serviço Notarial e Registral (Cartório); Organização Social; Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); Outras Fundações Mantidas com Recursos Privados; Serviço Social Autônomo; Condomínio em Edifícios; Unidade Executora (Programa Dinheiro Direto na Escola); Comissão de Conciliação Prévia; Entidade de Mediação e Arbitragem; Partido Político; Entidade Sindical; Filial de Fundação ou Associação Estrangeiras; Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior; e Outras Formas de Associação.

Após a definição dos critérios, o número encontrado de FASFIL, em 2002, foi de 275.895 entidades, o que representava 55% de todas as organizações declaradas sem fins lucrativos registradas no CEMPRE. As FASFIL representavam, nesse ano, cerca de 5% dentre todas as organizações (públicas, privadas lucrativas e privadas não lucrativas) registradas no país. Os dados do IBGE (2004) apontam que no ano de 2002 o setor gerava uma renda de 17,5 bilhões por ano, aproximadamente 2% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional e empregava 1,5 milhão de pessoas.

Por sua vez, a pesquisa do IBGE divulgada em 2008, aponta que mais de 338 mil Fundações e Associações Privadas sem Fins Lucrativos existiam oficialmente no Brasil no ano de 2005, empregando 1,7 milhão de pessoas assalariadas ou 5,3% de todos os trabalhadores brasileiros. O estudo revelou que o grupo das FASFIL representava 56,2% das instituições sem fins lucrativos e 5,6% do total de entidades (públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas) existentes no país nesse ano. Também é importante observar que entre os anos de 1996 e 2005 observou-se um crescimento de 215,1% (de 107,3 mil para 308,2 mil) indicando que, proporcionalmente, esse grupo foi o que mais cresceu no país.

Após identificar o número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos atuantes no Brasil, as pesquisas procuraram classificar as organizações por agrupamentos, segundo a finalidade das instituições, isto é, o objetivo a que se prestam. As TABELAS 1 e 2 apresentam as categorias e subcategorias para fins de classificação das FASFIL, além de um retrato bastante abrangente sobre a distribuição das instituições nas diferentes regiões brasileiras.

TABELA 1 - CLASSIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS FASFIL REFERENTE AO ANO DE 2002

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Grandes Regiões					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Habitação						
Habitação	322	4	98	121	86	13
Saúde						
Hospitais	2 009	82	280	984	573	90
Outros serviços de saúde	1 789	56	303	852	469	109
Cultura e recreação						
Cultura e arte	10 645	260	1 607	4 796	3 468	524
Esportes e recreação	26 894	708	3 007	11 832	9 980	1 367
Educação e pesquisa						
Educação infantil	2 801	70	299	1 594	638	200
Ensino fundamental	7 968	408	2 336	3 108	1 546	570
Ensino médio	1 322	40	326	538	301	117
Educação superior	1 656	46	189	1 025	265	131
Estudos e pesquisas	1 817	70	278	1 051	295	123
Educação profissional	244	4	45	110	68	17
Outras formas de educação/ensino	1 685	67	274	843	363	138
Assistência social						
Assistência social	32 249	897	4 718	14 386	10 235	2 013
Religião						
Religião	70 446	2 985	9 167	41 195	11 426	5 673
Associações patronais e profissionais						
Associações empresariais e patronais	3 533	121	515	1 674	948	275
Associações profissionais	1 6151	967	3 442	5 943	4 462	1 337
Associações de produtores rurais	24 897	2 530	12 590	4 149	3 815	1 813
Meio ambiente e proteção animal						
Meio ambiente e proteção animal	1 591	101	190	807	365	128
Desenvolvimento e defesa dos direitos						
Associação de moradores	14 568	422	5 286	4 416	3 745	699
Centros e associações comunitárias	23 149	700	10 154	7 834	3 786	675
Desenvolvimento rural	1 031	64	517	218	169	63
Emprego e treinamento	388	19	66	167	111	25
Defesa de direito de grupos e minorias	4 662	156	1 280	1 716	1 236	274
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	1 363	55	334	583	298	93
Outras não especificadas	22 715	883	3 994	11 233	4 924	1 681
Total	275 895	11 715	61 295	121 175	63 562	18 148

FONTE: IBGE (2004, p. 3).

TABELA 2 - CLASSIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS FASFIL REFERENTE AO ANO DE 2005

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Grandes Regiões					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Habitação						
Habitação	456	5	99	178	156	18
Saúde						
Hospitais	2 068	63	283	1 022	601	66
Outros serviços de saúde	2 396	59	439	1 167	603	128
Cultura e recreação						
Cultura e arte	14 796	501	2 574	6 418	4 584	719
Esportes e recreação	32 203	986	3 774	13 956	11 824	1 663
Educação e pesquisa						
Educação infantil	3 154	75	382	1 832	611	254
Ensino fundamental	7 910	414	2 009	3 280	1 615	592
Ensino médio	1 448	51	314	659	306	118
Educação superior	2 152	70	293	1 277	332	180
Estudos e pesquisas	2 441	90	362	1 381	441	167
Educação profissional	447	13	68	237	99	30
Outras formas de educação/ensino	2 388	93	407	1 275	463	150
Assistência social						
Assistência social	39 395	1 213	6 137	17 520	12 109	2 416
Religião						
Religião	83 775	3 771	11 614	48 474	13 150	6 766
Meio ambiente e proteção animal						
Meio ambiente e proteção animal	2 562	164	330	1 243	614	211
Desenvolvimento e defesa dos direitos						
Associação de moradores	19 196	681	6 723	5 874	5 015	903
Centros e associações comunitárias	29 586	1 101	13 248	9 470	4 932	835
Desenvolvimento rural	1 752	107	883	318	351	93
Emprego e treinamento	722	26	111	322	226	37
Defesa de direito de grupos e minorias	6 276	281	1 814	2 192	1 625	364
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 727	106	541	1 009	886	185
Associações patronais e profissionais						
Associações empresariais e patronais	4 381	156	638	2 073	1 105	349
Associações profissionais	19 645	1 287	4 399	7 234	5 164	1 561
Associações de produtores rurais	34 830	3 749	17 981	5 663	5 185	2 252
Outras não especificadas	21 516	1 102	4 575	9 370	4 891	1 578
Total	338 162	16 164	79 998	143 444	76 888	21 668

FONTE: IBGE (2008, p. 28).

Os dados apresentados nas pesquisas nos fornecem muitas informações e importantes indícios sobre o setor não lucrativo do Brasil. Entre elas, a matéria publicada no Jornal Gazeta do Povo, em 08/12/2007, chama a atenção para o “desequilíbrio entre o número de ONGs e a situação social da população” (p. 15). A Região Norte, que apresenta um dos piores indicadores sociais do Brasil, abrangia apenas 3% do total de entidades dirigidas à área de assistência social no ano de 2002 e o Sudeste, reconhecidamente a região mais rica do país, concentrava quase 50% dessas entidades. Outro ponto abordado pelo Jornal é a situação do Estado de Alagoas que, apesar de possuir a menor expectativa de vida do Brasil e o maior índice de mortalidade infantil, fica atrás de outros 22 estados brasileiros no número de instituições que prestam assistência social.¹

Na pesquisa referente ao ano de 2005, a disparidade permaneceu. Enquanto a Região Sudeste detinha mais de 17,5 mil FASFIL dedicadas à assistência social, as Regiões Norte e Nordeste, juntas, não reuniam sequer metade desse número. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

pode parecer estranho que a distribuição dessas organizações não acompanhe a distribuição da pobreza no Brasil: enquanto 47,5% dos brasileiros com renda familiar per capita de até meio salário mínimo mensal em 2005 se encontram no Nordeste, apenas 15,6% das organizações de *Assistência social* se localizam na região. No entanto, a pobreza é uma das vulnerabilidades sociais que compõe o campo de ação da assistência, mas não a única. Ao seu lado, estão as questões da violência, do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, da população em situação de rua, entre outros problemas que se distribuem por todo o Território Nacional, muitas vezes concentrados nos grandes centros urbanos das regiões mais desenvolvidas. Pode ser que essa amplitude de atribuições do setor explique parcialmente porque a distribuição das organizações de *Assistência social* não segue necessariamente a distribuição da pobreza no País (IBGE, 2008, p. 27).

Ainda que as análises do Instituto, apresentadas na citação acima, possam explicar, em partes, a distribuição bastante desigual, é preciso notar que as diferenças não estão limitadas à área da assistência social. Em praticamente todas

¹ De acordo com o IBGE (2008) é importante destacar a falta de precisão no entendimento do que seja a área de atuação de *Assistência social*. Como desdobramento do primeiro estudo realizado sobre as FASFIL, o IBGE, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), realizou em 2006 uma pesquisa de campo (Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos - PEAS) para conhecer o funcionamento das entidades que se auto-classificaram como de assistência social sem fins lucrativos no CEMPRE. Os dados levantados mostraram que 29,9% das entidades que se cadastraram como de assistência social não prestavam exatamente os serviços considerados como de política de assistência social pelo MDS.

as outras categorias, as regiões Sudeste e Sul têm um número de FASFIL muito mais elevado.² No que se refere àquelas enquadradas no subgrupo *Educação infantil*, por exemplo, o número de instituições existentes na Região Sul é quase duas vezes maior que na Região Nordeste e mais de oito vezes maior que na Região Norte. Além disso, em 2005, a média dos salários dos empregados nas FASFIL da Região Nordeste (2,7 salários mínimos) era bem inferior à média nacional (3,8 salários mínimos).

Mesmo quando comparamos o número de FASFIL proporcionalmente ao número de habitantes, a concentração acentuada permanece. Na Região Sul, onde se encontram 14,6% da população brasileira, estão reunidos 22,7% do total de FASFIL. Já o Nordeste, com 27,7% dos habitantes, detém 23,3% das instituições e o Norte, que abriga 8% da população, fica com apenas 4,8% das FASFIL estabelecidas no país (IBGE, 2008).

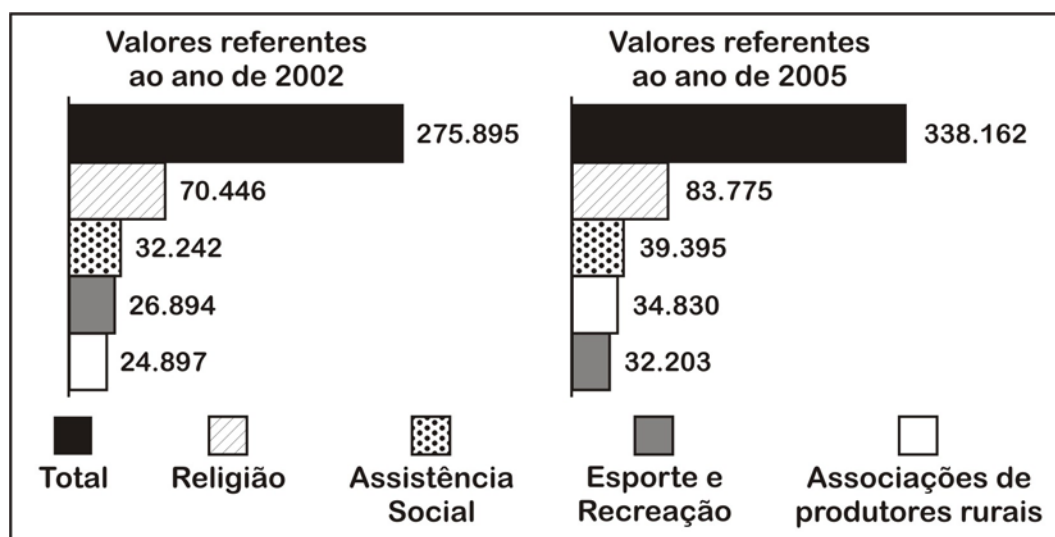
Certamente, as expressivas diferenças entre os números de FASFIL localizadas nas regiões brasileiras estão relacionadas a uma série de fatores econômicos, culturais e sociais que merecem um estudo mais aprofundado, para que não haja o risco de cometermos especulações a respeito do assunto, já que, de fato, não é possível relacionar diretamente a pobreza à presença das ONGs como muitos supõem.

Entre os dados fornecidos pelo IBGE observamos, ainda, uma forte presença das ações de cunho religioso. As entidades que se dedicam diretamente às atividades confessionais (ordens religiosas, templos, paróquias, pastorais, centros espíritas, entre outras) representavam, em 2002, mais de 25% do total de FASFIL existentes no país e 24,8% no ano de 2005. O órgão responsável pela pesquisa destaca que o alcance das FASFIL de caráter religioso não se restringe apenas às instituições alocadas nesse grupo, posto que “milhares de entidades assistencial, educacional e de saúde, para citar apenas alguns exemplos, são de origem religiosa, embora não estejam classificadas como tal, o que impede dimensionar a abrangência efetiva das ações de influência religiosa” (IBGE, 2008, p. 27).

² As exceções são as categorias de *Associações de produtores rurais*, *Associações de moradores e Centros e associações comunitárias*, nas quais a Região Nordeste detém o maior número de instituições.

O GRÁFICO 1 permite uma visualização mais detalhada das quatro maiores categorias e/ou subcategorias (entre as 24 classificadas pelo estudo) em número de FASFIL existentes no país nos anos de 2002 e 2005.

GRÁFICO 1 - FUNDAÇÕES E ASSOCIAÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL

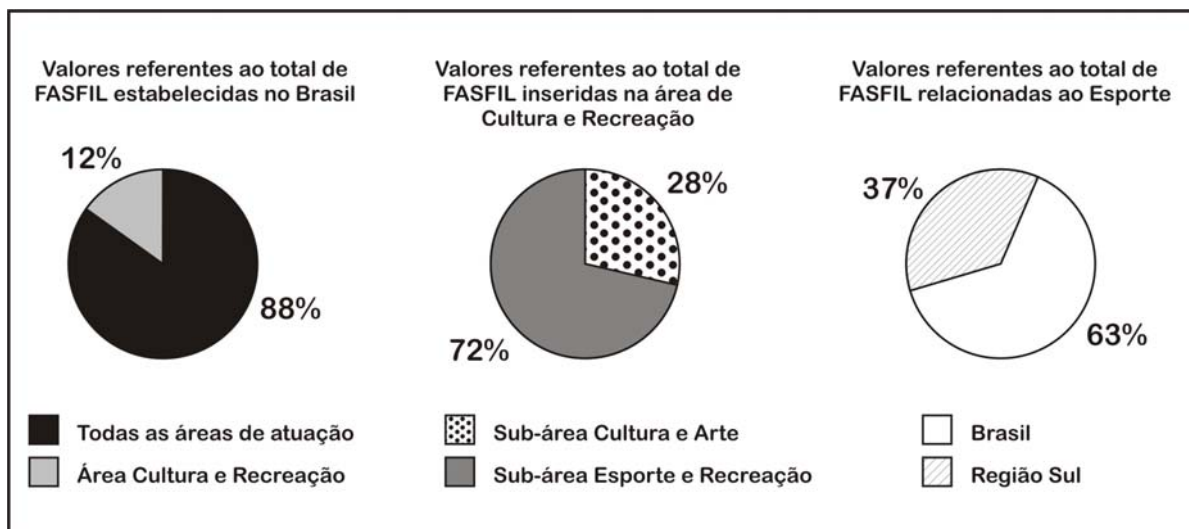


FONTE: Elaborado por Martines (2006) com base nas pesquisas do IBGE (2004, 2008).

Prosseguindo com a análise das informações obtidas a partir das pesquisas em questão, outro dado bastante significativo pode estar relacionado ao nosso problema de pesquisa. De acordo com o IBGE (2004), das quase 276 mil FASFIL existentes no Brasil no ano de 2002, mais de 37 mil estavam enquadradas na área *Cultura e Recreação*. Dentre essas, 10.645 inseridas na subárea *Cultura e Arte* e 26.894 na subárea *Esporte e Recreação*.

Como é possível observar no GRÁFICO 1, no ano de 2002, o percentual de FASFIL ligadas diretamente às atividades esportivas e recreativas (9,7%) só fica atrás das organizações religiosas (25,5%) e de assistência social (11,6%). Já no GRÁFICO 2, é interessante notar que apenas na Região Sul estavam localizadas quase 10 mil entidades desse gênero, ou seja, de todas as FASFIL relacionadas com o desenvolvimento do esporte e da recreação no Brasil, 37% estavam localizadas no sul do país.

GRÁFICO 2 - INFORMAÇÕES SOBRE AS FASFIL REFERENTE AO ANO DE 2002



FONTE: Elaborado por Martines (2006), com base nas pesquisas do IBGE (2004).

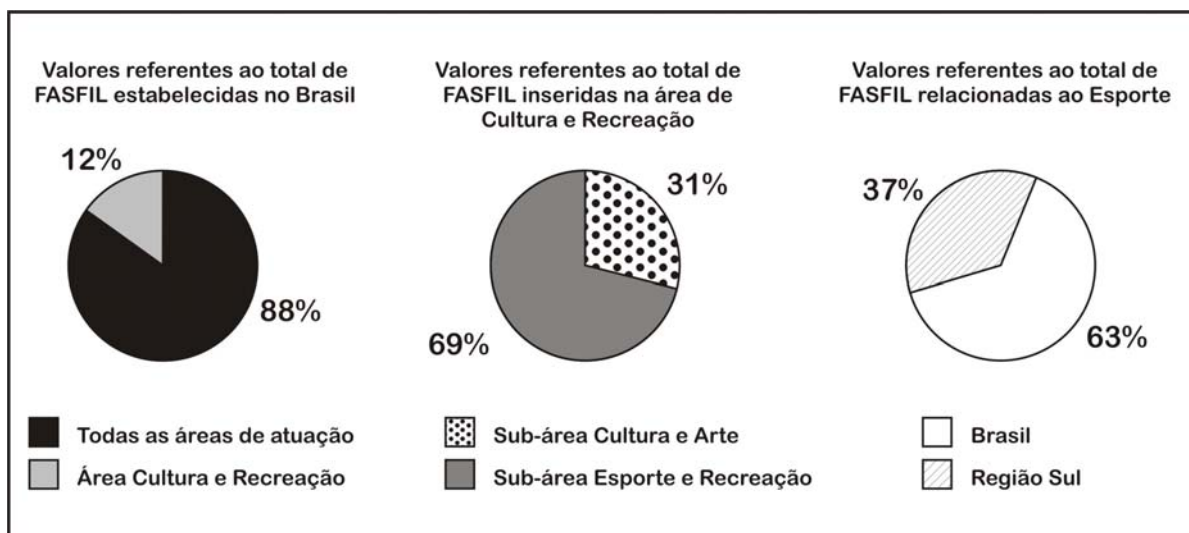
Em relação à situação observada no ano de 2005, o IBGE indica que:

Analizando a composição das FASFIL pelo tipo de atividade realizada se verifica que o terceiro bloco, em número de entidades, é formado pelo grupo de organizações voltadas para *Cultura e recreação*, localizadas, em grande maioria (78,3%), nas Regiões Sudeste e Sul do País. Das 47,0 mil entidades deste bloco, 32,2 mil (68,5%) se dedicam, majoritariamente, às atividades de *Esportes e recreação* (IBGE, 2008, p. 26).

As informações divulgadas em 2008, confirmam o que a pesquisa anterior já havia demonstrado: quase 10% das FASFIL existentes no país estão diretamente relacionadas à subárea *Esporte e Recreação*. Destas, aproximadamente 12 mil (37%) localizam-se na Região Sul e 14 mil (41%) na Região Sudeste.

No GRÁFICO 3 estão as informações referentes às FASFIL diretamente relacionadas ao esporte em atividade no Brasil no ano de 2005.

GRÁFICO 3 - INFORMAÇÕES SOBRE AS FASFIL REFERENTE AO ANO DE 2005.



FONTE: Elaborado por Martines (2009), com base nas pesquisas do IBGE (2008).

Apesar do número de FASFIL relacionadas à *Cultura e Recreação* ter aumentado, o percentual que ela ocupa entre as áreas de atuação permaneceu constante (12%). A mesma situação acontece em relação ao subgrupo do *Esporte e Recreação* que, apesar de ter aumentado em número de instituições entre os anos de 2002 e 2005 (passou de 26.894 para 32.203), manteve seu percentual (9%) em meio às instituições que compõem a pesquisa, bem como a Região Sul permaneceu concentrando 37% de todas as FASFIL relacionadas ao esporte no país.

Conforme já chamamos a atenção no início deste subcapítulo, embora os órgãos responsáveis pelas pesquisas não estabeleçam distinção alguma entre os termos FASFIL e ONG, torna-se premente esclarecer que para nós o número de FASFIL relacionadas ao esporte não significa exatamente a quantidade de “ONGs esportivas” existentes no país - ao menos se considerarmos o entendimento de ONG que já apresentamos.³

Não nos cabe aqui discutir uma por uma das áreas de atuação das FASFIL classificadas pelo estudo e dizer se as instituições alocadas nas diferentes categorias podem ser (des)consideradas ONGs, até porque tal entendimento ainda é muito controverso. Porém, cremos ser importante aprofundar tal questão no que se refere ao esporte.

³ Ver os critérios que utilizamos para caracterizar as ONGs esportivas no item 2.2 *Aspectos jurídicos e definição das Organizações Não Governamentais*.

Conforme o IBGE (2004, p. 138) esclarece, no subgrupo *Esporte e Recreação* estão compreendidos:

- os grupos de escoteiros; os guardas mirins;
- as associações recreativas, esportivas e atléticas;
- as associações de funcionários voltadas para o esporte, lazer e recreação;
- os clubes diversos tais como, de futebol, esportivos, *kart*, moto, *camping*, *jockey*, *jeep*, aero, entre outros;
- as associações de turismo em geral;
- as atividades desportivas;
- outras atividades relacionadas ao lazer.

Observando a lista acima, não é difícil perceber que muitas das instituições ali inseridas, como os clubes de futebol, os *jockey* clubes, as associações de aeromodelistas ou *jeepeiros*, entre outros, não condizem com o que conhecemos por Organização Não Governamental e, tão pouco, se enquadram simultaneamente nos seis critérios que elegemos para classificar uma “ONG esportiva”. Outras, como é o caso das *associações de turismo em geral*, podem nem sequer estar relacionadas à prática esportiva. E, se não bastasse a abrangência desse subgrupo, as áreas de atuação são indicadas pelas próprias organizações, que podem se auto-classificar na categoria que acharem mais conveniente. Ou seja, nada impede que uma ONG que desenvolva atividades esportivas com objetivos de inclusão social, educação, etc. se enquadre na área de *Assistência Social*, *Outras formas de educação*, ou ainda, na categoria denominada *Outras não especificadas* - que reunia, no ano de 2005, a quantidade significativa de 21,5 mil entidades que não apontaram sua principal área de atuação. Nesses termos, podemos dizer que é praticamente inviável dimensionar quantas, entre as mais de 300 mil fundações/associações sem fins lucrativos estabelecidas no Brasil, são ONGs que efetivamente atuam no desenvolvimento de projetos socioesportivos.

Outra questão tão difícil de determinar quanto a categoria em que as FASFIL se encaixam, é o tamanho dos seus recursos e de onde eles vêm, dizendo em outras palavras, a maneira como os milhares de instituições estabelecidas no Brasil conseguem sobreviver e manter seus projetos em funcionamento.

Para desenvolver as atividades e programas às quais se propõem, as ONGs precisam manter-se economicamente viáveis, pois, embora não busquem adquirir lucros com o seu funcionamento, não conseguem trabalhar no “vermelho” e, ao

contrário do que muitos afirmam, “a vida das ONGs brasileiras não é nenhum mar de rosas” (GAZETA DO POVO, 11/07/2005, p. 3).

Conforme as pesquisas do IBGE (2008, p. 25) demonstram, as instituições mais antigas, criadas até 1980, correspondem a apenas 13% do total das FASFIL, o que nos indica “uma dificuldade de manutenção das organizações sem fins lucrativos ao longo dos anos”. De fato, apesar do número de instituições não parar de crescer ano após ano, a grande maioria das ONGs tem pouco tempo de funcionamento, ou seja, surgem em grandes quantidades, mas desaparecem com certa facilidade.

Os dados do IBGE (2008) apresentam, ainda, outra dificuldade desse campo: embora as FASFIL empreguem milhares de trabalhadores por todo o país, a absoluta maioria delas (80%) não possui sequer um empregado formalizado - nas Regiões Nordeste e Norte esse percentual chega ao patamar de 87,9% e 84,4%, respectivamente. Além do trabalho informal, é preciso enfatizar a forte presença do trabalho voluntário em algumas áreas de atuação. Apenas para citar um exemplo, 53% das pessoas que trabalham nas entidades de assistência social são colaboradores voluntários que não recebem absolutamente nada para prestar seus serviços.

Apesar de serem isentas de muitos impostos, as Organizações Não Governamentais precisam arcar com as despesas de aluguel (quando não possuem sede própria), pagamento das contas de água, luz, telefone, etc. e os mais diversos gastos referentes à execução de seus projetos. Logo, as ONGs que quiserem manter-se em funcionamento devem arrecadar fundos para o seu sustento, seja com a ajuda de doações de pessoas físicas, patrocínio da iniciativa privada, órgãos de fomento (nacionais e internacionais), venda de produtos e serviços (auto-sustento) ou financiamento público.

Tal qual uma empresa, ao buscarem financiamento, as ONG precisam divulgar bem seus “produtos” e convencer os possíveis investidores de que o trabalho desenvolvido por elas é realmente importante para a sociedade. Nesse movimento, recorrem, entre outras estratégias, ao fenômeno chamado *marketing* social que, para Gil Nuno Vaz (1995, p. 281), é “a modalidade de ação mercadológica institucional que tem por objetivo atenuar ou eliminar problemas sociais, carências da sociedade relacionadas principalmente com questões de higiene e saúde pública, trabalho, educação, habitação, transporte e nutrição”.

Esse não é um fato recente, desde a década de 1970 vem sendo dada preferência aos empreendimentos que revelam sentido de responsabilidade social.⁴ Desde então, é crescente o número de empresas que fazem promoções, apoiam, patrocinam ou associam sua imagem a causas sociais de interesse público, como forma de estimular vendas ou agregar valor a sua imagem institucional e obter diferenciais competitivos.

A respeito de patrocinar as “questões sociais”, no momento de investir capital financeiro como estratégia de reforço de imagem mercadológica, os empresários tendem a optar por projetos que tenham prestígio e que estejam inseridos em áreas mais facilmente reconhecidas como importantes para a sociedade:

Lamentavelmente, as escolhas têm a ver com o retorno de imagem. Em vez de se arriscar vinculando seu nome à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), por exemplo, as empresas preferem direcionar recursos para áreas de maior simpatia popular. Tal estratégia de marketing faz com que as ONGs deixem de atender à diversidade das tragédias brasileiras (GAZETA DO POVO, 11/07/2005, p.3).

Entre as causas de maior “simpatia popular” está a educação, a infância, a preservação ambiental e, como não citar, o esporte. As instituições que trabalham nessas áreas detêm um peso maior na sociedade ou, utilizando os conceitos propostos por Pierre Bourdieu (1998b), mais capital simbólico acumulado. Conforme nos apresenta o autor, esse tipo de capital pode ser compreendido como o capital de reconhecimento que os diferentes agentes ou instituições conseguiram acumular. O capital simbólico é firmado na “crença” de que algo é importante e, assim, determinadas ONGs são mais reconhecidas do que outras porque as pessoas crêem que certas áreas de atuação são mais importantes.

Além da visibilidade atribuída às diversas áreas em que as ONGs prestam serviços, não há como desconsiderar o capital simbólico que certos agentes sociais detêm e, inseridos nessas instituições, são capazes de lhe “atribuir valor”.

Nas ONGs relacionadas ao esporte temos uma situação bastante particular: além de se dedicarem às ações esportivas – que já trazem consigo uma grande visibilidade em diversos campos, haja vista a atual inserção do esporte na sociedade

⁴ A “responsabilidade social”, nas palavras de Borba, Borsa e Andreatta (2001, p. 9) “é a preocupação de cada cidadão em fazer a sua parte na mobilização da sociedade civil, e também das organizações em atuar e assumir a geração de insumos, bens e serviços em diversos campos do desenvolvimento”.

– ainda estão frequentemente relacionadas a outras áreas de enorme prestígio social como a infância, educação, saúde, inclusão social, segurança e prevenção da violência e, talvez por isso, relacionem-se com seus patrocinadores de um modo privilegiado.

Mas esse é um assunto para o próximo capítulo, no qual discutiremos com mais detalhes a aproximação entre as ONGs e o esporte e como essas instituições relacionam-se com os seus parceiros, particularmente o poder público no Estado do Paraná.

CAPÍTULO 3

AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O CAMPO ESPORTIVO NO PARANÁ

Nos capítulos anteriores já discutimos certas questões atinentes às abordagens sociológicas adotadas e determinados elementos necessários ao entendimento da estrutura do campo formado pelas ONGs. Neste momento, buscamos trazer à tona o conjunto de informações levantadas por meio das entrevistas, aplicação de questionários e documentos analisados, com a intenção de dar amplitude às análises referentes à problemática central que norteia o trabalho.

Para tanto, este último capítulo está organizado em três partes principais e suas subdivisões. Num primeiro momento, faremos algumas considerações a respeito das ONGs esportivas, fundadas majoritariamente por agentes provenientes do campo esportivo, como atletas e ex-atletas, e algumas das problemáticas que cercam tais instituições. A seguir, apresentamos informações sobre o Paraná, privilegiando especialmente sua história política e o surgimento da estrutura esportiva paranaense, com o intuito de proporcionar um panorama sobre o estado e contextualizar as questões tratadas aqui. Na sequência, iniciamos a discussão sobre a relação que se estabelece entre a Paraná Esporte e as ONGs: já na primeira divisão deste tópico, falamos sobre o Programa REXONA Ades Esporte Cidadão, o maior e mais duradouro convênio vigente entre o Governo do Paraná e uma ONG, no que se refere às questões esportivas. Depois disso, apresentamos elementos que apontam para a centralização das parcerias realizadas pela Paraná Esporte, evidenciando como essa ação, para além de um procedimento administrativo, torna-se uma estratégia de visibilidade e acúmulo de poder. Por fim, discutimos a questão de algumas ONGs que não conseguem aproximar-se do governo estadual e mantêm seus projetos a partir da efetivação daquilo que denominamos de “parcerias locais”.

3.1 AS “ONGs ESPORTIVAS”

Afastar as crianças do mundo do crime, da violência e tirá-las da rua têm sido as justificativas empregadas pelas instituições voltadas à infância e a juventude das comunidades pobres. Todas pretendem ocupar o tempo de meninos e meninas com atividades educativas, culturais, de formação e, muitas vezes, esportivas (GONÇALVES, 2003). No entendimento de Meily Linhales:

acompanhamos um aumento dos níveis de pobreza, de desigualdade e de exclusão social, em que a presença do esporte nas ações de governo atualiza refinados contornos utilitários: esporte para combater violência, para reduzir consumo de drogas, para manter as crianças na escola, para melhorar a saúde da população, para ser feliz... (LINHALES, 2001, p. 31).

Com ênfase nesse discurso, aparecem então inúmeros projetos esportivos, públicos e privados, voltados às crianças em situação de risco social. O próprio Estado passa a estimular outras formas de organização a se comprometerem com o social, para o enfrentamento da pobreza e da exclusão. É nesse contexto bastante peculiar que surgem as “ONGs esportivas”, com a finalidade de incluir socialmente crianças e jovens carentes e, muitas vezes, tais entidades são criadas por agentes que há bastante tempo estão inseridos no campo esportivo. Para ilustrar, passamos agora a apresentar algumas ONGs fundadas por atletas e ex-atletas, bastante reconhecidos pela mídia nacional, que optaram por envolverem-se com as questões sociais realizando projetos esportivos.

O Instituto Guga Kuerten (IGK) é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Florianópolis (SC), criada no ano 2000, pelo ex-tenista Gustavo Kuerten e sua família. De acordo com o seu site oficial,⁵ os objetivos do IGK “são exclusivamente educacionais, esportivos e sociais, de caráter filantrópico”, que têm a missão de “articular, promover e apoiar ações que visem oferecer oportunidades de desenvolvimento e integração social para todos os cidadãos, buscando fortalecer a cultura de solidariedade entre os membros de nossa sociedade”. A ONG que leva o nome do ex-atleta apoia organizações que desenvolvam ações voltadas para a educação e integração de pessoas com necessidades especiais e realiza projetos esportivos, que utilizam inicialmente o

⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.igk.org.br>>. Acesso em: 15/072008.

tênis “como estratégia de desenvolvimento pessoal, educacional e social de crianças e adolescentes de baixa renda, buscando sua plena inclusão social”. O IGK tem como parceiros a Fundação Lemann, Banco do Brasil, Baesa, Aurora, Instituto C&A, Hantei, Koerich Telecom, Pedra Branca, Centauro, além da empresa Guga Kuerten Participações, do próprio tenista.

As irmãs e ex-jogadoras de basquete, Branca e “magic” Paula, criaram o Instituto Passe de Mágica (IPM) que, desde 2004, busca oferecer às crianças e adolescentes a “prática lúdica do basquete”, com o objetivo de “usar o esporte como uma ferramenta para despertar o interesse para valores ligados ao desenvolvimento pessoal de cada uma das crianças atendidas”. Atualmente, o IPM mantém dois núcleos na cidade de Diadema, um em Piracicaba e um em Interlagos (São Paulo). As atuais patrocinadoras da ONG são as empresas Coop, Farnell-Newark e Instituto Barrichello-Kanaan. São estabelecidas, também, parcerias com as empresas Tiro de Guerra e Open English, além do SESI, SENAI e Prefeitura de São Paulo (para o núcleo Interlagos).⁶

A também ex-jogadora de basquete, Janeth, fundou em 2002, o Instituto Janeth Arcain que objetiva “proporcionar às crianças e jovens um desenvolvimento físico e mental harmonioso, respeito por regras e companheiros, sociabilidade e amor pela atividade física, através de treinos práticos e teorias formativas para sua qualidade de vida”. O Instituto atua em duas frentes: através de Núcleos de Formação Esportiva e Equipes de competição. Por meio dos projetos, busca “afastar crianças e jovens da ociosidade, levando o amor pela prática esportiva, socialização, educação para a saúde, aumento da auto-estima, lazer, vivência em grupo, senso de justiça, espírito de equipe, disciplina, responsabilidade, desenvolvimento motor e respeito ao próximo”. Entre patrocinadores e parceiros a ONG criada por Janeth conta com a colaboração de mais de quinze empresas privadas.⁷

Por sua vez, a triatleta Fernanda Keller fundou, em 1998, o Instituto que leva seu nome e que desenvolve, na cidade de Niterói (Rio de Janeiro), o Projeto Fernanda Keller (uma escolinha de triathlon) e a Escola de Esportes Fernanda Keller (uma escola de iniciação de várias modalidades esportivas). Conforme as

⁶ Informações disponíveis em: <<http://www.passedemagica.org.br>>. Acesso em 18/07/2008.

⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.janeth9.com.br>>. Acesso em: 01/07/2008.

informações do Instituto,⁸ os projetos sociais têm como objetivo principal “dar oportunidade para que o maior número possível de crianças e jovens das classes menos favorecidas, com idade entre 7 e 17 anos, possam estar de alguma forma envolvidos com a prática de esportes, evitando assim a ociosidade que, conseqüentemente, leva à marginalização”.

Já a Fundação Gol de Letra, fundada em 1998, pelos ex-jogadores Raí e Leonardo, tetracampeões mundiais de futebol com a seleção brasileira, foi reconhecida pela UNESCO como modelo mundial no apoio às crianças em situação de risco social. A Fundação, que desenvolve suas ações nas cidades de São Paulo, Niterói e Rio de Janeiro, tem a missão de “contribuir para a formação educacional e cultural de crianças e jovens para que possam atuar com autonomia na transformação de suas realidades”. Entre outras empresas, a ONG conta com o apoio da Ambev, Banco do Brasil, Gol Linhas Aéreas e Unimed.⁹

Outros tetracampeões mundiais de futebol também procuraram se envolver em causas sociais. O Instituto Bola Pra Frente foi criado em 2000, no Rio de Janeiro, pelos ex-jogadores Jorginho e Bebeto, que atuam, respectivamente, como presidente e vice-presidente da organização. O Instituto tem como objetivo principal promover “o resgate de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, em situação de risco social” e, para isso, “utiliza o fascínio do esporte e a imagem de atletas consagrados para atrair os jovens e oferecer condições para um futuro melhor, resgatando seus valores e ampliando suas oportunidades através do esporte, educação, arte, cultura e qualificação profissional”. A ONG tem entre seus patrocinadores e parceiros o Instituto Embratel, Instituto HSBC Solidariedade, SESC, Nestlé, Wise Up, Claro e Nike.¹⁰

A Fundação Cafu, criada em 2001 na cidade de São Paulo, é mais um exemplo de Organização Não Governamental criada por um ex-jogador de futebol. Sua sede foi construída num terreno de 2.900 m², doado pela prefeitura de São Paulo e utiliza uma quadra poliesportiva oferecida pelo governo estadual. A missão da organização dirigida por Cafu, ex-capitão da seleção brasileira, é “executar e manter programas que incentivem a inclusão social da comunidade do Jardim Irene

⁸ Informações disponíveis em: <<http://www.fernandakeller.com.br>>. Acesso em: 19/07/2008.

⁹ Informações disponíveis em: <<http://www.goldeletra.org.br>>. Acesso em: 20/07/2008.

¹⁰ Informações disponíveis em: <<http://bolaprafrente.org.br>>. Acesso em: 20/07/2008.

e bairros vizinhos, orientando-os para que os mesmos busquem seus direitos como cidadãos, tornando-se agentes transformadores da sua própria realidade”.¹¹

A ex-jogadora e campeã olímpica de vôlei de praia, Jacqueline Silva, fundou o Instituto Jackie Silva, “uma instituição não governamental sem fins lucrativos, que procura, através de seus projetos, programas e eventos, oportunizar às crianças e jovens seu pleno desenvolvimento como cidadãos utilizando o esporte, o meio-ambiente e a cultura como ferramenta principal”. O Projeto Jackie Clube de Vôlei, realizado pela instituição, acontece em diferentes comunidades do Estado do Rio de Janeiro.¹²

O Instituto Reação criado, em 2003, pelo lutador de judô Flavio Canto, atende crianças e jovens de 4 a 25 anos, em quatro comunidades de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro e tem como objetivo “a promoção do desenvolvimento humano e da inclusão social por meio do judô e de atividades complementares - passeios culturais, atendimento fisioterapêutico, aulas de inglês e reforço escolar, entre outras”. Atualmente a ONG conta com o patrocínio da Unesco (através do Programa Criança Esperança), Instituto Kinder, Prefeitura do Rio de Janeiro, Infraero e Furnas, além do apoio de muitas empresas e voluntários.¹³

Por fim, o Instituto Ayrton Senna (IAS), fundado em novembro de 1994, é uma associação privada, sem fins lucrativos, presidida por Viviane Senna, irmã do ex-campeão de Fórmula 1. Sua meta principal tem sido “trabalhar para criar oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governo, prefeituras, escolas, universidades e ONGs”.¹⁴

E os exemplos não param por aí, pois também desenvolvem projetos relacionados ao esporte os ex-jogadores de futebol Afonsinho, Sócrates, Roberto Dinamite, Dunga e outros que não citamos aqui.

Ainda que o objetivo deste trabalho não seja analisar as “ONGs esportivas” criadas por ex-atletas, como as que acabamos de apresentar, tampouco o trabalho desempenhado por elas, discutir certas questões referentes a essas instituições

¹¹ Informações disponíveis em: <<http://www.fundacaocafu.org.br>>. Acesso em: 12/07/2008.

¹² Informações disponíveis em: <<http://www.jackiesilva.com.br/instituto>>. Acesso em: 18/07/2008.

¹³ Informações disponíveis em: <<http://www.institutoreacao.org.br>>. Acesso em: 20/08/2008.

¹⁴ Informações disponíveis em: <<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna>>. Acesso em: 15/07/2008.

também podem nos auxiliar a aprofundar o entendimento sobre as questões que nos instigam nessa pesquisa.

Um dos primeiros pontos que nos chamam a atenção ao dirigir o olhar para essas ONGs, é o fato de que a maioria delas tem como objetivo principal “ocupar o tempo ocioso” das crianças e jovens de mais baixa renda com atividades esportivas para que não fiquem sujeitos à marginalização.

Se tomarmos como exemplo as pesquisas feitas por Marcos Freitas (1997) e Mary Del Priori (1998), é possível perceber que muitas foram as instituições surgidas ao longo dos anos com a intenção de ocupar o tempo, educar e socializar as crianças, na medida em que se tinha medo dos perigos aos quais elas estavam submetidas ou os riscos que poderiam causar futuramente. Segundo os autores, de acordo com os diferentes momentos históricos, a educação e os processos de socialização foram se alterando: em alguns momentos a ênfase esteve na correção de comportamentos inadequados, em outros, na educação para integrar socialmente a infância que, mais tarde, poderia se tornar um problema social. Contudo, o objetivo sempre esteve voltado a manter crianças e adolescentes disciplinados e úteis para a sociedade.

De certo modo, é possível perceber que tais ideais não foram esquecidos, pois, a preocupação em afastar as “crianças que estão em situação de risco” do mundo do crime, das drogas, da violência e tirá-las das ruas para formar “cidadãos de bem” continua muito atual. Basta observarmos que essas têm sido as principais justificativas empregadas pelas ONGs que realizam projetos socioesportivos voltados à infância e a juventude das comunidades pobres, já que a grande maioria das instituições das quais falamos até aqui pretendem promover o desenvolvimento humano, a educação e a inclusão por meio das atividades esportivas e, destacadamente, “ocupar o tempo ocioso” (e conseqüentemente perigoso) de meninos e meninas para que não fiquem propensos à marginalidade.

Outra questão que precisa ser mencionada, é que todas as ONGs das quais falamos estão localizadas nas Regiões Sudeste e Sul, com destaque para a primeira. Esses dados corroboram as informações divulgadas pelas pesquisas do IBGE (2004, 2008) que nos mostram que as localidades mais pobres do país, como o Nordeste e o Norte, são as que menos concentram Organizações Não Governamentais, muito embora sejam as próprias ONGs que afirmam “ofertar atividades esportivas às comunidades mais carentes”.

Evidentemente, a região de origem dos fundadores dessas instituições tem uma grande contribuição na escolha do lugar em que as ONGs serão implantadas. Contudo, outros possíveis motivos - não tão evidentes - também precisam ser considerados. Nesse sentido, pensamos, por exemplo, na hipótese (que precisa ser melhor investigada) de que as grandes empresas patrocinadoras podem não ter interesse em financiar projetos realizados nas regiões em que não estão seus potenciais consumidores.

Não obstante, outro dado bastante pertinente merece ser colocado em evidência. Como é facilmente perceptível, os agentes inseridos nas instituições tratadas neste tópico (ainda que se trate apenas de uma amostra das ONGs esportivas) são, em sua totalidade, advindos do campo esportivo (atletas, ex-atletas, técnicos, etc.). É possível dizer, tendo em vista a abordagem sociológica de Pierre Bourdieu, que esses agentes já trazem consigo o capital simbólico acumulado anteriormente: são pessoas que têm constantemente sua imagem vinculada à mídia e são reconhecidas como campeãs que venceram por seus próprios esforços, representantes do país, símbolos do esporte e tudo mais que ele é capaz de carregar consigo como saúde, disciplina, perseverança, etc.

A partir dessa configuração bastante específica, as “ONGs esportivas” podem relacionar-se com seus parceiros de um modo bastante particular. Ao observarmos a FIGURA 5, é possível ver que as ONGs buscam especificar e gravar suas marcas por meio de logotipos¹⁵ que associem ao nome da instituição ao esporte e, como não poderia deixar de ser, ao nome do atleta fundador.

¹⁵ O logotipo (também chamado de logomarca mais recentemente) é a forma particular com que uma marca é representada graficamente, para isso são utilizados um desenho e uma tipografia característica, com a finalidade de especificar e gravar um produto ou marca (ESCOREL, 1999). Os logotipos vêm sendo utilizados há muitos anos como uma forma de assinatura institucional que tem o intuito de reforçar a imagem e a “personalidade” de uma instituição.

FIGURA 5 - LOGOTIPO DE ONGS QUE DESENVOLVEM PROJETOS ESPORTIVOS



FONTE: Martines (2009)

NOTA: Elaborada a partir do logotipo das instituições, encontrados em seus respectivos sítios eletrônicos e materiais de divulgação.

Prosseguindo com a análise, ao verificar a FIGURA 6, é possível perceber que as ONGs também investem na divulgação de materiais promocionais que, na maioria das vezes, trazem estampadas imagens de crianças ou a foto do atleta que empresta seu próprio nome para a Organização Não Governamental.

Certamente, essa combinação de estratégias - que já vêm sendo empregadas há muito tempo pelas empresas privadas - tem como objetivo divulgar e tornar a ONG reconhecida, servindo como um espécie de *marketing* institucional das organizações. Nesse contexto, o apelo às figuras dos atletas e o reforço das questões sociais, obtidas por meio da veiculação das imagens das crianças atendidas, podem ser boas maneiras de atrair a atenção dos grandes parceiros, públicos ou privados, como os que vimos aqui.

FIGURA 6 - MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DE ONGS QUE DESENVOLVEM PROJETOS ESPORTIVOS



FONTE: Martines (2009)

NOTA: elaborada a partir dos *folders* dos projetos

Após essa discussão inicial sobre algumas das questões que cercam as “ONGs esportivas”, gostaríamos de passar à apresentação da situação encontrada especificamente no Estado do Paraná. Todavia, antes falar sobre as ONGs inseridas no estado e suas relações com o governo, achamos bastante pertinente conhecer um pouco do contexto político e esportivo paranaense.

3.2 O ESTADO DO PARANÁ: HISTÓRIA POLÍTICA E ESTRUTURA ESPORTIVA

A história do Paraná só é história “do Paraná” pela singularidade das marcas que cada um de seus atores coletivos, vencedores ou derrotados, conseguiu imprimir naquilo que resultou de sua inter-relação conflituosa.

Magnus Roberto de Mello Pereira, 1996.

Longe da pretensão de realizar um exaustivo balanço historiográfico sobre a política paranaense ou o surgimento do esporte no estado, o texto que segue busca trazer algumas informações acerca das conjunturas política e esportiva paranaense e trazer informações que possam nos auxiliar a compreender o cenário do qual estamos falando e, por conseguinte, o contexto em que a problemática do estudo está situada.

O Estado do Paraná está localizado na Região Sul do Brasil e ocupa uma área de quase 200 mil km², divididos entre os seus 399 municípios. A contagem demográfica realizada pelo IBGE no ano de 2007, indica que sua população é de aproximadamente 10,3 milhões de habitantes (o que representa a 6ª posição entre os estados mais populosos do Brasil), sendo que 81,4% da população encontra-se na zona urbana.

Conforme esclarece Marion Magalhães (2001, p. 23), a história política do Paraná “tem seu início com a emancipação dessa porção territorial da província de São Paulo, conquistada em 1853”. Até então, as terras paranaenses eram uma extensão da economia paulista.

Para a autora, a emancipação do estado no final do século XIX foi uma estratégia do governo imperial para amenizar o descontentamento dos líderes paranaenses (burguesia comerciante local) que exigiam autonomia administrativa e política. Além disso, o poder central visualizava uma boa chance de obter lucros taxando o comércio da erva-mate que, conforme demonstra Magnus Pereira (1996), era altamente significativa na economia da região.

Após uma série de embates com as elites paulistas, o Paraná vira uma província autônoma e, após a instauração da República em 1889, se transforma em estado federativo. A partir desse momento, duas preocupações podem ser observadas entre os líderes que disputavam o poder: por um lado, assegurar a

ordem e a segurança do território conquistado (obtida por meio da monopolização do uso da violência por parte do governo) e, por outro, ocupar efetivamente o espaço territorial, garantindo um contingente de mão-de-obra com vistas ao desenvolvimento da economia local. Assim, começa a política de colonização do estado (MAGALHÃES, 2001).

Já na década de 1930 e 1940, o interventor Manoel Ribas buscou fortalecer o projeto de imigração para a região que, até então, não havia tomado o impulso esperado. Nesse período, a economia paranaense foi favorecida pelo crescimento da produção cafeeira. O “ouro verde”, como foi chamado o café no Paraná, propiciou um longo período de prosperidade econômica e um adensamento demográfico significativo, particularmente na Região Norte do estado.

Em meados da década de 1940, “a condição de grande produtor de café - carro-chefe das exportações nacionais - assegura ao Paraná, pela primeira vez, uma participação decisiva na economia brasileira” (*Ibidem*, p. 58). Esse destaque, acompanhado pelo aumento no nível de vida da população, confere à região certo prestígio e atrai imigrantes de diversas procedências.

Conforme os indícios apresentados por Ruy Wachowicz (2001), vieram para o estado centenas de milhares de poloneses, ucranianos, alemães, italianos, espanhóis, portugueses, japoneses e outros grupos menores, como os franceses, austríacos, ingleses, sírio-libaneses, suíços e holandeses. Segundo o autor, a ação da imigração teve influência decisiva na transformação e na modernização da sociedade paranaense, influenciando, entre outras coisas, o transporte, o cultivo agrícola e a alimentação, além de tornar o Paraná “um estado com população predominantemente branca e com majoritária influência européia” (*Ibidem*, p. 159).

À medida que a população cresce e novas cidades são criadas, aumenta a demanda por segurança, saúde e educação e começa a existir uma grande preocupação governamental com a política de transportes viários, principalmente para o escoamento da produção agrícola – que até então era realizada por São Paulo e Santos. Tem-se, então, o início da construção de uma densa malha viária partindo desde o Norte Cafeeiro até o litoral paranaense.

No início dos anos 1950, a conjuntura estabelecida no estado se assemelha ao modelo político “desenvolvimentista” adotado pelo Governo Central. Em 1953, foi comemorado o Centenário da Emancipação Política do Estado do Paraná e o período que antecedeu a data foi representado pela visibilidade de um projeto de

modernização da capital Curitiba¹⁶, com o objetivo de construir e afirmar um centro administrativo no Paraná (TRINDADE e ANDREAZZA, 2001). Dentre as obras realizadas para a afirmação deste “local de poder”, foram construídos o Palácio do Governo, Palácio da Justiça, Tribunal Eleitoral, Comissões da Assembléia, Teatro Guaíra, Biblioteca Pública, as avenidas de acesso ao Centro Cívico, Praça do Centenário e Monumento do Centenário. Conforme esclarece Marion Magalhães:

é nesse período que o Paraná se torna mais visível aos paranaenses, também no plano simbólico: monumentos, museus, bibliotecas, praças e ruas com o nome dos ‘heróis’ do Paraná configuram lugares de memória a partir dos quais uma determinada identidade social será construída (MAGALHÃES, 2001, p. 111).

A partir dos governos de Ney Braga (1961-1965) e Paulo Pimentel (1966-1971), os políticos paranaenses se aproximam das práticas do *Estado de Bem-Estar Social* e são construídas estradas e criados novos serviços públicos para atender a população. Abandona-se o discurso da “vocação agrícola” do Paraná e passa-se a pensar na modernização do estado por meio da industrialização. Os recursos começam a ser destinados “ao financiamento de investimentos públicos no setor de energia elétrica, construção de rodovias e de empreendimentos da iniciativa privada nas áreas industriais consideradas essenciais à política de industrialização” (MAGALHÃES, 2001, p. 75).

Posto isso, era preciso mão de obra qualificada e, ao governo, coube a tarefa de suprir o mercado industrial. Nesse movimento, são criadas escolas de nível médio profissionalizante e surge uma política educacional que visa à melhoria das escolas e da qualidade do ensino.

¹⁶ A capital do Paraná - fundada oficialmente em 1693 - é uma cidade com 432 km², dividida em 75 bairros. Com uma população de 1,8 milhões de habitantes, de acordo com dados do IBGE em 2008, possui o 5º maior PIB entre as cidades brasileiras. Curitiba, que recebeu o título de “Capital Social” durante o mandato do prefeito Rafael Greca de Macedo (1993-1995), apresenta uma taxa de alfabetização de 96% e uma taxa de mortalidade infantil de 19 crianças para cada 1000 nascidas, índices que representam uma melhor qualidade de vida, se comparados com outros municípios do Brasil. Em março de 2001, uma pesquisa patrocinada pela ONU apontou a cidade como a melhor capital do país, pelo Índice de Condições de Vida. Considerada modelo para as demais regiões brasileiras, ao longo dos últimos anos a cidade vem sendo destacada por suas qualidades. Entretanto, quase nunca é lembrado que no território curitibano também existe a pobreza e a marginalidade. Detentora dos títulos de “Cidade Universitária” e “Cidade Luz”, conhecida pela qualidade de vida, pelos parques e pela administração exemplar, a cidade tem sim uma série de problemas urbanos e as regiões de pobreza crescem num ritmo assustador e com elas todos os problemas urbanos (MARTINES, 2007).

A imagem do estado é alterada em partes e o Paraná não é mais conhecido unicamente como “uma região meramente agrícola, mas industrial, de serviços, de lazer tipicamente urbano, como os cinemas, os restaurantes, teatros e sobretudo, hábitos de consumo diversificado” (MAGALHÃES, 2001, p. 77).

Na década 1960, o Paraná já era considerado um estado territorialmente ocupado e com a instauração da ditadura no Brasil e a centralização do poder nas mãos do governo federal, a partir de 1964, o governo paranaense - que teve sua relativa autonomia seriamente afetada - aderiu ao regime militar e ao seu modelo tecnocrático.

Conforme Ruy Wachowicz (2001) apresenta, a partir do final dos anos 1970 e, fundamentalmente, no decorrer de 1980, seguindo o movimento que acontecia no restante do país, diversos segmentos organizados surgiram no estado na luta pela abertura política e a favor do regime democrático. É o caso do MST e da União Paranaense dos Estudantes.

Desde o restabelecimento do regime democrático no país até os dias atuais, apenas três políticos estiveram à frente do Governo do Paraná: Álvaro Dias (1987-1990), Roberto Requião (1991-1994), Jaime Lerner, que permaneceu no Governo por duas gestões (1995-2002) e novamente Roberto Requião, que assume sua segunda gestão não consecutiva (2003-2006) e se reelege para cumprir o seu terceiro mandato (2007-2010).

Atualmente, o Paraná é o quinto estado mais rico do Brasil - ficando atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - e ainda tem sido frequentemente caracterizado como um estado agrícola, principalmente pela grande produção de soja, milho, cana-de-açúcar, café, algodão, trigo e laranja. Ainda assim, as atividades industriais e os setor terciário ocupam a maior parte da economia paranaense.

No que diz respeito ao esporte, de acordo com o estudo de Fernando Mezzadri (2000), as primeiras manifestações esportivas no Paraná surgiram no interior dos clubes sociais e esportivos. O autor explica que “o surgimento dos primeiros clubes se dá com o desenvolvimento da sociedade paranaense por meio da imigração, das novas composições econômicas e culturais do Estado, principalmente no período de 1880 a 1920” (MEZZADRI, 2000, p. 23).

Prosseguindo a análise, ele afirma que os clubes tiveram sua origem a partir de quatro grupos estabelecidos, cada um deles, em uma configuração bastante

específica: o agrupamento de pessoas ligadas às entidades culturais, literárias e políticas, as entidades formadas por indivíduos de alto poder aquisitivo, os grupos formados pelos imigrantes europeus e, por último, as entidades beneficentes compostas pelos operários das classes mais populares.

A consolidação dos clubes, formados pelo agrupamento dessas pessoas com distintos interesses e a partir de atividades diferenciadas, deu origem às diferentes práticas esportivas no estado:

com o surgimento dos primeiros clubes na esfera do Estado, começava a brotar a estrutura esportiva paranaense, que foi se consolidando gradualmente após o nascimento de outras entidades esportivas. Passada essa primeira fase de estruturação dos clubes com algumas modalidades esportivas, verificou-se a proliferação de clubes e entidades esportivas na região de Curitiba, dos Campos Gerais e do Litoral (MEZZADRI, 2000, p. 33).

O aumento no número de clubes e o acréscimo nas competições esportivas realizadas entre eles possibilitou a criação da Liga Atlética Paranaense (LAP), em 1932, com o objetivo de promover o esporte no estado.

Já na década de 1940, começa a ocorrer uma profunda mudança na estruturação do esporte no Paraná. Em âmbito federal, é aprovada a Lei n. 3.199/41 com o intuito de regular e administrar o esporte no país, pois até então a presença do Estado na sistematização das práticas esportivas era praticamente inexistente.

A regulamentação federal - motivada pelo modelo centralizador e burocrático do Governo Getúlio Vargas, no período conhecido como Estado Novo - interferiu sobremaneira no modo como o esporte estava estruturado no Paraná. A normatização do governo federal buscava organizar, fiscalizar e incentivar as práticas esportivas. Nesse contexto, as atividades organizadas pela LAP passaram a ser comandadas pela Federação Paranaense Desportiva (FPD) - observando que, na prática, a mudança na estruturação esportiva paranaense não aconteceu imediatamente.

Com o avanço da ocupação territorial, do qual falamos anteriormente, e o desenvolvimento da sociedade paranaense na década de 1950, "surgiram novas entidades esportivas que representavam não só um clube isoladamente, mas as cidades recém-criadas" (MEZZADRI, 2000, p. 49). E a população de outras regiões recém formadas pressionava o governo, cada vez mais, para que a prática esportiva não ficasse restrita à capital e seu entorno.

A criação da legislação federal e o acréscimo substancial no número de habitantes e praticantes esportivos nas entidades esportivas foram fatores decisivos para que o governo estadual começasse a agir no desenvolvimento da estrutura esportiva. Conforme explicita Mezzadri (2000), nesse período a política estadual pode ser definida por três fatores principais: a criação da Divisão de Educação Física e Esporte, no interior da Secretaria Estadual de Educação (Lei n. 549 de 1951), a criação do Conselho Regional de Esportes (CRE) - com a função de fiscalizar e orientar os clubes, as ligas e as federações esportivas - e a aplicação de verbas públicas na organização e construção dos clubes sociais e esportivos. Tais ações justificavam-se pelo interesse governamental de “oferecer à sociedade um modelo de administração mais presente” (*Ibidem*, p. 66) no concernente às questões esportivas.

Entre as décadas de 1950 e 1970 a interferência do Estado na regulamentação e fiscalização das entidades esportivas “foi ainda maior devido ao regime militar estabelecido no país”. Deste modo, “o que antes era exclusivamente função dos representantes dos clubes deslocava-se gradualmente para uma participação cada vez mais ativa do governo estadual” (*Ibidem*, p. 68), em uma administração notadamente mais centralizada.

Já no final dos anos 1960, inúmeros eventos competitivos tutelados pelo poder público como os Jogos Colegiais, Jogos Abertos, Jogos Universitários, Jogos Militares e Jogos Infantis estavam incorporados à sociedade paranaense e a estrutura esportiva, antes desenvolvida pelos clubes, já era fundamentalmente controlada pelo governo estadual. Nesse período, foram criados espaços públicos para a prática do esporte e fortalecidas as propostas esportivas relacionadas às escolas.

No final da década de 1970 e decorrer de 1980 o governo começou a investir nas práticas esportivas com o intuito de “diversão” para além das competições e da visão de performance já existentes, com o objetivo de atender a uma nova parcela da população. Surgem novas propostas de intervenção – baseadas em argumentações teóricas – e, com o início da abertura política, “uma das propostas mais defendidas era o aumento da participação da sociedade nas ações tomadas pelo governo” (MEZZADRI, 2000, p. 82) e a diminuição da centralização.

A nova conjuntura nacional deste período, traduzida sobretudo através das intensas reivindicações populares e do crescente processo de democratização e

abertura política, culminaram com a promulgação da Constituição em 1988, na qual o esporte passa a ser regulado pelo Art. 217 e, posteriormente, por medidas provisórias, decretos e leis infraconstitucionais¹⁷ que modificam e incorporam argumentos à legislação existente, estabelecendo novos marcos regulatórios para o esporte no Brasil.

Se até então as propostas estavam fundamentadas no aspecto técnico, a partir desse momento ocorre uma mudança conceitual no entendimento do esporte e as ações começam a estar voltadas ao esporte com finalidades pedagógicas, recreativas, etc. Contudo, “a ação prática nem sempre correspondeu às diretrizes políticas e nem à intencionalidade inicial do governo” (*Ibidem*, p. 100). Na maioria das vezes, os projetos e eventos voltados ao rendimento acabaram prevalecendo.

Mesmo com a modificação na legislação existente, o paradigma administrativo da centralização do esporte continuou presente em quase todas as decisões governamentais e não se alterou significativamente as propostas para a estrutura esportiva no Paraná.

Dilson Martins (2004) esclarece que, em 1987, o governo estadual, durante a gestão de Álvaro Dias, criou a Secretaria Especial do Esporte - tendo a Fundação de Esportes do Paraná como sua unidade administrativa - que um ano mais tarde agregou o Turismo, passando a ser chamada Secretaria de Estado de Esporte e Turismo (SEET), administrada pela Fundação de Esportes e Turismo. Nesse mesmo período, foram implantados os primeiros Centros Regionais de Esporte no Paraná.

Durante o primeiro governo Jaime Lerner, a partir de 1995, a estrutura governamental do esporte “passou por reestruturação em seu organograma com alterações no regimento interno, determinando que as ações esportivas, até então gerenciadas pela Fundação de Esportes e Turismo do Paraná, fossem outorgadas à Paraná Esporte” (MARTINS, 2004, p. 108), constituída pela Lei n. 11.066, de 1º de fevereiro de 1995, como uma entidade autárquica estadual, vinculada a SEET e dotada de duas diretorias técnicas (esporte e lazer).

É nesse período que surge o projeto Paraná Vila Olímpica, os Centros de Excelencia, os Jogos Mundiais da Natureza (realizados uma única vez, em 1997), A Universidade do Esporte e as associações entre o poder público e as iniciativas

¹⁷ Como exemplo, temos a Lei n. 8.672, de 6 de julho de 1993, conhecida como a Lei Zico ou ainda a Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, (Nova Lei do Desporto Nacional) que ficou conhecida como Lei Pelé.

privadas passam a receber um destaque cada vez maior. Ainda de acordo com Dilson Martins (2004), para a realização das parcerias:

são elencadas como prioridades a criação de um conselho consultivo, a participação das ONGs (organizações não governamentais), das entidades representativas, dos conselhos, das universidades, a atuação integrada do governo federal, estadual e municipais e a contribuição dos empresários empreendedores (MARTINS, 2004, p. 146).

No início de 2001, a SEET foi extinta e criou-se a Coordenação Estadual para o Desenvolvimento do Esporte e Lazer, vinculada diretamente à Secretaria de Estado de Governo e, somente em 2003, por meio do Decreto Estadual n. 1.117, de 23 de abril de 2003, a Paraná Esporte passou a estar vinculada à Secretaria de Estado de Educação (SEED), modelo organizacional vigente até hoje.

Chegamos ao ponto em que surge a atual entidade governamental responsável pelo planejamento, implantação e avaliação das políticas públicas para o esporte no Paraná. É sobre essa instituição que falaremos no próximo subcapítulo, buscando apresentar nos tópicos seguintes o modo como esse órgão estadual se relaciona com as Organizações Não Governamentais.

3.3 A PARANÁ ESPORTE E AS ONGs

A entidade autárquica Paraná Esporte (PRES) desde o ano de 2003 (com o início do mandato do governador Roberto Requião) está submetida à Secretaria de Estado de Educação. Em seu organograma, estão três diretorias - lazer e políticas públicas para a juventude; esporte; administração e finanças - submetidas ao seu diretor-presidente. Com a missão de “fomentar a prática e a cultura do esporte, lazer e atividade física no Paraná, promovendo a cidadania, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida”, é de sua competência:

Elaboração e execução do Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, bem como seus respectivos programas e projetos, observadas as diretrizes da Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer; geração de programas e projetos integrados com outras áreas que tenham como objetivo o desenvolvimento social; desenvolvimento de programas e projetos, objetos de permanente avaliação qualitativa e comprometidos, prioritariamente, com os segmentos mais carentes da população;

valorização das Ligas Esportivas e Clubes Amadores, Federações Especializadas, bem como do Esporte Universitário, mediante o fornecimento de apoio e incentivos; implantação do processo de municipalização do esporte e do lazer, no qual as ações do município, como meio de transformação, devem ser assessoradas e incentivadas pelo Estado; atuação, em conjunto com as instituições de ensino superior, no sentido de viabilizar os projetos e programas constantes da Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, bem como auxiliar no processo de desenvolvimento de recursos humanos voltados à área; promoção e incentivo ao desenvolvimento de estudos científicos e tecnológicos voltados exclusivamente para a consecução de programas e projetos que objetivem a promoção social, através do desenvolvimento das comunidades esportivas do Paraná; incentivo à criação de associações de atletas, técnicos, árbitros e dirigentes esportivos; incentivo e apoio ao funcionamento do Conselho Estadual de Esporte e Lazer, do Fundo Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, bem como da Justiça Esportiva no Paraná, assegurando a autonomia e independência de suas decisões; incentivo à criação de Conselhos Municipais e Intermunicipais de Esporte e Lazer, como órgãos normativos, deliberativos e consultivos; descentralização do processo decisório na área do esporte e lazer, de forma a possibilitar a ampliação da participação popular, bem como o acesso à sua prática; capacitação dos recursos humanos destinados à execução de planos, programas e projetos decorrentes da política estadual de esporte e lazer, através de programas de formação e de aperfeiçoamento.¹⁸

No que se refere às relações da instituição com as ONGs, uma das maiores parcerias instituídas entre o Governo do Estado Paraná e uma instituição sem fins lucrativo na área esportiva está, atualmente, firmada pelo Convênio n. 3720070402, que se refere ao “Termo de Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram de um lado o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação e Paraná Esporte, e do outro lado o Instituto Compartilhar e a Unilever do Brasil Ltda.”¹⁹

Esse convênio, firmado no ano de 2007 e vigente até 31 de dezembro de 2010 (podendo ser renovado), refere-se à execução do Programa Rexona Ades Esporte Cidadão, um projeto esportivo iniciado no ano de 1997 e do qual falaremos mais detalhadamente a partir de agora.

¹⁸ Informações disponíveis em <<http://www.paranaesporte.pr.gov.br>> . Acesso em: 15/12/2008.

¹⁹ Idem.

3.3.1 Programa Rexona Ades Esporte Cidadão: uma parceria com mais de uma década

Com a finalidade de aprofundar a discussão sobre as relações estabelecidas entre as ONGs e o governo paranaense, neste tópico abordaremos especificamente o projeto esportivo que atualmente chama-se Programa Rexona Ades Esporte Cidadão, implantado no Paraná, no ano de 1997, com o nome de Centro Rexona de Excelência do Voleibol.

Primeiramente, cabe destacar que este projeto foi escolhido para integrar a pesquisa por tratar-se da maior e mais duradoura parceria estabelecida pelo governo estadual no âmbito esportivo: a grande quantidade de núcleos estabelecidos no Paraná e as dezenas de professores envolvidos com as atividades, os milhares de crianças e adolescentes atendidos e a volumosa quantidade de verba investida no projeto são alguns dos fatores que nos permitem tal afirmação.

Antes de avançarmos na apresentação e análise do projeto, consideramos ser de fundamental importância, compreender a configuração da política estadual no momento da sua implantação e as condições que propiciaram, naquele momento, a sua inserção no território paranaense.

No estudo de Dílson Martins (2004) encontramos uma análise do panorama político estabelecido no Paraná no final da década de 1990. O autor esclarece que, com o início do primeiro mandato do governador Jaime Lerner, em 1995, “há um reordenamento nas forças políticas”, haja vista que o partido do novo governador (PDT) era oposição ao grupo do ex-governador Roberto Requião (PMDB) (MARTINS, 2004, p. 8).

Devido às negociações entre o PDT e o PPB - partido de coligação de Jaime Lerner durante o período eleitoral - Silvio Magalhães Barros Segundo foi indicado para a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo. Nesse período, conforme já demonstramos anteriormente, a SEET passou por uma série de reestruturações em seu organograma e as políticas esportivas, que eram gerenciadas pela Fundação de Esporte e Turismo, passaram para a responsabilidade da autarquia Paraná Esporte (MARTINS, 2004).

A nova equipe de governo começou a delinear a Política Estadual de Esporte e Lazer e às diretorias técnicas do esporte e do lazer que compunham a entidade foi designada a responsabilidade de implantar as políticas públicas estaduais referentes

às suas áreas. No primeiro semestre de 1996, Silvio Barros deixou a SEET, que foi ocupada por Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos. O novo secretário, por sua vez, indicou Odivonsir Frega para ocupar a presidência da PRES.

Nesse período, o governo estadual lançou o Projeto Paraná Vila Olímpica, uma arrojada iniciativa “que previa a construção de um complexo esportivo de projeção nacional e internacional de proporção jamais imaginada, chegando a ser cogitada a possibilidade de vir a ser sede de uma Olimpíada” (MARTINS, 2004, p. 132). A Vila Olímpica, pensada por uma comissão especial denominada CEIVO (Comissão de Estudos e Implantação da Vila Olímpica do Paraná), deveria tornar-se um espaço aglutinador de todos os equipamentos para a prática esportiva. O complexo ocuparia um único espaço, com 15 km de extensão, localizado no bairro Tarumã, em Curitiba.

Quem nos dá mais informações sobre a instalação desse projeto é o técnico desportivo da Paraná Esporte, entrevistado por nós. Formado em Educação Física, ele está inserido no setor público desde 1986, quando ingressou como estagiário no departamento de esportes da Secretaria de Estado da Cultura e Esporte. Depois disso, ocupou os cargos de chefe de setor, chefe de departamento, coordenador de vários projetos e vivenciou a implantação e o término de muitos projetos esportivos, ao longo de várias gestões governamentais. De acordo com suas informações, a Vila Olímpica foi implantada nessa localidade, pois:

Identificou-se nessa região aqui que nós estamos hoje, no Tarumã, como um espaço com vocação para isso. Por que vocação? Porque já existia o Ginásio do Tarumã, na frente o Jockey Clube, atravessando a rua, o Estádio do Pinheirão. Aos fundos, o Colégio Militar, com todas as instalações esportivas, que poderiam virar inclusive sedes de alojamentos, salas de aulas. Se você for um pouco para baixo, em direção ao sul, vai encontrar o Jardim Botânico, se você voltar, sentido Piraquara, vai encontrar a nascente do Iguaçu e a raia de canoagem. Então, entendeu-se que essa área era uma área que tinha vocação para isso (TÉCNICO DA PARANÁ ESPORTE).

Conforme o entrevistado, o plano de ação do governo deste período estava bastante voltado às parcerias com a iniciativa privada e, assim, a viabilização deste e outros projetos de esporte no Paraná estavam, fundamentalmente, vinculados às parcerias com a iniciativa privada:

O governo que trabalhou nesse projeto da Vila Olímpica tinha uma visão mais de direita, mais neoliberal e entendia que essas parcerias entre o governo e as iniciativas privadas eram válidas para dar conta das questões

que ele pretendia implantar. [...] O terreno é público, o prédio também é público, alguns dos servidores que aqui estavam eram servidores públicos, mas as ações eram dialogadas com o mercado, pensando exatamente nesse formato de uma linha mais de direita, de que o Estado não deve sozinho dar contas dessas questões (TÉCNICO DA PARANÁ ESPORTE).

Dentre as propostas de programas, projetos e atividades que faziam parte da Vila Olímpica, em 1997 foi instalada a Universidade Livre do Esporte do Paraná, considerada o “coração da Vila Olímpica”, uma entidade privada, pensada para assumir a função de um centro de pesquisas, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais ligados ao esporte – estudantes, atletas, professores, técnicos – e público em geral (MARTINS, 2004).

Outro projeto que compunha a Vila Olímpica era o Centro de Excelência Esportiva, instalado em Curitiba, no Ginásio de Esportes Professor Almir Nelson de Almeida, mais conhecido como Ginásio do Tarumã. Além da intenção de tornar-se um “celeiro olímpico” (MARTINS, 2004, p. 117), o Centro de Excelência “abrigaria eventos comunitários, academia popular de ginástica e o laboratório de avaliação física e seria destinado à comunidade” (*Idem*).

É nesse contexto político bastante específico que o Centro Rexona de Excelência do Voleibol é instalado no Paraná, no ano de 1997, por meio de uma parceria entre o Governo do Estado, o técnico Bernardo da Rocha Rezende (Bernardinho) e a empresa Unilever²⁰ (por meio da utilização da marca Rexona), compreendendo uma equipe feminina adulta e um programa de iniciação esportiva de voleibol para crianças.

Sediado no Ginásio do Tarumã, o Centro de Excelência do Voleibol estava vinculado à entidade privada denominada Paraná Vôlei Clube (empresa criada exclusivamente para esse fim e que administrava a verba destinada aos núcleos de iniciação e à equipe profissional) e, ao técnico Bernardinho, coube a função de coordenador geral do projeto e técnico da equipe feminina.

Para a efetivação desta parceria, o Governo do Paraná responsabilizou-se pela reforma e manutenção do Ginásio do Tarumã (limpeza, segurança, infraestrutura física e pessoal, etc.), escolha das escolas estaduais para a implantação

²⁰ Na época, a empresa multi nacional, que desde 1929 tem atuação no Brasil, utilizava o nome Gessy Lever e apenas no ano 2000 assume seu nome internacional, passando a se chamar Unilever, devido à fusão com a empresa americana Bestfoods. Para evitar confusões, vamos utilizar apenas o nome atual da empresa. Informações extraídas de: <<http://www.unilever.com.br>>. Acesso em: 03/05/2008.

dos núcleos de iniciação esportiva para as crianças e adolescentes e pagamento dos professores. Já à Unilever, competiram todos os custos referentes à equipe profissional (pagamento das atletas, comissão técnica, taxas e viagens), compra dos materiais para os núcleos, treinos e jogos da equipe (bola, redes, postes, etc.), kits (camiseta e bolsa) para os professores e alunos, pagamento dos professores do Núcleo Tarumã e organização dos cursos de capacitação e aperfeiçoamento para a equipe docente do projeto.

Segundo Juliana Vlastuin (2008, p. 66), já no primeiro ano “a empreitada foi repleta de sucesso” e os dois produtos da Unilever (núcleos de iniciação e a equipe feminina) tiveram grande êxito. Foram instalados 10 núcleos de voleibol (nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Campo Mourão, Cianorte, Cascavel, Guarapuava, Maringá e Apucarana, além das unidades no Colégio Polivalente e no Colégio Leônicio Correa, ambos na capital) e, já na temporada de estréia, a equipe Rexona conquistou o título da Superliga Feminina de Voleibol.

Vislumbrando conhecer mais detalhadamente o projeto e obter informações sobre sua inserção no estado, as prováveis mudanças ocorridas em sua estrutura ao longo dos anos e as relações entre os envolvidos em sua realização, entrevistamos a coordenadora de núcleos do Programa Rexona Ades Esporte Cidadão (nome atual do Centro Rexona de Excelência do Voleibol) no estado. Responsável pelo departamento financeiro, administrativo, pedagógico e pelo diálogo entre o Governo do Paraná, a Unilever e o Instituto Compartilhar (ONG criada pelo técnico Bernardinho, que atualmente gerencia o projeto), a entrevistada é formada em Economia e Educação Física, foi atleta da Seleção Brasileira de Voleibol, disputou a Olimpíada de Moscou (1980) e a Olimpíada de Seul (1988) e integrou por vários anos a comissão técnica de Bernardinho, à frente da equipe feminina.

Sobre sua inserção no Centro Rexona de Excelência do Voleibol, a entrevistada explica que, desde criança, manteve “uma relação muito forte com o social”, buscando de diversas maneiras “melhorar a comunidade” onde morava. Soma-se a isso, o fato dela atribuir ao esporte todas as suas conquistas pessoais e profissionais e, por esses motivos, compreender que sua responsabilidade era “usar o esporte pra transformar a sociedade”.

A ex-atleta explica que, durante a época em que ocupou a função de assistente técnica da Seleção Brasileira, procurou conhecer nos países que visitava - como Japão, Holanda e China - projetos de iniciação de voleibol para crianças,

pensando em desenvolver, futuramente, trabalhos com esse caráter. Após a Olimpíada de Atlanta, em 1996, decide deixar de trabalhar com o esporte de alto nível e dedicar-se àquilo que nomeia como sua “missão pessoal”: trabalhar com crianças, com o intuito de “transmitir a força que tem o esporte, o potencial que tem o esporte de transformar a vida, de aprender valores como cooperação, respeito às diferenças, trabalhar em equipe”.

Nesse momento, passou a visitar diversos projetos esportivos por todo o Brasil e, quase um ano depois de sua saída da Seleção Brasileira, foi convidada pelo técnico Bernardinho para coordenar os núcleos de iniciação esportiva do Centro Rexona de Excelência do Voleibol, cargo que aceitou prontamente.

Questionada sobre os motivos que possibilitaram a implantação do projeto no Estado do Paraná, a entrevistada afirma que:

Essa parceria culminou com um conjunto de interesses que foram atendidos simultaneamente. Na época, foi logo depois de Atlanta, tinham várias jogadoras da seleção brasileira e inclusive o Bernardo, sem time para jogar a Superliga. Era a época das “jogadoras descamisadas”, saiu muito isso na imprensa. Então, existia já uma preocupação, durante a própria seleção que, logo terminando a Olimpíada, a gente teria que conseguir um lugar para montar um time e aproveitar essas jogadoras que estavam sem clube. E existia um trabalho conjunto do Bernardo e da comissão técnica com a CBV para ajudar a buscar um lugar, um patrocínio para continuar esse trabalho com as jogadoras. Na mesma época, no Paraná, o Jaime Lerner estava implantando os Centros de Excelência do Esporte, de vários esportes. Então ele queria implantar a Vila Olímpica, que praticamente eram projetos de esporte de alto nível, com empresas privadas, mas tendo o trabalho social nas escolas. [...] Na época, o Oswaldo [Magalhães] que era o secretário de esporte, estava também em contato com a CBV, querendo implantar o projeto de voleibol aqui no Paraná. E, na mesma época, no mesmo momento, a Unilever estava fazendo uma pesquisa de campo, no sentido de buscar comunicar a marca Rexona, mas de uma forma mais moderna. [...] Daí resolveram investir no voleibol como marketing esportivo e procuraram a Confederação de Vôlei. Então quer dizer, estavam as pessoas certas, no lugar certo, no mesmo momento. Dessa congruência surgiu o Projeto Rexona (COORDENADORA DO PROGRAMA REXONA ADES ESPORTE CIDADÃO).

A fala da coordenadora vai ao encontro das declarações do técnico desportivo da Paraná Esporte. No entendimento dele, a aproximação entre o Governo do Estado, a Unilever e o técnico Bernardinho foi possível devido:

à vontade política de quem estava à frente, quem estava no comando, no alinhamento dos interesses deste comando, com o comando da iniciativa privada e nas relações interpessoais. [...] Naquele momento, existia uma relação de aproximação muito forte entre o presidente da autarquia, o secretário de Estado e um técnico de vôlei que é um exemplo para o

mundo, e vislumbrou-se a possibilidade deste técnico de vôlei trazer recursos, trazer condições, um suporte todo para o trabalho dele no Paraná [...]. E isto se efetivou. (TÉCNICO DA PARANÁ ESPORTE).

Conforme ambos os entrevistados, a implantação do Centro de Excelência do Voleibol no Paraná foi motivada por diferentes interesses reunidos em torno do projeto e pelas relações pessoais entre os agentes que estavam inseridos no governo (particularmente o governador, o secretário de esporte e turismo e o presidente da autarquia Paraná Esporte), o técnico Bernardinho e os representantes da Unilever.

Analisando essas passagens por meio da perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu, ao pressupor que todas as ações dos indivíduos são dotadas de interesses específicos ao campo em que estão inseridos e que o decurso do jogo social é resultado da distribuição desigual de poder entre os agentes, passamos a analisar os prováveis interesses de cada um dos parceiros que compuseram o Centro Rexona de Excelência do Voleibol.

Conforme o técnico desportivo da Paraná Esporte, a intenção dos agentes que integravam o Governo do Estado era, declaradamente, criar Centros de Excelência em parceria com a iniciativa privada, como parte fundamental da política estadual de esportes em decurso nessa gestão. Para isso, a imagem de um esportista que pudesse chamar a atenção de investidores era de fundamental importância. Nas palavras dele:

Os governos também precisam fazer o seu marketing pessoal, vamos dizer assim, não seria pessoal, mas sim institucional. Se você tem um governo que quer mostrar excelência na gestão, ele quer “dar a cara” para a população e falar assim: “nós somos excelentes”, para isso, nada melhor do que um projeto de Centro de Excelência com o Bernardinho à frente (TÉCNICO DESPORTIVO DA PARANÁ ESPORTE).

A partir desse contexto, é bastante razoável supor que a intenção dos agentes políticos integrantes dessa gestão era atrair investimentos que pudessem garantir a realização de seus projetos e, nesse sentido, a presença de um técnico, como Bernardinho, reconhecido nacional e internacionalmente, poderia trazer a visibilidade almejada e atrair o financiamento privado necessário ao desenvolvimento do Centro de Excelência do Voleibol. Nesse sentido, é possível dizer que tais ações correspondem à lógica inerente ao campo político: as jogadas dos agentes, então inseridos no governo, primaram por efetivar suas propostas e

garantir a oferta dos “produtos” (políticas públicas, projetos, ações) que representavam (ou interessavam) a esse grupo de pessoas.

Por outro lado, a multinacional inglesa Unilever, que desde o início investiu milhares de reais no desenvolvimento do Centro de Excelência do Voleibol²¹, teve grande peso e significativa participação na instauração do projeto. E, ainda com vistas à compreensão dos interesses que motivaram os agentes reunidos em torno desta ação, a coordenadora explica que:

A Unilever estava fazendo uma pesquisa de campo, no sentido de buscar comunicar a marca Rexona, mas de uma forma mais moderna. Eles estavam querendo rejuvenescer a marca, que estava muito brega [...]. Então eles estavam começando a fazer uma pesquisa para saber como eles poderiam mudar essa imagem e comunicar outros atributos para a marca. Que seria o caso da excelência, a qualidade, a proteção, eles estavam com uma plataforma de proteção vinte e quatro horas. Então quer dizer, como é que você iria divulgar isso e que o desodorante não fosse falado somente dentro do vestiário, dentro de clubes, de academias, mas que fosse falado em todos os ambientes. Nessa pesquisa, eles detectaram a força que o esporte tinha para fazer essa comunicação. Chegaram a fazer algumas propagandas com o Giovane e com a Fernanda Venturini. Mas isso não era suficiente. Então eles detectaram, primeiro, que era o esporte e resolveram fazer um projeto maior de esporte. Nessa busca, eles ficaram: “qual é o esporte mais praticado no país?”. Era o futebol e o vôlei. Futebol eles não queriam porque tem o contato físico, tem a questão da violência, da agressividade e tudo o mais. Mas o voleibol tem a rede que separa, não tem tanta violência. Aí eles ficaram para definir entre o time masculino ou feminino, onde eles iriam investir. Então escolheram o feminino, porque a mulher tem essa questão de cuidar, e como eles queriam divulgar a questão da proteção vinte e quatro horas e tudo mais, achavam que esse atributo estava mais relacionado com a mulher. Daí resolveram investir no voleibol como marketing esportivo e procuraram a Confederação de Vôlei (COORDENADORA DO PROGRAMA REXONA ADES ESPORTE CIDADÃO).

O depoimento acima nos revela que, antes de investir no Centro de Excelência do Voleibol, a Unilever analisou estrategicamente todas as vantagens que poderia obter: o *marketing* que a empresa almejava para o desodorante Rexona, o “rejuvenescimento” e a divulgação desta marca.

Além das possíveis intenções dos dois parceiros já mencionados (Governo e Unilever), precisamos ainda considerar outro agente, advindo do campo esportivo, que compunha essa parceria: o técnico Bernardinho. Conforme esclarece a coordenadora, nessa época, o dirigente da Seleção Brasileira de Vôlei não tinha

²¹ Conforme apresenta Wanderley Marchi Jr. (2004, p. 30), o orçamento anual do projeto estava estimado em cerca de R\$ 4 milhões.

contrato com nenhum clube para trabalhar depois que terminassem a Olimpíada de Atlanta. Nesse movimento, a constituição do time Rexona, com grandes jogadoras brasileiras (boa parte integrantes da Seleção) e até mesmo reforços advindos do exterior, deram ao técnico a condição de atuar em uma equipe muito bem estruturada e ser campeão da Superliga logo no primeiro ano de existência do time. Fato que, certamente, conferiu ao treinador um maior capital no interior do campo esportivo.

Se, conformem nos indicam as informações dos entrevistados, a efetivação do projeto congregou os diferentes interesses dos parceiros, podemos dizer que o Centro Rexona de Excelência do Voleibol surgiu da dependência mútua estabelecida entre o Governo do Estado do Paraná, a empresa Uniler e o técnico Bernardinho e, neste sentido, é possível considerar a construção de uma lógica, fundamentada nas ações específicas ao campo de cada um deles. E, mais do que isso, considerando que a relação do campo com o *habitus* se estrutura a partir de uma relação de condicionamento, conforme já apresentamos no Capítulo 1, cada campo age segundo seu *habitus*. Assim, temos que as escolhas dos agentes, por esta ou aquela prática, revelam-se a partir do processo contínuo de incorporação das disposições compatíveis ao campo em que estão inseridos.

Outro fato também nos chama a atenção quanto ao início desse Centro de Excelência. Conforme as informações analisadas, as decisões referentes à parceria que possibilitaram a implantação do projeto, foram tomadas exclusivamente pelos parceiros que o integravam. Exemplo disso é encontrado no estudo de Dílson Martins (2004, p. 138), quando nos apresenta que o tratamento dado ao Centro Rexona de Excelência do Voleibol, por parte do governo, não apresentou “qualquer participação da Federação Paranaense de Voleibol no processo”. Não obstante tal afirmação, não localizamos nenhuma evidência de que tenham participado desse processo, demais funcionários do quadro da Paraná Esporte, mesmo que a eles tenha sido dada a incumbência de planejar e executar as políticas estaduais de esporte.

Exercitando o que Norbert Elias (1999) denominou “imaginação sociológica”, entendemos que a relação estabelecida, neste momento, entre o Governo, a empresa e o técnico Bernardinho para a concretização deste projeto, se configura em um *jogo multipessoal*, possível de ser analisado, à priori, pelo *modelo de dois níveis do tipo oligárquico*.

Neste modelo, a disputa por potenciais de poder é travada pelos jogadores “especiais” que se encontram no nível superior, ou seja, aqueles que coordenam e jogam diretamente uns contra os outros. Podemos dizer que nesse nível encontravam-se os agentes políticos (fundamentalmente o governador, o secretário e o presidente da Paraná Esporte), o técnico Bernardinho e os representantes da Unilever, que tomaram as decisões referentes à implantação do Centro de Excelência. No outro nível, é possível compreender que estivessem os técnicos desportivos, professores dos colégios onde os núcleos foram implantados, usuários e comunidade em geral, que não participaram diretamente das decisões.

Isso não significa dizer que mesmo entre os jogadores do nível superior não existissem disputas. Prosseguindo com a exposição do projeto, tomamos novamente como exemplo as análises empreendidas por Dílson Martins (2004). O autor nos apresenta que desde que se instalou no Ginásio do Tarumã, o Centro de Excelência do Voleibol foi “adquirindo aos poucos certa hegemonia e polarização no desenvolvimento esportivo do governo estadual [...] e conquistou, por força da imposição da empresa Paraná Vôlei Clube e a patrocinadora Unilever, exclusividade no uso do espaço governamental” (MARTINS, 2004, p. 137).

Nesse movimento, não é difícil perceber que, se antes o governo buscava fazer com o que o Ginásio do Tarumã se tornasse um Centro de Excelência de vários esportes olímpicos, não demorou muito para que apenas a modalidade do voleibol “monopolizasse” o uso das instalações.

A partir de tais constatações, é compreensível dizer que mesmo no nível superior - em que estavam inseridos os agentes políticos, o técnico e os empresários representantes da Unilever - a distribuição de poder pode ser desproporcional entre os jogadores. Deste modo, aqueles que detêm maior potencial podem desequilibrar a “balança de poder” e determinar o decurso do jogo. No caso do “monopólio” das instalações do Ginásio do Tarumã, podemos argumentar que o patrocinador foi capaz de utilizar o seu “peso”, firmado sobretudo no capital econômico, para exercer sobre o governo uma pressão e efetivar sua intenção de destinar o ginásio unicamente para o projeto que levava seu nome.

Além do Núcleo Central - que se tornou exclusivo do Centro Rexona - e das dez unidades que já haviam sido implantadas com o início do projeto em 1997, nos anos seguintes foram instalados mais núcleos esportivos no Paraná. Em 1998, passaram a funcionar mais oito espaços de iniciação esportiva para as crianças, nas

idades de Francisco Beltrão, Campo Largo, União da Vitória, Arapongas, Paranavaí, Umuarama, Foz do Iguaçu e Engenheiro Beltrão. Em 2001, foi inaugurado o núcleo da cidade de Apucarana e, no mesmo ano, a Unilever firma parceria com o Instituto Esporte Educação (IEE), criado pela ex-atleta Ana Moser,²² para implantar um núcleo esportivo no bairro Heliópolis, na cidade de São Paulo, seguindo basicamente a metodologia que já estava implantada no Paraná.

Ao longo desse período, além da progressiva expansão dos núcleos de iniciação de voleibol para as crianças, a trajetória da equipe profissional Rexona foi marcada por uma série de conquistas. De acordo com Juliana Vlastuin (2008), depois de se fixar-se em Curitiba, o time das atletas dirigidas pelo técnico Bernardinho (que na época também comandava a seleção brasileira feminina) foi finalista nas três edições seguintes: venceu em 1997/98 e 1999/00 e tornou-se vice-campeão na edição de 1998/99. Na Superliga 2000/01, ficou em quarto lugar (depois disso, Bernardinho deixou o comando do time, dedicando-se exclusivamente à seleção brasileira masculina, mas continuou ocupando o cargo de coordenador geral do Centro de Excelência do Voleibol). Já na edição da Superliga 2001/02 o Rexona fica com a terceira posição, na temporada seguinte termina em quarto lugar e, na edição de 2003/4, conquista novamente a terceira colocação.

Também no ano de 2003, é possível verificar uma mudança no cenário político paranaense, orientada pela modificação dos próprios agentes que faziam parte desta configuração. Nesse ano, assume o comando do estado o governador Roberto Requião de Mello e Silva, eleito para a sua segunda gestão não consecutiva. O novo governante, pertencente ao quadro do PMDB - partido de oposição ao ex-governador Jaime Lerner - indica Maurício Requião de Mello e Silva para a Secretaria de Estado da Educação (SEED), transferindo para esse órgão a autarquia Paraná Esporte, agora sob o comando de Ricardo Gomyde.

²² Em 1999, quando encerra sua carreira como atleta profissional de voleibol, Ana Moser toma a frente de um grupo de pessoas que estava reunida desde o ano anterior em torno de um projeto social de iniciação ao voleibol e lança o projeto Ana Moser Sports. Em 2001, a ex-atacante da seleção brasileira cria o Instituto Esporte e Educação (IEE), com o objetivo de “implementar a metodologia do esporte educacional em comunidades de baixa renda, norteadas pelos princípios do esporte educacional: inclusão de todos, respeito a diversidade, construção coletiva, educação integral e o rumo a autonomia, desenvolvendo a cultura esportiva com a finalidade de formar o cidadão crítico, criativo e protagonista”. Atualmente, o Instituto presidido por Ana Moser é responsável pelo gerenciamento dos núcleos do Programa Esporte Cidadão da Unilever localizados na cidade São Paulo e Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://esporteeducacao.org.br>>. Acesso em: 11/07/2008.

Ainda nesse ano, a Unilever decide unir ao Rexona a marca Ades, para formar a equipe de Voleibol Rexona Ades e todo o projeto muda de nome, passando a chamar-se Centro Rexona Ades de Voleibol, em referência às duas marcas da empresa. Conforme apresenta Juliana Vlastuin (2008, p. 84), durante esse período aconteceu a última participação da equipe Rexona na Superliga antes de deixar a sua sede na capital do estado. Desse modo, “o vitorioso ciclo da equipe que durante sete anos representou o Paraná na Superliga Feminina de Voleibol chegava ao fim em Curitiba, com o término da parceria entre a equipe profissional e o Governo Estadual”, culminado com a transferência do time para a cidade do Rio de Janeiro, oficializada em março de 2004, quando a equipe passou novamente para o comando do técnico Bernardinho.

As análises empreendidas pela autora indicam que a transferência da equipe “foi determinada por uma decisão institucional corporativa do patrocinador Unilever para a conquista de novos mercados”, seguindo as lógicas próprias do *marketing* esportivo, considerando que o mercado consumidor na Região Sul já estava bastante consolidado²³ (*Ibidem*, p. 125). Contudo, ressalta a autora, a dependência da manutenção da equipe pelo poder público também pode ter desempenhado certa influência na decisão de transferência da equipe. Como o time era dependente, em partes, da estrutura pública (Ginásio do Tarumã), tinha-se o receio de que o novo governo pudesse deixar a equipe Rexona desamparada a qualquer momento, transferindo os recursos para outra finalidade.

Com a saída do time, surgiu a preocupação de que os núcleos fossem encerrados, pois se divulgava muito a idéia de que a equipe profissional funcionava como uma espécie de “espelho” para as crianças. É a própria coordenadora quem afirma que “a força da mídia era muito grande em relação ao time, as pessoas sempre viam a escolinha como fomentadora de atletas para a equipe Rexona ou para a Seleção Brasileira, porque o Bernardo era o técnico da Seleção Brasileira, então as pessoas associavam dessa forma”.

Todavia, mesmo depois da transferência da equipe profissional, a Unilever continuou seus investimentos no projeto e as atividades com as crianças foram

²³ Conforme a autora, “antes de aceitar o desafio e manter o programa apresentado por Bernardinho, Rexona era uma marca que possuía 14% do mercado sulista de desodorante. Após sete anos, Rexona virou sinônimo de liderança neste segmento, pois sua posição subiu para o índice de 43% do mercado consumidor. Trata-se de um salto do oitavo lugar para o primeiro lugar na região sul em vendas de produtos” (VLASTUIN, 2008, p. 68).

mantidas em funcionamento no estado. Quanto às condições que propiciaram essa continuidade do trabalho, a coordenadora destaca que, desde a sua criação, o projeto realizado nos núcleos foi adquirindo importância e autonomia para além da equipe profissional. No início, ela explica, a verba destinada pela Unilever para o Centro Rexona de Excelência do Voleibol era uma única verba (administrada pela Paraná Vôlei Clube) para o gerenciamento do projeto de iniciação e financiamento da equipe. De acordo com a entrevistada, isso dificultava o desenvolvimento do projeto, porque as atividades com as crianças aconteciam durante todo o ano e a Superliga somente de dezembro a maio. Deste modo, havia a necessidade de poupar a verba durante todos os meses, para financiar as passagens, hospedagem e transporte das atletas para a competição que iniciava somente no final do ano e, deste modo, o projeto de iniciação era mantido “a reboque do time”.

As informações da coordenadora indicam que, ao longo dos anos, as atividades do projeto foram perdendo suas características iniciais de “escolinha de formação de atletas” para adquirir um “caráter mais social”. Ao mesmo tempo, começou-se a falar por todo o Mercado e, especialmente na Unilever, “em responsabilidade social, em investimento social privado e no quanto é significativo para as empresas investirem na área social”. Nesse contexto, o projeto que passava a demonstrar outras preocupações, que não somente a iniciação esportiva, começava a “ganhar peso” no interior da empresa. Uma prova disso, para ela, é que já no último ano em que a equipe esteve sediada no Paraná, as verbas destinadas ao time profissional e aos núcleos já estavam separadas:

Essa questão social foi ficando muito forte dentro da multinacional e ficou muito forte com o projeto, porque eles também detectaram que o time divulga a marca. A marca Rexona era falada em todos os ambientes, nos bares, nos clubes, na rua, em qualquer ambiente, mas quando se falava do projeto social, as pessoas tinham simpatia pela marca e queriam experimentar a marca. Então eles achavam que o social estava dando fidelidade para a marca. Apenas pelo fato do consumidor saber que o Rexona está investindo num projeto social, ele pensa: “eu quero usar Rexona, não quero nem experimentar outra marca”, porque ela fica simpática e atraí. Faz com que o consumidor realmente não queira outra marca a não ser Rexona. Eles foram detectando isso também, a questão do marketing social, o poder que tinha essa questão social. Então isso tudo fez com que o social fosse ganhando mais espaço dentro da Unilever até chegar ao ponto de ter uma verba totalmente separada e mesmo depois do time sair, o projeto social continuou (COORDENADORA DO PROGRAMA REXONA ADES ESPORTE CIDADÃO).

A entrevistada esclarece que depois da transferência da equipe, a verba (agora específica) destinada às atividades com as crianças aumentou e, com a entrada de outra marca da Unilever (Ades), o projeto “ficou mais institucionalizado”, ou seja, deixou de ser um projeto de *marketing* de uma única marca (Rexona), para se tornar *marketing* institucional.

Sobre o interesse da empresa em investir no projeto para além do time, a entrevistada é enfática ao afirmar que “a Unilever fez uma pesquisa primeiro. Ela não entrou no esporte social porque gosta de esporte. Ela entrou no esporte porque fizeram uma pesquisa de mercado para saber qual seria o caminho para veicular a marca”. Portanto, mesmo que a multinacional estivesse buscando expandir a veiculação de seus produtos em outras localidades - já que na região sul a liderança estava bastante consolidada - não poderia abrir mão da “simpatia” que o projeto social lhe atribuía.

Segundo a coordenadora, após a saída da equipe profissional do Paraná, a Unilever não via mais sentido manter um projeto social vinculado à empresa Paraná Vôlei Clube. Deste modo, em julho de 2005, a coordenação e o gerenciamento do Centro Rexona Ades de Voleibol passaram a ser realizados pelo Instituto Compartilhar, uma Organização Não Governamental que havia sido fundada em março de 2003, no Rio de Janeiro, pelo técnico Bernardinho.

Atualmente, o Instituto Compartilhar (IC) possui qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) fornecida pelo Ministério da Justiça. Além do programa instalado no Paraná, o IC desenvolve uma série de projetos esportivos e educacionais em diferentes estados brasileiros, conforme indica o QUADRO 1.

QUADRO 1 – PROGRAMAS SOCIOESPORTIVOS DESENVOLVIDOS PELO INSTITUTO COMPARTILHAR

NOME DO PROJETO	LOCALIDADE	PARCEIROS
Rexona Ades Esporte Cidadão	26 Núcleos no Paraná	Unilever (através das marcas Rexona e Ades); Governos do Paraná (através da Secretaria do Estado da Educação e Paraná Esporte); Universidade Tuiuti do Paraná;
Vôlei em Rede	Núcleo Casa Branca - SP	Prefeitura Municipal de Casa Branca; Boav Alimentos
	Núcleo Natal - RN	Prefeitura Municipal do Natal; Natal Volley Club; Centro de Educação Integrada
	Núcleo Nova Prata - RS	Colégio Nossa Senhora Aparecida
	Núcleo Protásio Alves - RS	Prefeitura Municipal de Protásio Alves
Esporte em Ação	Núcleo Vila das Torres - PR	Prefeitura Municipal de Curitiba
	Núcleo Forte do Leme - RJ	Exército Brasileiro; Metrô Rio; Instituto Dynamo.
Super Ação	Miguel Pereira - RJ	Fabrica de Integração do Talentos (FIT); Olympikus

FONTE: elaborado por Martines (2009) de acordo com as informações disponíveis no site <<http://www.compartilhar.org.br>>. Acesso em: 18/12/2008.

Na perspectiva da coordenadora, o IC “foi criado em função desse sucesso do projeto social, todo mundo pedindo para o Bernardo ajudar a montar o projeto, patrocinar”. Para ela, a fundação da ONG, atrelada ao nome do técnico, trouxe mais solidez e divulgação aos projetos sociais:

O Bernardinho é uma marca muito forte. Você vê a quantidade de comercial que ele faz na TV, a publicidade que ele faz, ele é super acionado. O Instituto tem um plano estratégico inclusive em relação a isso: O Instituto Compartilhar Bernardinho. Mas a idéia é que o Bernardinho seja um “abre alas”, que ele seja um cara para abrir portas e o trabalho consolidado da nossa metodologia do desenvolvimento humano através do esporte é que seja a garantia da continuidade dos projetos. [...] Então a idéia é que aos poucos vá deixando de ser o Instituto Compartilhar Bernardinho para ser só

Instituto Compartilhar. Que os projetos entrem e que os patrocinadores busquem o nosso trabalho, o nosso serviço, essa metodologia e não estar associado ao Bernardinho. Mas com certeza, hoje ainda, o Bernardinho é muito forte (COORDENADORA DO PROGRAMA REXONA ADES ESPORTE CIDADÃO).

Logo que a ONG assume o gerenciamento do Centro Rexona Ades de Voleibol no Paraná, o convênio passa a ser oficializado por meio da parceria entre o Governo do Estado, a Unilever e, agora, o Instituto Compartilhar, uma Organização Não Governamental, e não mais a pessoa do técnico Bernardinho, muito embora ele seja o presidente da instituição e continue ocupando o cargo de coordenador geral do projeto. As atribuições de cada um desses parceiros encontram-se no QUADRO 2.

QUADRO 2 – ATRIBUIÇÃO DE CADA PARCEIRO PARA A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA REXONA ADES ESPORTE CIDADÃO

PARCEIRO	ATRIBUIÇÃO
Instituto Compartilhar	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar e administrar todos os núcleos. - Disponibilizar a metodologia do mini-vôlei para implantação no projeto. - Capacitar os professores para atuarem junto aos núcleos de iniciação em voleibol. - Atualizar os professores dentro de novos conceitos pedagógicos e estimular a troca de informação a respeito da metodologia. - Desenvolver e disponibilizar o programa de gerenciamento das crianças no projeto.
Governo do Paraná	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar o espaço do Complexo Esportivo da Paraná Esporte (anteriormente denominado CCE) para instalação da administração central e um dos seus ginásios para as aulas de mini-vôlei e vôlei, assim como a infra-estrutura de manutenção, limpeza e segurança destes espaços; - Disponibilizar as escolas estaduais para serem os Núcleos do projeto; - Assumir a escolha e o pagamento dos professores da rede estadual que darão aulas nestes núcleos em escolas públicas; - Enviar uma vez por ano para Curitiba, estes professores para Capacitação (primeira vez) e depois para a Reciclagem juntamente com todos os professores do projeto; - Responsabilizar pelo transporte do material, espaço físico, hospedagem na escola e alimentação durante o Torneio Internúcleos que acontece uma vez por ano com etapas regionais e etapa final.

Unilever	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar financeiramente o projeto possibilitando que o Instituto Compartilhar mantenha suas atividades. Este apoio permite principalmente: - Compra de todo o material esportivo, administrativo e os kits para os alunos e para os professores; - Realização dos diversos eventos durante o ano como festivais, torneios e o Festival Internúcleos que envolve todos os núcleos em etapas regionais e na etapa final; - Pagamento do pessoal da coordenação e administração do projeto além dos professores dos Núcleos Central e Tuiuti; - Pagamento das assessorias jurídicas, contábil e de comunicação; - Viagens de visita e controle do trabalho aos Núcleos do interior e à empresa em São Paulo; - Realização de Clínicas de Mini-Vôlei para a divulgação da metodologia e do trabalho realizado em diversos locais do Brasil;
----------	--

FONTE: Instituto Compartilhar. Responsabilidade e obrigações. Disponível em: <<http://www.compartilhar.org.br>>. Acesso em: 18/12/2008.

Em 2004, preocupada em mensurar os resultados (fundamentalmente o impacto social) do programa, a Unilever contrata a consultoria do Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e de Ação Comunitária (Ideca), que inicia uma intensa avaliação e registro das crianças por meio de informações referentes ao desempenho escolar, condições sócio-financeiras, entre outros quesitos.

A partir de maio de 2005, devido aos problemas estruturais e à interdição do Ginásio do Tatumã, o Núcleo Central do Centro Rexona Ades de Voleibol passa a funcionar no Centro de Capacitação Esportiva (CCE) - que mais tarde viria a se chamar Campus Avançado da Paraná Esporte. Nesse mesmo ano, são inaugurados os núcleos das cidades de Loanda, Cornélio Procópio, Ibaiti, Castro e Pitanga, além do núcleo na Universidade Tuiuti do Paraná, em Curitiba, com capacidade para atender 450 crianças e adolescentes.

De acordo com o Relatório de Prestação de Contas do Instituto Compartilhar, nesse ano o valor aplicado no projeto foi de R\$ 795.048,00 (conforme as informações que se encontram na TABELA 3), para um atendimento de 3.685 alunos.

TABELA 3 - BALANÇO FINANCEIRO DO CENTRO REXONA ADES DE VOLEIBOL REFERENTE AO ANO DE 2005.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.333.313,98
RECEITA DOAÇÃO	250.000,00
RECEITA DE PATROCÍNIOS	1.083.313,98
DESPESAS OPERACIONAIS	795.048,00
DESPESAS COM PESSOAL	507.300,99
DESPESAS GERAIS	37.142,20
DESPESAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	46.401,19
DESPESAS COM EVENTOS	219.376,21
RECEITAS FINANCEIRAS	23.328,02
RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	23.328,02
DESPESAS FINANCEIRAS	8.155,43
DESPESAS FINANCEIRAS	8.155,43
RESULTADO OPERACIONAL	391.278,47
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	391.278,47

FONTE: Instituto Compartilhar. Prestação de Contas (2005, s.p.). Disponível em: <<http://www.compartilhar.org.br>>. Acesso em: 18/12/2008.

NOTA: Os valores referem-se à demonstração do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

No ano seguinte, o total de doações de pessoas jurídicas para o Instituto Compartilhar foi de R\$ 1.918.246,88 e, em 2007, R\$ 2.021.491,08, sendo que 80,6% (R\$ 1.603.077,89) e 70,1% (R\$ 1.787.864,10), respectivamente, foram doações da Unilever diretamente para o Programa Rexona Ades Esporte Cidadão (INSTITUTO COMPARTILHAR, 2007, s.p.)²⁴, indicando que o projeto realizado no Paraná é a maior (considerando-se investimentos e número de pessoas atendidas) dentre todas as ações desenvolvidas pelo Instituto Compartilhar. É importante destacar, ainda, que todo o recurso do programa paranaense é proveniente do patrocínio da Unilever, já que a empresa não admite a participação de outros parceiros, exigindo a exclusividade no patrocínio.

Em 2007, quando completa 10 anos, o projeto é reestruturado e passa a se chamar Programa Rexona Ades Esporte Cidadão. Atualmente, são 26 núcleos em funcionamento no Paraná, (conforme o QUADRO 3), atendendo mais de 3.800 crianças e adolescentes entre 8 e 15 anos.

²⁴ Disponível em: <<http://www.compartilhar.org.br>>. Acesso em: 18/12/2008.

QUADRO 3 - NÚCLEOS DO PROJETO REXONA ADES ESPORTE CIDADÃO NO ESTADO DO PARANÁ

CIDADE	LOCALIZAÇÃO DO NÚCLEO	ANO DE INAUGURAÇÃO	Nº ALUNOS ATENDIDOS
Apucarana	Colégio Estadual Alberto Santos Dumont	2001	100
Campo Largo	Colégio Estadual Sagrada Família	1998	100
Campo Mourão	Colégio Estadual Dom Bosco	1997	100
Cascavel	Colégio Estadual São Cristóvão	1997	100
Castro***	Ginásio Municipal Epaminondas Nocera	2005	150
Cianorte	Colégio Estadual Igléa Grollmann	1997	110
Cornélio Procopio	Núcleo em processo de transição	2005	150
Curitiba	Complexo Esportivo da Paraná Esporte *	2005 **	800
Curitiba	Universidade Tuiuti – Campus Schaffer	2005	450
Curitiba	Colégio Estadual Leônicio Correa	1997	100
Curitiba	Colégio Estadual Polivalente	1997	100
Engenheiro Beltrão	Colégio Estadual Arthur Ramos	1998	100
Foz do Iguaçu	Colégio Estadual Monsenhor Guilherme	1998	100
Francisco Beltrão	Colégio Estadual Reinaldo Sass	1998	100
Guarapuava	Colégio Estadual Visconde de Guarapuava	1997	100
Ibaiti***	Ginásio Municipal de Esportes Antonio Santos	2005	150
Loanda	Ginásio de Esportes União	2005	100
Londrina	Colégio Estadual Profª Olympia M. Tormento	1997	100
Maringá	Colégio Aplicação Pedagógica	1997	100
Paranavaí	Colégio Estadual Enira Moraes Ribeiro	1998	100
Pato Branco	Colégio Estadual Pato Branco	1997	100
Pitanga	Colégio Estadual Dom Pedro I	2005	100
Ponta Grossa	Instituto Educacional César P. Martinez	1997	100
Toledo	Colégio Estadual Jardim Maracanã	1998	110
Umuarama	Colégio Estadual Monteiro Lobato	1998	100
União da Vitória	Colégio Estadual José de Anchieta	1998	100

FONTE: Instituto Compartilhar. Núcleos. Informações disponíveis no site: <<http://www.compartilhar.org.br>>. Acesso em: 18/12/2008.

NOTAS: (*) Núcleo Central do Projeto. (**) O Núcleo foi inaugurado em Curitiba no ano de 1997, porém passou a ocupar as instalações da atual sede somente em 2005. (***) Núcleos jurisdicionados pelas respectivas prefeituras municipais.

Segundo a entrevistada, as inúmeras mudanças que aconteceram ao longo dos anos, fizeram com que o projeto modificasse o foco dos seus trabalhos, pois “tinha uma missão inicial de dar oportunidade para quem tem pouca chance de fazer o esporte com qualidade e agora a missão dele é o desenvolvimento humano através dos valores do esporte”. A “grande mudança”, na visão da coordenadora, é o fato de que as atividades realizadas com as crianças foram deixando de lado a ideia

inicial de “formar atleta para ir para a seleção” e “ganhando, cada vez mais, uma intencionalidade de esporte como uma ferramenta de educação”. Em seu entendimento, a mudança, ou o “fortalecimento das questões sociais”, foram fundamentais, principalmente para as crianças, já que passaram pelo projeto mais de vinte mil meninas e meninos e pouquíssimos se tornaram jogadores profissionais.

A partir das informações apresentadas até aqui, fica bastante evidente que o projeto passou por significativas alterações, que vão além da simples mudanças de nomes. Sobre esse fato, não nos parece ser inviável explorar a hipótese de que tais modificações estiveram relacionadas com uma série de fatores, entre eles, a troca dos agentes que faziam parte da gestão do governo estadual, ocorrida em 2003.

Na análise empreendida pela coordenadora, desde o seu início em 1997, o projeto vivenciou duas maneiras bastante distintas de conduzir as políticas públicas de esporte no Paraná. Para ela, “os dois governos têm diferentes percepções do esporte. O primeiro [gestão do governador Jaime Lerner, até 2002] queria melhorar a qualidade do esporte, mas trazer equipes de alto nível para cá [...]. O segundo [governador Roberto Requião, que assume em 2003], já tem uma plataforma da inclusão social, então o esporte é uma ferramenta de inclusão social”.

A entrevistada explica que como o Programa REXONA ADES já estava orientando o foco dos seus trabalhos para as atividades de cunho social, “conseguiu se adaptar ao interesse do governo”. No seu entendimento, “esse foi o grande mérito, o projeto começou de um jeito e foi se adaptando às necessidades da escola, às necessidades da sociedade e do governo”. Nesse sentido, a transformação (adaptação) pela qual passou o projeto, somada a outros fatores, como a figura do técnico Bernardinho, tiveram grande peso na decisão governamental em dar continuidade à parceria:

a cada mudança de governo a tendência é fechar todos os projetos que o outro fez, porque tem essa vaidade de “quem é o pai da criança”, “ah, não fui eu que criei, então eu não quero saber dele”. Nós passamos por isso quando houve a mudança do Requião e a gente achou que ia acabar o projeto. Mas a sorte nossa, pela estruturação que estava o projeto, pela figura do Bernardo também, que é uma pessoa de mídia, todo mundo quer estar associado, ele é bem carismático, eu acho que o governo falou: “eu não quero perder de estar associado ao Bernardo, que é uma figura importante”. Então, pela qualidade do trabalho e pelos resultados que o projeto estava mostrando através das avaliações da empresa do Ideca, mostrando para as escolas, para o governo, os resultados do trabalho de forma concreta, então isso tudo fez com que ele dissesse: “esse projeto está bacana, está funcionando, vamos manter” (COORDENADORA DO PROGRAMA REXONA ADES ESPORTE CIDADÃO).

Além disso, em seu entendimento, estar atrelado ao Programa REXONA Ades traz grande visibilidade ao governo e “acabar com um projeto deste que já está consolidado, é perder voto. É perder credibilidade. Porque se você pensar em vinte mil crianças, mais as famílias, mais os amigos, multiplicando tudo isso, é muita coisa”.

A partir das considerações expostas até aqui e, tendo em vista a abordagem dos *modelos de jogos* apresentados por Norbert Elias (1999), podemos perceber que as modificações do projeto (não previstas ou não planejadas) foram decorrentes das mudanças dos próprios jogadores (fundamentalmente daqueles que ocupavam uma posição no “nível superior”) e da composição dos seus grupos, do equilíbrio de poder entre eles e sua posição na teia de configurações interdependentes.

Analizando as posições relativas dos jogadores no interior dessa configuração e interpretando as relações que compõem tal espaço, percebemos alguns indicativos de que essas modificações foram ocasionadas pela “pressão” exercida entre e pelos diferentes parceiros (ou competidores). Para citar um exemplo, a transformação do projeto de “escolinhas de iniciação” para “projeto social”, pode ser resultante dos diferentes interesses dos professores e coordenadores do projeto, Unilever e Governo do Paraná e as disputas travadas entre eles.

Recuperando a abordagem sociológica de Pierre Bourdieu, temos que a “adaptação do projeto” aos interesses do atual governo, da qual nos fala a coordenadora, evidencia as disputas de poder travadas entre os agentes políticos e os agentes da ONG, que por sua vez, reformulam estruturalmente o projeto para atender às pressões da nova gestão e não terem encerrada a parceria. Por outro lado, nos parece ser fundamental perceber que, mesmo com a “tendência” de encerrar as ações implantadas nas gestões anteriores (muito comum no campo político), o Programa REXONA Ades teve prosseguimento e, mais do que isso, continuou ocupando um lugar de destaque no campo do esporte paranaense. Fato que, certamente, se deve ao poder acumulado pelo projeto e, nesse sentido, o capital simbólico conquistado anteriormente - que pode ser atribuído ao prestígio conferido ao seu coordenador geral, mas também, à competência do trabalho desenvolvido ao longo de muitos anos e o atendimento a uma grande quantidade de pessoas - possibilitaram aos agentes do Instituto Compartilhar exercerem certa pressão sobre o governo para a continuidade das atividades.

Um indício desse poder conquistado pela ONG pode ser compreendido por meio das declarações da coordenadora, ao ser questionada sobre a apreensão de que o projeto possa ser encerrado caso uma próxima gestão optasse por não renovar o convênio de parceria. Sobre esse assunto, a entrevistada afirma que a equipe de trabalho vem buscando incessantemente “sistematizar bem os resultados, os indicadores, a estrutura do projeto, para que ele consolide cada vez mais e fique mais difícil acabar, tanto dentro da Unilever quanto dentro do Governo”. Para ela, atualmente a preocupação com o término do projeto praticamente inexistente, haja vista que hoje o projeto REXONA é referência:

Eu acho que nós somos *hors concours* nisso aqui. Mudança de dois governos antagônicos e o projeto continuar é porque tem alguma coisa de especial, não é?! É uma referência nesse país, isso nunca aconteceu no Brasil. Eu não conheço um projeto que tenha durado tanto tempo, passado por tantos governos, e antagônicos, do jeito que a gente sabe como é. Então eu me questiono: “É por causa do Bernardinho?”. Não é só por causa do Bernardinho, ele tem um peso importante, mas eu acho que é pela qualidade (COORDENADORA DO PROGRAMA REXONA ADES ESPORTE CIDADÃO).

Contudo, ela compreende que é absolutamente necessário “buscar uma forma das parcerias terem uma continuidade em relação ao governo”, já que “há uma tendência de que quando muda o governo, os projetos ‘acabarem por acabar’, não por qualidade, competência, incompetência, ou seja lá o que for”. Com isso, “é um tal de fecha ONG, abre ONG, começa projeto, termina projeto e as comunidades ficam frustradas”. Por isso é que ela destaca a necessidade de superar o “problema sério de vaidades” de cada governo e “entender que o projeto não é meu, não é do Bernardo, não é do governo. O projeto é da sociedade”.

Ainda assim, no entendimento da entrevistada, “se o governo não quiser dar prosseguimento ao projeto, está cheio de gente querendo” e, mesmo que o próximo grupo político não dê continuidade à parceria, “existe interesse de outros estados querendo o projeto também”. Além disso, no entendimento da coordenadora, se a parceria for encerrada “o Governo vai perder muito”, já que o projeto está implantado “em 23 municípios do estado, e são municípios fortes, e tem mais um monte querendo”.

Analisando essa passagem, devemos considerar que se é possível afirmar que a ONG depende da estrutura pública para efetivar suas ações, do mesmo modo é necessário observar que o governo também depende da ONG, na medida em que

precisa da função (neste caso, o projeto) que ela desempenha: podemos dizer, então, que essa complexa relação de dependência funcional entre os indivíduos que compõem o Instituto Compartilhar e o governo é orientada por forças compulsivas que um “parceiro” exerce sobre o outro.

Não obstante, é possível dizer que não existe uma única “regra fixa”, por assim dizer, para orientar as relações estabelecidas entre a ONG e o Governo, pois nos diferentes momentos, são distintos os objetivos e as intenções da parceria. Contudo, tais mudanças não podem ser atribuídas a um único fator, como a mudança de um agente ou aos seus interesses particulares. Queremos dizer, com isso, que o decorrer do jogo, não pode ser planejado ou controlado já que, a todo o momento, é reordenado a partir das diferentes tomadas de posições dos jogadores o que, invariavelmente, modifica a teia de relações e a distribuição de poder.

Até aqui, discutimos a relação entre o Governo do Paraná e o Instituto Compartilhar para o desenvolvimento do Programa Rexona Ades Esporte Cidadão. Contudo, cabe-nos destacar que as análises até aqui desenvolvidas são bastante específicas e não podem ser generalizadas para outras parcerias efetuadas entre a Paraná Esporte e outras ONGs. Nessa linha de raciocínio, partimos agora em busca de levantar demais informações que possam auxiliar no esclarecimento da maneira como estão estabelecidas relações Governo-ONG no campo esportivo paranaense.

3.3.2 A centralização dos convênios

Dando prosseguimento à análise e com a finalidade de localizar outros convênios em desenvolvimento no estado, entrevistamos o coordenador técnico e administrativo do Campus Avançado da Paraná Esporte (onde funcionava a Universidade do Esporte e, posteriormente, o Centro de Capacitação Esportiva), local que atualmente abriga a sede da autarquia (assim como o Núcleo Central do Programa Rexona Ades) e concentra a maior parte das atividades esportivas desenvolvidas pelo governo estadual na capital paranaense.

Questionado sobre a realização de parcerias entre a Paraná Esporte e outras instituições, o coordenador é enfático ao afirmar que:

A Paraná Esporte atua muito bem nessa área, em parceria com a comunidade, com a sociedade. Tanto é, não só o Campus, mas tem os Jogos Abertos, os Jogos Colegiais, os Jogos da Juventude, os Jogos Universitários todas as atividades da Paraná Esporte que faz parte de uma diretoria que é a diretoria de esportes da Paraná Esporte. Nós temos o Viva Verão que é a atividade ministrada pela diretoria de lazer da Paraná Esporte na época da alta temporada, com avaliação física, etc. (COORDENADOR DO CAMPUS AVANÇADO DA PARANÁ ESPORTE).

No que se refere aos projetos que atualmente estão sendo realizados, ele prossegue:

hoje nós temos uma infinidade de parcerias com federações. Com a Confederação Brasileira de Ginástica Olímpica, que treinam aqui as meninas que vão para as Olimpíadas, e em contrapartida também escolinhas, para as crianças da região e outros por perto, com ginástica rítmica desportiva e ginástica olímpica. Temos [parceria] com a Federação de Golfe que atende também as crianças da Rede Pública do Estado com orientação do esporte e com a [Federação] de Tênis. Com o Rexona Ades Instituto Compartilhar que é vôlei. Temos parceria com a Liga de Rúgbi que disputa o campeonato nacional. Com a Liga Paranaense de Futebol feminino que vai disputar o campeonato brasileiro, que também faz treinamento aqui em parceria com o Coritiba. Temos também com a Federação de Taekondo (COORDENADOR DO CAMPUS AVANÇADO DA PARANÁ ESPORTE).

Conforme as declarações do entrevistado e relacionando-as com os critérios de seleção das “ONGs esportivas” que compõem o trabalho, notamos que, à exceção do Programa Rexona Ades, do qual já falamos, os demais projetos esportivos aos quais ele refere-se não são realizados por Organizações Não Governamentais, e sim, por Federações e Confederações que, conforme já discutimos, não serão consideradas para efeitos de análise neste trabalho.

Segundo as informações do coordenador, “cada segmento, cada secretaria, cada órgão atua com liberdade, com o objetivo de atender a comunidade” e, por isso, as estruturas do governo têm autonomia para efetivar suas parcerias de acordo com as suas próprias necessidades e interesses.

Tendo em vista essas informações, compreendemos então que seria necessário investigar outros espaços de execução das políticas públicas esportivas para compreender mais amplamente as relações estabelecidas entre Governo e ONGs, já que além da Sede Administrativa (Campus Avançado da Paraná Esporte), localizada na capital, a entidade autárquica possui 16 Centros Regionais de Esporte e Lazer (CRELs) implantados em diferentes municípios paranaenses.

Essas unidades estão localizadas nas seguintes cidades: Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Francisco Beltrão, Guarapuava, Ibaiti, Litoral, Loanda, Londrina,

Maringá, Medianeira, Paranavaí, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa e Umuarama – conforme ilustra a FIGURA 7.

FIGURA 7 - LOCALIZAÇÃO DOS CENTROS REGIONAIS DE ESPORTE E LAZER DA PARANÁ ESPORTE



Fonte: Elaborado por Martines (2009), a partir do mapa territorial do Estado do Paraná.

Cada um dos CRELs, coordenado por um chefe em exercício, é responsável, em média, por 30 municípios que compõem a sua regional. De acordo com a Paraná Esporte,²⁵ os CRELs são unidades descentralizadas da autarquia e a cada um deles compete:

- A prestação de assistência técnica desportiva aos municípios sob sua jurisdição, no desenvolvimento das políticas e planos municipais de esporte e lazer;
- A coleta de informações de caráter regional de interesse para a avaliação e o controle das atividades da Paraná Esporte;
- A articulação com os responsáveis por projetos na área de esporte e lazer, para atendimento das necessidades municipais;
- O apoio logístico e técnico aos cursos, seminários, debates, eventos esportivos e de lazer, realizados na região, com prioridade para os que forem promovidos pela Paraná Esporte.

²⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.paranaesporte.pr.gov.br>>. Acesso em: 15/12/2008.

Com a intenção de conhecer as possíveis parcerias/convênios realizadas em outras cidades do estado, para além da capital, produzimos um questionário (que se encontra no APÊNDICE 2) com perguntas abertas e fechadas sobre os projetos em andamento, a aproximação entre o CREL e outras instituições, as dificuldades e benefícios em estabelecer parcerias com outros órgãos e a existência de possíveis parcerias com as ONGs nas diversas cidades.

Após a elaboração do questionário, o mesmo foi submetido à análise da presidência da Paraná Esporte, que aprovou o seu preenchimento pelos coordenadores em exercício dos CRELs. Em seguida, buscamos fazer com que os questionários chegassem aos responsáveis por cada Centro Regional (por meio de e-mails, ligações telefônicas e cartas registradas enviadas pelos Correios), por compreender que os coordenadores são as pessoas mais adequadas para fornecer as informações sobre sua própria região.

Seria desnecessário mencionar aqui que deparamo-nos com algumas dificuldades para efetivar o preenchimento do questionário, se não fosse por um fato bastante significativo ocorrido em um dos CRELs que, em nosso entendimento, merece ser apresentado de forma mais particularizada, por trazer consigo uma série de pormenores que carecem uma análise pouco mais detalhada.

Depois de algumas ligações telefônicas e envio de muitos e-mails sem obter sucesso em algumas localidades, optamos por enviar o questionário e a autorização da Paraná Esporte por carta registrada. Tendo em vista que se passaram três meses sem que tivéssemos resposta de um determinado Centro Regional e, observando que ele estava localizado não muito distante, procuramos pessoalmente o seu coordenador. Na ocasião, ele nos afirmou que já havia respondido o questionário e o enviado, sem esclarecer exatamente se havia sido por carta ou e-mail. Aguardamos mais algumas semanas e, como não recebemos nenhuma resposta, o procuramos novamente, por imaginar que o questionário havia se perdido no momento do retorno. Desta vez, o mesmo coordenador admitiu que, de fato, não havia nos enviado nada, declarando: "não me venha com essas coisas. Não vou responder porcaria nenhuma de questionário. Mudou tudo lá na Paraná Esporte e estou orientado a não responder nada".

Tal fato merece ser observado com mais cautela, pois, obviamente, muitos fatores podem ser responsáveis pela recusa em participar da pesquisa: o receio de estar sendo avaliado, a troca na diretoria da Paraná Esporte (ocorrida em virtude

das eleições municipais de 2008, quando o presidente da autarquia afastou-se para concorrer às eleições em Curitiba), a falta de comunicação entre a sede da autarquia na capital e os CRELs distribuídos pelo estado, ou ainda, a intenção de limitar o pesquisador acerca do conhecimento das ações que o CREL desenvolve.

Não é comum ainda que os professores/pesquisadores participem da elaboração das políticas esportivas e, mais do que isso, ainda não acumulamos o tipo de capital necessário para participar do “jogo político”. Deste modo, os agentes inseridos no campo das políticas públicas esportivas buscam limitar nossas jogadas para nos excluir do jogo e uma das principais estratégias utilizadas é a não permissão para adentrar este campo: a depreciação da pesquisa e o cerceamento de informações são algumas das maneiras pela qual essa estratégia se manifesta.

Excluídos do jogo, não compreendemos o que se passa nele e, logo, o interesse em participar das jogadas diminui, pois, conforme nos aponta Pierre Bourdieu (1998b), quanto mais afastados do lugar de produção da política, mais nos tornamos agentes politicamente passivos e, não é para menos, que muitas pessoas afirmam não ter nenhum interesse em discutir política. Sobre esse assunto, Meily Linhales (1998, p. 72) esclarece que:

Ainda não conseguimos construir um acúmulo necessário para nossa participação e/ou interferência nos processos de implementação de políticas públicas. Acrescente-se a isso o fato de que ações isoladas têm substituído os processos de coletivização, publicitação e, conseqüentemente, democratização dos debates de onde deveriam emergir nossas proposições, tanto no que diz respeito às formas de participação nos processos de consolidação de políticas, quanto no que tange ao conteúdo das mesmas.

Neste contexto, tem sido bastante comum a “autonomia” do poder público no trato com as políticas públicas para o esporte. Em outras palavras, os agentes do campo político buscam elaborar e desenvolver as políticas de maneira independente, sem a participação, interferência ou críticas de outros agentes que possam de alguma forma ameaçar a execução de suas próprias escolhas, interesses e decisões.

Apesar de algumas dificuldades, tivemos o retorno de sete questionários preenchidos.²⁶ De início, esse número nos pareceu pouco significativo, já que

²⁶ Para a análise das informações obtidas, os Centros Regionais de Esporte e Lazer participantes do estudo serão enumerados de 1 a 7, para que não haja a identificação das cidades e dos coordenadores (ou coordenadoras) que preencheram os questionários.

representa apenas metade dos CRELs estabelecidos no estado. Entretanto, com o decorrer das análises, foi possível perceber que as informações obtidas contemplaram diferentes regiões do estado e, mais do que isso, as respostas dos coordenadores são praticamente idênticas, nos indicando que as ações desenvolvidas e a forma de conduzir as parcerias são bastante parecidas nos diversos Centros Regionais.

Analisando as informações obtidas por meio desse instrumento de coleta de dados, já de início é preciso destacar que as atividades realizadas nos CRELs e descritas pelos coordenadores são, fundamentalmente, os Jogos Oficiais do Paraná (Jogos Colegiais, Jogos Abertos, Jogos da Juventude, Jogos Universitários), o Programa Segundo Tempo (por meio da assessoria técnica, supervisão, capacitação e seleção de professores e acadêmicos e encaminhamento de pedidos de materiais esportivos) e o projeto Viva o Verão (na seleção de estagiários para atuar no litoral e costa oeste do estado durante a temporada de verão).

Neste contexto, percebemos que os CRELs não realizam atividades específicas a sua região, ficando incumbidos de executar, nos municípios de sua alçada, os projetos já implantados pela autarquia em âmbito estadual. Nas palavras de um dos coordenadores, é preciso compreender, primeiramente, que “os Centros Regionais não têm projeto próprio, nós damos o suporte para os projetos e eventos da Paraná Esporte em nível regional”. Ele esclarece que:

Não temos projetos esportivos regionalizados, pois não temos autonomia financeira para criar ou propor projetos. Temos sim alguns projetos regionais dos municípios que fazem parte da nossa regional administrativa ou da Paraná Esporte, que prestamos consultoria técnica da viabilização dos mesmos. Pois a Paraná Esporte trabalha com Eventos ou Programas e nestes tem previsto a nossa atuação e as funções. Exemplo: nos Jogos Oficiais atuamos como coordenadores técnicos regionais e no Programa Segundo Tempo como supervisores regionais [...] O repasse de recursos financeiros e materiais esportivos está centralizado em Curitiba. Os Centros Regionais encaminham os pedidos regionais para o Gabinete da Presidência da Paraná Esporte. O atendimento é feito através da disponibilidade financeira e o interesse político no atendimento a prefeituras, associações, instituições de ensino, escolas, clubes e outros. [...] A função que desempenhamos é fazendo o “meio de campo” entre os responsáveis em Curitiba com as lideranças regionais, conforme cada projeto ou ação desencadeada por Curitiba (CENTRO REGIONAL 7).²⁷

²⁷ É importante destacar que as respostas foram escritas pelos próprios coordenadores e a grafia das citações utilizadas por nós é a mesma utilizada no preenchimento dos questionários.

O coordenador deixa bastante evidenciado que as decisões são tomadas apenas na capital, ficando os Centros Regionais incumbidos da tarefa de executar e supervisionar os programas:

Existem os convênios oficiais com parcerias estabelecidas através dos eventos ou programas, como os Jogos Oficiais, Projeto Segundo Tempo, Viva o Verão e as parcerias feitas através de repasse financeiro ou o apoio em prestação de serviços, como transporte, alimentação e outros, que são feitos diretamente pelo gabinete ou diretores da Paraná Esporte. Neste sentido, somos solicitados em prestar pareceres a respeito do desenvolvimento de eventos em nossa região para dar suporte às decisões em Curitiba (CENTRO REGIONAL 7).

Do mesmo modo, o coordenador do CREL 5 também destaca que as ações desenvolvidas pelos Centros Regionais seguem as ações já implantadas pela Paraná Esporte em todo o estado, cabendo a cada unidade a função de execução e supervisão:

Os Centros Regionais são unidades da Paraná Esporte, não têm projetos próprios e independentes. A função dos Centros Regionais é implementar os projetos propostos pelo Governo do Estado através da Paraná Esporte e apoiar os projetos municipais dando assistência técnica aos municípios de sua jurisdição quando necessário. Os projetos descritos neste questionário, referem-se a projetos implantados pela Paraná Esporte em todo o Estado e cabe a cada Centro Regional em sua região administrativa, supervisioná-los (CENTRO REGIONAL 5).

Quanto às questões referentes às parcerias, no entendimento de todos os coordenadores, esse tipo de relação é fundamentalmente importante para o desenvolvimento do esporte e lazer nos municípios de sua região:

Porque para o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte e lazer precisamos do envolvimento da comunidade (CENTRO REGIONAL 1).

Favorece, pois aproxima mais os municípios, pessoas, entidades (CENTRO REGIONAL 2).

É importante para que cada segmento da sociedade, assuma sua parcela de responsabilidade e contribua com a diminuição das crianças e adolescentes nas ruas (CENTRO REGIONAL 5).

Penso que o esporte para crescer precisa estar envolvido com toda a comunidade, (CENTRO REGIONAL 6).

Podemos otimizar pessoal, estrutura, equipamento e gerenciamento quando varias instituições se unem para viabilizar um projeto, evento ou apenas uma reivindicação de um equipamento esportivo que seja a necessidade da comunidade (CENTRO REGIONAL 7).

Entretanto, eles apontam uma série de dificuldades para que possam, de fato, estabelecer relações com os diversos tipos de instituições existentes em seus municípios. Entre os principais entraves, os coordenadores destacam: a falta de orçamento próprio para atender as demandas locais e regionais, a distância, as diferenças políticas, a inexistência de veículo próprio para que possam se locomover até as cidades vizinhas e a pequena estrutura de pessoal e equipamento.

Nesse contexto, segundo os coordenadores, as parcerias entre os Centros Regionais e outras instituições limitam-se quase que exclusivamente a oferta de materiais esportivos e premiação:

Apoio moral e as vezes com pouco material esportivo (CENTRO REGIONAL 1).

Através de premiação com medalhas, troféus e materiais esportivos cedidos aos parceiros que realizam seus eventos esportivos e de lazer (CENTRO REGIONAL 4).

Materiais esportivos, premiação, apoio técnico (CENTRO REGIONAL 5).

O CREL ajuda na organização, algumas vezes com materiais esportivos e premiação (CENTRO REGIONAL 6).

Diferente daquilo que imaginávamos, os questionários não trouxeram informações referentes às parcerias que são realizadas com ONGs nas várias cidades do estado, pois nos mostraram que não existem convênios estabelecidos regionalmente. Entretanto, isso não significa que as informações fornecidas pelos coordenadores regionais não colaboraram com a problemática central do estudo. Ao contrário, compreender como as parcerias **não** são efetivadas também pode ser importante à compreensão da lógica que regulamenta essas relações.

Utilizando novamente o instrumental teórico de Norbert Elias (1999), passamos a observar algumas questões referentes à configuração estabelecida na Paraná Esporte, para podermos compreender o afastamento dos Centros Regionais da realização das parcerias.

A partir das informações fornecidas pelos coordenadores, é possível perceber que a sede da autarquia, localizada na capital, possui um peso maior do que as unidades regionais espalhadas pelo Estado²⁸. Deste modo, é em sua sede que

²⁸ Por outro lado, mesmo dentro da sede localizada na PRES existem diferentes potenciais de poder: presidente, assessores, diretores, técnicos desportivos e demais funcionários. Indicando-nos que dentro de uma mesma configuração (Paraná Esporte), podem existir diversas relações sociais, ou

estão concentradas a elaboração dos programas e - particularmente o que nos interessa - as realizações de parcerias. Portanto, as ONGs que estiverem estabelecidas fora de Curitiba e quiserem se aproximar do poder público estadual para desenvolver projetos esportivos, precisam dirigir-se à sede da autarquia na capital, já que aí está concentrado o poder de decisão da efetivação (ou não) das parcerias.

Em nosso entendimento, a centralização das parcerias, para além de um processo meramente burocrático e administrativo, representa uma estratégia de controle das decisões e, portanto, de busca e acúmulo de poder. Deste modo, compreendemos que a nomenclatura “unidades descentralizadas” não condiz com as ações que efetivamente acontecem nos Centros Regionais.

Com vistas a tais questões, achamos bastante pertinente pesquisar algumas ONGs que desenvolvem projetos esportivos, localizadas fora da capital, e buscar compreender se, de algum modo, elas têm se aproximado da Paraná Esporte.

3.3.3 As parcerias locais: o caso do CIAGYM e da Associação Maringaense de Handebol

Neste último tópico, faremos determinadas análises sobre duas Organizações Não Governamentais que ofertam projetos esportivos, inseridas no interior do estado. Primeiramente, buscamos apresentar informações sobre suas atividades e, depois, discutiremos as suas relações com o governo estadual.

A primeira instituição da qual trataremos é o Centro Integrado de Assistência Gerador de Movimento para a Cidadania (CIAGYM), uma associação privada sem fins lucrativos, sediada na cidade de Maringá.²⁹ A ONG, que é reconhecida pelo

exercitando nossa imaginação sociológica, diferentes “modelos de jogos” que estão acontecendo de modo simultâneo e ininterruptamente. Sendo bastante difícil a tarefa de identificar um único modelo de jogo.

²⁹ A cidade de Maringá ocupa uma área de 490 km² e está localizada no noroeste paranaense, a 450 km da capital. Foi fundada em 10 de maio de 1947 como Distrito de Mandaguari, em 1948 passou à categoria de Vila e, em 1951, elevada a Município, passando por um crescimento acelerado nas décadas seguintes. Atualmente, tem 330 mil habitantes, sendo a terceira maior cidade do estado em população. Para maiores detalhes ver: <<http://www.maringa.pr.gov.br>>. Acesso em: 18/12/2008.

Ministério da Justiça com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CBAS) e Utilidade Pública Federal, realiza projetos sociais objetivando “o desenvolvimento integral das crianças através da prática do esporte”.³⁰

O CIAGYM é a continuidade da Associação Maringaense de Ginástica Rítmica, criada há dez anos, motivada pelo interesse de professores, técnicos, atletas e pais, em viabilizar melhores condições e recursos para a disseminação da ginástica rítmica (GR). Sua fundadora, graduada em Educação Física, especialista em ginástica rítmica e técnica desportiva da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, atualmente ocupa o cargo de coordenadora geral da ONG.

Ela nos esclareceu durante a entrevista concedida, que a instituição foi constituída em decorrência do surgimento da Lei Municipal de Incentivo ao Esporte Amador, quando apenas associações devidamente registradas como pessoas jurídicas sem fins lucrativos poderiam receber verbas públicas para a realização de projetos esportivos. A partir daí, a exemplo do que aconteceu com a GR, algumas pessoas (sobretudo atletas, ex-atletas e técnicos) envolvidas em demais modalidades esportivas como o handebol, basquete, vôlei, ciclismo, entre outras, organizaram-se em associações privadas.

No início, conforme explica a coordenadora, a associação dedicava-se apenas à modalidade de GR e, portanto, atendia somente às meninas. Com o passar dos anos e a ampliação do projeto social, a instituição passou a chamar-se CIAGYM e surgiu a necessidade de desenvolver atividades voltadas também aos meninos, principalmente para atender à solicitação das mães das crianças. Em 2004, a ONG criou o departamento de futsal, levando em consideração que essa modalidade - bastante disseminada no interior do Paraná - pode ser adaptada e não requer tanto espaço para a prática quanto o futebol de campo.

Atualmente, o CIAGYM oferece atividades esportivas, gratuitamente, para mais de 600 crianças e adolescentes no contra-turno escolar, sendo aproximadamente 400 meninas, em 10 pólos de ginástica rítmica e mais de 200 meninos, em 8 pólos de futsal. Os “pólos sociais”, como são conhecidos os espaços onde as atividades do projeto são realizadas, estão implantados majoritariamente nos Centros Esportivos Municipais, mas também em algumas entidades

³⁰ Informações disponíveis em <<http://www.CIAGYM.org.br>>. Acesso em 12/01/2009.

beneficentes como o Lar Escola e o Centro Social São Francisco Xavier, em diferentes bairros do município.

Segundo a ONG, as atividades desenvolvidas nos projetos socioesportivos ocupam “o tempo ocioso de crianças e adolescentes de bairros carentes ou comunidades que ofereçam situações de risco ao adequado desenvolvimento infantil e juvenil”.³¹ As informações divulgadas pela instituição afirmam que:

passamos a verdadeira imagem do esporte para os assistidos e para o público alvo em potencial, pois, além de contribuir para o desenvolvimento físico, o esporte ajuda a melhorar o relacionamento e a integração social das crianças, afastando-as das ruas, das drogas, da violência, abrindo novas possibilidades de convivência sadia, relacionada com o prazer, alegria, diversão, amizade e bem estar.³²

Ainda de acordo com a ONG, sua missão é “promover o desenvolvimento humano de criança e adolescentes através da assistência integral de seus praticantes e cuidadores, visando a qualidade de ensino e a excelência em pesquisa em modalidades desportivas”.³³ Para isso, realiza os projetos *Boas Sementes e Bons Frutos*, *Gol de Cidadania* e *Bordando a Cidadania*.

O projeto *Boas Sementes e Bons Frutos* refere-se ao trabalho realizado com as meninas de 5 a 15 anos, com objetivo de “contribuir para que crianças em situação de risco tenham acesso à aprendizagem da ginástica rítmica”.³⁴ As meninas que se destacam durante as aulas compõem as equipes de treinamento nas categorias infantil, infanto-juvenil e adulto. Conforme explica a coordenadora, em cada um dos pólos socioesportivos “existe o olho clínico para captar alguns talentos” e as meninas que integram as equipes de competição podem receber bolsas de estudo em colégios particulares da cidade, “em troca de ser uma boa ginasta, como uma forma de incentivo”.

Esse projeto está cadastrado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e na Secretaria de Esportes e Lazer (SESP) de Maringá, recebendo o apoio financeiro da Lei Municipal de Incentivo ao Esporte

³¹ Informações disponíveis em: <<http://www.CIAGYM.org.br>>. Acesso em 12/01/2009.

³² *Idem.*

³³ *Idem.*

³⁴ *Idem.*

Amador. Entre os requisitos para conquistar os benefícios dessa lei, as associações patrocinadas, quando forem solicitadas, devem representar o município em competições esportivas. As ginastas das equipes do CIAGYM representam Maringá nos Jogos Abertos do Paraná (JAPs), nos Jogos da Juventude do Paraná (JOJUPs) e, entre outros, nos campeonatos paranaense e brasileiro de ginástica rítmica.

Já o projeto *Gol de Cidadania* é o nome dado às atividades desenvolvidas com os meninos, de 5 a 15 anos, no futsal. Essa ação, segundo a instituição, tem o objetivo de “proporcionar a assistência através do futsal a crianças e adolescentes de bairros carentes”.³⁵ Assim como acontece na GR, os alunos que se destacam podem integrar as equipes competitivas, em diversas categorias. A diferença, ressalta a coordenadora, é que nesta modalidade os meninos “têm a perspectiva de um trabalho, porque no futsal os atletas ganham uma bolsa para trabalhar”.

Do mesmo modo que o projeto *Boas Sementes e Bons Frutos*, o *Gol de Cidadania* é cadastrado no CMDCA e na SESP. Beneficiadas pela Lei de Incentivo ao Esporte, as equipes de treinamento de futsal também representam a cidade nas competições estaduais e nacionais e vêm, nos últimos anos, conquistando títulos significativos. Em 2005, o *CIAGYM Maringá Futsal* foi campeão paranaense na categoria sub-17. Em 2006, foi campeão paranaense sub-20, disputou as finais da Taça Brasil na mesma categoria e vice-campeão dos JAPs. Já em 2007, foi vice-campeão da Chave Ouro.³⁶

Por sua vez, o projeto *Bordando a Cidadania* é voltado às famílias das crianças que são atendidas pela instituição. As mães das meninas e meninos que participam das aulas de GR e futsal aprendem a confeccionar manualmente materiais bordados (roupas, acessórios, etc.). O CIAGYM direciona os recursos para o pagamento dos materiais, equipamentos e professoras que ministram as aulas. A oficina de bordado tem duração de seis meses, atendendo 15 mães a cada turma, e as peças confeccionadas durante o curso são vendidas em diversos pontos da cidade.

Conforme as declarações da instituição, o projeto teve início porque:

³⁵ *Idem.*

³⁶ O Campeonato Paranaense Chave Ouro é a principal competição de futsal no estado, sendo equivalente à primeira-divisão no futebol de campo. Os jogos, que acontecem de março a dezembro, são disputados por 16 times e atingem um público de mais de 50 mil pessoas.

O CIAGYM tem observado que para a continuidade de participação de muitas crianças e adolescentes nas atividades se faz necessário proporcionar às famílias destas crianças um auxílio que evite que as crianças e adolescentes abandonem a prática esportiva. Desta forma surge este projeto que visa possibilitar que as mães tenham uma renda familiar complementar, sendo assim, as crianças e adolescentes não terão que abandonar a prática esportiva ou os estudos para ajudar com trabalho infantil que complementa a renda destas famílias carentes.³⁷

Contudo, a coordenadora esclarece que o projeto dos bordados foi criado com o objetivo de que a ONG pudesse ser registrada também no Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), - já que os outros dois projetos são cadastrados somente no CMDCA e na SESP - uma exigência para pleitear o título de Utilidade Pública Federal.

A entrevistada explica que, antes da criação do projeto *Bordando a Cidadania*, a ONG possuía a titulação de OSCIP, mas tal certificação não garantia as isenções desejadas, principalmente referentes aos encargos patronais dos professores e demais funcionários da instituição. Por esse motivo, resolveu pleitear outro título junto ao Ministério da Justiça e, segundo ela afirma: “simplesmente nós optamos [por] não ser mais uma OSCIP e ser uma Utilidade Pública Federal”, e complementa: “a *batalha* pelas titulações foi muito gratificante” (grifos nossos).

A intenção da ONG ao criar esse projeto, claramente exposta nas palavras da entrevistada, para além de buscar oferecer uma renda complementar às mães das crianças, pode ser compreendida como uma das estratégias utilizadas pela ONG para conquistar certos objetivos no interior do espaço em que está inserida. A obtenção do título de Utilidade Pública Federal, adquirida por meio de uma *batalha*, conforme nomeia a coordenadora, mais do que garantir uma série de benefícios financeiros (como as isenções fiscais e o recebimento de verbas, que podemos traduzir como capital econômico), confere um grande prestígio à ONG e a torna diferenciada das demais. A própria entrevistada destaca, com certo orgulho por fazer parte da instituição, que “em Maringá existem várias associações, que também são Organizações Não Governamentais, mas elas não têm as titulações do CIAGYM” e esclarece que, em sua opinião, “esse certificado é a mais importante titulação que uma entidade pode ter”.

³⁷ Informações extraídas do *Projeto Bordando a Cidadania*, um documento que possui 9 páginas (em um arquivo no formato PDF, disponível para *download*) e apresenta a equipe de trabalho, objetivos gerais e específicos, justificativa, metodologia e estratégias operacionais referentes ao projeto em questão. Disponível em: <<http://www.CIAGYM.org.br/projetos.php>>. Acesso em: 12/01/2009.

Nesse movimento, à medida que adquirem certas conquistas (como os títulos, as verbas para seus projetos, etc.), a ONG e os agentes sociais aí inseridos, passam a ter um peso maior no interior do campo, pois, conforme explica Renato Ortiz (1994), o que determina a posição que uma instituição (ou agente social) ocupa no interior do campo é, invariavelmente, a distribuição desigual de poder, ou seja, o conjunto de capital (simbólico, social, econômico, etc.) acumulado, conquistado em lutas anteriores.

Além dos três projetos já explicitados, o CIAGYM desenvolve no *Espaço da Juventude Brinco da Vila* (local em que está implantada a sua sede e onde realizamos a entrevista com a coordenadora), oficinas de artes cênicas, artes plásticas, danças contemporâneas, inclusão digital, violão, judô, karatê e capoeira. O *Brinco da Vila*, como é mais conhecido, está localizado no bairro Vila Operária há alguns anos e foi totalmente reformado com verbas públicas – observando que esse é um espaço público pertencente ao município. As informações oficiais divulgadas pela prefeitura afirmam que:

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA - viabilizou o recurso de R\$114.800,00 do Fundo para a Infância e Adolescência - FIA 2006, destinados ao município de Maringá, totalmente para a implantação do Brinco da Vila - ação prioritária do CMDCA para a criação desse serviço de proteção à criança e ao adolescente. O valor total investido na obra foi de R\$ 204.278,63, sendo R\$114.800,00 do FIA Estadual 2006; R\$ 22.960,00 de contrapartida do município e R\$ 66.518,63 do município e FIA estadual.³⁸

O *Brinco da Vila* é composto por quase 18 mil metros quadrados e possui, entre outras instalações, campo de futebol, arquibancada, quadra poliesportiva, salas de aula, refeitório, alojamento e pista de caminhada.

A reestruturação do local foi inaugurada no dia 25 de novembro de 2007 e para a concretização das atividades, a prefeitura fez uma parceria com o CIAGYM, cedendo o espaço para que a ONG o administrasse totalmente. A coordenadora explica que a instituição “foi convidada pela prefeitura a acampar uma verba que vem do FIA estadual” e realizar as oficinas porque suas titulações estavam todas em ordem.

³⁸ Informações disponíveis em: <<http://www.maringa.pr.gov.br/imprensa/noticia.php>>. Acesso em 18/12/2008.

Deste modo, o CIAGYM recebe verbas do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA)³⁹ para desenvolver as diversas atividades no *Brinco da Vila*, contrata os professores que ministram as aulas, compra todo o material necessário e administra integralmente o espaço, organizando e coordenando todas as atividades e profissionais que estão aí envolvidos.

Nesse momento, precisamos empreender algumas análises sobre a situação descrita e, mais uma vez, evidenciamos a diferença de forças entre os agentes sociais que compõem um mesmo campo. É muito provável que o capital simbólico acumulado pelo CIAGYM - como o título de Utilidade Pública Federal já mencionado - e os “contatos” (poderíamos chamar de capital social) que os representantes da ONG têm, principalmente junto aos agentes políticos inseridos na prefeitura (apenas como exemplo, a coordenadora geral e o coordenador do departamento de futsal são funcionários públicos da SESP), foram decisivos para a instituição ser *convidada* - dentre todas as outras associações estabelecidas na cidade - para administrar um local desse porte.

Conforme o exposto até o momento, todos os projetos do CIAGYM são realizados por meio de parcerias entre a ONG e o poder público municipal: tanto o projeto *Boas Sementes e Bons Frutos*, quanto o projeto *Gol de Cidadania*, recebem verbas da Lei Municipal de Incentivo ao Esporte Amador e o projeto *Bordando a Cidadania* é beneficiado por uma verba advinda do COMAS. Já no caso das oficinas desenvolvidas no *Brinco da Vila*, a ONG é responsável pelas atividades e pela administração do espaço, recebendo verbas do FIA estadual (que é repassada à prefeitura) para esse fim. Além do financiamento, todas as atividades do CIAGYM são realizadas em espaços públicos municipais – com exceção de alguns pólos sociais que estão localizados em entidades beneficentes que são associações privadas.

No entendimento da coordenadora, essas parcerias não significam que o poder público esteja abrindo mão da prestação de alguns serviços. Na sua análise, a participação das ONGs é importante na medida em que são capazes de agilizar e

³⁹ O FIA tem como base legal a Lei Federal n. 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), mas dependem de regulamentação municipal ou estadual. O fundo, que deve ser administrado pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem como finalidade destinar recursos para as ações voltadas à infância e adolescência e sua principal fonte de recursos são destinações do imposto de renda: pessoas jurídicas podem doar 1% e pessoas físicas até 6% do imposto devido.

melhorar certas áreas, haja vista que o poder público é bastante limitado em suas ações. Nesse sentido, ela aponta que:

se esse espaço físico aqui [Brinco da Vila] e o dinheiro do FIA estadual fossem tocados pela prefeitura, a burocracia seria muito maior, porque os trâmites são muito mais difíceis. Por exemplo, se precisar de um gás, tem que solicitar, passar por licitação, todo aquele trâmite que a gente já sabe, até o gás chegar ao fogão. Se precisar de um serviço de luz, mesma coisa, você tem que fazer uma solicitação, esperar a vez, licitar uma empresa de energia elétrica. Então é tudo muito demorado (COORDENADORA DO CIAGYM).

Também para o técnico da Paraná Esporte entrevistado, “a iniciativa privada tem uma dinâmica de funcionamento, uma lógica diferente, muito mais ativa, ela é muito mais prática”. Em seu entendimento, a participação das iniciativas privadas, e aí estão incluídas as ONGs que “conseguem ser ágeis”, é fundamental para viabilizar determinadas ações na gestão pública:

Para a iniciativa privada, muitas coisas são permitidas, para o Estado não. Então ao você ter um convênio com a iniciativa privada, ela pode fazer uma contratação direta, ela pode fazer aquisição de certos produtos de serviço que para o Estado seria inviável. Por exemplo, em determinados momentos, nós vivemos situações em que era proibida a aquisição de veículos, porque um decreto governamental determinou que assim o fosse. Proibida a aquisição de equipamentos de informática, por decreto também determinou que assim fosse. Não estou entrando no mérito se tem lógica ou se não tem lógica, não é essa a questão. A questão é a seguinte: se proibiu, a gente não tem como conseguir e se você precisa de um equipamento de informática, as vezes para montar uma estrutura de gestão, já está de mãos atadas. Então a iniciativa privada nos ajuda com essas possibilidades (TÉCNICO DESPORTIVO DA PRES).

Embora um dos entrevistados esteja se referido ao âmbito estadual e outro ao municipal, o entendimento de que o setor privado é mais ágil está presente no discurso de ambos. Para a coordenadora da ONG maringense, a prefeitura não consegue ter eficiência para resolver “as coisas pequenas do dia-a-dia, as coisas corriqueiras que acontecem”, devido às amarras burocráticas às quais o poder público está submetido. A entrevistada afirma que nas ONGs a burocracia é muito menor e os trâmites são mais eficientes, já que esse tipo de instituição consegue administrar os projetos de uma maneira que não é permitida à prefeitura:

Esse espaço aqui do esporte, eu posso locar para uma empresa jogar bola à noite. Mesmo eu tendo um trabalho social de dia com as criancinhas no

futebol, eu posso locar para empresa para jogarem bola à noite e essa locação eu vou guardando. Tenho que depositar, porque essa retirada tem que sair com cheque, contracheque, mas eu posso ter. Só que a prefeitura não pode fazer isso. É isso que o prefeito fala: “eu teria que deixar o espaço parado porque a prefeitura não pode fazer isso”. [...]. Então eu acredito que não é falha do poder público não tocar é a facilidade que a ONG tem e o poder público não tem pela burocracia (COORDENADORA DO CIAGYM).

Ainda assim, a coordenadora reconhece que à medida que a ONG assume certos serviços, o poder municipal já não se mostra tão presente, pois, “você administrando aqui, a prefeitura já ‘abre mão’, já não tem a administração pelo poder público”, que fica desobrigado de preocupar-se com o espaço. Por isso, ela defende que a sobrevivência das parcerias do setor não governamental com a prefeitura independe das políticas de um determinado governo, porque “todos os prefeitos que entrarem vão saber que o Terceiro Setor está evitando um monte de problemas e *naturalmente* eles vão aceitar”.

É possível compreender, por meio dessa declaração da coordenadora, que apesar das ONGs serem dependentes das verbas públicas, não têm sua sobrevivência atrelada às trocas de gestão, já que o poder público também depende do trabalho que elas desempenham e, assim, mesmo com as trocas de governo, a ONG mantém o capital acumulado em lutas anteriores. Todavia, podemos sugerir - com certa segurança - que esse processo não é tão *natural*, como sugere a entrevistada, e sim, marcado por uma série de lutas em torno dos interesses específicos de cada grupo político que assume a gestão municipal (ou estadual, no caso do Programa REXONA Ades, tratado anteriormente).

Deste modo, quando nos referimos a uma ONG que já tem projetos consolidados há muitos anos, uma imagem pública fortalecida na sociedade, enfim, certos capitais acumulados, é razoável afirmar que instituição não fica à mercê da vontade dos governantes em ajudá-la, mas exerce certa influência nas tomadas de decisões, ou “jogadas”, que são realizadas no interior dos campos político e esportivo. Vamos imaginar, apenas como exemplo, que não seria nada favorável, para a gestão municipal, encerrar a parceria com uma ONG, como o CIAGYM, que atende mais de 600 crianças e adolescentes nos projetos de GR e futsal (inclusive representando a cidade nas competições esportivas dessas modalidades) e mais algumas centenas de pessoas de todas as idades nas diversas oficinas ofertadas no *Brinco da Vila*.

Mesmo tendo boa parte de seu financiamento advindo do setor público, o trabalho do CIAGYM não se mantém somente com as verbas recebidas da prefeitura. De acordo com a coordenadora, garantir a realização dos projetos unicamente com as verbas públicas seria praticamente inviável, já que esses recursos “são fragmentados por tempo e a ONG desenvolve continuamente suas atividades”. Para exemplificar, ela esclarece que “a captação do Fundo da Infância e Adolescência, fecha em dezembro, só que a próxima verba só entra em maio. E janeiro, fevereiro, março e abril você se sustenta como? Aí tem que ser de empresas privadas, tem que ser de doações”. Além disso, ela adverte que algumas verbas já vêm “carimbadas” e não podem ser utilizadas para custear serviços diferentes daqueles aos quais foram destinadas e isso gera uma das maiores dificuldades da ONG. Segundo a entrevistada:

A verba que vem da lei de incentivo ao esporte amador eu não posso pagar contador. A verba do FIA estadual, não se paga contador. Só que eu preciso prestar conta devidamente desse dinheiro, e é só através de um contador. [...] Tem algumas verbas que você consegue e não pode pagar monitores, não pode pagar professores, então tem que ficar pagando professores sempre com doações, com pessoas que fazem doações espontâneas. E isso te complica porque doações espontâneas não é sempre que você sabe que vai ter e o professor você tem que pagar em dia (COORDENADORA DO CIAGYM).

Por esse motivo, há um forte empenho da ONG em conseguir viabilizar verbas de iniciativas diversificadas para garantir a manutenção das atividades. Com o intuito de conseguir financiamentos privados, o CIAGYM oferece uma série de benefícios aos interessados em investir nos projetos sociais: abatimento no imposto de renda (de pessoas físicas e jurídicas), balanço social para que as empresas doadoras possam atender às novas normas de exportação, selo de responsabilidade social, selo do mercado social e a isenção de alguns impostos municipais.

Além disso, a instituição utiliza várias estratégias para chamar a atenção dos patrocinadores e atrair investimentos. Uma delas é difundir a idéia de que a empresa parceira pode adquirir uma imagem positiva vinculando seu nome aos empreendimentos de caráter social. Segundo o CIAGYM, “com base no valor agregado que o marketing social gera para as Empresas, os programas sociais geram resultados de médio ou longo prazo” e “através dos Programas Sociais do CIAGYM, pessoas jurídicas podem ser parceiras de diversas formas, sempre

visando o benefício para ambas as partes”.⁴⁰ Nessa linha de raciocínio, a ONG oferece uma série de benefícios às empresas, entre eles:

- Expor a logomarca do parceiro em faixas ou *banners*, em todos os pólos e nos festivais que envolva o CIAGYM;
- Estampar a logomarca ou o nome do parceiro no material utilizado pelas crianças atendidas pela instituição;
- Veicular o nome do parceiro em todas as entrevistas que participarem professores ou crianças do CIAGYM e em todas as matérias publicadas na mídia local, estadual e nacional em que estiver envolvido o pólo patrocinado;

A entrevistada explica que essas parcerias são efetivadas para beneficiar a “área social” da ONG, em que estão inseridos os pólos socioesportivos e o projeto de bordado. Nessa área, o maior parceiro privado é o Branco Sicredi que, segundo ela, “é o padrinho do projeto CIAGYM social”, que apóia a ONG mensalmente.

Outra ação para arrecadar verbas é realizada durante a Festa dos Estados e das Nações, uma das mais tradicionais feiras gastronômicas e culturais da cidade de Maringá - realizada anualmente, teve sua 25ª edição no ano de 2008. Neste evento, as entidades beneficentes participantes podem arrecadar fundos por meio da comercialização de comidas e artesanatos característicos de várias localidades. O CIAGYM é responsável pela venda dos produtos típicos brasileiros e o dinheiro arrecadado nos dez dias de duração da Festa é revertido para os projetos sociais da instituição.

Entretanto, também existe a preocupação com a “área competitiva”, em que estão inseridas as equipes de treinamento de GR e futsal. De acordo com a coordenadora, o patrocínio para as equipes de treinamento “tem que ser com empresas privadas porque o dinheiro público vem para o social”.

Visando atrair investidores também para os times de competição, principalmente para a equipe adulta de Futsal que tem todos os seus jogadores remunerados, outras estratégias têm que ser colocadas em prática. Com esse intuito, o site oficial da ONG assegura que:

Para os especialistas em marketing, as marcas dos patrocinadores de uma equipe esportiva tornam-se parte da experiência, da identificação dos praticantes e torcedores com as emoções vividas durante a prática esportiva. Empresas que investem no esporte enumeram motivos e objetivos a serem alcançados: manter a marca em exposição durante um

⁴⁰ Informações extraídas de: <<http://www.CIAGYM.org.br/projetos.php>>. Acesso em 12/01/2009.

longo período; aumentar o reconhecimento público; conferir credibilidade à marca ou a um produto; associar esta marca à emoção, à força de uma partida inesquecível; reforçar ou rejuvenescer a imagem da empresa; estabelecer identificação com um segmento específico de público; aproximar a empresa da comunidade; atingir o público num momento altamente receptivo; ou simplesmente conseguir espaço no noticiário por associar-se a uma causa vencedora. [...] **Sua empresa** também pode obter os **benefícios** de ser parceira do CIAGYM e vivenciar as **oportunidades** que o mundo do esporte e das **emoções** pode oferecer.⁴¹

Entre os patrocinadores (que apóiam esporadicamente ou pagam por anúncios publicitários durante certo tempo) e parceiros (aqueles com quem a ONG tem um convênio firmado permanentemente) das áreas sociais e competitivas, a ONG contava, no final do ano de 2008, com o apoio das empresas Viapar, Pesca & Mania, Faculdade Maringá, Rádio Maringá Fm, Santa Casa de Saúde, Faculdade Uningá, Boi Verde Distribuidora e o Banco Sicredi, já citado.

Com exceção do Banco, que opera em sistema de cooperativa de crédito em dez estados brasileiros, todas as empresas que investem na instituição são de pequeno ou médio porte e com alcance local ou, o que é mais incomum, estadual. Situação bastante diferente das ONGs citadas no início desse capítulo, que recebem financiamento de grandes empresas, muitas vezes multinacionais, como o Programa Rexona Ades, que recebe financiamento da inglesa Unilever, a Fundação Gol de Letra, que é patrocinada pela Ambev, uma ampla companhia presente em 14 países, o Instituto Bola Pra Frente, que recebe investimentos da norte-americana Nike, considerada a maior empresa mundial de roupas e calçados esportivos, entre tantos outros exemplos.

Outro possível indício dessa “regionalização” das parcerias, e que nos interessa particularmente para a análise do problema em questão nesse trabalho, é a não-aproximação entre a ONG e a autarquia estadual responsável pela oferta de esportes no Paraná. Conforme as declarações da coordenadora, em mais de uma década de funcionamento, “o CIAGYM até hoje não teve benefício nenhum pela Paraná Esporte”. Segundo a entrevistada:

algumas vezes que eu tentei o dinheiro já está sempre carimbado, já tem lugar para destinar: tem os Jogos da Juventude, os Jogos Abertos e tem também outras competições escolares estaduais. Então, já tem algumas coisas que são prioridades e é complicado conseguir a verba. As vezes que eu pedi, já não tinha mais verba (COORDENADORA DO CIAGYM).

⁴¹ Disponível em: <<http://www.CIAGYM.org.br>>. Acesso em 12/01/2009, grifos no original.

Na análise da coordenadora a divulgação da Paraná Esporte (PRES) sobre a possibilidade de realizar parcerias com ONGs é falha, pois, “a Paraná Esporte não tem esse trabalho de divulgar o que ela pode fazer com entidades esportivas ou ONGs” e, deste modo, a realização das parcerias “fica entre quatro paredes”.

Em suas palavras, “o presidente atual [da Paraná Esporte] sabe do trabalho do CIAGYM, nos conhece pessoalmente, o coordenador da regional também sabe do trabalho que é desenvolvido” e, apesar disso, a PRES nunca demonstrou nenhuma possibilidade para que o CIAGYM pudesse se aproximar. Para ela, as parcerias são estabelecidas “sempre pela capital, dificilmente fora dela” e ONGs como o CIAGYM ficam alheias as parcerias com o governo estadual que, por sua vez, realizam apenas “grandes parcerias”, como é o caso do Programa Rexona Ades. Sobre esse assunto, para a coordenadora da ONG maringaense, no caso do projeto realizado pelo Instituto Compartilhar, a aproximação com o governo estadual é mais fácil:

É a ONG do Bernardinho. Essa é a grande diferença. Infelizmente, ainda, no Brasil o que acontece? Uma ONG de um atleta que foi importante, aí [a parceria] é mais fácil, pela projeção. Eu acho que essa ONG não é importante porque é de um atleta importante é porque faz um trabalho importante. Por exemplo, o Ricardinho do vôlei, a Hortência que montou uma ONG lá em São José dos Pinhais, não sei se continua. Eu sei que a parceria ali foi “monstra” de dinheiro, e também não preciso me poupar nem um pouco de dizer isso porque eu não tenho nenhum receio de dizer o que eu penso, até porque o que eu penso foi o real, eu não to achando nada. Eu sei que teve uma parceria e que foi grande. Agora, tem outras ONGs no Paraná que têm muito mais tempo, que têm um relatório consolidado, que têm um balanço social mais do que provado e a Paraná Esporte não procura ou também não se faz entender que pode ter essa parceria (COORDENADORA DO CIAGYM).

A partir de suas declarações, a coordenadora da ONG chama a atenção para algumas questões que exercem um peso maior no momento da “escolha” das ONGs com as quais o governo se relaciona. Primeiramente, para ela o governo estadual “não olha” para as ONGs que estão fora da capital e, nesse sentido, conseguir aproximar-se da Paraná Esporte é bastante difícil para aqueles que estão em cidades do interior, haja vista a “centralização” das parcerias. Depois disso, a “projeção” que algumas instituições detêm, por serem fundadas por agentes esportivos bastante reconhecidos, também facilita essa aproximação.

A partir da configuração descrita até aqui, podemos afirmar que, no caso do CIAGYM, as relações entre a ONG e os parceiros se tratam de “parcerias locais”. De tal modo, nos parece que sua teia de relações está situada, por assim dizer, em âmbito municipal, haja vista que os parceiros com os quais se relaciona (público e privados) são todos procedentes do município.

Dando prosseguimento á análise, a segunda ONG a ser tratada nesse tópico é a Associação Maringaense de Handebol (AMH) fundada em 1997. Assim como o CIAGYM, o que motivou a sua criação foi o surgimento da Lei de Incentivo ao Esporte Amador, que passou a exigir das pessoas interessadas em receber investimentos da prefeitura, para desenvolver projetos esportivos, organizarem-se em associações. Com o intuito conhecer um pouco mais a ONG e sua relação com outras instituições, fundamentalmente aquelas com as quais estabelece parcerias, entrevistamos seu atual vice-presidente. Inserido na entidade desde o seu início, o ex-atleta, com passagem pela Seleção Brasileira de Handebol e vice-campeão dos Jogos Pan-americanos de 2003, também ocupa o cargo de técnico desportivo da Secretaria de Esporte e Lazer de Maringá (SESP).

De acordo com a declaração do entrevistado, o objetivo dos atletas e ex-atletas fundadores da AMH “era ter uma associação que buscasse um pouco mais de condição, porque a prefeitura em si, sozinha, nunca conseguiu dar conta das necessidades que a gente via que era premente para a modalidade se desenvolver”.

Com o passar dos anos, ao contrário de muitas das associações surgidas no mesmo período, a AMH buscou focalizar seu trabalho nos projetos sociais, ao invés da formação de novos atletas. Atualmente, a ONG desenvolve o projeto socioesportivo denominado *Pró-Handebol Social*, com aproximadamente seiscentas crianças, entre 9 e 12 anos, que têm aulas dessa modalidade esportiva em 20 núcleos, localizados em diferentes bairros de Maringá, sobretudo nos colégios periféricos da cidade, e região metropolitana.

As informações da ONG apontam que o projeto social é baseado “numa proposta lúdica e prazerosa de atividades educativas e jogos recreativos”, com o objetivo de “afastar as crianças das ruas e ocupá-las com atividade esportiva nas horas de contra-turno escolar”.⁴² A metodologia utilizada é denominada *mini-*

⁴² Informações disponíveis em: <<http://www.handebolmaringa.com.br>>. Acesso em: 15/01/2009.

handebol e as dimensões da quadra, materiais e atividades são adaptadas às crianças. Segundo o entrevistado:

O projeto visa não somente a melhoria dos rendimentos e formação de novos atletas. Esse projeto não é uma escolinha, ele não tem o cunho de formação do atleta, o objetivo na realidade é estimular a prática, não se treina sistematicamente. A modalidade é dada de uma forma bem informal, é sistematizada porque tem um planejamento, mas não é sistematizada para levar o aluno a ter uma formação atlética na modalidade, uma formação técnica não é o cunho. [...] Nós não montamos equipe dentro da escola em que estamos, nós não levamos ela pra competição até porque a gente acredita que a idade deva ser um pouco mais a frente, a partir dos 14 em diante, daí sim começar a competir mesmo (VICE-PRESIDENTE DA AMH).

Conforme esclarece o vice-presidente, a AMH possui a titulação de Utilidade Pública Municipal e Utilidade Pública Estadual e, em suas palavras, “só não se tornou Federal até agora, porque ainda não paramos e sistematizamos a documentação. Mas já temos tudo, já está pronto para ser reconhecida como Utilidade Pública Federal”. Na análise dele, essa certificação, somada aos objetivos sociais do projeto, tem caráter determinante para a consolidação da instituição:

tem sido um diferencial quando você chega, não com um nome, o meu nome ou de outros atletas, apesar da gente ter um reconhecimento, por já ter sido atleta da seleção brasileira e aparecer um pouco na mídia e tal, mas isso daí não é tão definitivo como você chegar trazendo o nome da Associação Maringaense de Handebol, que é reconhecida como Utilidade Pública, por ter feito um trabalho para a sociedade, isso dá uma diferença, tem um peso maior, até porque as empresas têm interesses e obrigações com o próprio governo federal, estadual de estar investindo de alguma forma na inclusão social. [As empresas] têm até retorno, elas precisam de trabalho desse tipo para adquirir alguns documentos, a questão do ISO [*International Organization for Standardization*], por exemplo. Então isso é um diferencial sim (VICE-PRESIDENTE DA AMH).

Um indício do interesse por parte das empresas em envolver-se com as questões sociais, mencionado pelo entrevistado, é a parceria da AMH com a Unimed Maringá, uma cooperativa de planos de saúde, que financia os equipamentos e materiais esportivos utilizados em todos os núcleos do projeto desde 2003. Segundo o vice-presidente, “hoje a gente pode dizer: nós temos dez mil reais por mês e não podemos investir esse dinheiro no esporte de competição”. Para ele, esse patrocínio só é possível porque “a inclusão social para a empresa é uma coisa muito forte. Isso despertou o interesse deles”. Essa informação é corroborada pela Unimed Maringá:

Responsabilidade social é uma forma de conduzir os negócios que torna a empresa parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa

socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade e governo), conseguindo incorporá-los ao planejamento de suas atividades e buscando atender às demandas de todos. A Unimed Maringá investe em projetos de responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento de sua comunidade, fazendo a diferença em seu meio e desenvolvendo cidadãos através de incentivos ao esporte e à qualidade de vida.⁴³

Outro parceiro da AMH é o Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM) que, desde o ano de 2000, possibilita aos acadêmicos de Educação Física desenvolver as atividades nos núcleos com a finalidade de:

desenvolver um programa de ação conjunta, buscando auxiliar no processo de desenvolvimento das crianças, adolescentes e acadêmicos por meio da prática do handebol. Visa, ainda, a integração da graduação (professor/aluno), oportunizando a participação dos discentes nos projetos e incentivando os mesmos ao desenvolvimento acadêmico. O projeto preconiza um programa e uma metodologia que visa atender as necessidades bio-psico-sociais das crianças com base numa proposta lúdica e prazerosa de atividades educativas e jogos recreativos.⁴⁴

Além do projeto *Pró-Handebol Social*, a AMH possui equipes de treinamento nas categorias infantil, cadete, juvenil, júnior e adulto (masculino e feminino), representado pela equipe *Unimed/UEM/Maringá*, que tem obtido expressivos resultados nos últimos anos: a equipe adulta masculina foi campeã estadual em 2005 e 2006, campeã dos JAPs 2006, 6º lugar na Liga Nacional em 2006 e 5º lugar em 2007. Já a equipe júnior masculina foi campeã brasileira no ano de 2006 e vice-campeã em 2007. A categoria juvenil foi vice-campeã brasileira em 2007 e tetracampeã nos Jogos da Juventude (2002, 2003, 2004 e 2005).

Questionado sobre a relação da AMH com o governo estadual, o coordenador da instituição afirma que:

o estado, infelizmente, ainda não tem nenhuma política para o esporte. Existe a entidade que chama-se Paraná Esporte e que faz alguns eventos pontuais que são os Jogos Abertos, os Jogos da Juventude e assim vai. Mas ela não tem uma política em si. Então, por exemplo, no ano passado nós já tentamos várias vezes um contato com a Paraná Esporte, enviar projetos, pedir ajuda, mostrar a necessidade, mesmo com uma ajuda pontual com recursos, e nada. [...] Eu acho que nós temos que estar buscando. Esse é um papel nosso, como associação, como ONG. Mas o próprio governo, a própria Paraná Esporte tinha que ter isso no desenho da política de esporte. Não tem um desenho, não tem um planejamento, posso

⁴³ Informações disponíveis em: <<http://www.unimedmaringa.com.br>>. Acesso em: 17/01/2009.

⁴⁴ Informações disponíveis em: <<http://www.handebolmaringa.com.br>>. Acesso em: 15/01/2009.

estar cometendo uma gafe aqui, mas tudo o que a gente vê são os Jogos Abertos e os Jogos da Juventude e acabou. Depois, são ajudas pontuais, um dinheirinho aqui, um dinheirinho ali pra você fazer um ou outro evento, uma ajuda com medalha, com premiação. E mesmo assim, é difícil (VICE-PRESIDENTE DA AMH).

As afirmações do presidente da ONG vão ao encontro das declarações da coordenadora do CIAGYM e nos indicam certas questões que merecem ser analisadas. Conforme já discutimos em algumas passagens durante o trabalho, é bastante razoável afirmar que para os agentes políticos, os projetos socioesportivos representem uma estratégia de divulgação e concretização de seus interesses. Desse modo, é possível pensar que seria mais interessante ao governo associar-se a um grande (no sentido da quantidade de pessoas atendidas) projeto, que voltar-se às instituições que realizam atendimento “local” e, apesar de disporem de certo capital, sua visibilidade está restrita à cidade na qual estão inseridas.

Empregando novamente o referencial de análise de Pierre Bourdieu, poderíamos dizer que os mecanismos que regulamentam as relações de “parcerias” das quais falamos em todo este capítulo – seja no caso do Programa REXONA Ades Esporte Cidadão, CIAGYM, AMH – não são efetivamente as orientações jurídicas já discutidas, mas sim, uma lógica própria estabelecida especificamente no espaço onde se entrelaçam os campos político, o campo das ONGs e o campo esportivo e nas lutas travadas aí, em torno de um objeto específico de disputa: entre eles, destacamos os projetos socioesportivos como um objeto, dotado de valor, capaz de despertar o interesse dos agentes advindos de ambos os campos.

Com vistas a tal entendimento, passamos a analisar os possíveis interesses que podem ter os agentes inseridos nesse espaço, lembrando que suas ações são estruturadas e estruturantes dos *habitus* referentes ao campo em que cada um deles está inserido.

Para os agentes das ONGs, a parceria com o poder público representa uma grande oportunidade de continuidade dos trabalhos sociais desenvolvidos nessas instituições e, além disso, a realização dos projetos esportivos pode ser uma possibilidade de visibilidade, reconhecimento e prestígio à instituição.

Por outro lado, estabelecendo parcerias com a ONG, o governo atende às crianças e adolescentes que frequentam as atividades e pode se aproximar de um projeto socioesportivo que traz certa visibilidade ao estado e, obviamente, aos seus governantes. Desse modo, para os agentes políticos, a realização dessas parcerias

se torna uma estratégia de divulgação, ampliação do atendimento e garantia da oferta de produtos aos seus mandatários (eleitores) e implantação de seus interesses.

Por fim, aos agentes inseridos no campo esportivo – que têm demonstrado nos últimos anos grande aproximação das questões de caráter social – podemos investigar, entre seus prováveis interesses com a realização desse tipo de projeto, a continuidade de inserção no campo esportivo e, mais do que isso, a possibilidade de atuação nesse espaço e aquisição de certos capitais, principalmente simbólico e social.

Nesse sentido, evidenciamos que conhecer as lógicas que regulam as relações entre o Governo do Paraná e as ONGs, podem ser importantes para conhecermos como se efetivam as lutas em torno da continuidade ou interrupção dos projetos socioesportivos e compreender a aproximação ou o distanciamento de certas ONGs do poder público. Tal compreensão pode auxiliar para que a implantação dos projetos não seja norteadas por mecanismos que na maioria das vezes nos estão ocultos, mas sim, por ações guiadas por um modelo crescentemente democrático e orientadas à garantia do esporte como um direito social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término das etapas às quais nos propomos neste trabalho, gostaríamos de resgatar algumas questões já discutidas anteriormente e realizar certos apontamentos sobre os dados analisados.

A partir do exposto aqui, podemos perceber que as relações entre as ONGs que trabalham com a oferta de projetos esportivos e o Governo do Paraná estão fundamentadas em uma teia de interdependências mútuas em que cada um dos parceiros exerce uma força compulsiva sobre o outro. Com isso, perceber as diferentes configurações que permitem a aproximação ou o distanciamento entre essas instituições, assim como os diversos objetivos que permeiam essa relação, requer de nós o afastamento de uma aceitação conformista ou de uma negação exacerbada que, muitas vezes, circundam as pesquisas a respeito desse tema.

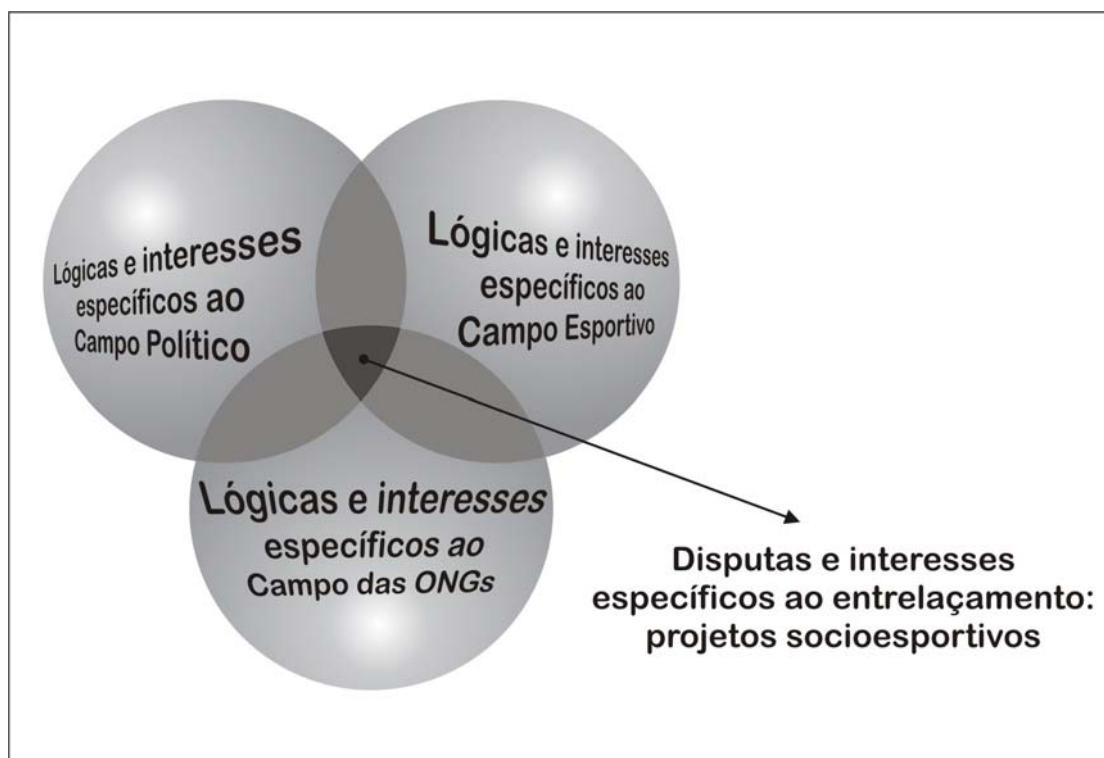
Primeiramente, é preciso esclarecer que existe uma gama de mecanismos legais que regulamentam as ONGs e as suas relações (convênios, repasse de verbas) com o poder público. Embora tratem-se de leis bastante recentes (a maioria delas foi criada a partir dos anos finais da década de 1990), justamente por referirem-se a um tipo muito particular de instituição que ainda é considerada uma novidade, não há como negar que dispomos de uma série de normas que buscam orientar, no âmbito jurídico, as parcerias entre as ONGs e o governo, entre elas, a Lei n. 8.666 (Lei das Licitações), a Lei 9.790 (Lei das OSCIPs), o Decreto n. 6.170 e suas modificações, e ainda, as titulações de Utilidade Pública Federal ou Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CBAS).

Contudo, não é possível afirmar que esses mecanismos legais sejam os principais norteadores das relações entre tais instituições. As análises efetivadas até o momento nos permitem afirmar que a realização (ou não) das parcerias está pautada em outros mecanismos que, na maioria das vezes, nos estão ocultos e que são fundamentados na lógica estabelecida no entrelaçamento entre os campos político, esportivo e das ONGs, que se caracteriza como um espaço de lutas em torno de um objeto de disputa específico.

Entre os interesses comuns que existem na interseção destes campos, destacamos os **projetos socioesportivos**, como um “objeto” de disputa, dotado de

valor, capaz de interessar, por diferentes motivos, aos agentes aí inseridos, conforme buscamos ilustrar com a FIGURA 8.

FIGURA 8 – DISPUTAS ESPECÍFICAS AO ESPAÇO DE INTERSEÇÃO ENTRE OS CAMPOS POLÍTICO, ESPORTIVO E DAS ONGs



FONTE: Martines (2009)

Nesse sentido, cada um dos agentes desse espaço, movimenta-se almejando obter vantagens próprias e, assim, é possível pensar na existência de uma “parceria concorrencial”. A partir desse entendimento, podemos dizer que são as lutas travadas por esses agentes, em torno dos interesses convenientes a cada um deles, que articulam as relações efetivadas no entrelaçamento dos campos e resultam nas tomadas de decisões que acontecem nesse espaço, particularmente a manutenção ou o distanciamento de certos projetos.

De um lado, quando a ONG estabelece parcerias com o governo, pode contar com a estrutura física que já está pronta, com o financiamento público, etc. Por outro lado, estabelecendo parcerias com a ONG, o governo atende às crianças e adolescentes que frequentam os projetos socioesportivos, podendo contar com uma ação que traz certa visibilidade ao estado e, obviamente, aos seus governantes. Já

para os agentes do campo esportivo, o envolvimento com as ações de cunho social pode ser capaz de trazer certo prestígio e visibilidade.

Além dos questionamentos que buscamos responder a partir do objetivo central do estudo, acreditamos que tenha sido possível ao longo do trabalho destruir alguns mitos em relação às ONGs. Entre eles, destacamos a desconstrução da imagem “romântica” ou do qualificativo “pejorativo” que ainda cercam o assunto.

Conforme vimos até aqui, as ONGs funcionam de forma bastante semelhante a uma empresa: com funcionários, diretores hierarquia de funções e com normas burocráticas e, tal qual uma empresa, tem os seus “produtos” que precisam ser vendidos – qual seja, os projetos sociais. Nesse movimento, as ONGs precisam fazer com que os investidores/parceiros/patrocinadores (físicos ou jurídicos) se interessem por seus produtos a ponto de existir uma demanda (interessados em investir nesses projetos). É preciso destacar que nisso não há nada de incoerência ou ilegalidade, já que para realizar seus trabalhos, remunerar professores e demais funcionários as ONGs necessitam de condições de subsistir e desenvolver seus projetos.

Desse modo, afirmamos que não é o caso de emitirmos uma opinião e apontar se as ONGs são “boas” ou “más” e se concordamos, ou não, com os projetos esportivos que elas realizam, pois, é fato que opiniões como essas não condizem com um estudo científico e de forma alguma colaboram para a análise da complexidade em que consiste o assunto.

Não obstante, observamos que muitas outras problemáticas, que não estavam previstas no início da pesquisa, se colocaram diante de nós, mas devido às (de)limitações de abrangência e de tempo deste trabalho, não puderam ser tratadas com o devido aprofundamento. Por compreender que o surgimento dessas novas questões é bastante positivo, posto que isto se torna promissor para a continuidade de investigações referentes ao assunto, queremos destacar os pontos que acreditamos merecer reflexões mais aprofundadas, por terem se mostrado emergentes no decorrer deste trabalho. Entre eles, destacamos:

- O crescente interesse das empresas privadas em aproximarem-se dos projetos esportivos e o constante emprego de termos como responsabilidade social ou *marketing* social, tão em voga nos últimos anos;
- O discurso utilizado em praticamente todos os projetos sociais de que as atividades esportivas têm a função de “ocupar o tempo ocioso” das crianças e jovens para que

não estejam submetidos à marginalização. Conforme já discutimos, de modo preliminar, esse pensamento não é recente, mas continua sendo bastante empregado pelas ONGs;

- A ideia, que nos parece estar sendo cada vez mais propagada, de que o esporte é capaz de incluir socialmente, despertar valores como cooperação, educação, sendo capaz de transformar a vida das crianças e jovens atendidos;
- A participação, tão intensa, de atletas, ex-atletas, técnicos e demais agentes do campo esportivo nas Organizações Não Governamentais, que pode ser motivada por distintos interesses;

Apresentadas tais questões, nos resta dizer que, tendo em vista a novidade do assunto e a complexidade que o cerca, ainda temos muito que caminhar nessa direção. Por isso, talvez um título mais correto para esse tópico fosse “considerações iniciais”, já que o assunto do qual tratamos se encontra ainda em fase embrionária e as reflexões aqui contidas estão longe de serem conclusivas.

REFERÊNCIAS

BARBAN, Vilma. As ONGs e os direitos humanos. In: STEIN, Leila de Menezes (org.). **Cidadania e educação: leituras em direitos humanos**. Araraquara: Editora UNESP, 1999. p. 43-55.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BORBA, Elisabete Regina de Lima; BORSA, Lenyr Rodrigues; ANDREATTA, Roldite. **Terceiro Setor, Responsabilidade Social e Voluntariado**. Curitiba: Champagnat, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. A demissão do Estado. In: BOURDIEU, Pierre. *et al.* **A miséria do mundo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997(a). p. 215-223.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997(b).

_____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998(a).

_____. **O Poder Simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998(b).

_____. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

_____. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CALMOM, Pedro. **História Social do Brasil: a época republicana**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CARVALHO, Alonso Bezerra de; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. (Org.) **Introdução à sociologia da cultura**: Max Weber e Norbert Elias. São Paulo: Avercamp, 2005.

CARVALHO, Nanci Valadares. **Autogestão**: o nascimento das ONGs. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CATANI, Afrânio Mendes. A Sociologia de Pierre Bourdieu (ou como um autor se torna indispensável ao nosso regime de leituras). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 57-75, abr. 2002.

DEL PRIORI, Mary (org). **História da criança no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

DUNNING, Eric. Civilização, formação do Estado e primeiro desenvolvimento do esporte moderno. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. **Norbert Elias**: a política e a História. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 91-102.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: formação do Estado e Civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Edições 70, 1999.

ESCOREL, Ana Luísa. **O efeito multiplicador do design**. São Paulo: Editora Senac, 1999.

FERNANDES, Rubem César. **Terceiro Setor**: desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org). **História social da infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. **A vila olímpica da verde-e-rosa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GREGORI, Maria Filomena; SILVA, Cátia Aida. **Meninos de rua e instituições:** tramas, disputas e desmanche. São Paulo: Contexto, 2000.

IBGE. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil: 2002.** Rio de Janeiro: IBGE-IPEA, 2004.

_____. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil: 2005.** Rio de Janeiro: IBGE-IPEA, 2008.

JURUÁ, Ceci Vieira. **PPP - os contratos de parceria público-privada.** Seção Sindical da ADUFRJ. Edição de 12/04/2004. Disponível em: <<http://www.adufrj.com.br/site/arquivos/publicacao/encarte12040.pdf>>. Acesso em: 16/08/2008.

LANDIM, Leilah Assumpção. **A invenção das ONGs:** do serviço invisível à profissão impossível. 239 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

_____. É o momento de pensar na desconstrução do nome ONG. **Revista do Terceiro Setor.** Disponível em: <<http://www.rets.org.br>>. Acesso em: 09/10/2008.

LIMA, Sandra Maria Faleiros. **ONGs:** uma investigação sobre sua natureza. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LINHALES, Meily Assbú. Políticas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: SOUZA, Eustáquia Salvadora de; VAGO, Tarcísio Mauro (Org.). **Trilhas e Partilhas.** Belo Horizonte: Cultura, 1997. p.219-229.

_____. São as políticas públicas para a educação física, esporte e lazer, efetivamente políticas sociais? **Motrivivência**, Florianópolis: ano X, n. 11, p. 71-81, jul. 1998.

_____. Jogos da Política, Jogos do Esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e esporte:** políticas públicas. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 31-56.

_____. **A escola, o esporte e a “energização do caráter”**: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). 267 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MAGALHÃES, Marion Brepohl. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MARCHI JR., Wanderley. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo (Org.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 77-111.

_____. **“Sacando” o voleibol**. São Paulo: Hucitec; Ijuí, RS: Unijuí, 2004.

_____. Jogo e esporte: manifestações histórico-culturais no modelo de análise sociológica de Norbert Elias. In: CARVALHO, Alonso Bezerra de; BRANDÃO, Carlos da Fonseca (Org.). **Introdução à Sociologia da Cultura**: Max Weber e Norbert Elias. São Paulo: Avercamp, 2005. p. 119-135.

_____. A educação física e o campo científico: repensando as possibilidades de pesquisa sobre o esporte e o lazer. In: MEZZADRI, Fernando Marinho; CAVICHIOLLI, Fernando Renato; SOUZA, Doralice Lange de. (Org.). **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006(a). p. 29-42.

_____. Como é possível ser esportivo e sociológico? In: GEBARA, Ademir; PILLATI, Luiz Alberto (Org.). **Ensaio sobre história e sociologia nos esportes**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006(b). p. 159-195.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARIANO, Adriana; ARRUDA, Elvis. **Relatório de Estatísticas do Mapa do Terceiro Setor**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

MARTINES, Isabel Cristina. **Projetos sócio esportivos da cidade de Curitiba destinados às crianças e adolescentes em situação de risco social**. 94 f. Monografia (Graduação em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

_____. Reflexões sobre a realidade em Curitiba: necessidades de uma “capital social”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2007, Recife. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007. 1 CD-ROM.

MARTINES, Isabel Cristina; COSTA, Maria Regina Ferreira da. Meninos/as de rua, menores abandonados e pivetes: adjetivos utilizados para designar a criança em situação de risco. In: CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2006, Santa Maria. **Anais do III Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte**. Santa Maria: CBCE, 2006. 1 CD-ROM.

MARTINS, Dilson José de Quadros. **A formulação e a implementação das políticas públicas no campo do esporte no Estado do Paraná entre 1987 e 2004**. 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MARTINS, Mônica Mastrantonio. A questão do tempo para Norbert Elias: reflexões atuais sobre tempo, subjetividade e interdisciplinaridade. **Revista de Psicologia Social e Institucional**. Londrina, v. 2, n.1, jun. 2000. Disponível em: <<http://www2.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n14.htm>>. Acesso em: 11/06/2008.

MEZZADRI, Fernando Marinho. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná**: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais. 178 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 347-375.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *et. al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEGATTO, José Antonio. História e Cidadania. In: STEIN, Leila de Menezes (Org.). **Cidadania e educação: leituras em direitos humanos**. Araraquara: Editora UNESP, 1999. p. 119-130.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **Educação física, esporte e diversidade**. Campinas: Autores Associados, 2005.

TAVARES, Ricardo Neiva. **As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 77-87, abr. 2002.

VAZ, Gil Nuno. **Marketing institucional: o mercado de idéias e imagens**. São Paulo: Pioneira, 1995.

VLASTUIN, Juliana. **O caso da equipe de voleibol feminino Rexona (1997-2003): um estudo das inter-relações com a mídia esportiva**. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988**. 370 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Esculta, 1994.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o Habitus. **Sociologia**. Porto, série 1, vol. 1, p. 35-41, 1991.

_____. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Sociologia Política**, Curitiba, n. 19, p. 95-110, nov. 2002.

OBRAS CONSULTADAS

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

PARKER, John; STAHEL, Mônica. **Password**: english dictionary for speakers of portuguese. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007. (Normas para apresentação de documentos científicos, 2).

_____. Sistema de Bibliotecas. **Citações e notas de rodapé**. 2. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007. (Normas para apresentação de documentos científicos, 3).

_____. Sistema de Bibliotecas. **Referências**. 2. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007. (Normas para apresentação de documentos científicos, 4).

_____. Sistema de Bibliotecas. **Redação e editoração**. 2. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007. (Normas para apresentação de documentos científicos, 9).

ENTREVISTAS

COORDENADOR DO CAMPUS AVANÇADO DA PARANÁ ESPORTE. **Entrevista concedida a Isabel Cristina Martines**. Curitiba, 17/06/2008.

COORDENADORA DO CIAGYM. **Entrevista concedida a Isabel Cristina Martines**. Maringá, 14/12/2008.

COORDENADORA DO PROGRAMA REXONA-ADES ESPORTE CIDADÃO. **Entrevista concedida a Isabel Cristina Martines**. Curitiba, 12/11/2008.

TÉCNICO DESPORTIVO DA PARANÁ ESPORTE. **Entrevista concedida a Isabel Cristina Martines**. Curitiba, 14/11/2008.

VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MARINGAENSE DE HANDEBOL. **Entrevista concedida a Isabel Cristina Martines**. Maringá, 14/12/2008.

ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

GAZETA DO POVO. **Terceiro Setor**: um guia para a construção de uma sociedade mais justa. Suplemento Especial. Curitiba, 30/05/2003, p. 3.

_____. **Sem apoio, milhares de ONGs nanicas vivem “no vermelho”**. Curitiba, 11/07/2005, p. 3-4.

_____. **ONGs eram usadas para desviar dinheiro recolhido com doações**. Curitiba, 24/11/2006, p. 4.

_____. **ONGs fajutas enganam fácil políticos**. Curitiba, 26/11/2006, p. 7.

_____. **Repasse a ONGs cresceu 214%, acusa oposição**. Curitiba, 25/10/ 2007. p. 12.

_____. **Desequilíbrio**. Curitiba, 08/12/2007, p. 15.

JORNAL DO ESTADO. **Os bastidores do Terceiro Setor**. Suplemento Especial. Curitiba, 17/06/2005, p. 2.

O ESTADO DO PARANÁ. **TCE aperta o cerco nas contas das ONGs**. Curitiba, 20/01/2007, p. 7.

_____. **Farra das ONGs chega aos municípios**. Curitiba, 18/10/2007, p. 4.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18/01/2008.

_____. Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em: 15/07/2008.

_____. Decreto n.º 6.170, de 25 de julho de 2007. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.convenios.gov.br>>. Acesso em: 30/01/2009.

_____. Lei n.º 91, de 28 de agosto de 1935. Determina as regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>>. Acesso em: 09/10/2008.

_____. Lei n.º 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Institui Código Civil Brasileiro. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18/08/2008.

_____. Lei n.º 8.666, de 23 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27/12/2008.

_____. Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica de Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16/02/2008.

_____. Lei n.º 9.532, de 10 de dezembro de 1997. Altera a legislação tributária e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 15/07/2008.

_____. Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998. Altera a legislação tributária federal. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 15/07/2008.

_____. Lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de interesse público, institui e disciplina o termo de parceria, e dá outras providências. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em: 16/02/2008.

_____. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil Brasileiro. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18/08/2008.

_____. Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 09/10/2008.

_____. Lei Complementar n.º 104, de 10 de janeiro de 2001. Altera dispositivos da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1996 – Código Tributário Nacional. Disponível em: <<http://www.sefa.pa.gov.br>>. Acesso em: 15/07/2008.

PÁGINAS DA INTERNET

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 12/07/2008.

ASSOCIAÇÃO MARINGAENSE DE HANDEBOL. Disponível em: <<http://www.handebolmaringa.com.br>>. Acesso em: 15/01/2009.

CENTRO DE FORMAÇÃO JANETH ARCAIN. Disponível em: <<http://janeth9.com.br>>. Acesso em: 1º/07/2008.

CENTRO INTEGRADO DE ASSISTÊNCIA GERADOR DE MOVIMENTO PARA A CIDADANIA. Disponível em: <<http://www.CIAGYM.org.br>>. Acesso em: 12/01/2009.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Disponível em: <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: 19/12/2008.

FUNDAÇÃO CAFU. Disponível em: <<http://fundacaocafu.org.br>>. Acesso em: 12/07/2008.

FUNDAÇÃO GOL DE LETRA. Disponível em: <<http://www.goldeletra.org.br>>. Acesso em: 20/07/2008.

FUNDAÇÃO ITAÚ CULTURAL. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br>>. Acesso em: 05 mai. 2008.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Disponível em: <<http://institutoayrtonsenna.org.br>>. Acesso em: 15/07/2008.

INSTITUTO BOLA PRA FRENTE. Disponível em: <<http://www.bolaprafrente.org.br>>. Acesso em: 20/07/2008.

INSTITUTO COMPARTILHAR. Disponível em: <<http://www.compartilhar.org.br>>. Acesso em: 18/12/2008

INSTITUTO ESPORTE EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://esporteeducacao.org.br>>. Acesso em: 11/07/2008.

INSTITUTO FERNANDA KELLER. Disponível em: <<http://www.fernandakeller.com.br>>. Acesso em: 19/07/2008.

INSTITUTO GUGA KUERTEN. Disponível em: <<http://www.igk.org.br>>. Acesso em: 15/07/2008.

INSTITUTO JACKIE SILVA. Disponível em: <<http://www.jackiesilva.com.br/instituto>>. Acesso em: 18/07/2008.

INSTITUTO PASSE DE MÁGICA. Disponível em: <<http://passedemagica.org.br>>. Acesso em: 18/07/2008.

INSTITUTO REAÇÃO. Disponível em: <<http://institutoreacao.org.br>>. Acesso em: 20/08/2008.

MAPA DO TERCEIRO SETOR. Disponível em: <<http://www.mapadoterceirosetor.org.br>>. Acesso em: 15/06/2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em: 19/08/2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 19/12/2008.

MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.mac.usp.br/projetos/percursos/calder.html>>. Acesso em: 05/05/2008.

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS SOBRE O TERCEIRO SETOR. Disponível em: <<http://www.nits.ufpr.br>>. Acesso em: 15/06/2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em: 16/06/2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br>>. Acesso em: 16/06/2008.

PARANÁ ESPORTE. Disponível em: <<http://www.paranaesporte.pr.gov.br>>. Acesso em: 15/12/2008.

PORTAL DOS CONVÊNIOS DO GOVERNO FEDERAL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.convenios.gov.br>>. Acesso em: 30/01/2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. Disponível em: <<http://www.maringa.pr.gov.br>>. Acesso em: 18/12/2008.

REDE DE INFORMAÇÕES PARA O TERCEIRO SETOR. Disponível em: <<http://rits.org.br>>. Acesso em: 15/06/2008.

REVISTA DO TERCEIRO SETOR. Disponível em: <<http://www.rets.org.br>>. Acesso em: 15/06/2008.

SETOR TRÊS. Disponível em: <<http://www.setor3.com.br>>. Acesso em: 15/06/2008.

UNIMED MARINGÁ. Disponível em: <http://www.unimedmaringa.com.br>. Acesso em: 17/01/2009.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

O (a) Senhor (a) está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “As relações entre as Organizações Não Governamentais e o Governo do Estado do Paraná no campo esportivo”, que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Mestrado em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, pela aluna Isabel Cristina Martines, sob a orientação do Professor Doutor Fernando Marinho Mezzadri.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as relações que se estabelecem atualmente entre o Governo do Estado do Paraná e as Organizações Não Governamentais para o desenvolvimento de programas e projetos esportivos.

Caso o (a) senhor (a) participe desta pesquisa será necessário conceder uma entrevista com aproximadamente uma hora de duração que será gravada. Essa entrevista será composta por questões sobre o seu conhecimento acerca das parcerias realizadas entre o Governo e as Organizações Não Governamentais para o desenvolvimento de projetos esportivos e sua opinião sobre esse assunto.

O (a) senhor (a) tem a liberdade de se recusar a participar deste estudo, ou caso deseje participar, lhe está assegurado o direito de abandonar o estudo a qualquer momento ou não responder a alguma das questões que lhe forem feitas, não implicando em qualquer consequência. É importante observar que sua participação neste estudo é voluntária e não irá refletir em benefício pessoal direto. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato e tão logo a pesquisa termine, as fitas serão desgravadas.

Estão garantidas todas as informações que o (a) senhor (a) queira, antes durante e depois do estudo. Qualquer dúvida poderá ser esclarecida com a pesquisadora pelo telefone (41) 9669-0111, pelo e-mail belmartines@hotmail.com, ou ainda pessoalmente, no Departamento de Educação Física, situado na Rua Coração de Maria, 92, BR 116, km 95, Jardim Botânico das 9:00 h as 17:00 h, às terças e quintas.

Eu _____ declaro que li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. Deste modo, concordo em participar voluntariamente desta pesquisa e autorizo a gravação das entrevistas concedidas por mim, bem como a utilização dessas declarações para fins acadêmicos.

Local e Data

Assinatura do entrevistado

Local e Data

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO PARA OS CENTROS REGIONAIS DE ESPORTE E LAZER DA PARANÁ ESPORTE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO ESTADO DO PARANÁ

Este é um questionário que objetiva conhecer as parcerias estabelecidas entre este Centro Regional de Esporte e outras instituições e/ou órgãos para o desenvolvimento de projetos de esporte. Leia com atenção cada uma das perguntas antes de respondê-las, algumas são de múltipla escolha e outras são questões abertas. Por favor, responda todas as questões e, se julgar necessário, utilize o verso das folhas. Em caso de dúvida, entre em contato com os pesquisadores. O resultado dessa pesquisa será a possibilidade de entendermos como estão organizados os programas esportivos no Paraná e podermos ampliar as políticas públicas para a oferta do esporte. Seu nome e a identificação do Centro Regional são confidenciais e não serão divulgados na pesquisa.

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Centro regional de esporte e lazer:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Campo Mourão | <input type="checkbox"/> Medianeira |
| <input type="checkbox"/> Cianorte | <input type="checkbox"/> Metropolitano |
| <input type="checkbox"/> Francisco Beltrão | <input type="checkbox"/> Oeste |
| <input type="checkbox"/> Guarapuava | <input type="checkbox"/> Paranavaí |
| <input type="checkbox"/> Ibaiti | <input type="checkbox"/> Pato Branco |
| <input type="checkbox"/> Litoral | <input type="checkbox"/> Pitanga |
| <input type="checkbox"/> Loanda | <input type="checkbox"/> Ponta Grossa |
| <input type="checkbox"/> Londrina | <input type="checkbox"/> Umuarama |
| <input type="checkbox"/> Maringá | |

1.2 Endereço:

1.3 Telefone:

1.4 E-mail:

1.5 Responsável pelo preenchimento do questionário:

1.6 Função:

2. QUANTO AOS PROJETOS DE ESPORTE E LAZER

2.1 Quais os projetos de esporte que estão sendo desenvolvidos por este Centro Regional? Descreva-os brevemente.

3. QUANTO À REALIZAÇÃO DE PARCERIAS PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS DE ESPORTE

3.1 Para o **desenvolvimento dos seus projetos** de esporte, este Centro Regional realiza parcerias com outra instituição/órgão?

() sim () não

3.2 Com qual (is) das seguintes instituições este Centro Regional tem parcerias estabelecidas para o desenvolvimento dos seus projetos de esporte? (pode ser marcada mais de uma alternativa)

- () empresas privadas. Qual (is)? _____
- () organizações não governamentais (ONGs) Qual (is)? _____
- () federações e/ou confederações Qual (is)? _____
- () clubes esportivos e/ou sociais Qual (is)? _____
- () outros órgãos públicos (secretarias, autarquias, etc.) Qual (is)? _____
- () associações de bairro e/ou de moradores Qual (is)? _____
- () Sistema S (Sesi, Sesc, Senai, etc.)
- () pessoas físicas
- () outra. Qual? _____
- () nenhuma

3.3 Este Centro Regional apóia o desenvolvimento de projetos esportivos **desenvolvidos por outra instituição/órgão**?

() sim () não

3.4 Qual (is) das seguintes instituições/órgãos recebe o apoio deste Centro Regional para o desenvolvimento de projetos esportivos?

- () empresas privadas. Qual (is)? _____
- () organizações não governamentais (ONGs) Qual (is)? _____
- () federações e/ou confederações Qual (is)? _____
- () clubes esportivos e/ou sociais Qual (is)? _____
- () outros órgãos públicos (secretarias, autarquias, etc.) Qual (is)? _____
- () associações de bairro e/ou de moradores Qual (is)? _____
- () Sistema S (Sesi, Sesc, Senai, etc.)
- () pessoas físicas
- () outra. Qual? _____
- () nenhuma

4. QUANTO À CARACTERIZAÇÃO DAS PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS ESPORTIVOS (para ser preenchido pelos Centros Regionais que estabelecem parcerias)

4.1 Descreva quais os projetos são realizados em parcerias (nome do projeto, nome do parceiro, objetivo (s) do (s) projeto (s), público alvo, e outras questões que julgar importante) :

4.2 Quais as atribuições de cada um dos parceiros?

4.2 Há quanto tempo existem essas parcerias?

4.3 Que tipo de apoio é recebido pelo Centro Regional para que desenvolva seus projetos esportivos?

4.4 Que tipo de apoio é dado para que outras instituições/órgãos desenvolvam seus projetos?

4.5 Qual (is) o (s) objetivo (s) das parcerias estabelecidas?

4.6 Quais as possíveis dificuldades em estabelecer parcerias com outras instituições/órgãos?

4.7 Quais os possíveis benefícios de cada um dos envolvidos nessa parceria?

4.8 No caso de parcerias já encerradas, por que não houve continuidade?

4.9 Na sua opinião, essas parcerias favorecem ou dificultam o desenvolvimento dos projetos? De que forma?

4.10 Na sua opinião, essas parcerias são importantes para o desenvolvimento do esporte? Por quê?

5. QUANTO ÀS PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs)

5.1 É do seu conhecimento a existência de Organizações Não Governamentais e/ou projetos sociais de esporte em desenvolvimento nas cidades desta Regional? Qual?

5.2 Este CREL é, ou já foi procurado, por Organizações Não Governamentais (ONGs) e/projetos sociais que trabalham com o esporte?

6. QUANTO A NÃO EXISTÊNCIA DE PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESPORTIVOS (para ser preenchido pelos Centros Regionais que não estabelecem parcerias)

6.1 Por que este Centro Regional não estabelece parceria com outras instituições/órgãos para o desenvolvimento de projetos esportivos?

6.2 Quais as possíveis dificuldades em estabelecer parcerias com outras instituições/órgãos?

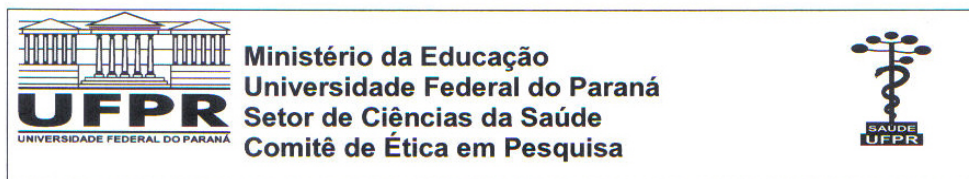
6. OUTRAS QUESTÕES

6.1 Existe mais alguma questão que você julga importante sobre esse assunto? Qual?

Agradecemos a sua atenção e nos colocamos à disposição para lhe apresentar os resultados desse estudo.

ANEXOS

ANEXO 1 - CARTA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Curitiba, 09 de julho de 2008.

Ilmo (a) Sr. (a)
Isabel Cristina Martines
Nesta

Prezado(a) Pesquisador(a),

Comunicamos que o Projeto de Pesquisa intitulado **“As relações entre o Governo do Estado e as Organizações Não Governamentais para o desenvolvimento do esporte no Paraná a partir de 1995.”** está de acordo com as normas éticas estabelecidas pela Resolução CNS 196/96, foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR, em reunião realizada no dia 28 de abril de 2008 e apresentou pendência(s). Pendência(s) apresentada(s), documento(s) analisado(s) e projeto aprovado em 08 de julho de 2008.

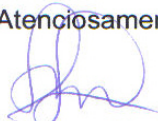
Registro **CEP/SD**: 520.057.08.04

CAAE: 0024.0.091.000-08

Conforme a Resolução CNS 196/96, solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos.

Data para entrega do relatório final ou parcial: 07/01/2009.

Atenciosamente



Prof.ª Dr.ª. Liliانا Maria Labronici
Coordenadora do Comitê de Ética em
Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde

Prof.ª Dr.ª. Liliانا Maria Labronici
Coordenador do Comitê de Ética
em Pesquisa - SD/UFPR

ANEXO 2 - AUTORIZAÇÃO DA PARANÁ ESPORTE AOS CENTROS REGIONAIS DE ESPORTE E LAZER



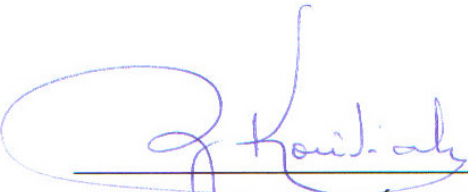
Curitiba, 28 de agosto de 2008.

Prezado (a) Chefe do Centro Regional de Esporte e Lazer

A pesquisa intitulada “As relações entre as Organizações Não Governamentais e o Governo do Estado para o desenvolvimento do esporte no Paraná” está sendo desenvolvida junto ao Programa de Mestrado em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, pela mestranda Isabel Cristina Martines, sob a orientação do Professor Doutor Fernando Marinho Mezzadri.

Este trabalho tem como objetivo analisar as parcerias estabelecidas entre o Governo do Estado e Organizações Não-Governamentais para o desenvolvimento de programas e projetos esportivos no Paraná.

Visando colaborar para o entendimento dos programas esportivos no Paraná e ampliar as políticas públicas para a oferta do esporte é que autorizamos os Centros Regionais de Esporte e Lazer (CRELs) da Paraná Esporte a participar da pesquisa referida preenchendo o questionário em anexo.


PARANÁ ESPORTE
Rua Pastor Manoel Virgílio de Souza, 1310
Capão da Imbuia - Curitiba - PR
CEP: 82.810-400
Fone/Fax: (41) 3361-6500

Maria Zuleica Koritiak
Assessora Técnica Presidência
PARANÁ ESPORTE